

Rogério Naques Faleiros • Rodrigo Fontanari • Pedro Geraldo Saadi Tosi

# História econômica e cafeicultura na periferia do capitalismo

teoria,  
métodos e  
fontes documentais



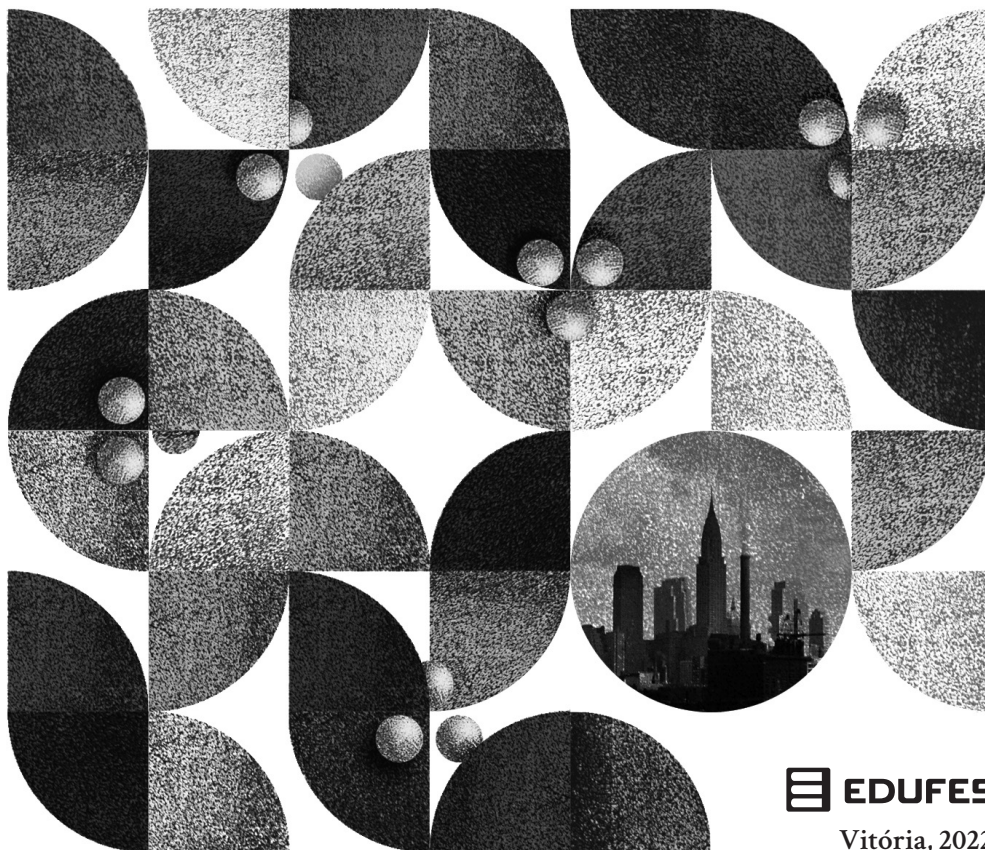
 EDUFES



Rogério Naques Faleiros • Rodrigo Fontanari • Pedro Geraldo Saadi Tosi

# História econômica e cafeicultura na periferia do capitalismo

teoria,  
métodos e  
fontes documentais



 **EDUFES**  
Vitória, 2022



**Universidade Federal  
do Espírito Santo**



**EDUFES**  
EDITORA

**Editora Universitária – Edufes**

Filiada à Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514  
Campus de Goiabeiras  
Vitória – ES - Brasil  
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852  
edufes@ufes.br  
www.edufes.ufes.br

**Reitor**

Paulo Sergio de Paula Vargas

**Vice-reitor**

Roney Pignaton da Silva

**Chefe de Gabinete**

Aureo Banhos dos Santos

**Diretor da Edufes**

Wilberth Salgueiro

**Conselho Editorial**

Carlos Roberto Vallim, Eliana Zandonade, Eneida Maria Souza Mendonça, Fátima Maria Silva, Graziela Baptista Vidaurre, Isabella Vilhena Freire Martins, José André Lourenço, Marcelo Eduardo Vieira Segatto, Marcos Vogel, Margarete Sacht Góes, Rogério Borges de Oliveira, Sandra Soares Della Fonte, Sérgio da Fonseca Amaral

**Secretaria do Conselho Editorial**

Douglas Salomão

**Administrativo**

Josias Bravim, Washington Romão dos Santos

**Seção de Edição e Revisão de Textos**

Fernanda Scopel, George Vianna,  
Jussara Rodrigues, Roberta Estefânia Soares

**Seção de Design**

Ana Elisa Poubel, Juliana Braga,  
Samira Bolonha Gomes, Willi Piske Jr.

**Seção de Livraria e Comercialização**

Adriani Raimondi, Dominique Piazzarollo,  
Marcos de Alarcão, Maria Augusta Postinghel

**Preparação de texto**

Jussara da Silva Rodrigues

**Projeto gráfico**

Edufes

**Diagramação e capa**

Willi Piske Jr.

**Revisão de texto**

Roberta Estefânia Soares

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

F187h Faleiros, Rogério Naques, 1978-  
História econômica e cafeicultura na periferia do capitalismo :  
teoria, métodos e fontes documentais [recurso eletrônico] /  
Rogério Naques Faleiros, Rodrigo Fontanari, Pedro Geraldo  
Saadi Tosi. - Dados eletrônicos. – Vitória, ES : EDUFES, 2022.  
204 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7772-494-9

Modo de acesso: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/774>

1. História Econômica. 2. Café – Cultivo. 3. Urbanização. I.  
Faleiros, Rogério Naques, 1978- . II. Fontanari, Rodrigo. III. Tosi,  
Pedro Geraldo Saadi. IV. Título.

CDU: 330

Elaborado por Ilane Coutinho Duarte Lima – CRB-6 ES - 348

Os autores dedicam esta coletânea a  
Rodrigo da Silva Teodoro (*in memoriam*)

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	9
---------------------------	---

<b>HISTÓRIA ECONÔMICA, UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO</b> .....	14
---	----

*Rogério Naques Faleiros*

Crise ou confrontação dos modelos analíticos?	
Um problema de análise e síntese .....	14
O tempo, o espaço, as estruturas e a validade científica do conhecimento histórico....	15
História econômica: embates e combates .....	19
Novas histórias e a história dos historiadores .....	24
Apontamentos provisórios para combates infundáveis .....	28
Referências .....	29

## **O CAPITALISMO EM BRAUDEL E WALLERSTEIN**

o conceito resiste quando aplicado à periferia? .....	32
---	----

*Rodrigo Fontanari · Pedro Geraldo Saadi Tosi*

Análise do problema: noções e conceitos .....	32
O lugar dos conceitos em Braudel e em Wallerstein.....	33
O modelo aplicado à periferia .....	47
Desnivelamentos e moedas: papéis da reprodução sistêmica .....	56
Referências .....	58

## **O CAFÉ**

produção e mercado mundial na primeira metade do século XX.....	61
---	----

*Rogério Naques Faleiros · Pedro Geraldo Saadi Tosi*

Ciclos sistêmicos de acumulação: economias periféricas e transições hegemônicas..	61
Mercado cafeeiro no Brasil e no mundo: síntese das intervenções .....	64
<i>Habemus Colômbia</i> .....	74
Produção brasileira e seus destinos .....	80

Disputas interestaduais e mercado cafeeiro.....	87
Mercado cafeeiro em face das estratégias de dominação capitalistas .....	90
Referências .....	92

## **FRAGMENTOS DE UM MODELO**

pequenas lavouras de café e acumulação de capitais .....	95
<i>Pedro Geraldo Saadi Tosi · Rogério Naques Faleiros · Rodrigo da Silva Teodoro</i>	

Proposição e análise específicas do problema .....	95
Expansão e crise: as relações de trabalho.....	98
Crédito e acumulação: o papel da pequena cafeicultura .....	108
Produção e pequena propriedade: silêncios a serem superados.....	121
Referências .....	123

## **MODALIDADES E HIERARQUIAS DO CRÉDITO NA CAFEICULTURA .....**

*Pedro Geraldo Saadi Tosi · Rogério Naques Faleiros · Rodrigo Fontanari*

O problema em análise vertido à dinâmica de acumulação do capital.....	125
Algumas modalidades de crédito: fazendeiros vs. colonos .....	126
O crédito para a pequena cafeicultura .....	128
O crédito entre a cidade e o campo: o suporte do comércio à lavoura .....	130
O crédito no mundo dos grandes fazendeiros: o acesso ao banco é para poucos .....	131
Sociedades agrícolas: potencializando a captação de crédito .....	134
Casas comissárias: manancial peculiar do crédito para a cafeicultura .....	136
As moedas fortes sustentam o sistema .....	138
Referências .....	140

## **ELITES E AS HESITAÇÕES DA URBANIZAÇÃO**

diálogos entre a história econômica e a cultural .....	143
<i>Rodrigo Fontanari · Pedro Geraldo Saadi Tosi</i>	

Por uma nova síntese histórica.....	144
Estudos sobre urbanização evocam temáticas subjacentes.....	149

A importância das pequenas cidades para a compreensão do conjunto.....	151
Relações de crédito e retenções modelam hierarquias sociais .....	153
Santa Cruz das Palmeiras na órbita da <i>economia-mundo</i> .....	155
O crédito como reforço das hierarquias sociais e mercantis.....	156
Referências .....	159

## **COLONOS E A CRISE DE 1929**

a vida e o trabalho numa fazenda de café .....	163
--	-----

*Rogério Naques Faleiros*

Fontes documentais, fontes de aproximação ao passado .....	163
A lei ante a fronteira: fixar o colono .....	165
Receitas, despesas. A vida. ....	173
Referências .....	180

## **APÊNDICE A**

Contabilidade do colono Aurélio Benedicto na Fazenda Pau d'Alho .....	184
---	-----

## **APÊNDICE B**

Gráficos da evolução dos saldos e gastos acumulados de colonos diversos na Fazenda Pau d'Alho (Campinas, 1927–1931) .....	190
---	-----

<b>LISTA DE ASSUNTOS</b> .....	200
--------------------------------	-----



# APRESENTAÇÃO

Esta coletânea reúne trabalhos inscritos em eventos nacionais e internacionais e/ou publicados em anais e em periódicos acadêmicos representativos do debate da história econômica com outras vertentes interpretativas. Ela aponta assim para a trajetória acadêmica de seus autores em universidades brasileiras de renome, como Ufes, Unesp, Unicamp e USP. Os textos guardam entre si expressiva unidade do ponto de vista dos instrumentos de investigação empregados, vale dizer, teoria, método e fontes documentais. Esses instrumentos elucidam, alargam e aprofundam a compreensão do papel exercido pela cafeicultura no desenvolvimento agrícola, urbano e industrial do Brasil. Eles circunscrevem as dinâmicas geradas na economia pelo abastecimento interno, pela exportação, pela expansão do modelo de ocupação e uso das terras disponíveis, pelo emprego da força de trabalho, pelo processo de urbanização e, não menos importante, pela constituição de uma infraestrutura de armazenamento, transporte e embarque dos gêneros produzidos na Região Sudeste do país.

A proximidade temática das pesquisas desenvolvidas individualmente pelos três autores favoreceu a interlocução entre eles em diferentes momentos de suas respectivas trajetórias intelectuais, percorridas nas instituições mencionadas quer como alunos de graduação ou de pós-graduação, quer como profissionais do campo em apreço; ou seja, houve intensa circulação dos textos entre os pesquisadores, como comprovam as inúmeras referências bibliográficas recíprocas contidas em cada capítulo.

Produzidos entre o princípio da década de 2000 e fins da década de 2010, os textos, elaborados sob uma mesma perspectiva conceitual, apresentam metodologias similares, embora se aproximem da realidade por meio de diferentes *corpora* documentais. O

leitor atento encontrará pequenas variações na forma como os autores trataram alguns assuntos, o que motivou a incorporação de aportes teóricos complementares para contemplar a alternância entre uma abordagem que privilegia a modernização da vida e outra que prepõe a conservação de laços sociais duradouros em nossa sociedade, ambas em detrimento da perspectiva de acumulação de capitais. Tais variações ao longo da obra não traduzem posturas metodológicas concorrentes; antes, pelo contrário, as distintas abordagens se unificam na tarefa de interpretação das especificidades, dos limites e das possibilidades do desenvolvimento econômico na periferia do capitalismo.

Os capítulos, em número de sete ao todo, se escoram em balizas conceituais comuns, expõem considerações assemelhadas, têm sólido apoio historiográfico e se sustentam sobre detida investigação documental. Eles foram dispostos numa sequência que estabelece elos coerentes entre as abordagens específicas e dá consistência aos contextos mais amplos, seja dos temas abordados, seja dos dados concretos vislumbrados na documentação, seja das interpretações mais abstratas decorrentes da teoria.

As discussões se colocam na ordem do debate que emergiu a partir da década de 1980 e que está amplamente demarcado no primeiro capítulo: “História econômica, uma história em construção”. Esse texto discorre sobre a formação da história econômica francesa — impulsionada pela afirmação de uma ciência histórica —, elenca alguns dos mais importantes debates travados pela segunda geração da Escola dos Annales com sua terceira geração e com os defensores da história quantitativa e conclui que, mesmo diante de novos problemas, novos métodos e novas abordagens, a história econômica mantém o vigor como um campo do saber capaz de formular interpretações compatíveis com as transformações do mundo contemporâneo.

Já o segundo capítulo, “O *capitalismo* em Braudel e Wallerstein: o conceito resiste quando aplicado à periferia?”, traz uma leitura da obra de Fernand Braudel. O texto enfatiza as influências que o historiador francês exerceu sobre o sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein. Para tanto, o texto explora uma temática extremamente atual, específica do arcabouço conceitual dos dois autores: a noção de capitalismo. Diante da vasta bibliografia produzida por ambos sobre o tema, o capítulo confere lugar especial à noção de capitalismo histórico de Wallerstein e à compreensão do modelo histórico braudeliano. A validade desse modelo é então testada para o estudo de uma região periférica: o Brasil. O foco específico desse estudo recai sobre alguns atores sociais e os mecanismos do crédito na economia cafeeira nacional.

O capítulo seguinte, “O café: produção e mercado mundial na primeira metade do século XX”, analisa os poderes hegemônicos em ação no comércio mundial de café na primeira metade do século XX e as políticas de defesa adotadas pelo maior produtor mundial: o Brasil. O texto apresenta as razões sistêmicas da aparição, via mercados regulados, de produtores concorrentes ao país e o delicado cenário caracterizado por guerras e pela crise econômica mundial de 1929. No conjunto de informações apresentadas, destacam-se os principais produtores de café no continente americano e no mundo, os mais importantes portos de embarque brasileiros e os destinos das sacas exportadas. Os dados foram coletados do *Anuário estatístico 1948*, publicado pela Superintendência dos Serviços do Café, ligada à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, bem como de outras obras sobre as condições de comercialização do produto em escala mundial e de trabalhos recentes que versaram sobre o tema desenvolvidos em programas de pós-graduação na área de estudo, vale dizer, no campo da história econômica e do desenvolvimento econômico.

“Fragmentos de um modelo: pequenas lavouras de café e acumulação de capitais”, por sua vez, versa sobre a importância da pequena cafeicultura entre 1890 e 1914. Discutem-se ali as relações de trabalho, as formas de financiamento e o modo como a pequena propriedade se insere no complexo cafeeiro. As fontes prioritárias de estudo foram contratos de trabalho para a formação e/ou o trato de cafeeiros e escrituras de dívidas hipotecárias lavradas em livros cartoriais, ainda não exaustiva e sistematicamente trabalhados pela historiografia. O olhar foi direcionado para uma região marcada por pequenas e médias fazendas produtoras de café, com ênfase sobre a dinâmica de acumulação em um período de expansão e de crise da cafeicultura.

Em “Modalidades e hierarquias do crédito na cafeicultura”, a partir do edifício teórico braudeliano, investigaram-se as modalidades de crédito praticadas na cafeicultura paulista e as hierarquias que caracterizaram seu funcionamento e organização. Lista-se no texto uma série de operações de crédito captadas em fontes documentais de diferentes naturezas, a fim de subsidiar a discussão sobre a diversidade das formas de obtenção de empréstimos no espaço em questão. Aparentemente, enquanto o interior do estado de São Paulo, especializado na produção de café, desempenhou papel fundamentalmente subordinado na hierarquia e na cadeia do crédito, dominadas pelo grande capital, a cidade de São Paulo, embora também ocupasse posição

subordinada em relação aos principais centros capitalistas do mundo, teve acesso aos mecanismos de concentração de riqueza e de oportunidades.

“Elites e as hesitações da urbanização: diálogos entre a história econômica e a cultural” é a junção das versões modificadas de dois trabalhos apresentados em congressos de história e frutos de uma mesma pesquisa. Os textos que originaram o capítulo são “As cidades como *laboratorium* do historiador: diálogos entre história econômica e cultural” e “As elites e as hesitações da urbanização: estudo de caso sobre o papel do crédito na cafeicultura de uma pequena cidade” e visaram analisar o fenômeno urbano ante as singularidades da sociedade brasileira. Como, em geral, os estudos a respeito da urbanização tomam como ponto de referência cânones importados para pensar o mundo urbano brasileiro, o capítulo traz algumas considerações preliminares sobre os problemas típicos de *nossa* sociedade e realiza uma aproximação teórica essencial entre história econômica e história cultural. A análise se concentra sobre cidades do complexo cafeeiro, em especial pequenas cidades do interior, e estabelece um paralelo com a realidade nacional quando se trata de acumulação, de modernização e de sociabilidade, aspectos enviesados por nexos e relações próprias da economia.

O sétimo e último capítulo, “Colonos e a Crise de 1929: a vida e o trabalho numa fazenda de café”, esmiuça as *cadernetas* dos colonos nas fazendas de café, empregadas para o controle contábil dos trabalhadores. Elas foram regulamentadas pela Lei n. 1.299, de 27 de dezembro de 1911, a chamada Lei do Patronato Agrícola, que tinha como premissa a defesa dos interesses dos colonos. A lei estadual foi instaurada em função de pressões internacionais para a melhora das condições de trabalho dos imigrantes, mas, na prática, visava fixar a mão de obra nas fazendas num contexto de grande mobilidade. Nas cadernetas, eram transcritos débitos e créditos dos colonos, depois os lançamentos contábeis eram registrados em cartório, e as anotações lá contidas transformadas em documento público reconhecido pelo tabelião. A pesquisa foi realizada no Centro de Memória da Unicamp (CMU), em cadernetas de colonos que trabalharam na Fazenda Pau d’Alho, em Campinas, entre 1927 e 1931. Esses documentos revelam as condições de trabalho e as formas de remuneração praticadas, inclusive com indícios dos arranjos efetivados por ocasião da grande crise mundial.

Uma advertência final a ser feita é que o capítulo “Fragmentos de um modelo: pequenas lavouras de café e acumulação de capitais” contou com a determinante

contribuição da pesquisa de mestrado realizada por Rodrigo da Silva Teodoro e publicada sob o título de *O crédito no mundo dos senhores do café: Franca, 1880-1914*. Infelizmente, Rodrigo nos deixou prematuramente, em junho 2007, depois de uma longa e dolorosa enfermidade, cuja lembrança ainda hoje machuca aqueles que o conheceram e o admiravam. Os autores saúdam aqui a memória de uma pessoa que não perdeu a lucidez nos momentos mais cruentos de sua breve existência e esperam que seu exemplo lhes sirva de inspiração. A homenagem a ele vai resumida na sincera dedicatória desta publicação.

Enfim, aqui está o resultado do esforço conjunto dos autores, para o qual laboraram de modo a não caírem em querelas estéreis ou em becos sem saída a que muitos inadvertidamente outrora resvalaram. A presente publicação amplia as possibilidades de pesquisa, alarga a abrangência do debate e aprofunda a compreensão de temas que estão na raiz da formação de diferentes gerações de historiadores dedicados a interpretar os caminhos e os descaminhos do desenvolvimento socioeconômico, cultural e institucional de nossa gente.



# HISTÓRIA ECONÔMICA, UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO<sup>1</sup>

Rogério Naques Faleiros

## CRISE OU CONFRONTAÇÃO DOS MODELOS ANALÍTICOS? UM PROBLEMA DE ANÁLISE E SÍNTESE

A uma determinada altura das décadas de 1980 e 1990, alguns autores alardearam a crise geral da história econômica como área do conhecimento. Alegavam que ela não era capaz de fornecer respostas e interpretações aos problemas e às questões da sociedade contemporânea. Segundo eles, verificava-se uma “agonia” desse saber<sup>2</sup>, traduzida no Brasil, por exemplo, pela diminuição dos programas de pós-graduação que contemplavam a área e pela conseqüente diminuição do número de pesquisas voltadas às temáticas típicas da história econômica naquele momento (desenvolvimento

---

1 Versão modificada deste texto foi publicada na revista *Dimensões* (Vitória, v. 24, p. 242-261, 2010), iniciativa do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Espírito Santo.

2 Refiro-me aqui a um texto escrito por João Luís Fragoso e Manolo Florentino inserido na coletânea *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*, organizada por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997). O professor José Flávio Motta (2009) já deu a devida resposta a esse texto em “Agonia ou robustez? Reflexões acerca da historiografia econômica brasileira”.

econômico, história de empresas, pensamento econômico, história das políticas governamentais e econômicas, formações regionais).

A crise seria muito mais profunda do que parecia, oriunda, por um lado, de uma revolução da historiografia operada nos quadros da pós-modernidade e da crise das sínteses e do próprio raciocínio analítico e, por outro, da debacle da própria ideia de desenvolvimento econômico e do esgotamento do modelo de industrialização adotado por vários países, inclusive pelo Brasil<sup>3</sup>. Com o ataque frontal (e por duas frentes) às principais categorias analíticas dos historiadores econômicos de então, quais sejam, o estruturalismo e o marxismo — *vide* a emergência do marxismo heterodoxo e o surgimento do neoestruturalismo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) —, o olhar se deslocou, de uma maneira geral, para novos problemas, métodos e abordagens alardeados por Jacques Le Goff.

Defendemos, contudo, que a história econômica também ganhou novo fôlego com as transformações ocorridas no campo da historiografia e procurava uma aproximação com as demais ciências desde a primeira geração da Escola dos Annales, notadamente com as figuras de Marc Bloch e Lucien Febvre. O método da interdisciplinaridade (ou unidisciplinaridade), tão em voga, encontrou guarida abrangente na história econômica antes mesmo de encontrá-la nas demais áreas do conhecimento histórico; enquanto as histórias política, cultural e social apropriaram-se do instrumental das demais ciências abertamente apenas a partir da década de 1970, a história econômica cumpriu tal missão de forma precoce. Isso significa que, dada sua maturidade metodológica, esse campo do saber em nenhum momento se viu ameaçado pela emergência da tríade legoffiana; muito pelo contrário, ele se fortaleceu, e vem se fortalecendo, nos quadros contemporâneos.

## **O TEMPO, O ESPAÇO, AS ESTRUTURAS E A VALIDADE CIENTÍFICA DO CONHECIMENTO HISTÓRICO**

Marc Bloch, ao escrever o manifesto por uma nova história, em *Apologia da história*, afirma:

---

3 Observe-se a própria literatura econômica de então, em que os debates acerca da inflação ganharam espaço em detrimento das noções de ciclo econômico, desenvolvimento e projeto nacional.

Ora, nossa atmosfera mental não é mais a mesma. A teoria cinética dos gases, a mecânica einsteiniana, a teoria dos quanta alteraram profundamente a noção que ainda ontem qualquer um formava sobre a ciência. Não a diminuíram. Mas a flexibilizaram. Com certeza, substituíram, em muitos pontos, o infinitamente provável, o rigorosamente mensurável pela noção da eterna relatividade da medida. Sua ação foi sentida até mesmo pelos inumeráveis espíritos [...] aos quais as fraquezas de sua inteligência ou de sua formação proibem de seguir, se não de muito longe e de certo modo por reflexo, essa grande metamorfose. Estamos portanto agora bem melhor preparados para admitir que, mesmo sem se mostrar capaz de demonstrações euclidianas ou de imutáveis leis de repetição, um conhecimento possa contudo pretender ao nome de científico. Aceitamos muito mais facilmente fazer da certeza e do universalismo uma questão de grau. Não sentimos mais a obrigação de buscar impor a todos os objetos do conhecimento um modelo intelectual uniforme, inspirado nas ciências da natureza física, uma vez que até nelas esse gabarito deixou de ser integralmente aplicado. Não sabemos ainda muito bem o que um dia serão as ciências do homem. Sabemos que para existirem — mesmo continuando, evidentemente, a obedecer às regras fundamentais da razão —, não precisarão renunciar à sua originalidade, nem ter vergonha dela (BLOCH, 2002, p. 49).

Bloch, e também Febvre, denunciou o golpe das transformações ocorridas no conhecimento científico entre finais do século XIX e início do século XX, notadamente aquelas ocorridas no campo da física, da química, da mecânica e da própria biologia. Essas transformações foram aceitas de maneira muito proveitosa pelos historiadores, até então, muito mal-acomodados quando se tratava de buscar um estatuto de validade nos moldes de uma ciência positiva, uma vez que abriram possibilidades diferentes de pensar o conhecimento científico-histórico. Às explicações de Spengler, de Toynbee, de Darwin e da antropometria se acomodava muito mal a relatividade da produção histórica, que se reduzia sobremaneira nos quadros da visão de ciência até ali predominante. O desafio de então era descobrir como pensar o conhecimento histórico. E como fazê-lo sem perder a chancela científica.

O ponto é que a história, a interpretação presente da ação humana no passado, diferencia-se das ciências explicativas, pois seus fatos, além de serem construções do historiador, não podem ser reproduzidos tal como aconteceram, e a apreensão deles será sempre parcial e, como tal, passível de releituras. Mas, para Febvre e Bloch, tal especificidade do conhecimento histórico não o destituía de estatuto científico, porque este se encontrava

no *fazer-se*; em outras palavras, a história detém um estatuto científico dado não necessariamente pelos fins, mas pelos meios, uma vez que se trata de uma área do saber cientificamente conduzida, em que os pesquisadores devem formular (e testar) hipóteses, desenvolver métodos, chegar a resultados e formular conclusões. Segundo Febvre (1985, p. 19), o historiador não deve vagar pelo passado como um trapeiro à procura de achados (fatos) e colecioná-los; cabe ao pesquisador organizar estes fatos (achados) a partir de uma hipótese, numa perspectiva que toma a história como sinônimo de *história-problema*. Afinal, todos nós temos uma questão que nos move, diria o eminente historiador francês.

A história é uma ciência do homem, e os fatos são fatos humanos. Cabe ao historiador encontrar os homens que os viveram buscando nos indícios do passado a substância humana presente, reconstruir a história sobre o sólido fundamento da humanidade, o que não ocorria, segundo Febvre, quando se seguia a ciência das coisas ou dos conceitos (FALEIROS, 2004, p. 43).

Herdeiro dileto desta tradição e, na minha visão, o mestre da história problematizadora, Fernand Braudel aproximou-se das demais áreas do saber para reconstituir o passado em sua *longa duração*. O conceito de longa duração surgiu da interlocução direta com o estruturalismo (de Lévi-Strauss) e visava responder à seguinte questão: por que as coisas mudam? Para responder a tal indagação, o historiador trabalhou com a contraposição entre fato<sup>4</sup> (ou história política) e estrutura

---

4 Um dos debates travados pelos Annales passa justamente pela definição de “fato” e se dirige à *histoire événementielle* e ao historiador tradicional, como se depreende do seguinte excerto: “O historiador tradicional presta atenção ao tempo breve da história: o das biografias e dos acontecimentos. Esse tempo não é, em absoluto, o que interessa aos historiadores economistas ou sociais. As sociedades, as civilizações, as economias e as instituições políticas vivem a um ritmo menos precipitado. Não chamará a atenção dos economistas que nos forneceram os nossos métodos neste terreno o que por nossa vez denominamos de ciclos, de interciclos, de movimentos periódicos, cuja fase final vai de cinco a dez, vinte, trinta e até cinquenta anos. Mas, mesmo neste caso trata-se, do nosso ponto de vista, de uma história de ondas curtas. Por debaixo destas ondas, no campo dos fenômenos de tendência instala-se, com imperceptíveis inclinações, uma história lenta em deformar-se e, por conseguinte, em se manifestar à observação. É essa história que designamos na nossa linguagem imperfeita pelo nome de história estrutural, opondo-se esta menos a uma história epistémica que a uma história conjuntural, de ondas relativamente curtas” (BRAUDEL, 1976, p. 78).

(antropologia) e formulou a noção dos três tempos históricos, de longa, de média e de curta duração, ou, respectivamente: o tempo geológico, quase imutável, das estruturas da sociedade (o conjunto dos conjuntos); o tempo conjuntural, de uma década a cinquenta anos, ou o tempo da economia e de seus ciclos; e, por fim, o tempo factual, ou tempo da política, em que os eventos ocorrem, brilham, mas se apagam na escuridão da noite (metáfora da longa duração).

A partir desta tríade, Braudel investigou o significado dos fatos sob a prerrogativa de que:

Um acontecimento pode, em rigor, carregar-se de uma série de significações e relações. Testemunha, por vezes, sobre movimentos muito profundos; e pelo mecanismo das “causas” e dos “efeitos”, a que tão afeiçoados eram os historiadores de ontem, anexa-se um tempo muito superior à sua própria duração (BRAUDEL, 1976, p. 13).

Ainda para o autor, os impactos dos acontecimentos nas estruturas do cotidiano, nos jogos das trocas e no tempo do mundo demonstram que, para além da perspectiva de curta duração vigente na história política (e positivista) de então, os historiadores deveriam mergulhar nas conexões de sentido e reclamar para si o *status* de uma análise estrutural, porém não estática, em que medidas, discursos e leis se concatenariam com uma análise mais profunda.

Por estrutura os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidade e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é sem dúvida articulação [entre tempos], arquitetura, porém, mais ainda, uma realidade que o tempo mal desgasta [mas desgasta] e transporta muito longamente. [...] Todas as estruturas são ao mesmo tempo sustentáculos e obstáculos (BRAUDEL, 1976, p. 38).

Evidentemente não se pode ter a pretensão de aprofundamento da análise por parte dos historiadores de forma isolada, daí o projeto de unificação das ciências do homem, pois um estudo das estruturas sociais reclama uma articulação com a sociologia e com a economia, perspectiva que, em princípio, Braudel parece ter herdado de



Vidal de la Blache, François Simiand e Ernest Labrousse. Aproximando-se da geografia<sup>5</sup>, da economia e de uma dita história serial, Braudel desenvolveu um abrangente método de análise da história moderna europeia, centrado na *economia-mundo*, categoria analítica criada para dar conta da totalidade<sup>6</sup> de um determinado espaço. Segundo ele:

a “economia-mundo” envolvia apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica (BRAUDEL, 1998, p. 12).

Nesse todo orgânico, Braudel percebeu a definição e a sucessão de hierarquias<sup>7</sup> (que incidiam numa certa especialização) que organizavam o jogo das trocas e concentravam riqueza num determinado local, em geral uma cidade, e, para caracterizar as economias-mundo, lançou mão de instrumentais analíticos próprios da geologia, da geografia, das ciências sociais, da economia e da antropologia, bem como empreendeu notável esforço de pesquisa documental. No Brasil, exerceu muita influência sobre a produção acadêmica de Fernando Novais, José Jobson Arruda e Alice Canabrava.

## HISTÓRIA ECONÔMICA: EMBATES E COMBATES

Outro debate, também muito necessário à construção da história econômica francesa, envolveu, de um lado, Ernest Labrousse, Pierre Chaunu e Pierre Vilar e, de outro, Jean Marczewski e Jean-Claude Toutain (estes munidos de referências teóricas mais próximas à economia, notadamente Wassily Leontief, W. W. Rostow e

---

5 Ver Lacoste (1989).

6 Ver *O modelo italiano*, de Braudel (2007), obra em que o autor relaciona as transformações culturais da época renascentista com as rotas comerciais que ligavam toda a Europa.

7 A noção de hierarquia é essencial no edifício braudeliano, pois, para o autor, o capitalismo era um fenômeno de altitude, o domínio dos grandes predadores capazes de organizar o espaço de uma determinada economia-mundo. Não se pode deixar de notar a influência de Henri Pirenne, Henri Hauser, Werner Sombart e do próprio Vladimir Lênin nesta definição. De acordo com nosso entendimento, Braudel travou, a todo momento, um amplo debate com o marxismo e com o próprio Marx, por vezes explícito, por vezes implícito, porém não é o objetivo aqui reconstituir tal debate.

Simon Kuznets). Dizia respeito à questão da aplicação de métodos quantitativos nas ciências humanas e, em especial, na história. Marczewski e Toutain propuseram a aproximação entre história econômica e história quantitativa. Isso reduziu a área de intervenção do historiador econômico àquilo passível de mensuração, tal como as contas nacionais. Essa tradição remontava às décadas de 1950 e 1960, quando estava em voga uma série de modelos de desenvolvimento, pelo lado capitalista, e de planificação, pelo lado socialista (cuja principal referência é Oskar Lange). A obsessão pelo quantificável e pela modelagem levou Marczewski a produzir um manifesto em defesa da chamada história quantitativa. Ele afirma que:

Para cobrir inteiramente um “universo econômico” são necessárias as seguintes contas:

- uma conta de produção, que descreva a aquisição de matérias-primas e sua transformação em produtos;
- uma conta da renda produzida, que mostre a distribuição primária da renda gerada na produção entre os vários fornecedores de fatores produtivos nacionais e estrangeiros;
- uma conta da renda disponível, ou seja, a distribuição secundária da renda produzida, a formação da renda disponível e sua aplicação no consumo e na poupança;
- uma conta das operações financeiras, que represente a redistribuição das poupanças e seu investimento em capitais fixos, estoques e créditos estrangeiros;
- uma conta de operações no exterior, que reúna todas as operações das contas precedentes referentes às relações entre os agentes nacionais e o resto do mundo (MARCZEWSKI, 1973, p. 20, tradução nossa).

Nesta tradição, o estudo da história econômica, ou do universo econômico do passado — expressão cara a Jean Marczewski —, aproxima-se do modelo de contas nacionais, a partir do qual se poderia instrumentalizar a história, e um determinado conjunto de evidências estatísticas, para a elaboração de modelos de desenvolvimento. Segundo o autor, a história quantitativa teria mais objetividade que outros tipos de história econômica por integrar todos os fatos estudados em um sistema de contas interdependentes e extrair daí agregados quantitativos que subsidiariam as conclusões. Marczewski (1973, p. 19), no entanto, não rechaçou a utilização das “outras formas do relato histórico” e concluiu que o rigor do método da história quantitativa “empobrece suas formas de expressão”.

O debate com a história quantitativa mobilizou quase todas as grandes figuras da história econômica dos Annales. Pierre Chaunu, Pierre Vilar, Ernest Labrousse e Fernand Braudel denunciaram o golpe impingido por Jean Marzewski e saíram em defesa da chamada história serial, segundo eles, um método capaz de melhor articular as fontes de natureza quantitativa com informações de outra natureza. Nas palavras de Chaunu (1983, p. 56, tradução nossa):

Uma história que se interessa menos pelo fato individual do que pelo elemento repetido e, portanto, integrável em uma série homogênea, suscetível, pois, de ser objeto dos procedimentos matemáticos clássicos de análise das séries; suscetível, sobretudo, de se interligar com as séries habitualmente utilizadas pelas outras ciências do homem. É aí, provavelmente, que reside a característica essencial desta história serial, mas que também pode ser chamada de “útil”. Ela se volta para o passado, com suas próprias técnicas [...]. Não se proíbe reconstruir, em seu interior, as atmosferas mentais passadas, [...] se mantém preservada dos *a priori* perigosos.

A história serial, assim como a história dita quantitativa, debruçava-se mais sobre as continuidades e permanências do que sobre os fatos e grandes personagens (em oposição à história política, tomada por tradicional). Porém, diferentemente da “dureza” das técnicas da contabilidade nacional, incorporava na reconstituição do passado as *atmosferas mentais*, mediante a utilização de um *corpus* documental que ia além das estatísticas. A ambição da história serial era constituir um largo campo de intersecção, em que as técnicas de Marzewski teriam lugar, mas não exclusividade. Aliás, Chaunu reconheceu o vigor do quantitativismo em história, principalmente quando aplicado aos séculos XIX e XX. Porém como superar a ausência de séries e dados numéricos para os séculos anteriores? Por métodos de extrapolação? Interpolação? Por modelos econômicos, decerto anacrônicos, aplicados ao passado?

O êxito da história quantitativa em seu processo de anexação do século XIX ao modelo de contabilidade nacional é seguramente garantido no futuro. O fracasso para o século XVIII e com mais razão para os três ou quatro séculos da era

“pré-estatística” é quase certo, a menos que ocorra uma radical transformação no método. Em suma, a história quantitativa dos séculos XVI, XVII e XVIII deve escolher entre regressão ou superação dialética. Tal superação passa pela história serial, não pela recorrência sistemática às valorações, porque a história não é exatamente a do Visconde d’Avenel, assim como a economia política não é a de Jean-Baptiste Say (CHAUNU, 1983, p. 60, tradução nossa).

Pierre Vilar entrou nesse debate ressaltando que cada disciplina deveria ter a consciência exata de seus limites e de seus fins, adequar sua linguagem ao nível das possibilidades da informação e respeitar a originalidade das disciplinas vizinhas, numa clara crítica ao quantitativismo, que, segundo ele, invadira o terreno da especificidade do conhecimento histórico sem as devidas mediações. Para o autor, a pesada tarefa do historiador consistiria em “apreender, em uma interdependência muito mais vasta do que a da contabilidade nacional, a natureza do conjunto histórico em que o homem vive, se reproduz, luta e morre” (VILAR, 1973, p. 78, tradução nossa).

Fazendo coro às críticas a uma história eminentemente quantitativa, Braudel argumentou que uma série (uma sucessão coerente, ou tornada coerente, de medidas ligadas umas às outras) tem uma função para o tempo histórico, a partir da qual, com paciência, estabelece-se uma significação que o cálculo jamais fixaria antecipadamente de maneira autônoma. “Uma tal série de cifras a exprimir medidas válidas, ligadas entre si, é também uma rota construída através de nossos conhecimentos incertos” (BRAUDEL, 2007, p. 131).

Cabe salientar ainda que, quando munida pelo arsenal analítico da escola neoclássica (marginalista), representada por Robert Fogel, Stanley Engerman, John Hakkuk, Ralph W. Hidy, Douglass North e, mais atualmente, William Summerhill, a história quantitativa é conhecida como *new economic history*.

Todos esses embates impediram que, como estatuto teórico, a história econômica, principalmente aquela feita pelos economistas, fosse subsumida a um determinado ramo da estatística ou da economia; mais que isso, a visão de que a história como área do saber teria um caráter opinativo por não ser “exata” caiu por terra quando, a partir da discussão do método e da especificidade do conhecimento histórico, Chaunu, Vilar e companhia diferenciaram história econômica de economia retrospectiva.

Ernest Labrousse (1980), pioneiro do método da história serial, talvez tenha desenvolvido (correndo-se aqui o risco de ser injusto) o estudo mais abrangente nessa linha de pesquisa. Em *Fluctuaciones económicas e historia social*, ele analisou as causas e as consequências da Revolução Francesa a partir das curvas de preços do trigo, da madeira e do ferro. Sua conclusão é que o século XVIII, o último século do Antigo Regime, foi um período de continuada alta dos preços, inserido numa fase ascendente do ciclo de Kondratiev<sup>8</sup>, e que o aumento do poder econômico da burguesia deve ser considerado no longo prazo, a despeito das explicações pautadas no tempo factual, que o atribuíam à revolução e à convulsão social (oriunda de colheitas ruins e dos correlatos aumentos dos preços e da miséria).

No século XVIII, o movimento dos preços na França se caracteriza por uma alta secular de 1733 a 1817, fase A que sucedeu à fase B de depressão que se prolongou da metade do século XVII até cerca de 1730. O impulso de alta e de prosperidade, lento até por volta de 1758, violento de 1758 a 1770, estabilizou-se de 1778 a 1787, provocando um mal estar pré-revolucionário; um novo impulso desencadeou o ciclo revolucionário (1787-91). [...] Para o período 1785-89, a alta dos preços é de 66 % para o frumento, de 71 % para o centeio, de 67 % para a carne; a lenha para a cozinha bate todos os recordes: 91 % [...]. A jornada de 14 de julho coincidiu com o ponto culminante da alta dos preços no século XVIII (LABROUSSE, 1933 *apud* SOBOUL, 1974, p. 26).

Embora Labrousse argumentasse não ser a fraqueza da burguesia, e sim sua força no longo prazo, o que explicava o processo revolucionário, ele considerava, ainda que relativizasse em todo momento suas conclusões, que o aumento dos preços aliado à quebra de safra ocorrida na segunda metade da década de 1780 influenciou diretamente na organização política francesa de então e valia-se, para essa análise, do tempo da política e do fato. Logo Braudel (1976, p. 20) o criticou

---

8 Um ciclo de Kondratiev tem um período de duração determinada (de quarenta a sessenta anos), que corresponde aproximadamente ao retorno de um mesmo fenômeno. Apresenta duas fases distintas: uma fase ascendente (*fase A*) e uma fase descendente (*fase B*). Essas flutuações de longo prazo seriam características da economia capitalista.



por fazer concessões ao tempo breve, “por ligar um patetismo econômico de curta duração a um patetismo político das jornadas revolucionárias”. Ao que Labrousse (1985) respondeu reafirmando o caráter tanto sociológico quanto tradicional de seu método histórico. Este não deixava de observar o acontecimento e o personagem, segundo o autor, mas, ao mesmo tempo, enveredava por outras áreas, como a sociologia. E essas próprias áreas se renovariam, se revolucionariam pela aplicação do método.

O estatuto da história econômica como ciência nasceu, portanto, de uma série de disputas travadas entre 1930 e 1970. Primeiro, por Febvre e Bloch, na luta por conferir o próprio estatuto científico à história ante as demais áreas do saber. Vencida essa disputa, floresceu a chamada segunda geração dos Annales, capitaneada por Braudel. A disputa passou então a ser com as chamadas ciências quantitativas, que objetivavam a redução do conhecimento histórico a uma subárea da economia e da estatística. O esforço de resposta a esse golpe redundou na história serial, método de predileção da segunda geração dos Annales, e inverteu a ordem do argumento: mesmo que a história quantitativa fosse uma importante ferramenta, o mais importante no ofício dos historiadores econômicos era dotar os números de significação, o que demandava um alargamento da própria concepção de *corpus* documental.

## **NOVAS HISTÓRIAS E A HISTÓRIA DOS HISTORIADORES**

Uma terceira e dura disputa imposta à história econômica veio com a terceira geração dos Annales. Conforme apontaram João Luís Fragoso e Manolo Florentino (1997), os 25 anos anteriores (lembrando que o texto deles é de 1997) haviam assistido ao aparecimento de críticas cada vez mais contundentes ao tipo de reflexão em meio da qual era produzida a história econômica. As críticas se traduziram em um questionamento aos dois principais paradigmas explicativos sobre os quais se erigia a investigação histórica de ponta nas décadas de 1950 e 1960: a Escola dos Annales e a historiografia marxista. Em termos gerais, o que unia essas concepções eram as ênfases na longa duração e nas estruturas econômico-sociais para a compreensão das sociedades, *locus* privilegiado para o estudo até mesmo da política e da cultura. Do ponto de vista da praxiologia histórica,

havia, de outro lado, a constante preocupação com a utilização de fontes propícias à quantificação e à seriação. A partir de maio de 1968, catalisaram-se posições que se desenvolviam pelo menos desde meados de 1960, e autores como Jacques Le Goff e outros, de dentro dos próprios *Annales*, puseram em dúvida os princípios vigentes (FRAGOSO; FLORENTINO, 1997).

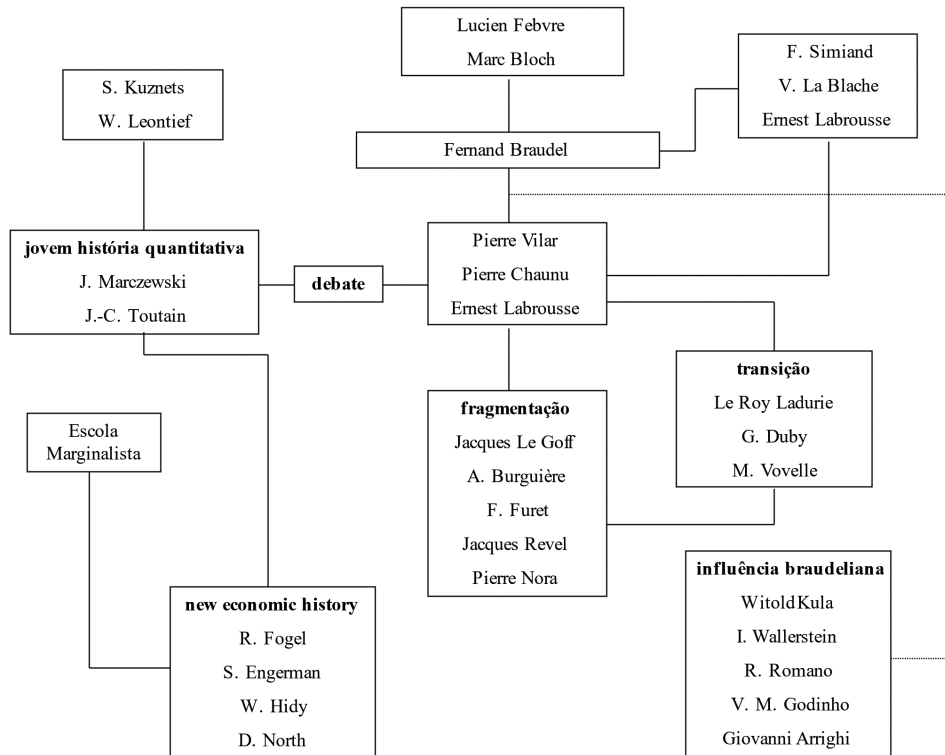
Apesar de certa resistência à emergência da chamada *nova história*, principalmente por parte de Georges Duby, Michel Vovelle e Le Roy Ladurie, que estão na transição entre uma história e outra, certos historiadores encontraram espaço<sup>9</sup> no contexto mais geral da crise dos paradigmas interpretativos, e conseqüentemente da história total, e tornaram-se dominantes no âmbito da historiografia francesa e mundial. “Jacques Le Goff, A. Burguière, François Furet, Jacques Revel e Pierre Nora transferiram o itinerário intelectual dos *Annales* da base econômica para a ‘superestrutura’, do porão ao sótão” (BURKE, 1997, p. 81).

Conforme assinala Peter Burke, no interior do grupo dos *Annales*, alguns sempre estiveram envolvidos prioritariamente com os fenômenos culturais — tome-se o exemplo de Alphonse Dupront, um historiador da geração de Braudel não muito conhecido, mas que exerceu considerável influência sobre a nova geração. As mudanças, contudo, não implicaram uma maior unidade temática entre os *Annales*. Os temas orientavam-se para a psico-história, ideologias, o imaginário social, as narrativas centradas nas mulheres, nos despossuídos, nas minorias étnicas ou religiosas, nos marginais e em todos os novos personagens da história e do cotidiano. Segundo Silva (2001, p. 283-284), na transição da segunda para a terceira geração dos *Annales*, substituiu-se o paradigma da *história ciência social* para o da *nova história cultural*. Com essa substituição, a própria possibilidade de conhecimento de um passado objetivo, sequencial e comprometido com uma determinada noção de objetividade foi questionada. Assim se deu a conformação do conhecimento histórico aos quadros do pós-modernismo. Ganhou-se, por um lado, com o alargamento das fontes e dos objetos passíveis de estudo histórico e, por outro, perdeu-se, com a terceira geração, a ambição e o furor explicativos próprios das gerações anteriores. A Figura 1 sintetiza os debates e rupturas até aqui elencados.

---

9 Esse espaço intelectual, precedido pela VI Seção da *École Pratique des Hautes Études*, foi instaurado no momento em que Braudel se aposentou (1972) e Jacques Le Goff tornou-se o presidente da reorganizada *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (BURKE, 1997, p. 79).

Figura 1 – Organograma das gerações de pesquisadores em história e história econômica



Elaboração própria.

Teria a nova história francesa jogado uma pá de cal sobre as preocupações mais totalizantes, sistêmicas e estruturais típicas da história econômica da segunda geração dos Annales? Em certo sentido sim, pois se verificam significativas mudanças na abordagem — agora fragmentária — e nos temas de pesquisa. Exemplo disso é a clara distinção entre *O mediterrâneo* (1949) de Braudel e *Les paysans de Languedoc* (1966) de Le Roy Ladurie. Apesar de ambos trabalharem com a referência temporal da longa duração e manifestarem uma personalidade criativa similar, o espaço que abarcam é totalmente distinto; o primeiro tentou capturar o espaço de uma economia-mundo em vias de expansão global, ao passo que o segundo capturou a história das continuidades de

um pequeno aglomerado urbano. Munidos de uma abordagem mais voltada ao universo cultural e às mentalidades, Le Goff e seus seguidores elegeram como tema de predileção os hábitos, os costumes, as vestimentas, o pitoresco e o específico em detrimento das conexões mais gerais de sentido. Evidentemente, não se condena aqui esse mergulho da história nas minúcias da cultura e sua aproximação da cultura material; mas se defende que a história (pelo menos a que se pretende analítica e problematizadora) se pautar nos nexos que ligam o específico e o universal e busque, nos indícios, às vezes os mais irrelevantes, algum plano para uma reflexão mais ampla.

Por outro lado, em certo sentido, uma ampla gama de estudos mergulhou na contracorrente e manteve o seu caráter totalizante. Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, apesar de não serem historiadores de formação, navegaram com muita propriedade nesse oceano, certamente orientados por Fernand Braudel. Em plena vigência da crise dos paradigmas, Wallerstein publicou os volumes de *O sistema mundial moderno*, com uma apresentação que é quase um tributo à história. O autor assume que inicialmente pretendia estudar o fenômeno da mudança social e, nele, o da formação dos Estados, tema típico da ciência política, porém reconhece, de saída, que tal empreitada fracassaria se nenhuma aproximação fosse feita com a *história pensada*, típica dos Annales.

Trabalhando com as noções de centro, periferia e centro-periferia, Wallerstein (1974) enxerga na hierarquia da economia-mundo do século XVI as raízes da formação de um sistema competitivo interestatal<sup>10</sup>. Nesse sistema, as economias fortes do centro desenvolveram Estados nacionais igualmente fortes, e, correlatamente, as atuais periferias (antigas colônias) e semiperiferias, em função de sua posição subordinada na hierarquia do sistema mundial moderno, tornaram-se incapazes de desenvolver Estados plenamente autônomos para submeter a acumulação capitalista aos seus desígnios. O autor nota também que a constituição do sistema mundial moderno abarca uma multiplicidade de formas de organização do trabalho, a despeito de um certo “etapismo” que vigorava no debate da transição feudo-capitalista e da subsunção formal e real do trabalho. Esta multiplicidade engendrava a escravidão negra e os sistemas de *mita* e *encomienda* na América, a *segunda servidão* no Leste Europeu e o assalariamento na Inglaterra, em conformidade com o mercantilismo vigente na época moderna. No campo da cultura, nos quadros do sistema mundial, observava-se a dominância da

---

10 Sistema no qual residiria a própria origem do capitalismo.

moral e dos valores (políticos e civis) dos Estados centrais. Restava aos demais países uma cultura mimética, principalmente no que se refere a padrões de consumo.

Cabe salientar que essas hierarquias apontadas por Wallerstein não são extremamente rígidas, e o Estado hegemônico está sempre em alternância. Giovanni Arrighi (2006) parte justamente daí e identifica a sucessão de quatro ciclos sistêmicos de acumulação (CSA), quais sejam: o genovês (séculos XV e XVI); o holandês (final do XVI, todo o século XVII e primeira metade do XVIII); o britânico (segunda metade do XVIII até a Primeira Guerra Mundial); e o americano (desta data em diante)<sup>11</sup>. Cada um desses CSA seria seguido por uma instabilidade sistêmica, da qual emergiria uma espécie de caos (guerra) para dar lugar à constituição de uma nova hegemonia capitaneada por outro Estado que orientaria a interminável acumulação de capitais.

Válidos ou não, esses modelos apresentam notável esforço de intersecção entre as ciências sociais e a história, bem como submetem a análise dos fatos e dos eventos a uma estrutura maior: a longa duração. Em alguns momentos, não é preciso ser historiador para se escrever a história. Afinal de contas, as noções de estrutura e totalidade, que estão intimamente associadas à história explicativa (seja ela típica dos Annales ou marxista), encontraram guarida mais substancial fora do *mainstream* historiográfico. Para nosso bem, o esforço unidisciplinar dos autores elencados (e de outros, como Perry Anderson) foi capaz de defender a *história dos historiadores*.

## APONTAMENTOS PROVISÓRIOS PARA COMBATES INFINDÁVEIS

Apesar da propalada fragmentação do conhecimento histórico e dos novos métodos e abordagens dominantes a partir da terceira geração dos Annales, uma história econômica de cunho totalizante não deixou de existir, haja vista o esforço de Wallerstein e Arrighi. Evidentemente, as transformações ocorridas na cultura, na sociedade, na economia e na política nas décadas de 1970 a 1990 corroboraram a construção de uma história menos comprometida com os debates sistêmicos em função do próprio

---

11 Em *Adam Smith em Pequim*, Arrighi (2008) sugere que estamos em plena crise de instabilidade sistêmica da qual emergirá um novo CSA. Fiori, Medeiros e Serrano (2008) discordam da futurologia arrighiana. A despeito da controvérsia, é interessante notar o exercício de história totalizante empreendido pelo autor na linha de Braudel e Wallerstein.

esgotamento da Guerra Fria, do socialismo e de modelos alternativos *vis-à-vis* o coroamento de um capitalismo triunfante e uníssono. A partir dessa “grande derrota”, a história mais comprometida com a economia, com as transições, com a luta de classes e com a própria política perdeu terreno para a história, digamos, mais próxima ao público leitor (afinal, a terceira geração dos Annales foi um fenômeno editorial na França).

Enfim, impossível não associar a emergência dessa geração com o triunfo incontestável do capitalismo liberal e de seus valores típicos. Porém, esse triunfo vem sofrendo ameaças crescentes, traduzidas num aumento da pressão competitiva entre Estados nacionais, na emergência de projetos hegemônicos regionais e em uma ordem conflituosa em escala global. Nas palavras de José Luís Fiori (2008, p. 67):

Nas próximas décadas, o “núcleo duro” da competição geopolítica mundial deverá incluir ao lado dos Estados Unidos a China e a Rússia [...]. Nessa nova “geopolítica das nações” a União Europeia terá papel secundário, e Índia, Brasil, Irã e África do Sul deverão aumentar o seu poder regional, em escalas diferentes, mas não serão poderes globais, ainda por muito tempo. Haverá uma nova corrida imperialista e ela provocará aumento dos conflitos localizados entre os principais Estados e economia do sistema. Mas é difícil prever os caminhos do futuro, depois desta nova era imperialista.

O fato é que a internacionalização americana associada ao crescimento chinês já produziu uma mudança estrutural de longa duração no sistema mundial. Veremos ainda qual tipo de história estará preparada para responder aos problemas do futuro.

## REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. São Paulo: Contraponto, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. São Paulo: Jorge Zahar, 2002.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. v. 3: O tempo do mundo.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2007.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. Lisboa: Biblioteca de Ciências Humanas, 1976.

BRAUDEL, Fernand. **O modelo italiano**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHAUNU, Pierre. **Historia cuantitativa, historia serial**. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

FALEIROS, Rogério Naques. Os combates de Lucien Febvre. **Revista Estudos de História**, Franca, v. 11, n. 2, p. 41-64, 2004.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Biblioteca de Ciências Humanas, 1985.

FIORI, José Luís. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. *In*: FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 11-70.

FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. História econômica. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 25-40.

KUZNETS, Simon. **Crecimiento económico de posguerra**. México: Unión Tipográfica Editorial Hispano Americana, 1964.

KUZNETS, Simon. **Teoria do crescimento econômico moderno: taxa, difusão e estrutura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

LABROUSSE, Ernest. **Fluctuaciones económicas e historia social**. Madrid: Tecnos, 1980.

LACOSTE, Yves (org.). **Ler Braudel**. Papirus: Campinas, 1989.



MARCZEWSKI, Jean. ¿Qué es la historia cuantitativa? *In*: MARCZEWSKI, Jean; VILAR, Pierre. **¿Qué es la historia cuantitativa?** Buenos Aires: Nueva Visión, 1973. p. 11-68.

MARCZEWSKI, Jean; VILAR, Pierre. **¿Qué es la historia cuantitativa?** Buenos Aires: Nueva Vision, 1973.

MOTTA, José Flávio. Agonia ou robustez? Reflexões acerca da historiografia econômica brasileira. **Revista de Economia da PUC-SP**, São Paulo, ano 1, v. 1, p. 117-138, 2009.

SILVA, Rogério Forastieri. **História da historiografia**. Bauru: Edusc, 2001.

SOBOUL, Albert. **A Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1974.

VILAR, Pierre. Para una mejor comprensión entre economistas e historiadores. ¿Historia cuantitativa o economía retrospectiva? *In*: MARCZEWSKI, Jean; VILAR, Pierre. **¿Qué es la historia cuantitativa?** Buenos Aires: Nueva Vision, 1973. p. 69-97.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**. Porto: Afrontamentos, 1974. v. 12.

# O CAPITALISMO EM BRAUDEL E WALLERSTEIN

o conceito resiste quando aplicado à periferia?<sup>12</sup>

Rodrigo Fontanari · Pedro Geraldo Saadi Tosi

## ANÁLISE DO PROBLEMA: NOÇÕES E CONCEITOS

Um modelo, isto é, uma espécie de navio construído em terra e depois lançado ao mar. Ele flutua? Navega? Então a explicação que ele sustenta pode ser válida.

Fernand Braudel (1996b, p. 575)

Serão válidos os conceitos de economia-mundo e de sistema mundial para outras realidades históricas afastadas da época a que se referem Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein em, respectivamente, *Civilização material, economia e capitalismo (séculos XV-XVIII)* e *O sistema mundial moderno*? Para responder a essa pergunta, aplicamos esses conceitos em nossa análise sobre a sociedade brasileira e destacamos

---

12 Versão modificada deste texto foi publicada nos *Anais do VII Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo* (Florianópolis: UFSC, 2013. v. 1, p. 266-296).

alguns personagens que, na passagem do século XIX para o XX, atuaram de forma indelével na economia do complexo cafeeiro em território paulista. Seleccionamos assim as figuras de Antonio da Silva Prado e Theodor Wille, grandes empreendedores do mundo do café brasileiro, a fim de averiguar se seriam eles capitalistas aos moldes de Braudel e Wallerstein. Verificamos ainda a validade de outros instrumentais capitalistas explorados pelos autores — como a moeda e o crédito — para entender como se organizam, em uma mesma economia-mundo, distintas partes, cuja posição respeita uma hierarquia entre nações, entre estados, entre regiões, entre cidades e entre atores sociais.

Mas, antes de colocar nosso *barquinho de papel* — como Braudel nomeou seu modelo de análise — para navegar em águas estranhas, uma vez que o estudo original se voltou à compreensão do tecido social e econômico da Europa anterior à Revolução Industrial, demarcamos a seguir o roteiro de nossa viagem a fim de evitar desvios de rotas. Começamos pela descrição de conceitos nodais do pensamento de Braudel, como *capital* e *capitalista*, e a relação deles com o cerne da questão, que é a noção de *capitalismo*. Vimos, ainda, como essa noção foi arquitetada historicamente e difere, muitas vezes de maneira radical, da visão de outros autores, como Wallerstein, que, embora tenha mantido desse modelo o circuito capitalista, agregou-lhe outras dimensões. Feito isso, partimos para uma breve caracterização da sociedade cafeeira nacional, captada aqui, como dito, sob o prisma de dois atores: Antonio da Silva Prado e Theodor Wille.

## O LUGAR DOS CONCEITOS EM BRAUDEL E EM WALLERSTEIN

A palavra que então acode mais espontaneamente ao espírito é bem capitalismo. Irritados, expulsamo-la pela porta e ela volta em seguida a entrar pela janela. Pois não lhe encontramos um substituto adequado e isso é sintomático.

Fernand Braudel (1987, p. 42)

Para ajudar a determinar o que Braudel denominou de *capitalismo*, visitamos nesta seção alguns importantes instrumentais teóricos do pensamento braudeliiano, a fim de captar seu *modelo histórico estruturante*. Entre eles, destacamos a noção de

*longa duração*, a ideia de *economia-mundo* e a perspectiva *tricotômica da economia*. Esse percurso é necessário para, mais bem munidos, adentrarmos o terreno do *capitalismo em si*.

## A longa duração

O conceito de *longa duração* está intimamente vinculado a certa visão estrutural da história. Para Braudel, “a palavra ‘estrutura’, seja superestrutura ou infra-estrutura, corresponde às realidades sociais, econômicas e culturais de longa duração” (O CAPITALISMO, 1989, p. 127). A história vai sendo construída a partir de um prisma que enfoca as permanências, aquelas realidades que se desenrolam de forma mais morosa no tempo. Existe, nessa concepção, todo um aporte temporal que tem revolucionado o modo de fazer história, em uma linha que vem desde a fundação dos *Annales*, no final da década de 1920, com Marc Bloch e Lucien Febvre (REIS, 2000).

A partir de então, a história passou a considerar como histórico não só os eventos mais dinâmicos das sociedades, que pululam a todo instante diante de nossos olhos, mas também aquilo que não muda, ou muda muito lentamente. Essa história, de caráter mais geográfico, foi qualificada por Braudel, em oposição à história do acontecimento e da conjuntura, como de *longa duração*. Ela se debruça sobre a camada do tempo que, para ele, interfere de forma mais aguda na vida dos homens, “pois nada é mais importante, a nosso ver, no centro da realidade social, do que essa oposição viva, íntima, repetida indefinidamente entre o instante e o tempo lento a escoar-se” (BRAUDEL, 2005, p. 43).

É, pois, sob o signo do tempo lento, que o autor estabelece sua visão de *história estrutural*. Essa noção não tem nenhum parentesco com a visão estruturalista de outras áreas do conhecimento — a mais famosa é aquela concebida pelo antropólogo Claude Lévi-Strauss, expressa em seu *Antropologia estrutural*. De acordo com Braudel (2002, p. 356):

A história assim privilegiada é por mim chamada estrutural, sob o signo da duração, da repetição, da insistência. Digo estrutural sem me preocupar com o estruturalismo dos lingüistas, que não me incomoda, nem me tenta, sem me preocupar com o estruturalismo dos pernósticos dos anos sessenta, para quem a estrutura não

é mais do que um sistema de relações abstratas. Para o historiador, trata-se, ao contrário, de coisas bem reais. É estrutura, para ele, o que, na massa de uma sociedade, resiste ao *tempo*, perdura, escapa das vicissitudes, sobrevive com obstinação e sucesso.

## A economia-mundo

O ajuste das lentes para captar movimentos de longa duração e de longo alcance acabou por revelar novos sujeitos e objetos. No projeto que levou a cabo, Braudel queria compreender a economia europeia em relação ao mundo, num período de mais de trezentos anos<sup>13</sup>. Ou seja, o próprio mundo aparece como *objeto*, ou melhor, como *sujeito em si*, na representação proposta pelo modelo histórico braudeliiano (FOURQUET, 1989, p. 80). Para François Fourquet (1989), estávamos diante de um novo *espaço-tempo*, cuja dilatação exigiu um esforço sem precedentes de captação e sistematização de fontes e documentos e acabou por revelar um novo “ordenamento do mundo”, que se traduziu no conceito analítico de *economia-mundo* (FOURQUET, 1996, p.76-96).

[A economia-mundo seria] um encaixe, uma justaposição de zonas ligadas entre si, mas em níveis diferentes. Desenham-se no local três “áreas”, três categorias pelo menos: um centro restrito, regiões secundárias bastante desenvolvidas e finalmente enormes margens exteriores (BRAUDEL, 1996b, p. 29).

Conforme nos deslocamos de uma área para outra, alteram-se características sociais, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas. O conceito de *economia-mundo* pressupõe assim um modelo introvertido e multifacetado de divisão internacional do trabalho, e é nesse ponto que a análise de Wallerstein converge para o modelo braudeliiano. As regiões centrais captam a maior fatia do lucro concebido nas transações comerciais e financeiras e são as áreas que retêm os maiores benefícios, cristalizados na forma de vantagens materiais, financeiras e tecnológicas em relação às demais zonas do espaço econômico (WALLERSTEIN, 1990, p. 339). Nas palavras de Braudel (1996b, p. 16):

---

13 A proposta de fazer um balanço da história econômica da Europa pré-industrial foi colocada a Fernand Braudel por Lucien Febvre, no início da década de 1950 (ROJAS, 2003).

Não há economia-mundo sem um espaço próprio e significativo por várias razões: ele tem limites e a linha que o contorna confere-lhe um sentido, tal como as margens explicam o mar; [...] implica um centro em benefício de uma cidade e de um capitalismo já dominante, seja qual for sua forma. [...] hierarquizado, esse espaço é uma soma de economias particulares, umas pobres, outras modestas, sendo uma única relativamente rica no seu centro. Daí resultam desigualdades, diferenças de voltagens, através das quais fica assegurado o funcionamento do conjunto.

A noção de economia-mundo carrega consigo, portanto, uma necessária hierarquia entre as partes de um sistema<sup>14</sup> relativamente fechado de divisão internacional do trabalho. Segundo Hobsbawm (1998, p. 206):

não há nada de novo em preferir olhar o mundo por meio de um microscópio em lugar de um telescópio. Na medida em que aceitamos que estamos estudando o mesmo cosmo, a escolha entre o micro e o macrocosmo é uma questão de selecionar a técnica apropriada.

Ou seja, diferentemente do que se pensa, *economia-mundo* não significa *toda economia do globo*. Muito pelo contrário. Ela corresponde, nessa totalidade, a uma parte que trabalha de forma acoplada, com sintonias e idiosincrasias harmonizadas à força de hierarquias que levam à acumulação do lucro mercantil em determinados setores das regiões centrais.

Braudel chama a atenção para como, no entanto, a *economia-mundo capitalista europeia* conseguiu abarcar o mundo todo entre os séculos XV e XVIII. Constata-se com isso que esse esquema hierarquizado é de suma importância para a dinâmica do capitalismo e para a configuração do mundo tal como o conhecemos, com suas partes ricas e suas partes pobres — ou melhor, com uma divisão entre áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas. Essa condição não é excepcional para a configuração do capitalismo, mas, onde se instala, ele parece jogar a favor da manutenção e do acirramento de desnivelamentos de mercados para manter a vitalidade (BRAUDEL, 1987, p. 62).

---

14 A palavra “sistema” aqui certamente não é da lavra de Braudel, mas de Wallerstein, embora Braudel já pensasse em termos sistêmicos sem o dizer.

## O capitalismo

Adiantando-se às expectativas, o conceito de *capitalismo* impôs-se à nossa análise. Mas não por acaso. O alargamento do quadro espaço-temporal vislumbrado por Braudel trouxe, em sua esteira, novos sujeitos, e um deles é o próprio *capitalismo* (FOURQUET, 1989, p. 80). Esse “aparecimento” da noção de capitalismo é então:

um dos frutos mais ricos do “deslocamento de perspectiva” braudeliiano: ele nos permite colocar de outra maneira o problema das relações entre econômico e político [...]. Existem duas perspectivas para tratar desse problema. A primeira está situada dentro de um Estado-nação e tenta avaliar a respectiva importância do Estado e do capital. A segunda é tirada do ponto de vista interior para se localizar no ponto de vista do mundo inteiro. Lá em cima, a vista é completamente diferente (FOURQUET, 1989, p. 87).

Um exemplo singular dessa forma de “olhar o mundo lá de cima”, dilatando os limites territoriais de um Estado para captar do alto a *economia-mundo*, é a obra *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II* (BRAUDEL, 1984). Nela, Braudel demonstra como quatro cidades italianas (Veneza, Gênova, Florença e Milão) regeram a *economia-mundo* mediterrânica na segunda metade do século XVI. “Ele esboça a imagem de uma ordem nova, uma *ordem leve* dirigida por um centro que funciona por captagem e não pela autoridade, à maneira de uma Igreja ou de um Estado” (FOURQUET, 1989, p. 81).

Depois de proposto por Braudel, o modelo de economia-mundo foi amplamente desenvolvido por Wallerstein. O sociólogo estadunidense cunhou a noção de *sistema mundial moderno* para se referir à economia-mundo capitalista europeia e seus sub-sistemas de divisão internacional do trabalho, de valorização mercantil e de separação entre Estados fortes do centro e Estados fracos da periferia. As análises dos dois autores têm semelhanças, principalmente quanto à noção de *espaços econômicos hierarquizados*. Em Wallerstein, a hierarquização aparece sob a forma de *cadeias mercantis*:

uma divisão social estendida do trabalho, a qual, ao longo do desenvolvimento do capitalismo histórico, tornou-se cada vez mais funcional e mais ampliada



geograficamente, e ao mesmo tempo cada vez mais hierárquica. Essa hierarquização do espaço na estrutura dos processos produtivos levou a uma crescente polarização entre áreas centrais e periféricas da economia-mundo, não só em termos de critérios distributivos (níveis de renda real, qualidade de vida), mas também, de modo ainda mais importante, nos *loci* da acumulação de capital (WALLERSTEIN, 2001, p. 29).

Eles também concordam quanto ao fato de ser o capitalismo um fenômeno de escala europeia que aos poucos foi “ordenando” o mundo, contudo discordam sobre a época em que esse processo se iniciou. Para Wallerstein (2001, p. 18), “a gênese desse sistema social se situa na Europa no final do século XV; [...] de lá pra cá, ele se expandiu no espaço até cobrir todo o planeta no final do século XIX; e [...] ainda engloba a terra inteira”. Para Braudel, o capitalismo é um fenômeno anterior à Revolução Industrial (do século XVIII). O autor identificou vestígios de um *primeiro capitalismo* que remonta aos séculos XI e XII, nas cidades italianas; desta maneira, encara o capitalismo como uma realidade de longa duração. Em sua visão:

um capitalismo em potencial se esboça desde a alvorada da história, se desenvolve e se perpetua ao longo dos séculos. [...] Com grande antecedência, há sinais que anunciam o capitalismo: o desenvolvimento das cidades e das trocas, o surgimento de um mercado de trabalho, a densidade da sociedade, a difusão da moeda, o aumento da produção, o comércio longínquo ou, se quisermos, o mercado internacional (BRAUDEL, 1996, p. 576-577).

Braudel se desvencilha assim da discussão sobre a passagem do feudalismo para o capitalismo, oriunda da perspectiva marxista de análise da mudança social sobre o período. Wallerstein, por sua vez, a incorpora juntamente com os argumentos fundamentais de Marx para compreensão da acumulação primitiva de capitais: dívida pública, expropriação e negócios coloniais atuando em simultâneo. Daí provém outra nuance entre as concepções dos dois autores. Para o primeiro, o capitalismo é formado principalmente por relações mercantis e financeiras das quais também participa, eventualmente, o Estado. Já, para o segundo, a formação do mercado mundial, a do Estado moderno e a das classes sociais são faces de um mesmo processo histórico em que essas dimensões se entrelaçam e se interpenetram.

De qualquer forma, ambas as análises, com suas particularidades e especificidades — uma de cunho histórico e a outra sociológica —, marcam posição divergente das abordagens de caráter *marxista*. Estas apontam o capitalismo como uma realidade mais recente no tempo, ou seja, falam em capitalismo somente após o século XIX, quando a indústria teria passado a ditar o ritmo da acumulação de capital e quando teria havido a separação formal entre capital e trabalho — e a separação *a fortiori* entre os detentores dos meios de produção e aqueles que, não os tendo, teriam sido obrigados a vender sua força de trabalho<sup>15</sup>.

Do ponto de vista braudeliano, a Revolução Industrial, embora represente uma ruptura, um momento de reestruturação econômica e social, não significa nenhuma mudança estrutural para o *capitalismo*, a não ser a abertura de uma área de acumulação no sistema produtivo, na qual, a partir deste evento, *ele* se sentirá também em casa. “Mas, com ou sem razão, defendo que através dessa grande mutação [a Revolução Industrial] o capitalismo se manteve, no essencial, igual a si mesmo” (BRAUDEL, 1996b, p. 577).

Os autores destoam ainda das vertentes marxistas quanto à importância da formação de um mercado de trabalho para a constituição do capitalismo. Wallerstein, ao se manifestar sobre a proletarianização da mão de obra, afirma:

O que surpreende não é que tenha havido tanta proletarianização, mas que ela tenha sido tão pequena. Tal sistema social histórico existe há pelo menos quatrocentos anos. Apesar disso, não se pode dizer que a força de trabalho realmente proletarianizada na economia-mundo capitalista ultrapasse a metade do total (WALLERSTEIN, 2001, p. 22).

Ora, para Marx — e, principalmente, para os marxistas —, a formação de um mercado de trabalho assalariado só teria sido possível após a Revolução Industrial. Braudel, no entanto, afirmou o seguinte:

Mas não há dúvida: o mercado de trabalho — como realidade, se não como conceito — não é uma criação da era industrial. O mercado de trabalho é aquele em que um

---

15 É comum encontrar na obra de alguns estudiosos passagens como esta: “A partir da segunda metade do século 18, com a primeira Revolução Industrial e o nascimento do proletário [...]” (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p. 10).

homem, venha de onde vier, se apresenta despojado de seus “meios de produção”, supondo que alguma vez os teve: uma terra, um tear, um cavalo, uma carroça... Ele só tem a oferecer as mãos, os braços, sua “força de trabalho”. E, claro, sua habilidade. O homem que se aluga ou se vende desse modo passa pelo buraco estreito do mercado e sai da economia tradicional (BRAUDEL, 1996, p. 37).

Todos esses elementos trazidos até aqui para nossa análise evidenciam duas constatações sobre o *modelo histórico estruturante* de Braudel: a primeira é seu modo de pensar baseado na proposição de *economia-mundo* e na *longa duração*, já que o evento tido como fundador do mundo contemporâneo, ou seja, a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, não passa de mais um acontecimento enquadrado numa perspectiva de *capitalismo* comprimida (de acordo com o historiador francês, a formação de um mercado de trabalho tem centenas de anos de gestação e data, em partes da Europa, dos séculos XII, XIII e XIV); e a segunda é a constituição, ainda que incipiente, daquilo que denominamos de uma *visão tricotômica da economia*, em que o *mercado* aparece acima de um traço que o separa da *economia tradicional*, enquanto o *capitalismo* está situado, bem como seus atores, no topo da cadeia mercantil. As ações de maior lucratividade e as vantagens comerciais ficam assim restritas a uma pequena parcela do tecido social. Feito esse trajeto, chegamos ao cerne do pensamento braudeliano, segundo o qual, a “distinção ainda não é corrente nas nossas discussões, é verdade, mas, pouco a pouco, vai-se criando o hábito de designar por capitalismo os níveis superiores. O capitalismo é, cada vez mais, um superlativo” (BRAUDEL, 1996b, p. 584).

### *A visão tricotômica da economia*

Um caminho para compreender o conceito de capitalismo no edifício braudeliano é distingui-lo dos diferentes níveis do mundo econômico, isto é, via perspectiva *tricotômica da economia*. Por essa matriz de observação, Braudel teceu a ideia de capitalismo em contraposição àquilo que este não é, ou seja, os estratos da *vida material* e a *economia de mercado*. Somos impelidos assim por seu pensamento a reavaliar “muitos pontos de vista sobre um ‘sistema’ que seria capitalista de alto a baixo da sociedade. Há, pelo contrário, para falar resumidamente, uma dialética

viva do capitalismo em contradição com o que, abaixo dele, não é o verdadeiro capitalismo” (BRAUDEL, 1996b, p. 585).

A economia vista dessa forma está dividida em três andares. O primeiro representa um nível elementar dominado pela *vida material*, ao rés do chão, marcado pela permuta, pelo autoconsumo, e com uma configuração dada, em última instância, pelo *valor de uso*. É o local das soluções civilizacionais que visam manter, antes de tudo, a própria existência. Braudel alicerça o mundo econômico nesse patamar, que denomina *estruturas do cotidiano*, aquilo “que, na vida, se encarrega de nós sem que o saibamos sequer: o hábito — melhor, a rotina”. A *vida material* é “uma parte apenas da vida ativa dos homens, tão profundamente inventores quanto rotineiros” (BRAUDEL, 1987, p. 14).

Essa vida material, tal como a compreendo, é o que a humanidade, no transcurso de sua história anterior, incorporou profundamente à sua própria vida, como nas próprias entranhas dos homens, para quem tais experiências ou incitações de outrora se convertem em necessidades do cotidiano, em banalidades. E ninguém as observa com atenção (BRAUDEL, 1987, p. 14).

Subindo os degraus, chegamos ao segundo andar, a *economia de mercado*, onde acontecem as trocas dos excedentes produzidos no primeiro andar. Local de barulho, de regularidade, da transparência, do comércio habitual, do mercado, das trocas efetuadas num raio curto — e por isso exigente quanto ao tipo de moeda e de instrumentos de crédito —, seus agentes são altamente especializados. Sofrem com isso o peso da concorrência, que os priva de maiores possibilidades de acumulação de capital e, assim, de tocar o terceiro andar. Aqui o sentido das ações é dado pelo *valor de troca*. O mercado é, portanto, o local:

predileto da oferta e da procura, do recurso a outrem, sem o que não haveria economia no sentido comum da palavra, mas apenas uma vida “encerrada” [...] na autossuficiência ou na não-economia. O mercado é uma libertação, uma abertura, o acesso a outro mundo. É vir à tona. A atividade dos homens, os excedentes que eles trocam passam aos poucos por essa brecha estreita com tanta dificuldade, no princípio, como o camelo da Escritura pelo buraco da agulha. Depois os buracos se alargaram,

se multiplicaram, tornando-se a sociedade, no fim do caminho, uma “sociedade de mercado generalizado” (BRAUDEL, 1996a, p. 12).

O terceiro andar é o local privilegiado do *capitalismo*. Agremiação composta de poucos participantes e amplamente diversificada quanto aos negócios e investimentos, alimenta-se dos dois andares econômicos que estão situados logo abaixo (a vida material e a economia de mercado). O capitalismo, situado no topo da hierarquia social e mercantil, representa *um lugar*: a faixa superior da sociedade e da economia. Em suma:

o principal privilégio do capitalismo, hoje como ontem, continua sendo a liberdade de escolha — um privilégio que tem a ver simultaneamente com a sua posição social dominante, com o peso de seus capitais, com suas capacidades de empréstimos, com sua rede de informações e, em igual medida, com os vínculos que, entre os membros de uma minoria poderosa, por mais dividida que esteja por obra do jogo da concorrência, criam uma série de regras e cumplicidades. Decerto seu campo de ação se ampliou muito, uma vez que todos os setores da economia lhe servem e que, em particular, penetrou amplamente na produção. Mas, enfim, assim como ontem não abrangia toda a economia mercantil, hoje ele deixa fora de suas mãos importantes volumes de atividade, abandonando-os a uma economia de mercado que gira por si própria, à iniciativa de pequenas empresas, ao empenho artesanal e operário, por conta do povo. Ele se assenta, tem seus territórios de caça reservados: a grande especulação imobiliária e bolsista, o grande banco, a grande produção industrial a que seu peso e sua organização deixam uma grande liberdade de fixação dos preços, o comércio internacional, ocasionalmente, mas apenas em casos particulares, a produção agrícola ou mesmo os transportes [...]. E, como pode escolher, o capitalismo tem a capacidade, a qualquer momento, de mudar de rumo: é o segredo de sua vitalidade (BRAUDEL, 1996b, p. 578).

O capitalismo, assim, constitui-se num setor totalmente oposto à *economia de mercado*. Ele representa o lugar da diversificação dos negócios, da liberdade de escolha, pois nunca está encerrado, ou melhor, especializado em uma só atividade. O capitalismo persegue as operações e negócios mais rentáveis e lucrativos e vem quase sempre acompanhado de características monopolísticas. Via constituição de monopólios, seus agentes conseguem mascarar as trocas para minar a concorrência

ordinária e auferir maiores margens de lucros. Efetuadas sempre sobre os desnive-  
lamentos de mercado, essas trocas garantem a acumulação e a concentração de capi-  
tais nas mãos de uma minoria: as *elites*.

### *A elite e o monopólio*

O termo *elite* é aqui utilizado de acordo com a versão braudeliana. Corresponde ao grupo privilegiado de atores que, com prejuízo para os “habitantes de baixo”, ocu-  
pam o topo da hierarquia social de determinada sociedade e detêm:

o poder, a riqueza, uma grande parte dos excedentes da produção; cabe a eles gover-  
nar, administrar, dirigir, tomar decisões, assegurar o processo do investimento,  
portanto da produção; a circulação de bens e de serviços, os fluxos monetários con-  
vergem para eles (BRAUDEL, 1996a, p. 415).

O capitalismo, portanto — e diferentemente daquilo exposto por outros pen-  
sadores —, não abrange todo o conjunto da sociedade. Pelo contrário, por estar  
situado no cume da hierarquia social e mercantil, elege aqueles setores mais pro-  
pícios à alta lucratividade, sobre os quais acaba por exercer o monopólio de direito  
e a manipulação dos preços. Distingue-se, dessa forma, da economia de mercado,  
local da concorrência e da especialização. Por isso, na concepção braudeliana, o  
capitalismo, como:

o lugar do investimento e da alta taxa de produção do capital, tem de ser reinserido  
na vida econômica, cujo volume não ocupa por inteiro. Há, pois, duas zonas onde  
o situar, a que ele ocupa e é como sua sede preferencial; a que ele aborda de esgue-  
lha, na qual se insinua, mas a qual nem sempre domina. Até a revolução do século  
XIX, momento em que se apropriará da produção industrial promovida à categoria  
do grande lucro, é na circulação que o capitalismo se sente mais em casa. Ainda que,  
ocasionalmente, não se prive de incursões em outros domínios. Ainda que a circu-  
lação não o interesse em sua totalidade, uma vez que controla, que procura contro-  
lar, apenas alguns dos seus caminhos (BRAUDEL, 1996a, p. 201).

Aqui já estamos na escala do comércio internacional, dos longos caminhos percorridos pela mercadoria, do comércio inusual, que não se realizaria sem instrumentos especializados de créditos, de grande vulto, para garantir a circulação e a realização do circuito do capital, assentado em moedas fortes. Ainda referente à relação do capitalismo com os monopólios, Wallerstein (2001, p. 16) afirma que:

A taxa de acumulação obtida individualmente por cada capitalista dependia de um processo de “competição”, com recompensas maiores para aqueles que possuíam mais perspicácia, maior habilidade no controle da sua força de trabalho e maior acesso às decisões políticas que regulamentavam operações mercantis específicas (conhecidas em geral como “monopólios”).

### *E, mais uma vez, o capitalismo*

Para Braudel, *capitalismo* requer ainda a noção de *capital* (o termo remonta ao século XIII e XIV, com sentido de fundo, estoque de mercadorias e dinheiro que rende juros) como um instrumento essencial do progresso. Aos poucos, essa noção foi sendo substituída pela de *dinheiro produtivo*, aquela soma de dinheiro acumulada e introduzida na economia para ser reproduzida e aumentada pelo *capitalista*<sup>16</sup>. Braudel entende por *capitalista* (ainda no século XVII, refere-se àqueles possuidores de títulos públicos, valores mobiliários ou dinheiro líquido para investir) o grande negociante empreendedor, que ora se alia, ora se distancia do Estado, mas que está longe de ser um simples comerciante. Sua vocação é servir-se dos meios financeiros para promover e manejar setores inteiros da economia — de qualquer parte do mundo — e receber vantagens (BRAUDEL, 1996a, p. 201, 207). “Claro que a faculdade de adaptação, sua agilidade, sua força repetitiva não colocam o capitalismo ao abrigo de todos os riscos. Quando há grandes crises, muitos capitalistas sucumbem, mas outros sobrevivem, outros instalam-se” (BRAUDEL, 1996b, p. 578).

---

16 Em Marx, capital carrega o sentido de *meio de produção*.



Nessa concepção ainda, vemos que o capitalismo tende a ser, antes de tudo, *comercial*, isto é, o capital de maiores grandezas é decorrente do comércio e de trocas realizadas no raio da economia-mundo.

O capitalismo, acredita ele [Braudel], não surge na produção, mas na circulação. Existe capitalismo a partir do momento em que entre compradores e vendedores imediatos interpõe-se um terceiro, o comerciante; e isso é mais especialmente verdadeiro quando o terceiro é um intermediário financeiro, um comerciante de dinheiro — um banqueiro. O lucro capitalista seria, portanto, por natureza, de ordem especulativa. Muito longe de inscrever-se (como pensava Marx) no jogo das equivalências comerciais, ele resulta da capacidade do intermediário capitalista de falsear as regras da troca em seu benefício. Suprima-se os intermediários, parece dizer Braudel, e você estará suprimindo o capitalismo para deixar apenas o justo mercado (CAILLÉ, 1989, p. 102).

Antes de testar a validade do conceito de capitalismo (cunhado por Braudel e Wallerstein) em outros espaços e temporalidades, é necessário pontuar mais algumas observações: o capitalismo, como exposto por Braudel, não pode ser pensado “como um desenvolvimento por fases em saltos sucessivos: capitalismo mercantil, capitalismo industrial, capitalismo financeiro” (BRAUDEL, 1996b, p. 577). São obsoletas as passagens que se apoiam nessa visão, como a seguinte:

Historicamente, o capitalismo assumiu diversas fases. Surgiu como *capitalismo comercial*, fase chamada de mercantilista, entre os séculos XVI e XVIII, e sobre a qual alguns autores discordam se constituiu de fato uma etapa propriamente capitalista ou se deve ser interpretada apenas como um período de transição entre estruturas feudais e estruturas capitalistas; a segunda fase do capitalismo é a momento em que ele atingiu com vigor a produção industrial. Era o *capitalismo industrial de livre concorrência*, característico dos primeiros avanços da Revolução Industrial na Inglaterra de fins do século XVIII e grande parte do século XIX. A seguir surgiu o *capitalismo monopolista*, típico do imperialismo dos anos 1870-1914, e caracterizado pela concentração de capitais e pela luta por mercados e pelo protecionismo das Nações em competição. Por fim, ainda no mesmo período emergiu o *capitalismo financeiro*.

Nessa fase, grandes bancos concentravam os capitais advindos do crescimento econômico, e as bolsas de valores negociavam ações das empresas (SILVA; SILVA, 2005, p. 43, grifos nossos).

A caracterização que faz Braudel do capitalismo é eclética, afasta-se dessas circunscrições do conceito. O “leque mercantil, industrial, bancário, isto é, a coexistência de várias formas de capitalismo, abre-se já em Florença no século XIII, em Amsterdam no século XVII, em Londres já antes do século XVIII” (BRAUDEL, 1996b, p. 577). É por isso também que existe um irrefutável antagonismo com as vertentes marxistas que rejeitam tratar de *capitalismo* “enquanto não se trata da sociedade moderna (*nota*: desde a grande industrialização do século XIX) em que a produção maciça de mercadorias está apoiada na exploração do trabalho assalariado do não-possuidor pelo possuidor dos meios de produção” (MORINEU, 1989, p. 40).

Se para Marx o capitalismo industrial é o único digno de ostentar o termo *capitalismo*, para Braudel ele não é senão *um* capitalismo entre outros. Também Wallerstein, em tom de crítica, afirma que há “os que consideram que só existe capitalismo se existir uma forma específica de relação social no local de trabalho, com um empresário privado empregando trabalhadores assalariados” (WALLERSTEIN, 2001, p. 19); o que, de fato, simplifica demasiadamente a questão.

Esse ecletismo apresentado por Braudel para representar e pensar o capitalismo distingue-se ainda de outras linhagens clássicas subseqüentes às matizadas por Marx. É o caso de Rudolf Hilferding, que tratou o *capital financeiro* como a última versão, a mais acabada e cristalizada do capital. Segundo ele:

O capital financeiro significa a uniformização do capital. Os setores do capital industrial, comercial e bancário antes separados encontram-se agora sob a direção comum das altas finanças, na qual estão reunidos, em estreita união pessoal, os senhores da indústria e dos bancos (HILFERDING, 1985, p. 283).

Para finalizar então nossa jornada pelo vasto mar que é a obra de Braudel e sua influência sobre Wallerstein, cabe enfatizar que o capitalismo, assim entendido, não se encerra num esquematismo grosseiro e não pode ser considerado somente “um sistema econômico”, “sem mais, ao passo que ele vive da ordem social” (BRAUDEL,

1996b, p. 579). Como afirma Wallerstein (1990, p. 337), “um sistema-mundo é um sistema social, [...] sua vida é feita das forças em conflito que o mantém unido por tensão e o dilaceram na medida em que cada um dos grupos procura eternamente remodelá-lo a seu proveito”. E, já desde muito antes do século XIX — como alerta Braudel (1996), mergulhado e ancorado nos exemplos históricos —, o capitalismo (ecléctico em sua essência) molda o mundo.

## O MODELO APLICADO À PERIFERIA

Assim, o modelo que estamos utilizando implica três momentos consecutivos para uma “zona”: encontrar-se na área externa [da economia-mundo], ser incorporada, ser periférica.

Immanuel Wallerstein (2010, p. 180, tradução nossa)

Não somos os primeiros a propor esse tipo de exercício com o modelo braudeliano. Giovanni Arrighi também o fez. O pensador italiano utilizou o esquema interpretativo de Braudel, principalmente aquele apresentado nos volumes dois e três da trilogia *Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII*, para singrar mares não navegados pelo historiador francês, ou seja, propôs-se a analisar os dois séculos posteriores ao século XVIII. Arrighi partiu do pressuposto braudeliano:

de que as características essenciais do capitalismo histórico em sua *longue durée* — isto é, durante toda a sua existência — foram a “flexibilidade” e o “ecletismo” do capital, e não as formas concretas assumidas por ele em diferentes lugares e épocas (ARRIGHI, 1996, p. 4).

Assim, Arrighi conduziu sua análise no sentido de reforçar a visão de que o capitalismo financeiro não é uma etapa peculiar e tampouco o estágio mais recente do capitalismo. A financeirização do capital seria algo recorrente na história do capitalismo e ganharia força em momentos de crise. Trata-se aqui de um resgate do ponto de vista de Marx a respeito de fases habituais na história do capitalismo, que alternam os momentos de expansão material, pela transformação do dinheiro em mercadoria

(D-M), com os de expansão financeira, pela transformação daquela mercadoria na quantia de dinheiro original somada de um incremento (MD'), ou, em suma, "o capital investido no comércio e na produção tende a retornar a sua forma monetária e a se acumular mais diretamente, como na fórmula marxista abreviada (DD')" (ARRIGHI, 1996, p. 8). Não obstante, a concepção de Arrighi dos *ciclos sistêmicos de acumulação*:

deriva diretamente da ideia braudeliana do capitalismo como a camada superior "não especializada" da hierarquia do mundo do comércio. Nessa camada superior é que se fazem os "lucros em larga escala". Nela, os lucros não são grandes apenas porque a camada capitalista "monopolize" as atividades econômicas mais lucrativas; mais importante ainda é o fato de que a camada capitalista tem a flexibilidade necessária para deslocar continuamente seus investimentos das atividades econômicas que estejam enfrentando uma redução dos lucros para as que não se encontrem nessa situação (ARRIGHI, 1996, p. 8).

Essa interpretação eclética de capitalismo pode ser manejada para diferentes realidades espaçotemporais. Ela amplia o campo de análise e possibilita o uso de novas modalidades explicativas para compreender a interconexão dos capitais e dos atores sociais na hierarquização do mundo econômico. Nesta seção, fazemos isso tomando como eixo a economia cafeeira nacional.

Em boa parte dos séculos XIX e XX, o café manteve-se como o principal produto da pauta de exportações brasileiras. Mesmo ante amplas variações na porcentagem produzida ao longo dos anos, o produto foi o sustentáculo da economia nacional entre 1840 e 1950. Deriva daí a expressão, largamente usada por essa época, de que "o café dá para tudo" (LOVE, 1982, p. 64).

A princípio, ainda no início do século XIX, a produção cafeeira de maiores proporções se deu no Vale do Paraíba, onde o café deixou de ser cultivado para simples subsistência e atingiu a escala comercial devido, essencialmente, à generalização do consumo nos grandes centros internacionais e à valorização do preço do produto. Com a escassez do solo na região do Vale do Paraíba, decorrente do caráter predatório da atividade cafeeira, marcada pelo baixo nível técnico no cuidado do terreno e incentivada pela abundância de terras virgens existentes em outras localidades, buscaram-se novas áreas para o cultivo. Por volta da segunda metade do século XIX, a marcha do café irá

se dirigir rumo às terras roxas do denominado *Oeste Paulista* (CANABRAVA, 2004, p. 103). “A fertilidade das terras, a menor idade média dos cafeeiros e as técnicas agrícolas mais eficientes, proporcionavam ao café do Oeste Paulista uma produtividade física cerca de cinco vezes maior do que a verificada na antiga região” (CANO, 1977, p. 32).

Apesar da vultosa acumulação de capital destinada ao mercado internacional, foram notáveis os efeitos que a produção cafeeira, setor principal da economia brasileira, teve no país. Criou-se um verdadeiro complexo a seu redor: o *complexo cafeeiro*.

Complexo cafeeiro é uma noção formulada por Cano (1977), que faz referência a uma gama diversificada de atividades e investimentos cujo núcleo é a produção cafeeira. A esse eixo produtivo se integram — e não apenas a ele, mas também entre si — setores como: transporte ferroviário, infraestrutura urbana, comércio de importação e exportação, produção de alimentos, financiamento, ensacamento, beneficiamento; enfim, todas as atividades necessárias à expansão da atividade nuclear e aceleração do ritmo da acumulação.

A essa atividade principal — centrada no núcleo agroexportador cafeeiro — somaram-se outras, de modo que a circulação de capitais acabou por abranger algumas áreas tidas como *complementares*, por exemplo, as pequenas lavouras de subsistência e o comércio local. Isso fez os municípios situados no roteiro do café, principalmente aqueles nos quais se viu a expansão ferroviária e a chegada de imigrantes, experimentarem um dinamismo que não se restringia aos negócios essencialmente ligados à rubiácea. Outras atividades, em geral ligadas à produção cafeeira, extravasaram seus limites e possibilitaram a acumulação e outros desdobramentos.

Nos grandes centros urbanos, como a cidade de São Paulo, assistiu-se a uma diversificação incontestada do capital cafeeiro. O resultado foram investimentos que favoreceram a constituição de companhias de seguro, exportadoras e importadoras, ferrovias, agências bancárias, empresas de serviços públicos, indústrias de bens de consumo etc. Vale ressaltar, porém, que, nesse quadro, a economia brasileira ocupava uma posição periférica ante os grandes centros consumidores e financeiros europeus e caracterizava-se por uma relação de dependência em relação aos países industrializados. Para Wallerstein a situação não poderia ser diferente, pois:

A divisão de uma economia-mundo supõe uma hierarquia de tarefas ocupacionais na qual as tarefas que exigem maiores níveis de qualificação e uma maior capitalização estão

reservadas às áreas mais bem posicionadas. Dado que uma economia-mundo capitalista recompensa essencialmente o capital acumulado, incluindo o capital humano, em maior medida que a força do trabalho “em bruto”, a má distribuição geográfica destas qualificações ocupacionais envolve uma certa tendência para a sua automanutenção. As forças do mercado reforçam-na em vez de a minar (WALLERSTEIN, 1990, p. 339-340).

Nesse contexto da posição subalterna que o Brasil ocupava como país exportador de produtos agrícolas na divisão internacional do trabalho, o café era o “elemento mais dinâmico do desenvolvimento capitalista no país” (MORAES, 1988, p. 2).

E personagens singulares do ponto de vista da hierarquia social e mercantil atuavam, pois, no seio da sociedade cafeeira — amplamente conectada à economia-mundo europeia. Alguns capitalistas no Brasil, membros da elite, aproximam-se muito daquela imagem de *capitalista* proposta por Fernand Braudel. Vejamos o caso de Theodor Wille e Antonio da Silva Prado.

Dada a *geografia do café*, cuja produção era exclusiva do Brasil, mais especificamente do estado de São Paulo, e dado o distanciamento do país sul-americano em relação aos centros consumidores, que se achavam na Europa e nos Estados Unidos, a comercialização do produto exigia uma malha de comércio baseada em uma intrínca rede de atravessadores.

As maiores casas exportadoras de café sempre foram marcadas pela predominância do capital internacional. A casa alemã Theodor Wille & Cia. teve destacada atuação nesse ramo. Ela desenvolveu “suas atividades no Brasil no período de 1844 a 1943. [...] Durante quase um século a Theodor Wille ocupou-se com negócios de importação e exportação, vinculando-se principalmente à produção e ao comércio de café” (MORAES, 1988, p. 2).

O proprietário e fundador da firma, que leva seu nome estampado, foi Theodor Wille.

Theodor Wille, ao que parece, iniciou sua carreira comercial na firma paterna Diederichsen & Wille, em Kiel, na Alemanha, uma casa de carvão e exportação. Os futuros sócios da firma Theodor Wille de Hamburgo, e da firma Theodor Wille & Cia. no Brasil, os irmãos Karl, Gustave e Heinrich Diederichsen eram filhos do sócio do pai de Theodor Wille (DUM COLABORADOR DA FIRMA, 1946, p. 07).

A empresa foi, em meados do século XIX, uma das primeiras casas estrangeiras a se estabelecer em Santos, um porto ainda secundário em importância se comparado ao do Rio de Janeiro.

[...] o comércio santista assentava-se, até o final do século XIX, no comissariado. Inicialmente este atuava como mero intermediário entre o fazendeiro e o exportador, recebendo uma comissão, geralmente de 3 %, sobre o valor das vendas efetuadas (MORAES, 1988, p. 26).

Eram freguesas da Theodor Wille, entre 1840 e 1850, as cidades de Hamburgo, Bremen, Antuérpia, Havre, Marselha, Rotterdam, Copenhague, Trieste, Boston (MORAES, 1988, p. 29). Além de se relacionarem ao mercado exportador — não só de café, mas também de açúcar e algodão —, os negócios de Theodor Wille envolviam a importação de produtos industrializados da Europa, principalmente de fermentarias e têxteis da Inglaterra e de produtos primários mas escassos no mercado brasileiro, como sal, que era trazido de Cádiz, na Espanha (p. 31-32). Desde 1844, ano em que a firma iniciou suas atividades no país, o fundador, Theodor Wille, “dirigiu pessoalmente sua firma em Santos. Em maio de 1847 embarcou para Alemanha, fixando residência em Hamburgo, e nunca mais voltou ao Brasil” (p. 33).

A firma atuava ainda em outros segmentos, como a exportação de couro cru, chifre, borracha, arroz, mel e cristal de rocha. Ademais, Theodor Wille comprou seus próprios navios, veleiros e embarcações a vapor; fundou sua própria casa importadora em Hamburgo; abriu uma filial na praça do Rio de Janeiro, a fim de ter contatos políticos mais eficazes; montou uma empresa de colonização e importou braços para o café diretamente da Alemanha; em 1871, constituiu-se no principal acionista do recém-fundado Banco Anglo-Alemão em Hamburgo; em 1873, foi cofundador do London & Hanseatic Bank, onde assumiu uma cadeira na diretoria (MORAES, 1988, p. 42-57).

No início da década de 1880, Wille “abriu representações na Áustria e Itália e, poucos anos mais tarde, em todos os países do Mediterrâneo. [...] conseguiu uma posição de monopólio para o café da firma” (MORAES, 1988, p. 69). Com presença direta nas atividades e o financiamento para a “compra de fazenda de café, não



somente a Schmidt e a Diederichsen como também a outros fazendeiros, a firma Theodor Wille & Cia. assegurou o aumento da produção cafeeira de seus clientes e manteve o monopólio sobre essa produção” (p. 106).

Diante desse cenário, não há como negar a diversificação dos negócios de Theodor Wille, fato que é de fundamental importância para se instituir a figura do capitalista braudeliano, pois este não “deposita todos os ovos em uma cesta só” e ainda tem a possibilidade de fugir da zona da economia de mercado, que é marcada pela concorrência e baixos lucros, para se dedicar a uma variada gama de negócios intercontinentais, que lhe dá a possibilidade de constituir monopólios e negociar dinheiro, via crédito bancário, o que resulta em elevada lucratividade.

Outro agente que pinçamos a fim de exemplificar uma das dinâmicas capitalistas braudeliano-wallersteiniana aplicadas ao mundo do café é Antonio da Silva Prado. Esse membro da elite cafeeira paulista, neto do Barão de Iguape e filho de Veridiana da Silva Prado, foi um hábil empreendedor do complexo agroexportador cafeeiro e aparece descrito num almanaque da época assim:

O conselheiro Prado, como é conhecido, é um dos homens mais eminentes de São Paulo, pela sua cultura e pelos seus trabalhos. Nascido em 1840, formou-se em Direito em 1861, iniciando então a sua carreira jornalística que foi brilhante. Em 1865, foi eleito deputado à Assembléia Provincial de São Paulo, e durante as sessões dos anos de 1869, 1872 e 1889 foi delegado pelos seus colegas para a Câmara dos Deputados do Império no Rio. Em 1877 foi presidente da Câmara Municipal de São Paulo; em 1885, a convite do barão de Cotegipe, então presidente do Conselho de Ministros do Império, dirigiu com brilho e grande patriotismo a pasta da Agricultura, sendo então feito conselheiro d’Estado. Como ministro, muito contribuiu o conselheiro Prado para o voto da lei de 21 de setembro de 1885, que declarava livre todo escravo maior de 60 anos; foi esse o primeiro passo para a abolição da escravatura. Em 1887, era nomeado senador do Império e, quando o senador João Alfredo assumiu a chefia do Gabinete de 10 de Março, que devia efetuar a abolição definitiva da escravatura no Brasil, Antonio Prado tomou conta da pasta dos Negócios Exteriores; em seguida, a da Agricultura e por último a das Obras Públicas. Em 1888, foi presidente da Assembléia Provincial de São Paulo e, em 1889, proclamada a República no Brasil, retirou-se da política, dedicando-se à agricultura, à indústria e à finança.

Viajou muito pelo estrangeiro. Em 1898, criava-se o cargo de prefeito municipal de São Paulo, e era para ele eleito, por unanimidade e por três anos, o conselheiro Antonio Prado. Reeleito quatro vezes, exerceu aquelas funções até 1910. A ele se deve o saneamento e embelezamento de São Paulo, cidade que ora rivaliza com as mais adiantadas do mundo. O dr. Antonio Prado é presidente de diversas grandes empresas, tais como: Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais; Companhia Frigorífica e Pastoril de Barretos (com o capital de £ 240.000); Banco do Comércio e Indústria de São Paulo e outras. Foi ele o encarregado, pelo Governo de São Paulo, de negociar o empréstimo de £ 15.000.000 para a valorização do café, o qual teve pleno êxito (LLOYD, 1913, p. 39-F).

Percebe-se que, ao lado de uma eminente atividade política, o conselheiro Prado, como era conhecido, tinha uma pujante vida econômica e atuava — já que possuía capitais para tal monta — sempre no sentido da diversificação dos negócios. Afora as empresas descritas, ele possuía a firma Prado Chaves & Cia., com sede em São Paulo, que foi a maior casa exportadora de café de capital nacional e contava com subsidiárias em Londres, Estocolmo e Hamburgo. Outro seguimento em que não deixou de atuar foi na produção de café. Ele constituiu várias fazendas pelo interior paulista, onde chegou a possuir, em sociedade com outros familiares, somas que ultrapassavam a casa dos milhões de pés de café (LEVI, 1977, p. 254-59). “No fim do Império, os Prado haviam alcançado um grau de poder que transcendia de muito as remotas plantações de café onde sua ascensão à riqueza havia se consolidado” (p. 185).

Mesmo que ancorado em bases familiares, o conglomerado sempre teve como grande líder dos negócios Antonio da Silva Prado. Os Prado reuniam em torno de si setores que envolviam o café (produção agrícola), a ferrovia (transporte), a carne/vidraria (produção industrial), o banco (financiamento), a casa exportadora (comercialização) e as sucursais no exterior, que eliminavam os atravessadores da jogada e aumentavam a possibilidade de maiores lucros.

Ou seja, tanto Theodor Wille quanto Antonio da Silva Prado ocupavam o extrato superior da sociedade cafeeira e, em virtude da diversificação de suas atividades comerciais, são exemplos de capitalistas natos à luz do conceito braudeliano. Se descemos ainda uma escala na hierarquia dos cafeicultores, encontramos alguns agentes de extrema importância em âmbito local e até mesmo regional. Trata-se

de figuras que desempenharam papel relevante na política imperial e republicana e que elegeram, de acordo com suas forças econômicas, um raio de ação assentado nas cidades do interior, vinculado ao lócus de seu poder rural, sem extravasar o espaço dos seus domínios territoriais. Nesse raio, o centro era a fazenda onde residiam e que estava exclusivamente assentada na produção de café. Compunham os estratos subalternos da elite cafeeira e, portanto, não se igualavam em poder político e econômico a um Wille ou a um Prado. Quanto à divisão entre *grandes* e *médios capitais*, Sérgio Silva (1986, p. 55) observa:

Em seu conjunto a importância do capital cafeeiro está em ligação direta com a importância de suas funções comerciais. Isso é verdade se consideramos cada capital individualmente. Porque o desenvolvimento do capital cafeeiro desde essa fase (segunda metade do século XIX) conduziu à sua divisão em duas frações, que podem ser entendidas em uma primeira aproximação, como uma divisão entre grandes capitais e capitais médios. À sua base, contudo, encontra-se a estrutura do capital cafeeiro. Os grandes capitais — isto é, a camada superior da burguesia cafeeira — definiam fundamentalmente uma burguesia comercial. Os médios capitais — isto é, a camada inferior da burguesia cafeeira — definiam sobretudo uma burguesia agrária, cuja fraqueza (resultante do fraco desenvolvimento do capitalismo ao nível da produção) a aproximava de uma simples classe de proprietários de terra.

Fica evidente que a diversificação das atividades da elite em São Paulo — por exemplo, a “formação de um capital bancário paulista, ligado ao capital cafeeiro em geral” (SAES, 1986, p. 77) — desempenhou papel fundamental na formação, por um lado, do *médio capital cafeeiro*, relacionado exclusivamente à propriedade rural e à produção de café, e, por outro, do *grande capital cafeeiro*, relacionado a negócios variados dentro do complexo cafeeiro, principalmente às atividades urbanas, como a comercialização, o financiamento, os serviços públicos etc.

Tal *hierarquização dos capitais* condiz com a imagem braudeliano-wallersteiniana, pois o complexo cafeeiro, entendido aqui como uma *microeconomia-mundo* no interior da *economia-mundo capitalista europeia*, funcionava também através de desnivelamentos de mercado. A acomodação do modelo à periferia torna-se mais consistente na medida em que os negócios cafeeiros enfrentaram, no final do século XIX,

uma severa crise de superprodução que foi contornada pela intervenção estatal por meio do Convênio de Taubaté e de outras estratégias para a valorização do café que se estenderam até a Crise de 1929.

Mas, diante desse modelo, podemos dizer que esse complexo agroexportador é *fundador* de um dado *capitalismo*? Ou melhor, essa situação, restrita ao espaço econômico que tem no café o centro aglutinador da acumulação, extrapola suas fronteiras e resulta em um capitalismo com motor endógeno de acumulação sediado no Estado nacional brasileiro? Uma primeira observação é que o *centro dinâmico* dessa economia-mundo se encontra em Londres, que atuava, nessa época, como o centro dirigente das finanças mundiais (ARRIGHI, 1996, p. 163). Ou seja, o complexo cafeeiro, a despeito de ser capaz de gerar e acumular capitais — bem como eleger uma cidade centralizadora em seu seio: São Paulo —, ainda está subordinado aos grandes centros decisórios e financeiros europeus. Assim, o “verdadeiro capitalismo continua, portanto, em Londres, no centro do mundo”, e as demais regiões do globo, quando muito, “têm apenas um capitalismo secundário” (BRAUDEL, 1996b, p. 394).

Em outros pontos da América, vejo apenas capitalismos pontuais, limitados a indivíduos e a capitais que são parte integrante do capitalismo europeu, mais do que uma rede local. Mesmo no Brasil, mais comprometido neste caminho do que a América espanhola, mas que se reduz a algumas cidades, Recife, Bahia, Rio de Janeiro, e tem como “colônias” as enormes regiões do interior. Também Buenos Aires, no século XIX, diante do imenso pampa argentino que se estende até os Andes, dá um belo exemplo de cidade voraz, capitalista a seu modo, dominante, organizadora, para onde vai tudo, os comboios de viaturas do interior e os barcos do mundo inteiro (BRAUDEL, 1996b, p. 395).

Ao final, um Theodor Wille ou um Antonio da Silva Prado, quando observados pelo microscópio, eram agentes que detinham o lócus de acumulação na economia cafeeira nacional, mas, quando olhamos esses homens de negócios sob o prisma analítico braudeliano-wallersteiniano, avistamo-los, na realidade, “no tecido das ligações da economia-mundo europeia, que é como uma rede lançada sobre a América inteira. Não no interior de capitalismos nacionais, mas no quadro de um sistema global, manobrado a partir do próprio coração da Europa” (BRAUDEL, 1996b, p. 397),

e, por que não dizer também, um sistema no qual coadjuvaram instâncias governamentais do estado de São Paulo, que colocaram em prática o Plano Alexandre Sicaliano, que redundou numa das mais espetaculares interferências estatais responsáveis pela diferenciação entre regiões econômicas do Brasil.

## **DESNIVELAMENTOS E MOEDAS: PAPÉIS DA REPRODUÇÃO SISTÊMICA**

É óbvio que a economia-mundo capitalista está permeada de economias-mundo menores ou regionais organizadas em moldes coloniais, imperialistas, geoecômicos e geopolíticos.

Octavio Ianni (2010, p. 38)

Quase terminando nosso percurso argumentativo, vale ressaltar uma passagem elucidativa de Immanuel Wallerstein, em que cita a visão de Fernand Braudel a respeito do capitalismo:

Braudel mostra claramente que os grandes especialistas procuram sempre fazer tudo: o negócio, a produção, a finança. Só estando estabelecido em todos os domínios é que se pode esperar levar vantagens monopolísticas. Só os fracassados se especializam, só eles são apenas comerciantes ou apenas industriais (O CAPITALISMO, 1989, p. 104-105).

Essa declaração é coroada pela afirmação do próprio Braudel de que “a vantagem e a superioridade do capitalismo é a possibilidade de escolha (O CAPITALISMO, 1989, p. 12).

Com base nas palavras de Wallerstein, ao reiterar o conceito de capitalismo na ótica braudeliiana, podemos afirmar que nosso objetivo — testar esse conceito à luz de dois personagens historicamente ligados à economia cafeeira nacional: Wille e Prado — teve um resultado positivo, ou seja, o modelo Braudel-Wallerstein serve sim para estudar outras realidades mais dilatadas no tempo e no espaço. Seu instrumental analítico, de caráter abrangente, focado no plano das *macroabordagens*, possibilita

escalonamentos para compreender as interações entre a parte e o todo, entre o local e o global, que dão uma configuração sofisticada à noção de capitalismo.

Fernand Braudel sempre se interessou pela gênese da disparidade entre as nações. Analisando a moeda e seus movimentos de longo alcance, constatou que a acumulação de capital na economia-mundo não ocorre sem desnivelamentos de mercado e que isso foi peça-chave da dominação da Europa sobre o restante do mundo:

E estes jogos não se limitam à Europa. É em escala mundial que se projeta e se explica o sistema, vasta rede lançada sobre as riquezas dos outros continentes. Não é de desprezar o fato de, com o século XVI, para benefício da Europa, os tesouros da América se exportarem até para o Extremo Oriente, aí se convertendo em moedas locais ou lingotes. A Europa começa a devorar, a digerir o mundo. Por isso, protestemos contra certos economistas do passado, até de hoje, que parecem lamentá-la retrospectivamente, duvidar de sua saúde: sofreria, dizem, uma hemorragia monetária permanente em direção ao Extremo Oriente. Primeiro, não morreu disso. Depois, é o mesmo que dizer de alguém que bombardeia uma cidade prestes a ser tomada que vai gastar balas, pólvora e esforços (BRAUDEL, 1995, p. 419).

A moeda, em vista disso, age como um elemento que sustenta e reforça as hierarquias da vida econômica. No complexo cafeeiro, o crédito pautado nas *moedas fortes* ficou restrito a um diminuto segmento social — cujos exemplos singulares são Wille e Prado — que a monopolizava através da *moeda fiduciária bancária* e, às vezes, *comissária*. Os empréstimos concedidos aos cafeicultores eram uma espécie de bomba de sucção do capital agrário destes. Para suavizar essa dependência, os fazendeiros procuravam criar instrumentos de crédito baseados naquilo que chamamos de *moedas fracas*, como os vales das fazendas, que também funcionavam como bombas de sucção sobre a mão de obra.

Fontanari (2012) investigou algumas fontes documentais, como hipotecas e penhores agrícolas, para averiguar se de fato o fazendeiro membro do *médio capital cafeeiro* aparecia como um prisioneiro do crédito e sofria a expropriação por parte do *grande capital cafeeiro*, que fornecia os capitais para o financiamento da lavoura. Ele chegou à conclusão de que mesmo os grandes fazendeiros do interior paulista estavam subordinados aos comissários, às casas exportadoras e aos bancos situados nos

centros financeiros desse complexo econômico. Numa dinâmica em que os empresários estabeleciam contrapartidas contratuais, em muitos casos perniciosas, àqueles ligados exclusivamente à lavoura, impunha-se a subordinação do capital agrário ao capital mercantil.

Na economia-mundo, portanto, os centros dinâmicos (e os agentes do cume da cadeia mercantil) operadores de atividades diversificadas hierarquizam as bases (e os agentes especializados em determinados setores da economia) (WALLERSTEIN, 2010, p. 181). Essas desigualdades são como azeite para as engrenagens do capitalismo e acabam por impor uma temporalidade própria ao mundo, ditada pelos períodos de duração das hegemonias (WALLERSTEIN, 2003, p. 1123).

## REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. v. 1: As estruturas do cotidiano.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1996a. v. 2: Os jogos das trocas.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1996b. v. 3. O tempo do mundo.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1984. 2 v.

BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a história**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CAILLÉ, Alain. A dominância do mercado. *In*: LACOSTE, Yves (org.). **Ler Braudel**. Campinas: Papirus, 1989. p. 97-135.

CANABRAVA, Alice Piffer. A grande lavoura. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. t. 2: O Brasil monárquico, v. 6: Declínio e queda do Império, p. 103-166.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.

DUM COLABORADOR DA FIRMA. **Cem anos de Casa Theodor Wille & Cia. no Brasil**. São Paulo: [s. n.], 1946.

FONTANARI, Rodrigo. **O problema do financiamento: uma análise histórica sobre crédito no complexo cafeeiro paulista: Casa Branca (1874-1914)**. São Paulo: Editora Unesp: Cultura Acadêmica, 2012.

FOURQUET, François. Um novo espaço-tempo. *In*: LACOSTE, Yves (org.). **Ler Braudel**. Campinas: Papirus, 1989. p. 79-96.

GEMELLI, Giuliana. **Fernand Braudel**. Valência: PUV, 2005.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LEVI, Darrell E. **A família Prado**. São Paulo: Cultura 70, 1977.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LLOYD, Reginald (org.). **Impressões do Brasil no século vinte**. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd., 1913.

LOPES, Marcos Antonio (org.). **Fernand Braudel: tempo e história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LOVE, Joseph. **A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MORAES, Luiza Paiva de Melo Moraes. **A atuação da firma Theodor Wille & Cia. no mercado cafeeiro do Brasil (1844-1918)**. 1988. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

MORINEAU, Michel. Um grande projeto: *Civilização material, economia e capitalismo (do século XV ao XVIII)*. *In*: LACOSTE, Yves (org.). **Ler Braudel**. Campinas: Papirus, 1989. p. 31-61.

O CAPITALISMO. [Comunicações realizadas em 19 de outubro de 1985 por Paul Fabra (mediador), Fernand Braudel, Gérard Jorland, Alberto Tenenti, K. N. Chaudhuri, Barun de, Celso Furtado, Laszlo Makkai, Immanuel Wallerstein,



seguidas de discussão]. *In*: JORNADAS FERNAND BRAUDEL, 1985, Oliulles. **Uma lição de história de Fernand Braudel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989. p. 73-128.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. O capitalismo anterior à Revolução Industrial. *In*: LOPES, Marcos Antonio (org.). **Fernand Braudel: tempo e história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 123-139.

SAES, Flávio Azevedo. Marques de. **Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista, 1850-1930**. São Paulo: IPE/USP, 1986.

SANTOS, Theotonio dos (coord.). **Os impasses da globalização**. Organização de Carlos Eduardo Martins, Fernando Sá e Mônica Bruckmann. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003. v. 1: Hegemonia e contra-hegemonia.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno sistema mundial**. 2. ed. México: Siglo Veintiuno, 2010. v. 3: *La segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista, 1730-1850*.

WALLERSTEIN, Immanuel. Geopolítica, política de classe e a atual desordem mundial. *In*: SANTOS, Theotonio dos (coord.). **Os impasses da globalização**. Organização de Carlos Eduardo Martins, Fernando Sá e Mônica Bruckmann. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003. v. 1: Hegemonia e contra hegemonia, p. 11-23.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**. Porto: Afrontamento, 1990. v. 1: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI.

# O CAFÉ

produção e mercado mundial na  
primeira metade do século XX<sup>17</sup>

Rogério Naques Faleiros · Pedro Geraldo Saadi Tosi

## CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO: ECONOMIAS PERIFÉRICAS E TRANSIÇÕES HEGEMÔNICAS

O mercado mundial de *commodities*, em especial do café, já foi objeto de estudos de diversos autores. Suas visões sobre os processos produtivos, o perfil de demanda, as estratégias de comercialização e a intervenção estatal apontam para a insuficiência dos arcabouços teóricos quer da lei da oferta e da procura, quer das vantagens comparativas, para a compreensão de sua dinâmica. Clarence-Smith e Topik contribuíram com o debate ao lançar luz sobre alguns fatores intervenientes e pertinentes no controle dos preços mundiais e nas mudanças dos padrões de consumo. Perguntaram-se inclusive o quão homogênea seria a cadeia produtiva do café e indicaram a grande segmentação de mercado (CLARENCE-SMITH; TOPIK, 2003, p. 21). Em sua obra, os autores realizaram um hercúleo esforço de pesquisa ao, primeiro, abarcar a produção cafeeira em

---

17 Versão deste texto foi publicada na revista *História Econômica & História de Empresas* (v. 22, n. 2, 2019), publicação da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica.

diversas regiões do mundo situadas nos continentes africano, asiático e americano, em seguida, organizar os dados recolhidos e, por fim, indicar as especificidades e estratégias segundo as variações conjunturais do mercado. Aliás, para os autores, o mercado mundial de café integrou-se precocemente em relação ao de outros produtos.

Um estudo ainda mais amplo, publicado em uma coletânea coordenada por Topik, Marichal e Frank (2006), mapeou e analisou diversas cadeias produtivas e mercados em que se inseriu a produção primária latino-americana, da prata à cocaína. Os autores observaram que, para além das análises estribadas nos Estados nacionais, típicas das teorias do sistema-mundo, a concepção de *global commodity chains*, processo centrado na produção, comercialização, distribuição e financiamento de bens, contribui mais decisivamente para a compreensão da dinâmica da produção e da comercialização de *commodities*. Joaquín Pinto assim descreve a abordagem de Topik, Marichal e Frank:

Essa abordagem permite que os trabalhos (tal como apontado nas conclusões pelos organizadores) consigam estabelecer um equilíbrio entre uma visão dependentista, que pressupõe um papel de vitimização para as economias latino-americanas submetidas à livre escolha do entorno externo, e um enfoque conservador, que aborda o desenvolvimento do mercado como fenômeno social neutro no qual a lei da oferta e da procura atua de forma quase autônoma no cenário das trocas [...].

O primeiro aspecto se refere à falsa ideia de conferir aos países produtores de matérias-primas um papel passivo frente à determinação dos padrões de consumo e à fixação de preços (PINTO, 2018, p. 2, tradução nossa).

A partir dessa concepção, os autores desafiaram as teorias da dependência (expressas por Paul Baran e Wallerstein e pela própria deterioração dos termos de troca à la Cepal, por exemplo) que enxergavam a produção primária da América Latina e do Caribe como decorrentes exclusivamente dos mercados internacionais (TOPIK; MARICHAL; FRANK, 2006) e indicaram a necessidade de incorporar histórias e culturas locais à reflexão sobre as grandes cadeias comerciais. Em capítulo da obra sobre a cadeia produtiva do café, Topik e Samper apontam para o protagonismo brasileiro ao transformar os padrões de consumo deste produto mediante o aumento da oferta, o que provocou a queda dos preços e permitiu que os setores populares dos países compradores tivessem acesso à bebida. Os produtores puderam então fixar preços e criar

instituições comerciais encarregadas da distribuição, o que ocorreu também na Costa Rica (TOPIK; SAMPER, 2006, p. 121). No entanto, paulatinamente, esse controle se transferiu para os conglomerados multinacionais integrados verticalmente.

Em uma síntese das contribuições dessa abordagem baseada em *global commodity chains*, temos o produto primário como eixo de análise e o mapeamento das redes de comercialização (internas e externas), da distribuição nos países importadores e do próprio consumidor final, todos conformados “aos elos de uma cadeia que se torna um objeto em si mesmo, uma totalidade a ser investigada em suas partes constitutivas e determinações recíprocas” (PIRES, 2007, p. 128). Pires (2007, p. 129) afirma que tal visão “implica a supressão do Estado nacional como totalidade explicativa”, pois:

os processos de interação entre os universos micro (aquele da produção realizada em âmbito local e regional) e macro (o próprio mercado internacional e os países importadores), com os componentes da intermediação comercial desde a exportação até o consumo final, processos que ocorrem acima e abaixo do âmbito do Estado Nacional (PIRES, 2007, p. 129).

Amparados pelas contribuições transdisciplinares ofertadas por esta abordagem, acrescentamos ao debate a análise do mercado cafeeiro mundial e a relevância da produção brasileira na primeira metade do século XX a partir das perspectivas de Giovanni Arrighi (1996) — em especial aquela dos ciclos sistêmicos de acumulação e da transição hegemônica:

A ideia braudeliana das expansões financeiras como fases finais dos grandes desenvolvimentos capitalistas me permitiu decompor a duração completa do sistema capitalista mundial (a *longue durée* de Braudel) em unidades de análise mais manejáveis, que chamei de ciclos sistêmicos de acumulação (ARRIGHI, 1996, p. XI).

Caracterizados pela dominância de um eixo de poder político e econômico, esses ciclos se comporiam, de maneira progressiva e não linear, de fases de expansão produtiva seguidas por uma expansão financeira. Esta já seria o anúncio da crise de determinada hegemonia e da emergência de um novo ciclo produtivo, sediado em outro circuito político e econômico, geralmente mais amplo e complexo do que o anterior. O recorte temporal feito neste capítulo compreende justamente um momento do

capitalismo histórico em que ocorreu a transição de um ciclo sistêmico de acumulação a outro, no caso a transição da hegemonia da Inglaterra para os Estados Unidos.

O contexto ora tratado se caracteriza por intensas rivalidades interestatais e por disputas pela dominância no mercado cafeeiro entre os países que buscavam redefinir as hierarquias: Inglaterra/Alemanha, Estados Unidos e, em menor medida, França. Essas disputas interestatais ocorreram em um momento de queda não só da hegemonia da Inglaterra, mas também do padrão-ouro (em que pese seu poder financeiro sobre os países produtores de café até a Crise de 1929), em razão da ascensão hegemônica dos Estados Unidos — que, no mercado cafeeiro, buscaram esvaziar esquemas de defesa que penalizavam os consumidores americanos.

Com enfoque sobre essas políticas de defesa adotadas pelo maior produtor de café (Brasil), a emergência de produtores concorrentes e o delicado cenário caracterizado por guerras e pela crise econômica mundial, destacamos no conjunto de informações apresentadas os principais produtores de café no continente americano e no mundo, os principais portos de embarque no Brasil, bem como os principais destinos das sacas exportadas.

## MERCADO CAFEIEIRO NO BRASIL E NO MUNDO: SÍNTESE DAS INTERVENÇÕES

Durante a primeira metade do século XX, o Brasil respondeu, seguramente, por mais da metade da oferta mundial de café e, em alguns períodos, registrou proporções muito superiores. Os estados brasileiros de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais comandavam a produção nacional em termos de volume, qualidade, logística e força política, mas outros estados também mantinham alguma produção à época, evidentemente, em quantidades muito menores. Isso colocava o país no centro de qualquer estratégia comercial monopólica neste mercado em âmbito mundial. Tais estratégias passavam pelas políticas de valorização do grão, por toda a logística de embarque e de distribuição para o exterior e pela crescente concorrência com os demais países produtores, notadamente a Colômbia. Na outra ponta, estavam os Estados Unidos, respondendo por cerca de 70 % do consumo mundial na década de 1940.

Ainda que o café seja uma *commodity*, verificamos um mercado bastante segmentado, com grãos de distintas qualidades e procedências, num verdadeiro emaranhado de enigmas, *blends* e padrões de consumo. Isso se deve ao fato de ele verdadeiramente atravessar

as hierarquias sociais em diversas partes do mundo e ser consumido desde as altas rodas de Manhattan até o chão de fábrica em São Paulo. Até meados do século XIX, a bebida era apreciada nos bistrôs de Paris, porém, com o advento da Segunda Revolução Industrial, o produto passou a figurar na cesta de consumo dos trabalhadores das fábricas<sup>18</sup>.

Essa ampla difusão do café faz a compreensão do mercado cafeeiro em sua totalidade exigir, além de um acurado exame da procedência das informações, uma análise criteriosa delas, já que a distribuição comercial do produto envolvia o poder de construir e convencionar sua qualidade, mediante uma série de esforços de propaganda<sup>19</sup>, direcionada a variados paladares e preferências. Em geral, no Brasil, os cafés do Oeste Paulista e do Sul de Minas eram vistos como de melhor classificação, ordinariamente o chamado tipo 4, ao passo que a produção da Zona da Mata Mineira, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo era classificada como tipo 7, o mais baixo na escala então utilizada<sup>20</sup>.

É certo que as casas comissárias e os grandes exportadores consolidavam/des-truíam reputações pelo mundo afora na constante disputa pela qualidade, que envolvia o poder público num esforço de propaganda, difusão técnica, *lobby* e pesquisa científica. Como exemplo, a luta do estado do Espírito Santo na década de 1920 para livrar-se da classificação de seus grãos efetuada no Rio de Janeiro (FALEIROS; NUNES,

---

18 Contudo, deve-se destacar que, mesmo antes da Guerra de Secessão, em 1860, a bebida já era conhecida e apreciada na América do Norte por obra, sobretudo, dos irmãos John e Charles Arbuckle. Os famosos pacotes de Ariosa (acróstico com as iniciais de Arbuckle e os nomes dos dois portos brasileiros de origem do café, Rio e Santos) eram distribuídos a partir de Pittsburgh e depois Boston. Empresas e comerciantes, como a Chase & Sanborn (que operava com cafés javanese), James Folger, Jabez Burns, H. O. Havemeyer e Hermann Sielcken, já manejavam volumes consideráveis de café em fins do século XIX (PENDERGRAST, 2002, p. 72).

19 A título de exemplificação, a União e diversos poderes subnacionais lavraram contratos de propaganda no exterior na década de 1920: a Agência Havas para a propaganda na França, Argélia, Tunísia e Marrocos; a Cia. Franco-Brasileira em Paris; a Saravano Braga & Cia. na Grécia, Bulgária, Iugoslávia, Turquia e Egito; a Theodor Wille & Cia. na Alemanha e Suíça; a Centrokommise na Tchecoslováquia; a Linha Norueguesa Sulamericana na Noruega; a S/A Café Paulista e a Jacob Guyer e Ageo Ferreira Camargo na Bacia do Prata.

20 A classificação utilizada na primeira metade do século XX no Brasil era a seguinte: 1. Alta Mogiana e Sul de Minas; 2. São Paulo-Goiás, Araraquarense, Douradense; 3. Paulista e Bragançana; 4. Alta Paulista e Noroeste; 5. Sorocabana; 6. Central do Brasil (São Paulo e Rio) e Zona da Mata (Minas); 7. Espírito Santo (tipo Vitória) (GRANER; GODOY JÚNIOR, 1967, p. 299).

2016, p. 174) envolveu pesquisa científica, o estabelecimento de uma Bolsa Oficial do Café e a construção de um porto e de armazéns reguladores para controle da oferta<sup>21</sup>.

Ainda que ocupasse posição quase monopólica no mercado cafeeiro, a produção brasileira enfrentou paulatinamente a concorrência colombiana nos mercados de elevada qualidade e especializou-se numa faixa mais ordinária de consumo. Isso não necessariamente implicava menores lucros para os operadores brasileiros, dado o volume superior de negociações. Ademais, os cafés de pior qualidade tinham/têm ampla aceitação nos mercados e na formação de estoques, graças a seu potencial para a elaboração de *blends*.

Os anos de 1915 a 1947 caracterizam-se por uma relativa rigidez no preço do café — critério, entre outros, que nos levou a eleger tal período para nosso estudo. O setor operava então sob seguidas intervenções prescritas em convênios entre o governo brasileiro (maior produtor) e o sistema bancário internacional, coadunados com os principais *players* do negócio. A primeira experiência de sustentação dos preços, a que chamamos defesa, ocorreu no âmbito do Convênio de Taubaté, arquitetada por Sielcken e implantada pelo governo de São Paulo a partir de 1906, com a formação de um consórcio que regulava os estoques e forçava a alta dos preços<sup>22</sup>. O convênio praticamente colocava a produção nacional à mercê dos ganhos variáveis dos exportadores de grosso calibre e resultou no aumento de preço para o consumo final no mercado norte-americano.

A segunda experiência foi a defesa elaborada entre 1917 e 1918. Segundo Delfim Netto, a intervenção do Estado de São Paulo foi feita em função de a safra daqueles anos ter sido relativamente volumosa, atingindo 15 milhões de sacas, enquanto o consumo, por causa da Primeira Guerra Mundial, caíra abaixo desse nível. Os mecanismos de defesa foram favorecidos pela geada de 1918, que reduziu a produtividade dos cafeeiros e tornou a oferta brasileira muito inferior à normal. Naquelas

---

21 Como consequência foi encontrada a recorrência de cafés tipo 4 nos municípios capixabas de Itaguaçu, Viana, Santa Teresa, Muniz Freire e Pau Grande, que ordinariamente eram classificados como tipo 7 (Vitória) nos portos fluminenses, o que impunha maiores dificuldades de embarque dado o contexto da chamada defesa permanente, na década de 1920, que penalizava duramente os cafés de pior qualidade, ampliando seu tempo de estocagem e o correlato custo operacional.

22 Juntamente com bancos alemães e comerciantes britânicos de café, Sielcken organizou a compra do produto em Santos a um preço médio de sete centavos de libra, bancando 80 % deste valor e cabendo 20 % ao governo de São Paulo (avalizado pela União a partir de 1907). Com alguns ajustes, o plano já havia sido vislumbrado por Alexandre Siciliano, em 1903 (PENDERGRAST, 2002, p. 101; SAES, 1997, p. 59).

circunstâncias, era natural que a procura, principalmente dos especuladores, se intensificasse, o que elevou os preços do café tipo Rio 7 de 10,7 para 17,3 centavos por libra-peso em dezembro e, depois de uma ligeira baixa, para 22,8 centavos por libra-peso em julho de 1919 (DELFIM NETTO, 1979, p. 70).

O que se pode dizer desta situação é que o estado de São Paulo, comprando café (compras efetuadas por emissões de papel-moeda), impediu que os preços em moeda nacional caíssem a níveis ainda mais baixos e que, agindo como agiria um especulador normal, usufruiu os benefícios de um movimento favorável de mercado<sup>23</sup> (DELFIM NETTO, 1979, p. 70).

Embora Delfim Netto faça uma avaliação positiva dos resultados das intervenções no mercado cafeeiro realizadas antes de 1920, o autor ressalta que a ausência de restrições à oferta solapava aos poucos a racionalidade desta ação<sup>24</sup>.

Já a valorização de 1921 a 1924 contava com dois aspectos inversamente colocados no programa anterior: a inflação mundial liquidara-se numa crise de importantes proporções e o volume de produção aumentara. Segundo Delfim Netto, a depressão que se seguiu à prosperidade do pós-guerra nos Estados Unidos foi curta e severa. A crise se agravou quando o *Federal Reserve* reduziu o crédito habitual fornecido às grandes casas importadoras. Diante da queda do preço que caracterizava a crise, a intervenção federal se fez presente de imediato, sobretudo por dois fatores: o sucesso das intervenções anteriores e a doutrina que consagrava o café como um problema nacional. Nas palavras do presidente Epitácio Pessoa (*apud* DELFIM NETTO, 1979, p. 78): “o café

---

23 A saca de café atingiu o preço de 47.390 réis em 1918, 94.612 réis em 1919 e 74.703 réis em 1920. Além da diminuição da oferta e do aumento da procura, a ascensão dos preços se explica pela grande inflação mundial ocorrida durante a guerra e pela pressão inflacionária interna, dado o aumento das emissões de moeda (DELFIM NETTO, 1979, p. 72).

24 Ainda que a queda dos preços se manifestasse, os cafeicultores, dentro de uma racionalidade específica a esta atividade, insistiam em novos plantios, mantendo a fronteira agrícola em constante movimento. Tal racionalidade deriva de três fatores: a) da compensação da queda de produtividade nas lavouras mais antigas com novos plantios nas zonas de expansão; b) em parte, do próprio movimento dos preços internacionais; c) da própria manutenção e coesão da força de trabalho disponível às fazendas, sempre ávida por novas lavouras. Nesse último caso, o anseio da mão de obra pela terra fez persistirem no tempo e no espaço os mecanismos de rebaixamento dos salários monetários dos trabalhadores do café (FALEIROS, 2010).



representa a principal parcela no valor global de nossa exportação e é, portanto, um problema nacional, cuja solução se impõe à boa política econômica e financeira do Brasil”.

Para além da influência exercida no poder pelo grande capital cafeeiro, Edmar Bacha, citado por Maria Sylvia Macchione Saes, nos lembra que as intervenções eram positivas também para o governo, pois:

A preocupação real dos formuladores da política econômica federal durante a República Velha era com o valor externo da moeda. Eles apoiaram a defesa paulista somente na medida em que perceberam que a intervenção direta no mercado de café era um complemento essencial para seu objetivo principal de equilibrar as contas externas (BACHA *apud* SAES, 1999, p. 66).

Utilizando o café adquirido como garantia, o governo levantou um empréstimo externo de 9 milhões de libras esterlinas em 1921. A finalidade era a paulatina liquidação dos estoques. Mais uma vez as condições de produção favoreceram uma liquidação bem-sucedida da operação, pois as safras de 1921-1922 e 1922-1923 foram das menores de que se teve notícia desde o começo do século, e o estoque mundial do produto, que havia atingido 10 milhões de sacas em julho de 1919, caiu para 5,3 milhões em julho de 1923.

O ano de 1924 constitui um marco estratégico na política nacional de defesa do café. No plano federal, por indicação da Missão Montagu<sup>25</sup>, adotou-se uma política monetária extremamente restritiva. O objetivo era, ao mesmo tempo, a valorização cambial e a renúncia da responsabilidade pela gestão do programa da chamada defesa permanente da produção nacional estabelecido em 1922, que onerava sobremaneira a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil. A proposta simultânea dessas ações evidencia a perspectiva do governo federal, liderado pelo mineiro Arthur Bernardes, de priorizar a revalorização-estabilização

---

25 Tratava-se de uma missão de peritos financeiros liderada por Edwin Samuel Montagu. O objetivo principal era promover um estudo sobre a situação financeira e fiscal do Brasil com vistas a avaliar (ou não) um pretendido empréstimo com os Rothschild. Além de Montagu, compunham a missão: Charles Addis, diretor do Banco da Inglaterra e Presidente do Hong Kong and Shanghai Bank; Lord Lovat, homem com vultosos interesses em terras e plantações de algodão; Hartley Withers, antigo editor do *The Economist*; e Sir William McLintock, sócio de uma das maiores firmas inglesas de contabilidade e auditoria. Sir Henry Lynch, representante permanente dos Rothschild no Rio de Janeiro, também acompanharia a Missão (FRITSCH, 1980, p. 723).

cambial e deixar a política de sustentação dos preços a cargo dos governos estaduais. A participação do governo federal na defesa do café, doravante, se daria pela manutenção de finanças equilibradas e de uma taxa de câmbio valorizada e confiável, o que seria fundamental para o financiamento das defesas estaduais, todas elas amparadas em recursos externos.

Pela Lei n. 2.004 de 19 de dezembro de 1924, o estado de São Paulo assumiu o protagonismo do mecanismo de defesa do café e criou o Instituto Paulista de Defesa do Café. O instituto se encarregou da execução de um vasto plano de defesa apoiado: na regularização das entradas de café no Porto de Santos; na realização de empréstimos a juros “módicos”; e na compra de café sempre que fosse necessário para a regularização da oferta. A mesma lei previa a criação do Banco Paulista de Crédito Agrícola, o que não ocorreu, já que o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo teve o seu capital aumentado em 20 mil contos de réis e passou, em 1926, a chamar-se Banco do Estado de São Paulo. Ele tornou-se o banco responsável pela sustentação do sistema de warrantagem, ou seja, o fornecimento de empréstimos para os produtores no valor de até 60 mil réis por saca retida nos armazéns reguladores. O fundo de capital do instituto (o fundo da defesa permanente) foi composto pelos recursos advindos de um empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas com o Banco Lazard Brothers. A garantia foi uma taxa de viação de mil réis ouro sobre cada saca de café transportada no estado e teve como garantidor o próprio governo paulista. O Instituto de Café do Estado de São Paulo, assim chamado a partir de 1926, celebrou convênios com os demais estados produtores com vistas à ampliação da defesa do café também nessas unidades da federação, o que passava pelo estabelecimento da taxa de viação, pela propaganda e pela melhoria técnica da produção<sup>26</sup>.

---

26 Conforme salientaram A. G. Kenwood e A. L. Lougheed, vários países especializados na produção de primários colocaram em prática algum tipo de intervenção nos mercados a fim de se defender de variações de preços no período em tela, caracterizado por instabilidades e pela derrocada total do padrão-ouro: “Enquanto ocorriam variações consideráveis nas movimentações de preços dos produtos, alguns subindo e outros baixando ou permanecendo os mesmos, nas matérias-primas a queda foi quase generalizada, embora, no caso de alguns alimentos, como açúcar e trigo, os preços também tenham decaído grandemente. Mesmo quando havia quedas substanciais, os preços não refletiam trocas realizadas de fato segundo as forças de mercado, já que a venda de produtos primários se sujeitava a condições monopolísticas, sob as quais os preços eram em geral maiores do que aqueles que se estabeleceriam em condições de concorrência perfeita. Disso decorrem planos de controle de preços em vários períodos da década de 1920 para produtos como borracha, café, trigo e cobre” (KENWOOD; LOUGHEED, 1995, p. 275).

Em novembro de 1925, firmou-se o primeiro convênio entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, para regularizar os embarques de café nas várias estradas de ferro comuns a estes estados. Em maio de 1927, teve lugar o chamado segundo convênio, agora com a participação também do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e o compromisso da defesa conjunta. Nos termos desse acordo, seria estendido o controle das entradas sobre todos os portos e fixados o estoque máximo e a participação de produção de cada estado. A ideia era adequar a remessa para o porto de acordo com as exportações do mês anterior. As entradas diárias em cada um deles, no período de um mês, corresponderiam ao volume exportado no mês precedente dividido por 25 (DELFIN NETTO, 1979, p. 94). Nesse convênio, em termos de participação nas cotas de café para exportação, foram definidos os seguintes limites:

- a. no Porto do Rio de Janeiro, 360 mil sacas por mês: 55,75 % para Minas Gerais, 30 % para o Rio de Janeiro, 11,75 % para o Espírito Santo e 2,5 % para São Paulo;
- b. no Porto de Santos, 1,2 milhão de sacas por mês: 89 % para São Paulo e 11 % para Minas Gerais;
- c. no Porto de Paranaguá, 50 mil sacas por mês a partir de 1928: 100 % para o Paraná;
- d. no Porto de Vitória, 150 mil sacas por mês: 73,3 % para o Espírito Santo e 26,7 % para Minas Gerais (FALEIROS; NUNES, 2016, p. 165-166).

*Grosso modo*, a política de defesa permanente, com pequenos ajustes e conflitos federativos crescentes, vigorou até a Crise de 1929. No mesmo ano de deflagração da crise, o preço da saca de café ficou muito suscetível a uma pressão baixista, dada a espetacular florada dos cafezais brasileiros, que anunciavam uma gigantesca produtividade para o ano agrícola de 1928-1929. Os preços foram sustentados, porém. Com a violenta crise, os bancos americanos restringiram a concessão de crédito e reduziram suas operações sobre café, procurando elevar sua liquidez. Ante a recusa do Banco do Brasil em financiar as compras, a situação tornou-se insustentável. O preço do café Santos tipo 4 caiu de 22,4 centavos por libra-peso em setembro para 15,2 em dezembro, 14,1 no primeiro semestre de 1930 e 12 centavos por libra-peso no segundo semestre do mesmo ano (DELFIN NETTO, 1979, p. 97).

A aposta de Washington Luís, então presidente brasileiro, pautou-se por uma drástica mudança de posição. Até ali ardoroso apoiador da defesa, ele abandonou o Instituto do Café, pois temia que uma estrondosa desvalorização da moeda prejudicasse seus interesses políticos num ano de eleições. Ele acreditava que uma baixa dos preços poderia provocar uma grande expansão da exportação e aumentar assim a receita de cambiais, o que salvaria o trabalho de quatro anos em cima da estabilização cambial. Sua visão não era de todo descabida, pois em outras circunstâncias é provável que as exportações aumentassem, e os operadores procurariam recompor estoques para enfrentar o subsequente mecanismo de defesa. O erro dessa aposta estava numa clara subestimação da crise<sup>27</sup>.

Em instigante artigo, Hynes, Jacks e O'Rourke discutem a desintegração do comércio mundial de *commodities* no período entreguerras. Com especial atenção ao período da Grande Depressão, indicam que, para além da redução das inversões e da Lei Smoot-Hawley (que restringia as importações), outras variáveis operavam no contexto, tais como as mudanças nas políticas comerciais, o colapso do padrão-ouro (*à la* Eichengreen), a evaporação do crédito comercial e as fricções protecionistas típicas de momentos de crise (HYNES; JACKS; O'ROURKE, 2012, p. 121). Os autores observaram um espetacular declínio do comércio mundial nos anos trinta e o aumento dos custos comerciais (sobretudo com os Estados Unidos) em função do protecionismo. Segundo eles, o aumento desses custos é atribuído a fatores como o escasseamento do crédito comercial (p. 141). Entretanto, no caso do café, um bem de demanda inelástica e carente de substitutos perfeitos, é difícil imaginar que a crise o tenha afetado pelo lado da demanda. O mais plausível é a hipótese de que, com a *debacle* mundial, o Brasil tenha perdido as condições de gerir os estoques, um cenário aparentemente não considerado pelos governantes à época.

Entre 1931 e 1933, conforme destaca Macchione Saes, houve um período de transição na condução da política cafeeira. Em 1931 foi criado o Conselho Nacional do Café

---

27 Fritsch (1988) discorda da afirmação de Villela e Suzigan (2001), baseada em Peláez (1971), de que a ruptura do mercado de café ocorrida em outubro de 1929 foi decorrência somente da superprodução induzida pelas operações da política de defesa dos preços do café. Ele afirma que essa posição é “profundamente simplista”, porque desconsidera mudanças cruciais nas condições de crédito que ocorreram naquele ano, tanto no Brasil quanto nos mercados de capitais internacionais. Além disso, a deserção do governo federal afetou seriamente a indústria do café e a posição do balanço de pagamentos do país (BACHA; GREENHILL, 1992, p. 57).

(CNC), substituído em 1933 pelo Departamento Nacional do Café (DNC), autarquia federal subordinada ao Ministério da Fazenda. O objetivo básico das políticas, nesse período, era a redução da oferta de café, alcançada principalmente por meio de cotas de exportação, com retenção e sacrifício de sacas. Até 1937 a política cafeeira continuou desempenhando um importante papel na sustentação dos preços. Para isso, o Estado retirava os excedentes do mercado e promovia o *reajustamento econômico*<sup>28</sup>, mas, ao mesmo tempo, fazia um esforço inequívoco para limitar sua participação. Segundo Macchione Saes (1999, p. 72):

em fins de 1937, a pressão praticamente unânime do setor privado cafeeiro, aliada à escassez de divisas, forçou a reorientação da política cafeeira. Abandonou-se parcialmente a sustentação de preços, adotando um *dumping* internacional do café, na tentativa de obrigar os concorrentes a negociar um acordo internacional.

A partir de 1937 não foi mais concedido nenhum estímulo ao setor cafeeiro além do indispensável para impedir sua ruína e defender a capacidade de importar, que, mesmo estagnada, era a única garantia de continuidade do processo de industrialização. Nesse período, dados os altos estoques do café, os preços internacionais do produto não reagiram e permaneceram em torno de 8 centavos por libra-peso, 60 % abaixo do preço de 1929 (AURELIANO, 1999, p. 135). As sempre desanimadoras receitas de exportação do café e as dificuldades cambiais levaram o governo brasileiro a tentar a todo custo diversificar as exportações e os mercados. A orientação era reduzir ao mínimo a sustentação do café, concepção que atingiu seu auge em 1937, quando se estabeleceu a chamada política de concorrência. O café chegava normalmente aos portos de embarque, livre de impostos. Como consequência, em 1938 os preços caíram em torno de 25 % e houve um aumento de 40 % nas exportações (sem dúvida, em função do aumento dos estoques internacionais incentivado pela queda dos preços). Mas a deflagração da Segunda Guerra Mundial, com o fechamento dos mercados europeus, trouxe novas dificuldades à cafeicultura.

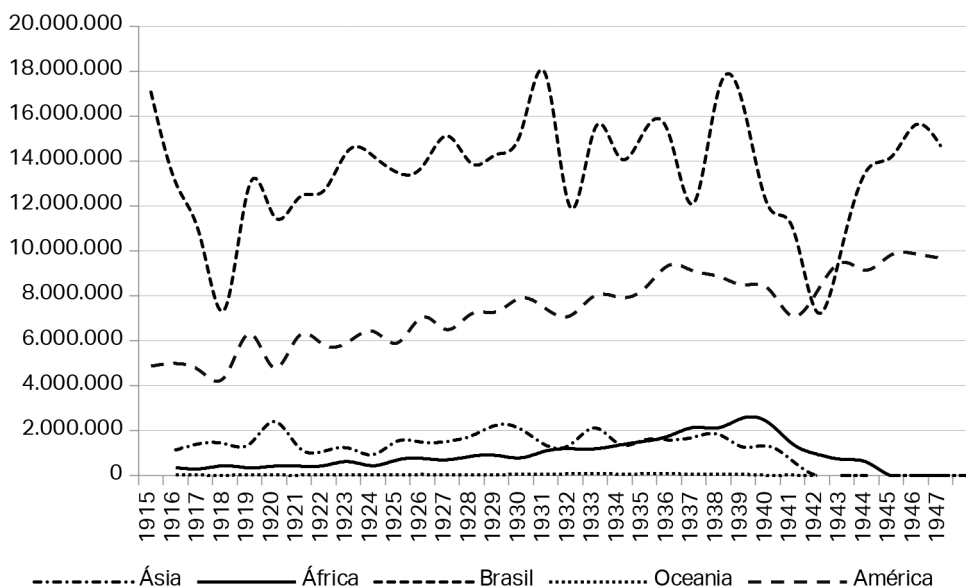
---

28 A Lei do Reajustamento Econômico foi promulgada por Vargas em 1º de dezembro de 1933. Decretava a redução em 50 % das dívidas de agricultores contraídas até 30 de junho de 1933. Para indenizar os credores, ficava o Ministério da Fazenda autorizado a emitir, até o limite de 500 mil contos de réis, apólices do governo, a juros de 6 % anuais. As apólices seriam resgatáveis dentro do prazo de trinta anos, com juros pagos semestralmente, em junho e dezembro de cada ano.

De 1931 a 1944, cerca de 78 milhões de sacas de café foram destruídas (SAES, 1999, p. 72) mesmo com relativa subprodução. Em 1944, o Departamento Nacional do Café já sofria claras pressões no sentido de sua extinção, ocorrida finalmente em 1946. A partir de 1941, os Estados Unidos passaram a responder por cerca de 90 % das exportações brasileiras, com queda para 75 % após o final da guerra (BRASIL, 1949, p. 88). Também em 1941, Roosevelt ratificou o Acordo Interamericano do Café, pelo qual estabelecia cotas de exportação para si durante a guerra. Em 1946, as cotas caíram em desuso com o fim dos controles sobre o mercado cafeeiro (CAFÉ, c2009).

Ainda assim, entre 1915 e 1947, o Brasil produziu, com folga, mais de 60 % do café das Américas embarcado nos portos mundiais (exclusive 1937 e 1944) e ocupava uma posição bastante destacada no mercado cafeeiro internacional (ANUÁRIO, 1948, p. 137). Com participação relevante também da produção colombiana, o continente americano respondia em média por 94 % da oferta mundial (Gráfico 1).

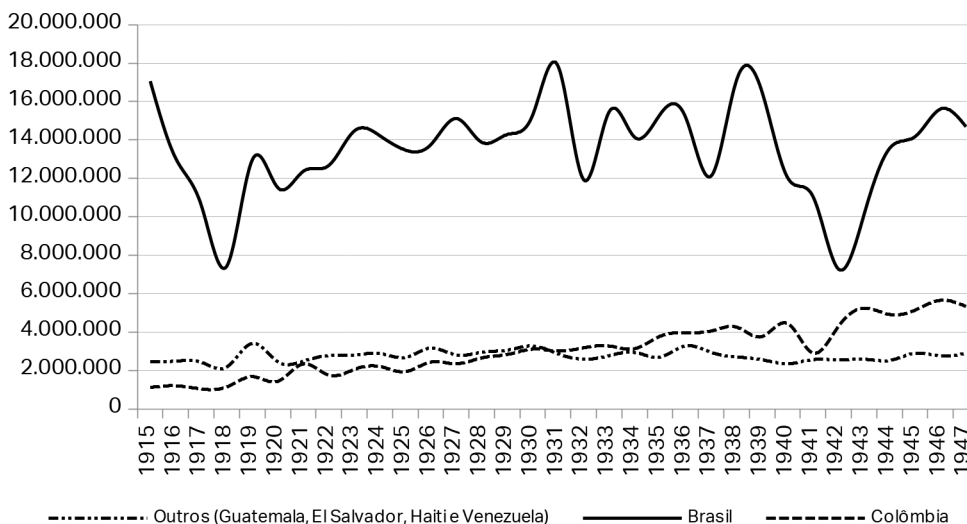
Gráfico 1 - Quantidade de sacas de sessenta quilos de café produzidas pelo Brasil e por continentes (1915-1947)



Fonte: Elaborado com base no *Anuário estatístico 1948* (BRASIL, 1949, p. 137).

Além do Brasil e da Colômbia, o conjunto de produtores americanos incluía a Venezuela, a Guatemala, El Salvador, o Haiti, o México, a Costa Rica, o Equador, Cuba, Honduras, o Peru, a Nicarágua e a República Dominicana. A produção desses países é comparada à dos dois maiores produtores das Américas no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Quantidades de sacas de sessenta quilos de café produzidas no continente americano pelos principais produtores (1915–1947)



Fonte: Elaborado com base no *Anuário estatístico 1948* (BRASIL, 1949, p. 137-50).

## HABEMUS COLÔMBIA

Como segundo maior produtor de café do mundo, a Colômbia<sup>29</sup> tinha uma dinâmica comparável àquela adotada no Brasil. Segundo Pérez Toro, no período

29 A Colômbia se impôs como um país cafeeiro importante na segunda metade do século XIX, quando teve lugar uma fase de desequilíbrio crescente no mercado mundial do café. Sua expansão cafeeira foi também um processo de migração da fronteira cafeeira ao interior do país. As principais regiões produtoras eram Cundinamarca, Norte de Santander, Santander, Antioquia (incluindo Caldas) e Valle del Cauca. No início do século XX a produção colombiana foi duramente atingida pela Guerra dos Mil Dias, sobretudo em Cundinamarca e Santander, e Antioquia, Caldas e Manizales passaram a ser os principais centros cafeeiros do país (OCAMPO, 1983, p. 465).

compreendido entre 1910 e 1928, o café colombiano mostrou forte recuperação de preços, de 10 para 28 centavos de dólar americano por libra-peso (PÉREZ TORO, 2013, p. 351). Com essa fonte de renda o país formulou e implantou políticas de ampliação da malha ferroviária<sup>30</sup>, integrou as regiões produtoras e promoveu a diversificação produtiva. Entre 1903 e 1929, as exportações colombianas de café se ampliaram de 500 mil para 3 milhões de sacas, e os ingressos do comércio internacional de 800 mil para 84 milhões de dólares anuais. Como mostra o Gráfico 2, foi justamente no final da década de 1920 que a Colômbia ultrapassou as exportações da soma dos demais produtores americanos (exclusive o Brasil). Com tal incremento, a produção mundial chegou a 29 milhões de sacas ao final dos anos vinte.

Segundo Delfim Netto, após o Convênio de Taubaté, a sustentação dos preços internacionais deu maior segurança à expansão colombiana. Contribuíram para isso tanto as defesas de 1917-1918 e de 1921 quanto a defesa permanente. Ao final da década de 1920, quase a totalidade da produção da Colômbia era direcionada aos Estados Unidos (DELFIN NETTO, 1979, p. 120). Em consequência da defesa permanente, o Brasil (ou os financistas que a sustentavam, com exceção dos europeus) promoveu um ajustamento da oferta e da procura mundial e levou os importadores americanos a buscarem quantidades crescentes de café na Colômbia, contexto em que ela expandiu consideravelmente sua produção.

O que nunca os defensores da defesa compreenderam foi o fato de que a sustentação dos preços representava um estímulo fabuloso e um mercado inteiramente aberto para os concorrentes do Brasil; em 1922-23, a Colômbia exportou, em média, cerca de 1,8 milhão de sacas e, em 1928-29, nada menos do que 2,7 milhões (DELFIN NETTO, 1979, p. 121).

Ao preciso diagnóstico de Delfim se somam a expansão da fronteira agrícola após a Guerra dos Mil Dias, a injeção massiva de capital americano na infraestrutura colombiana (sobretudo em transportes) com origem em investimentos diretos

---

30 É o caso das novas linhas de transporte ferroviário, dos cabos aéreos em Caldas, que iam de Manizales a Mariquita, dos portos nos rios Magdalena e Cauca e do estabelecimento da navegação a vapor (PÉREZ TORO, 2013, p. 352).



(cerca de 88,2 milhões de dólares anuais entre 1920 e 1928) e nas indenizações pela perda do Canal do Panamá<sup>31</sup>, assim como o próprio aumento do consumo mundial e da segmentação dos tipos de café em busca de qualidade para paladares superiores. Há também que se considerar uma ampliada condição da cafeicultura colombiana de resistir às baixas de preços e às crises, haja vista ser praticada em unidades produtivas de dimensões inferiores às brasileiras, o que facilitava o esforço de conversão/reconversão de culturas e de força de trabalho, além da operação com custos fixos reduzidos.

Na década de 1930, a *Federación Nacional de Cafeteros de Colombia*, fundada em 1927, construiu armazéns reguladores e contribuiu com a organização da *caja de crédito agrário* para financiar a produção e segurar as vendas. O objetivo era defender o preço em *Manizales* num contexto de quedas bruscas mesmo para os cafés de maior qualidade. Aproveitando o *derrumbe* do padrão-ouro nos anos 1930 e as circunstâncias da guerra com o Peru em 1934, o governo colombiano empreendeu uma política de caráter heterodoxo: permitiu a desvalorização da moeda e aumentou as taxas de exportação. Essa medida incentivou os investimentos nas regiões cafeeiras mais deprimidas (Antioquia, Cundinamarca) e manteve os ingressos nominais em moeda nacional acima das quedas de preço internacionais (PÉREZ TORO, 2013, p. 353). As décadas de 1930 e 1940 inauguraram um novo paradigma para a cafeicultura colombiana. Elas se caracterizam pelas intervenções brasileiras (defesas) e pela participação da Colômbia em acordos internacionais do café, em detrimento da política de matriz concorrencial típica dos anos 1920. O ajuste de trajetória liga-se à brutal mudança dos fluxos de capitais norte-americanos, que inverteram os seus vetores a partir da Crise de 1929 e deixaram evidente a estratégia estadunidense de combate à defesa brasileira e seus apoiadores europeus (Lazard Brothers, Ítalo-Belga e

---

31 De um total de 25 milhões de dólares ingressados a título de indenizações foram investidos: 3,2 milhões na Línea Puerto Wilches–Bucaramanga; 2,4 milhões na Ferrocarril de Nariño (Tumaco–Pasto); 2 milhões no Ferrocarril del Carare; 3,2 milhões na Ferrocarril del Norte; 4,6 milhões na Ferrocarril del Pacífico (Buenaventura–Cali); 1,2 milhão na Ferrocarril de Antioquia; 0,8 milhão na Ferrocarril Caldas; 2 milhões na Ferrocarril Bolívar; 0,6 milhão na Ferrocarril der Sur; e 5 milhões de dólares no financiamento do Banco de la República (PÉREZ TORO, 2013, p. 55).

outros bancos envolvidos com o financiamento da defesa permanente nos estados produtores de café no Brasil, notadamente São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro) (FALEIROS; NUNES, 2016, p. 169).

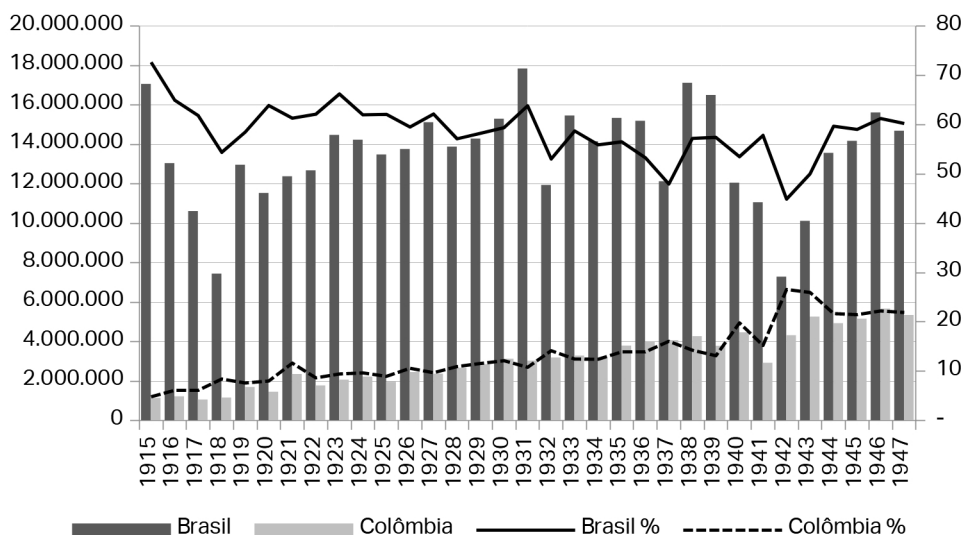
Com o aporte dos Estados Unidos em infraestrutura e certa facilidade para entrar no mercado americano e furar o esquema Brasil-Europa, a produção colombiana cresceu significativamente após a Primeira Guerra Mundial: em 1920, a Colômbia exportou 1,4 milhão de sacas e, em 1930, 3,1 milhões, ao passo que o Brasil subiu de 11,5 para 15,2 milhões no mesmo período. A rigor, as exportações colombianas foram sempre crescentes no período de 1915 a 1947, salvo em alguns anos da Segunda Guerra. Enquanto isso, as exportações brasileiras sofreram maiores flutuações cíclicas, e a um custo de estocagem crescente, em função das defesas implementadas que influenciaram todo o mercado. Durante a Grande Depressão, as exportações brasileiras caíram de 18 para 11 milhões de sacas entre 1931-1932; no mesmo período, uma fase aguda da crise, as exportações colombianas cresceram. Entre os aspectos que explicam por que a participação brasileira nas exportações mundiais caiu de cerca de 70 % para aproximadamente 60 % entre 1915 e 1947, e a colombiana cresceu de 9,7 % para 22 % (Gráfico 3), destacamos ainda:

Os cafés mais bem classificados, em geral, apresentam menor flutuação cíclica, pois são os últimos a cair de preço em momentos de crise e os primeiros a se recuperar. Isso se explica pelo fato de que o segmento da sociedade no qual são consumidos (elite e classe média alta) é menos suscetível a choques de renda que o leve a alterar significativamente seu padrão de consumo.

Grãos de maior qualidade em *blends* melhoram estoques ruins ou ordinários, como o tipo 4 (Santos), e garantem assim sua constante colocação no mercado, sem se tornarem prioritários nas composições.

A defesa brasileira, sobretudo a permanente, a partir de 1924, obstruiu com maior veemência os grãos de pior classificação, dado que exercia forte pressão sobre a produção brasileira, e abriu espaço ainda maior para o café colombiano de pior qualidade, comercializado sem nenhuma peia.

Gráfico 3 – Quantidade de sacas de sessenta quilos de café exportadas<sup>1</sup> e participação percentual nas exportações mundiais<sup>2</sup> do Brasil e da Colômbia no mercado mundial de café (1915–1947)



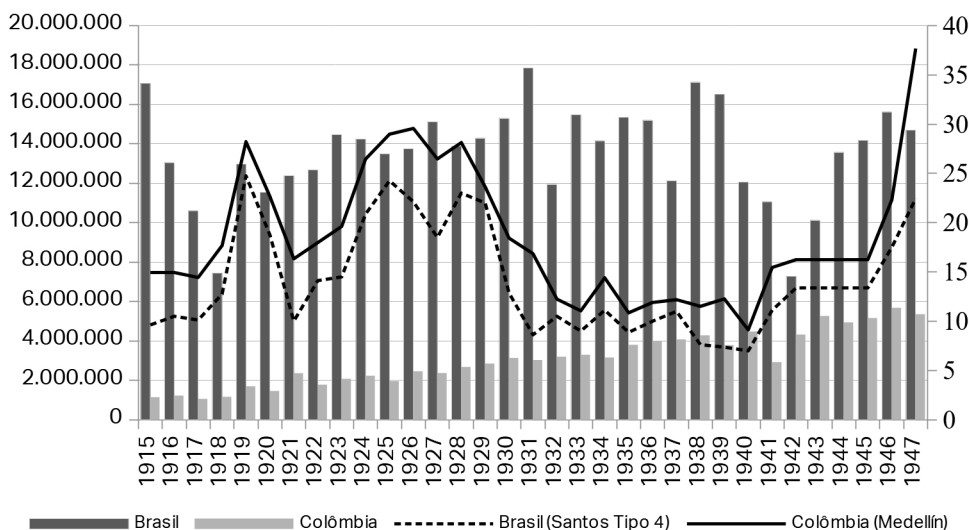
Fonte: Elaborado com base no *Anuário estatístico 1948* (BRASIL, 1949, p. 168-170).

<sup>1</sup> Indicada no eixo vertical à esquerda. As exportações de cada país estão representadas pelas barras verticais.

<sup>2</sup> Indicada no eixo vertical à direita. As participações de cada país estão representadas pelas linhas.

Além disso, embora o volume exportado pelo Brasil fosse muito superior ao colombiano, nosso vizinho sempre alcançou melhores cotações na Bolsa de Nova York. Vemos, pelo Gráfico 4 que, após os sísmicos e hegemônicos abalos da Primeira Guerra, que refletiram sobre os preços em 1918-1919 a partir da intervenção brasileira no mercado, houve uma tendência de expansão das exportações brasileiras e colombianas na década de vinte. Observam-se ainda os efeitos da defesa permanente brasileira na elevação do patamar de preço entre 1924-1929 — com benefício para a Colômbia —, a depressão dos preços durante toda a década de trinta, sua recuperação no âmbito do Acordo Interamericano do Café (1941-1946) e a vigorosa alta dos preços em fins da Segunda Guerra Mundial num contexto de subprodução (efeito da extinção do Departamento Nacional do Café).

Gráfico 4 – Quantidade de sacas de sessenta quilos de café exportadas<sup>1</sup> e valor em centavos de dólar da cotação de uma libra (456 gramas) de café em Nova York<sup>2</sup> (Brasil e Colômbia, 1915–1947)



Fonte: Elaborado com base no *Anuário estatístico 1948* (BRASIL, 1949, p. 168-170).

1 Indicada no eixo vertical à esquerda. As exportações de cada país estão representadas pelas barras verticais.

2 Indicado no eixo vertical à direita. As cotações do café de cada país estão representadas pelas linhas.

A demanda partia quase que exclusivamente do mercado norte-americano. Mark Pendergrast explica o aumento do consumo de café no conjunto da sociedade estadunidense por vários fatores. Um deles seria a instituição da Lei Seca em 1920. Muitos consumidores de estimulantes alcoólicos que raramente bebiam café, passaram a consumi-lo com certa regularidade nas nascentes cafeterias das grandes cidades. Alice Foote MacDougall, em Nova York, e Hills Brothers, na Califórnia, expandiram o luxuoso hábito do consumo de cafés colombianos e da América Central na *Era do Jazz*, enquanto a A&P, de John Hartford, investia na venda direta aos consumidores (PENDERGRAST, 2002, p. 168-172).

Houve também o crescente esforço de propaganda, a famosa campanha da N. W. Ayer, financiada pelo governo brasileiro e, por atacadistas americanos, o

filme *The gift of heaven*, que mostrava o cultivo e o consumo de café e foi projetado em mais de duzentas salas de cinema nos Estados Unidos, com distribuição nas escolas secundárias (PENDERGRAST, 2002, 162-163). No âmbito da ciência, o renomado pesquisador Samuel C. Prescott<sup>32</sup>, do MIT (Instituto Tecnológico de Massachusetts), foi contratado por cafelistas para analisar os efeitos do café sobre a saúde e concluiu tratar-se de “bebida digna de confiança e apreciável, reforçando as energias e melhorando a resistência”. As conclusões de Prescott foram publicadas e lidas em jornais por mais de 15 milhões de pessoas (p. 164). Entrementes, nada foi mais poderoso do que a crescente urbanização da vida, derivada do avanço da industrialização nos *Roaring Twenties*. Agora as pessoas necessitavam de estimulantes para garantir a atenção necessária ao repetitivo e mecânico esforço laboral no âmbito do fordismo em jornadas de trabalho cada vez mais extensas.

No que se refere à Europa, Justus Fenner contribuiu ao debate revelando o papel dos comerciantes hanseáticos na popularização do consumo de café na Alemanha desde a segunda metade do século XIX. Como estratégia para a redução dos riscos inerente às flutuações de preço do café, eles definiram a segmentação de mercado na qual o café brasileiro pertenceria à cesta de consumo: a classe trabalhadora. Essa estratégia aproximava os alemães de circuitos dominados pelos ingleses. Por sua vez, o café da Costa Rica era consumido pelas elites e pela classe média. Inclusive, a despeito de suas possessões na África e na Ásia, os alemães privilegiavam o investimento na cafeicultura centro-americana (FENNER, 2013, p. 54). A partir da atuação dos hanseáticos e do galopante processo de industrialização na Alemanha, o consumo de café se popularizou na Europa Central e, mesmo evidentemente atingido pelos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial, logo foi retomado na República de Weimar, sob o Plano Dawes, e, durante o nazismo, mediante acordos bilaterais.

## PRODUÇÃO BRASILEIRA E SEUS DESTINOS

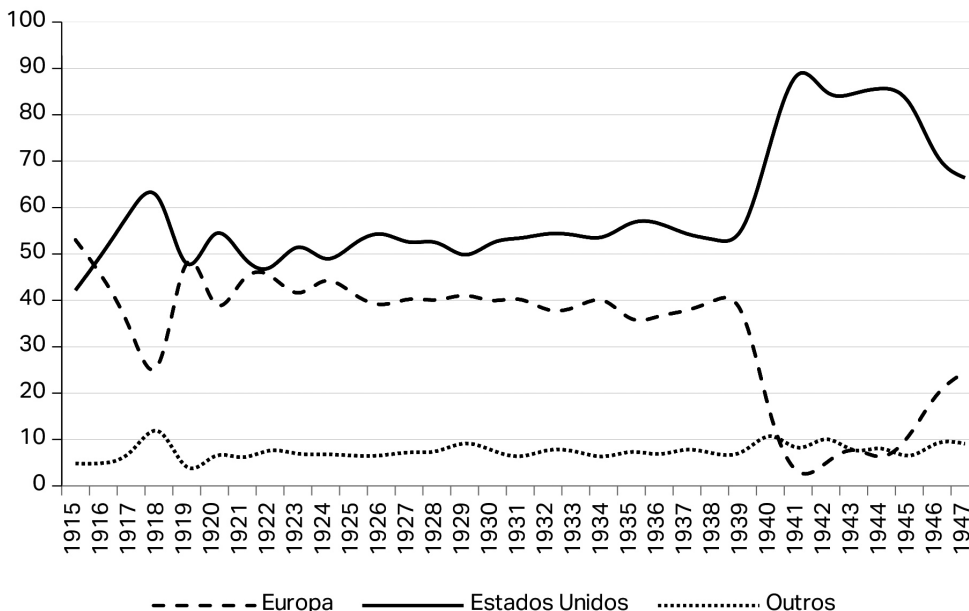
Em função dos esforços anteriormente citados e da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos prevaleceram como principal destino das exportações brasileiras.

---

32 Engenheiro de alimentos e microbiologista que se dedicava, sobretudo, a temas como a segurança alimentar, a ciência dos alimentos, a saúde pública e a indústria microbiológica.

Os embarques para a Europa, embora o continente tenha se mantido um destino relevante, sofreram abrupta queda no contexto mundial de 1939 a 1945. Os demais importadores das sacas brasileiras respondiam por cerca de 10 % dos embarques, como se vê no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Porcentagem de sacas de café brasileiro exportadas para diferentes destinos (1915–1947)



Fonte: Elaborado com base no *Anuário estatístico 1948* (BRASIL, 1949, p. 88-98)

A paulatina redução da participação europeia nas exportações brasileiras nas décadas de vinte e trinta está ligada às dificuldades econômicas advindas da Primeira Guerra Mundial, às reparações de guerra impostas em Versalhes (derrubando abruptamente as importações alemãs), à crise do padrão-ouro em função de fluxos de capitais desestabilizadores e correlatos desequilíbrios orçamentários e instabilidades cambiais, a problemas de integração e retomada de crescimento dos mercados e economias europeias e aos próprios efeitos da Crise de 1929. Autores como Barry Eichengreen (2002), John Maynard Keynes (2002), Charles P. Kindleberger (1985), William C. MacNeil (1986), Rogério Arthmar

(2002) e Frederico Mazzucchelli (2009), que analisaram o período sob diferentes prismas, são unânimes em afirmar que a posição americana (na economia e na política) dificultou a recuperação do velho continente. Ao não criarem condições para uma maior coordenação na economia mundial, sobretudo em seus fluxos comerciais e financeiros, as políticas americanas retardaram sobremaneira o ritmo de recuperação das economias europeias. O grande diferencial de reservas em ouro, a produtividade industrial e agrícola, o protecionismo, os fluxos de capitais privados<sup>33</sup> e o primado do mercado interno sobre o comércio internacional constituem elementos de uma postura nada favorável aos interesses europeus naquele momento.

[...] o isolamento dos Estados Unidos em relação aos problemas mundiais no entreguerras era somente a imagem da sua inabalável segurança em continuar progredindo com base nas suas próprias forças sem a menor ameaça externa aos seus interesses nacionais (ARTHMAR, 2002, p. 115).

No mercado brasileiro de café, esse contexto está refletido na demanda mundial pela *rubiácea*, que espelha a demanda americana, até sucumbir totalmente em 1941. Nesse ano, em função da Segunda Guerra e do Acordo Interamericano de Café, os Estados Unidos passaram a responder por cerca de 90 % das exportações brasileiras (ainda que elas tenham se reduzido em cerca de 6 milhões de sacas entre 1938, o

---

33 Vejamos o que nos diz Eichengreen a respeito da dinâmica do padrão-ouro: “Não levou muito tempo para que os arquitetos do novo padrão ouro [década de 1920] concluíssem que ele não estava funcionando conforme planejado. Alguns países passaram a registrar persistentes déficits em seus balanços de pagamentos, assim perdendo suas reservas de ouro e divisas estrangeiras. Com exceção de um pequeno superávit em 1928, a Grã-Bretanha registrou um déficit generalizado em todos os anos no período de 1927 a 1931. Outros países desfrutaram de persistentes superávits e entradas de reservas. O balanço de pagamentos francês [...] registrou superávits em todos os anos no período de 1927 a 1931. Os Estados Unidos registraram superávits na maior parte da década de 1920. O mecanismo de ajuste que supostamente eliminaria os superávits e déficits e restauraria o equilíbrio nas contas internacionais parecia funcionar inadequadamente. E não era possível confiar nos fluxos de capital estabilizadores que, no passado, haviam financiado os déficits em conta corrente dos países industrializados (EICHENGREEN, 2000, p. 103).

início da guerra, e 1941). Evidentemente, trata-se de um ano atípico em função da destruição de certos circuitos comerciais (Gráfico 6). Aos poucos, a Europa foi recuperando sua participação no mercado mundial, que se estabilizou em torno de 30 % em inícios dos anos cinquenta.

Gráfico 6 – Quantidade de sacas de sessenta quilos de café brasileiro exportadas para os Estados Unidos e para o mundo (1915–1947)



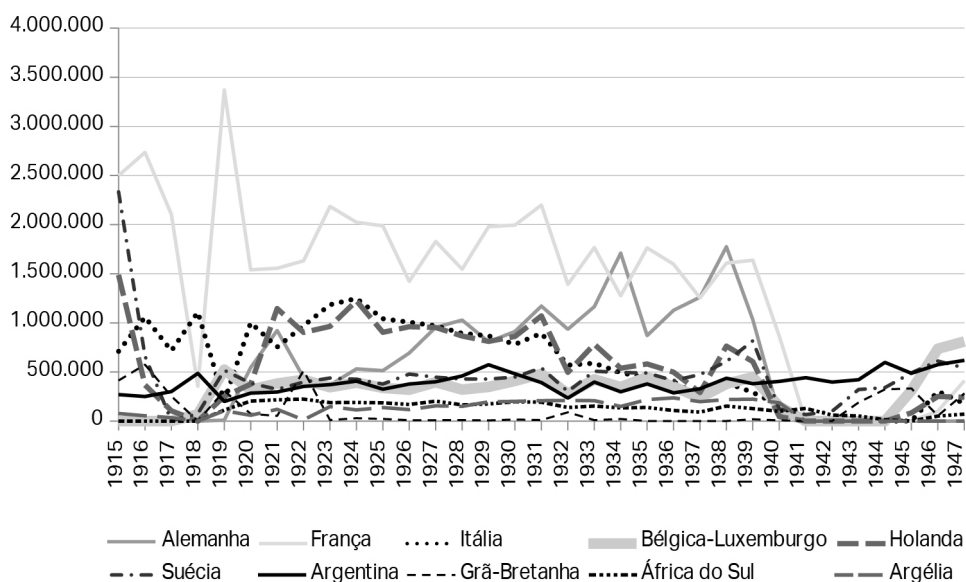
Fonte: Elaborado com base no *Anuário estatístico 1948* (BRASIL, 1949, p. 88-98).

A exportação da produção brasileira para outros países, excluindo os Estados Unidos, era bem superior à colombiana — direcionada massivamente ao gigante do norte — e abrangia praticamente todos os continentes. É notória, no entanto, a preponderância da França como destino do café brasileiro no velho continente. Também o mercado alemão, restaurado pelo Plano Dawes a partir 1924, recupera a importância verificada no cenário anterior à Primeira Guerra, momento auge das operações da Theodor Wille & Cia. nos portos de Hamburgo e Bremen. Itália, Holanda, Bélgica-Luxemburgo compunham mais alguns mercados significativos, apesar das



trajetórias erráticas em função das mazelas que afligiam a Europa. Sobretudo no contexto das guerras, houve drástica redução das exportações por parte de países europeus. A abrupta redução nas exportações para a Europa a partir de 1940 pode ser ainda uma consequência do Acordo Interamericano do Café, pressupondo-se que as sacas eram reexportadas a partir de atacadistas americanos, dada a desarticulação comercial (Gráfico 7).

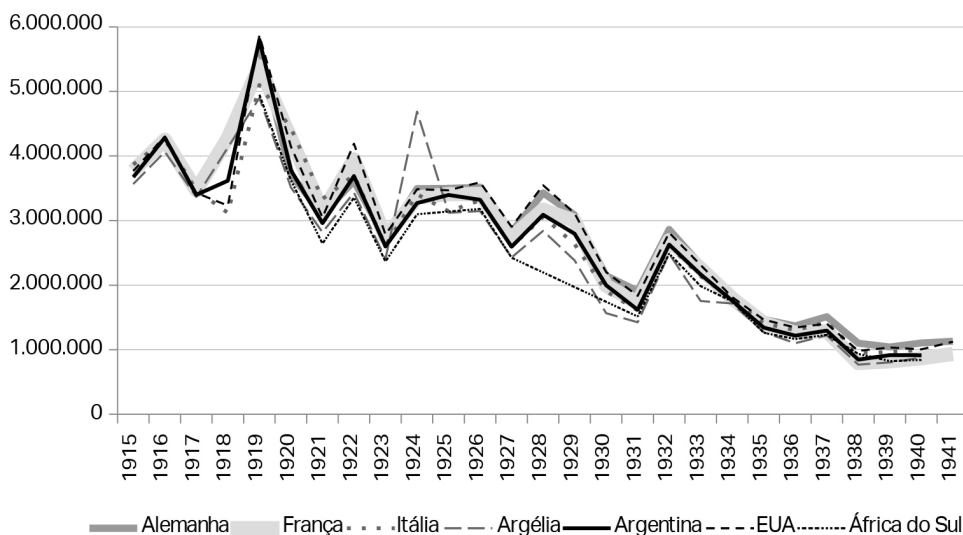
Gráfico 7 – Quantidade em milhões de sacas de sessenta quilos de café brasileiro exportadas para alguns países (1915–1947)



Fonte: Elaborado com base no *Anuário estatístico 1948* (BRASIL, 1949, p. 88-98).

Percebemos claramente no Gráfico 7 a derrocada das importações de café brasileiro ao longo da Primeira Guerra, o pico em 1919 para a recomposição dos estoques do Havre (França) e a retomada alemã, intensificada na década de 1930 com os acordos bilaterais. Embora a variação em termos de sacas importadas seja considerável, a coordenação dos preços a partir das defesas brasileiras foi expressiva. O Gráfico 8 indica os valores em libras, a preços constantes de 1919, das exportações brasileiras de sacas de sessenta quilos do café Santos tipo 4.

Gráfico 8 – Valores\* (em libras) das exportações brasileiras de café Santos tipo 4 para diferentes países



Fonte: Elaborado com base no *Anuário estatístico 1948* (BRASIL, 1949, p. 88-98).

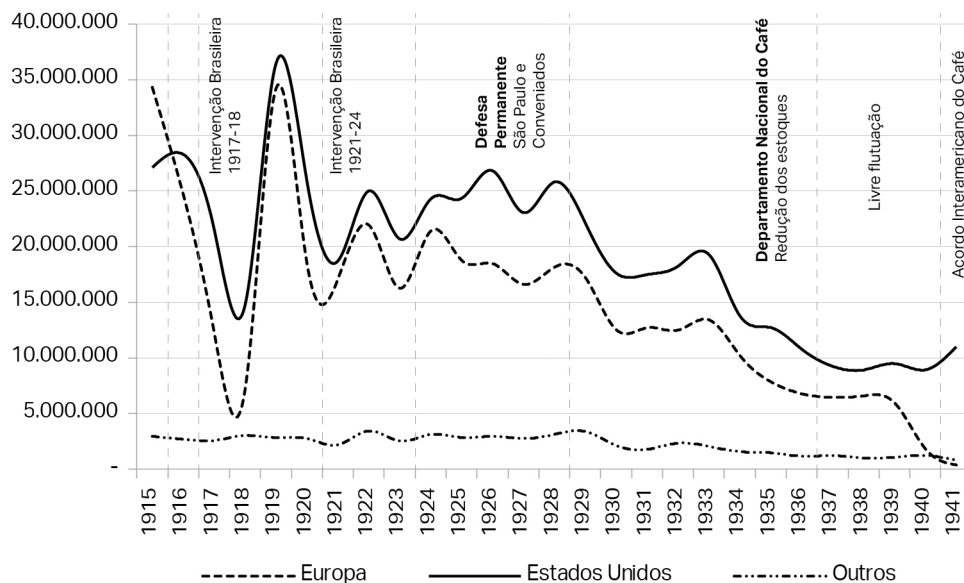
\* Preços constantes em mil-réis/cruzeiros de 1919 = 100.

Embora flutuantes em função da demanda, das condições econômicas e cambiais e sobretudo dos estoques — leia-se intervenções governamentais —, os preços indicam grande coordenação entre os diferentes importadores. Inference-se com certa segurança que a posição quase monopólica do país e seu peso no mercado serviriam como parâmetro para a formação de preços em geral (*vide* Gráfico 4). Além de os demais produtores não alcançarem volume compatível com a demanda mundial, o café brasileiro era fundamental na composição de *blends* e um típico produto de consumo de massas. Sabedores da posição do Brasil, os financistas internacionais em convênio com o governo brasileiro empreenderam uma série de intervenções no mercado e mantinham um elevado grau de coordenação dos preços.

A valorização de 1917-1918 teve um resultado fantástico a partir da junção de fatores como a geadas de 1918 e o iminente final da guerra. Já a intervenção de 1921-1924 foi exitosa, dadas as grandes safras verificadas e o elevado (embora curto) grau

de recessão da economia americana em 1921, bem como a dificuldade de reconstrução do comércio europeu. A defesa permanente, inaugurada em 1924, sustenta os preços em patamar bem mais elevado do que estariam caso ela não tivesse sido implementada, dado o aumento dos estoques em razão do avanço da fronteira agrícola em São Paulo e a correlata pressão baixista. A partir da Crise de 1929 e seus desencadeamentos, os preços não mais retornaram aos níveis anteriores, ainda que o *quantum* exportado não tenha necessariamente reduzido (*vide* Gráfico 4). Nem mesmo o esforço do Departamento Nacional do Café para a eliminação dos estoques indesejados foi suficiente para a manutenção dos preços. A situação piorou em 1937, quando o governo brasileiro deixou de intervir no mercado e buscou um acordo com os demais produtores mundiais. A estratégia forçou as negociações entre os produtores e os Estados Unidos, que capitanearam o Acordo Interamericano do Café, com duração de 1941 até 1946 (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Preço\* (em libras) do café brasileiro de acordo com as intervenções no mercado cafeeiro (1915–1941)



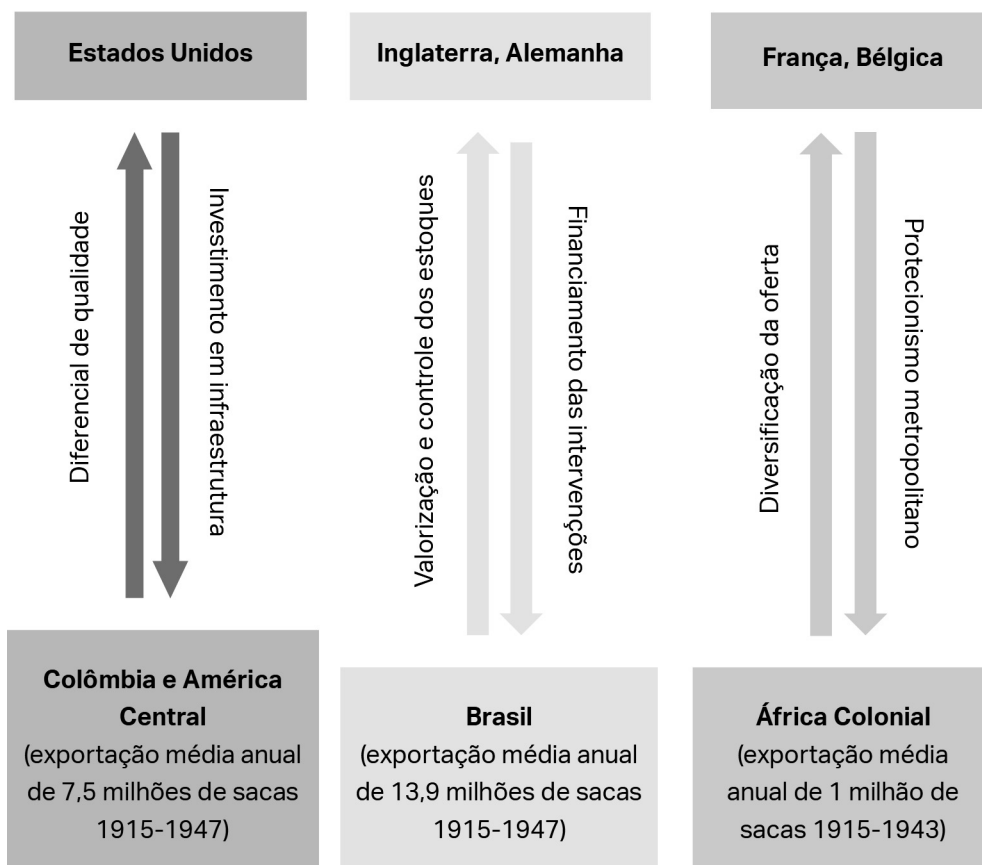
Fonte: Elaboração com base no *Anuário estatístico 1948* (BRASIL, 1949, p. 88-98).

\* Preços constantes em 1919 = 100.

## DISPUTAS INTERESTATAIS E MERCADO CAFEIEIRO

As intervenções brasileiras ditaram a formação dos preços do café na economia mundial entre 1915 e 1947. Em que pese o fato de, do lado da oferta, termos o Brasil respondendo por 50 % a 60 % da produção mundial, e, do lado da demanda, os Estados Unidos responsáveis por cerca de 60 % a 70 % do consumo internacional, o comércio de café passou longe de um mero arranjo entre ambos. A Figura 1 sintetiza as interferências que o mercado cafeeiro mundial sofreu no período de 1915 a 1947.

Figura 1 – Eixos de intervenção no mercado cafeeiro mundial (1915–1947)



Elaboração própria.

O financiamento inglês ao Brasil, representado no eixo central, ao lado da infraestrutura logística e de transportes alemã (ferrovias com conexões continentais e companhias marítimas de grande capacidade, como a Hamburg Süd e a dinamarquesa Maersk), pelo menos enquanto puderam funcionar a contento, entre 1924 e 1938, proporcionaram dois elementos importantes para a defesa brasileira: recursos para o financiamento de estoques e de infraestrutura (armazéns e ferrovias); e controle sobre a colocação dos cafés no continente europeu, particularmente após os acordos bilaterais com o Terceiro Reich. Em especial os capitais britânicos, representados pelo Banco *Lazard Brothers* em seu empréstimo ao estado de São Paulo, que deu sustentação à defesa permanente, agiam diretamente na formação dos preços ao segurar a produção nos armazéns reguladores. Como destaca a literatura especializada sobre o tema, essa intervenção não estabeleceu controles efetivos sobre a formação de novas lavouras (DELFIM NETTO, 1979). Era cada vez maior a necessidade de captação de novos empréstimos, em geral britânicos<sup>34</sup>, para a sustentação dos preços. Assim, forjava-se uma aliança hierarquizada entre a burguesia cafeeira brasileira, notadamente paulista, e a banca inglesa, dado que a elevação do preço das sacas garantia os meios de pagamento internacionais. O governo federal mantinha, desde a Missão Montagu (1924), o compromisso com a manutenção da conversibilidade (FRITSCH, 1980) e reforçava ainda mais as garantias para as bancas inglesa e alemã.

A estratégia penalizava o consumidor final norte-americano, elevando o preço do café a patamares claramente artificiais. A resposta americana parece ter sido promover ofertantes alternativos ao Brasil, sobretudo a Colômbia e países da América Central (eixo à esquerda da Figura 1), com esforços significativos na melhoria de infraestrutura de transporte desses países, sobretudo no país sul-americano. Os Estados Unidos patrocinaram ainda a publicidade, a propaganda e a pesquisa para a construção da qualidade superior desses grãos, o que aumentou a pressão baixista sobre a produção brasileira. Esta estratégia foi amadurecendo paulatinamente após a Guerra dos Mil Dias e o Convênio de Taubaté e atingiu seu ápice na década de 1920 em resposta à defesa permanente dos estados produtores brasileiros. Ainda assim, é evidente que a Colômbia e a América Central não conseguiam isoladamente abastecer a totalidade do mercado americano, sobretudo

---

34 Mas não somente. O estado do Espírito Santo, por exemplo, captou recursos com o Banco Ítalo-Belga, para a implementação do Serviço de Defesa do Café em 1927.

o ordinário chão de fábrica, por isso, durante todo o período, os Estados Unidos continuaram dependentes da produção brasileira financiada pela Inglaterra.

Já a estratégia franco-belga (eixo à direita na Figura 1) valeu-se de diferenciados artifícios para minar a valorização brasileira. França e Bélgica, dois dos principais importadores mundiais, intensificaram seus respectivos sistemas coloniais na África, de modo que é quase irresistível a menção a Lenin:

O capital financeiro acrescentou aos numerosos “velhos” motivos da política colonial o da luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas “zonas de influência” — isto é, pelas zonas de vantajosas transações, de concessões, de lucros de monopólio, etc. — e, finalmente, pelo território econômico em geral (LENIN, 1979, p. 123).

A produção cafeeira no continente africano foi crescente na primeira metade do século XX, sobretudo nos anos trinta, no âmbito dos acordos bilaterais nascidos das dificuldades de pagamentos internacionais derivadas do estilhaçamento do padrão-ouro. Etiópia e Eritreia, outrora colônias italianas, moveram-se como países independentes. A plêiade francesa era composta por Madagascar, África Ocidental Francesa e África Equatorial Francesa, e a belga era composta pelo Congo. Angola e São Tomé e Príncipe, colônias portuguesas, sofriam poucas intervenções metropolitanas, embora fossem produtores listados no continente. E a própria Inglaterra, nos anos trinta, fomentou a produção na África Oriental Britânica (Quênia), numa clara manobra da *Commonwealth*. O Gráfico 1 atesta o crescimento da produção africana, que atingiu 2,5 milhões de sacas exportadas em 1938. A estratégia era dotar Havre (principal porto cafeeiro da França) de oferta alternativa àquela oriunda do Brasil e da América Latina, de elevados preços em função das intervenções e da propaganda. Contudo, o plano parece ter sido insuficiente, em função do baixo volume produzido e do fato de as maiores potencialidades do continente africano estarem nos cafés da espécie *Coffea robusta* (conhecido também por café conilon<sup>35</sup>), até então não muito bem difundidos.

---

35 O *Coffea robusta* tem origem no Congo, possui alto teor de cafeína e é utilizado em *blends* com o *Coffea arabica*, oriundo da Etiópia. Quarenta por cento da atual produção africana hoje é daquela espécie, sendo Uganda e Costa do Marfim os maiores produtores no continente. O Brasil é um dos maiores produtores de *C. robusta* no mundo. Essa espécie tem se expandido em função do aumento da temperatura global, que afeta mais diretamente o café arábica.

Assim, o mercado cafeeiro apresentava disputas entre três eixos, capitaneados por Estados Unidos, França e Inglaterra. A *haute finance* constituía o coração do sistema, e o Brasil era peça fundamental nessa estratégia. Certamente as diferenças de preço provocadas pelas intervenções favoreceram sobremaneira os interesses daqueles países. Pelo lado norte-americano, estava em jogo, para além da disputa com os britânicos pela primazia no mercado cafeeiro, a possibilidade de exportação de capitais para as periferias americanas: Colômbia, Costa Rica, Cuba, Guatemala, México, Venezuela, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e demais produtores do continente. Entre os franceses e belgas, o embate com a dominância anglo-germânica se dava pelo reavivamento de seus impérios coloniais. Contudo, as disputas soçobram com a Segunda Guerra Mundial, momento em que ingleses, alemães, franceses e belgas capitularam. A partir do Acordo Interamericano do Café em 1941, o desejo dos Estados Unidos se realizou e o país consolidou sua dominância imperialista.

## **MERCADO CAFEIEIRO EM FACE DAS ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO CAPITALISTAS**

As teorias vinculadas a *global commodity chains* contribuíram para a compreensão dos circuitos mercantis e lançaram luz sobre aspectos transdisciplinares ao se debruçarem sobre especificidades regionais, padrões de consumo, cultura e desdobramentos, limites e possibilidades ativados pela atividade nuclear de exportação. Também as novas instituições criadas para a manutenção, estabilidade e desenvolvimento de cadeias de mercadorias de longo prazo são janelas para a compreensão do mercado cafeeiro.

O Brasil, evidentemente, como maior produtor de café, esteve no centro de qualquer estratégia política e comercial, e sua vinculação de longa duração com o capital britânico dotou os operadores dos circuitos do café da Inglaterra de algumas vantagens concorrenciais: enquanto vigorou o padrão-ouro e a capacidade de este país enquadrar as periferias como principal fonte de crédito, a dominância inglesa fez-se presente na definição das políticas econômicas encampadas pelo maior ofertante. A participação alemã também foi relevante, considerando sua estrutura de reexportação, formação de *blends* e de transporte pelo Velho Continente. A defesa permanente, definida em 1924, aliada à Missão Montagu e ao

explícito compromisso de Arthur Bernardes com a conversibilidade da moeda e o equilíbrio fiscal, constitui um exemplo dessa dinâmica. Naquela ocasião, o preço do café se elevou a patamares superiores à média histórica, mesmo num contexto de crescente superprodução.

Contudo, à parte desse eixo de alianças, encontravam-se os Estados Unidos, o maior e mais promissor mercado consumidor de café em função do advento da industrialização, da urbanização e de um notável esforço propagandístico. Em que pese a participação de Hermann Sielcken no Convênio de Taubaté, a presença norte-americana no financiamento da atividade cafeeira no Brasil era reduzida quando comparada à da Inglaterra, dado não se verificar nenhum aporte americano às intervenções brasileiras. Longe disso, o esforço de propaganda feito pelos Estados Unidos e a correlata construção social da qualidade dos cafés colombianos impunham dificuldades ao Brasil na medida em que este necessitava reter um volume cada vez maior de sacas de grãos ordinários, o que aumentava sua demanda por crédito externo. Ademais, os presidentes americanos Woodrow Wilson e Herbert Hoover já haviam criticado publicamente a intervenção brasileira, e a promotora pública desde 1912 havia determinado que Sielcken jogasse no mercado todos os estoques nova-iorquinos em seu poder em benefício do consumidor americano, visto que a política intervencionista impunha um fardo adicional ao produto. Enquanto isso, os franceses e os belgas, sobretudo após a Crise de 1929, reavivavam suas possessões coloniais com certo sucesso, porém em patamar ainda insuficiente para o abastecimento do Havre.

A Segunda Guerra Mundial liquidou definitivamente a dominância britânica sobre a produção cafeeira mundial, que viria a ser controlada pelos Estados Unidos em 1941 com o Acordo Interamericano do Café, assinado em Washington pelo anfitrião e treze países produtores (incluindo o Brasil). Um maior esforço de coordenação do mercado cafeeiro se daria em 1959, com a incorporação de produtores africanos ao acordo, que evoluiu para um convênio internacional em 1962, chegando a ter 67 membros: 42 exportadores e 25 importadores, que representavam 99,8 % das exportações mundiais de café e 96,2 % das importações (LAFER, 1973). A dominância americana fora implacável nesse contexto: pôs fim a um grande ciclo de disputas hegemônicas e marcou a consolidação do quarto ciclo sistêmico de acumulação, aqui observado pela ótica do mercado cafeeiro.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. **Superintendência dos Serviços do Café. Anuário estatístico 1948**. São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira, 1949.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: poder, dinheiro e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.

ARTHMAR, Rogério. Os Estados Unidos e a economia mundial no pós-Primeira Guerra. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 97-117, 2002.

AURELIANO, Liana. **No limiar da industrialização**. 2. ed. Campinas: IE/Unicamp, 1999.

BACHA, Edmar; GREENHILL, Robert. **150 anos de café**. Preparado para Marcellino Martins e E. Johnston Exportadores Ltda. Rio de Janeiro: Salamandra, 1992.

**CAFÉ**. In: PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, c2009. Base de dados integrada do Acervo do CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAF%C3%89.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2017.

CLARENCE-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven. **The global coffee economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989**. New York: Cambridge University Press, 2003.

DELFIN NETTO, Antônio. **O problema do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: Ministério da Agricultura/Suplan, 1979.

EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Editora 34, 2000.

FALEIROS, Rogério Naques. **Fronteiras do café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937)**. Bauru: Edusc; São Paulo: Fapesp, 2010.

FALEIROS, Rogério Naques; NUNES, Ivanil. Estrutura e funcionamento do Serviço de Defesa do Café no Espírito Santo entre 1927 e 1930. In: FALEIROS, Rogério Naques; NUNES, Ivanil (org.). **Sistemas de transporte e formações econômicas regionais: Brasil e Argentina**. Vitória: Edufes, 2016. v. 1, p. 163-185.

FENNER, Justus. Shaping the coffee commodity chain: Hamburg merchants and consumption of Guatemalan coffee in Germany, 1889-1929. **América Latina en la Historia Económica**, México, v. 20, n. 3, p. 28-55, 2013.

FRITSCH, Winston. **External constraints on economic policy in Brazil, 1889-1930**. Londres: Macmillan, 1988.

FRITSCH, Winston. 1924. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 713-774, dez. 1980.

GRANER, E. A.; GODOY JÚNIOR, C. (*coord.*). **Manual do cafeicultor**. São Paulo: Edusp: Melhoramentos, 1967.

HYNES, William; JACKS, David S; O'ROURKE, Kevin H. Commodity market disintegration in the interwar period. **European Review of Economic History**, v. 16, n. 2, p. 119-143, 2012.

KENWOOD, A. G.; LOUGHEED, A. L. **Historia del desarrollo económico internacional**. Madrid: Istmo, 1995.

KEYNES, John M. **As consequências econômicas da paz**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

KINDLEBERGER, Charles P. **La crisis económica 1929-1939**. Barcelona: Crítica, 1985.

LAFER, Celso. O Convênio Internacional do Café. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 68, n. 2, p. 285-340, 1973. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66676/69286>. Acesso em: 30 jun. 2021.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1979.

MAZZUCHELLI, Frederico. **Os anos de chumbo: economia e política internacional no entreguerras**. São Paulo: Unesp; Campinas: Facamp, 2009.

MCNEIL, William C. **American money and the Weimar Republic: economics and politics on the eve of the Great Depression**. New York: Columbia University Press, 1986.

OCAMPO, José Antônio. O mercado mundial de café e o surgimento da Colômbia como um país cafeicultor. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 4, p. 449-482, 1983.

PELÁEZ, Carlos. Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café – 1906-1945: teoria, política e medição. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 5-212, out./dez. 1971.

PENDERGRAST, Mark. **El café: historia de la semilla que cambió el mundo**. Buenos Aires: Javier Vergara, 2002.

PÉREZ TORO, José Alberto. **Economía cafetera y desarrollo económico em Colombia**. Bogotá: Universidad de Bogotá Jorge Tadeo Lozano, 2013.

PINTO, Joaquín. Carlos Marichal, Steven Topik y Frank Zephyr (coords.), **De la plata a la cocaína**. *Cinco siglos de historia económica de América Latina, 1500-2000*. El Colegio de México/Fondo de Cultura Económica, México, 2017, 526 pp. In: AMÉRICA LATINA EN LA HISTORIA ECONÓMICA. **Reseñas**. México: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2018. Disponível em: <http://alhe.mora.edu.mx/index.php/ALHE/article/view/974>. Acesso em: 30 jun. 2021.

PIRES, Anderson. Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira – 1850/1930. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 2, p. 139-194, maio-ago. 2007.

SAES, Maria Sylvia M. **A racionalidade econômica da regulamentação no mercado brasileiro de café**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 1997.

TOPIK, Steven. *The integration of the world coffee market*. In: CLARENCE-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven. **The global coffee economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989**. New York: Cambridge University Press, 2003. p. 21-49.

TOPIK, Steven; MARICHAL, Carlos; FRANK, Zephyr. *Commodity chains in theory and in Latin American history*. In: TOPIK, Steven; MARICHAL, Carlos; FRANK, Zephyr (org.). **From silver to cocaine: Latin American commodity chains and the building of the world economy, 1500-2000**. Durham: Duke University Press, 2006. Introduction, p. 1-24.

TOPIK, Steven; SAMPER, Mario. *The Latin American coffee commodity chain: Brazil and Costa Rica*. In: TOPIK, Steven; MARICHAL, Carlos; FRANK, Zephyr (org.). **From silver to cocaine: Latin American commodity chains and the building of the world economy, 1500-2000**. Durham: Duke University Press, 2006. p. 118-146.

VILLELA, Aníbal V.; SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945**. 3. ed. Brasília: Ipea, 2001.

# FRAGMENTOS DE UM MODELO

pequenas lavouras de café e  
acumulação de capitais<sup>36</sup>

Pedro Geraldo Saadi Tosi · Rogério Naques Faleiros ·  
Rodrigo da Silva Teodoro

## PROPOSIÇÃO E ANÁLISE ESPECÍFICAS DO PROBLEMA

Grandes propriedades e grandes proprietários, infinitas lavouras de café e colônias de imigrantes a perder de vista dominam o cenário rural descrito em parte da bibliografia sobre a economia cafeeira, notadamente nos trabalhos de cunho teórico preocupados com a formação e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Ao investigar, contudo, o funcionamento do sistema de crédito, a dimensão das lavouras, as relações sociais estabelecidas entre cafeicultores de diferentes portes e as relações de produção estabelecidas na realidade rural, o pesquisador se confronta com uma paisagem bem mais intrincada e multifacetada do que preveem os modelos de

---

36 Versão deste texto foi publicada na revista *História* (São Paulo, v. 24, n. 2, p. 291-327, 2005).

análise pautados em binômios do tipo latifúndio-monocultura utilizados para explicar o chamado complexo cafeeiro<sup>37</sup>.

Não estamos aqui afirmando que as grandes propriedades não ocupassem uma posição de dominância na dinâmica da cafeicultura paulista, entretanto as pequenas e médias lavouras produtoras de café tinham uma grande importância, que precisa ser mensurada de forma adequada por quem se dedica ao estudo do tema. No contexto da crise 1898-1905, vários indicadores destacam a presença e a importância dessas propriedades de menor dimensão, onde foram colhidos os maiores volumes de café nas safras de 1906 e 1907.

As fontes consultadas para a região de Franca (SP) demonstram ter havido no período um aumento do número de cafeeiros plantados. Em um contexto de redução de preços e de restrição monetária, isso se explicaria pelo acesso de famílias (provavelmente de imigrantes) de reduzidas posses à propriedade agrícola, onde o cultivo do café era realizado predominantemente com trabalho familiar, minimizando-se assim as relações de emprego, com conseqüente redução nos custos de produção. Essa redução dependia também da minimização dos custos de reprodução da força de trabalho, ou seja, da agricultura de alimentos conjugada à cafeicultura.

Num contexto restritivo do ponto de vista mais amplo da economia, a atividade familiar dificilmente se limitaria à agricultura de alimentos. Tampouco estava direcionada para o trabalho em terras de grandes proprietários, já que se verifica um declínio generalizado dos contratos de formação e/ou trato de cafeeiros.

Para corroborar essas conclusões, voltamo-nos ao município de Franca, no interior paulista.

Historicamente a região de Franca caracterizou-se pela dominância da pequena propriedade, conforme destacaram Lélío Oliveira (1997) e Pedro Geraldo Tosi (2003). Não havia ali grandes fazendeiros, já que o maior, em 1901, Doutor João de Faria, possuía apenas 185 mil pés de café (TEODORO, 2006, p. 81), quantidade incomparável aos milhões de pés de alguns cafeicultores de Ribeirão Preto, como o Coronel

---

37 Complexo cafeeiro é o conjunto de atividades necessárias à produção e comercialização do café, que reforçam o ritmo da acumulação e estão integradas entre si, tais como: comércio de exportação e importação, transporte ferroviário, produção de alimentos, ensacamento, beneficiamento, constituição de infraestrutura urbana, financiamento.

Francisco Schmidt, que em 1905 contava em suas fazendas com 6.075.500 cafeeiros, ou a Companhia Dumont, com 3.999.990 pés no mesmo ano, ou ainda Martinho Prado Júnior, que possuía 2.112.700 cafeeiros à época (RIBEIRÃO PRETO, 1914).

Essa característica da cafeicultura de Franca deriva de um lado de sua estrutura fundiária e de outro do tipo de solo predominante na região, o latossolo vermelho-amarelo fase arenosa, que, diferentemente da terra roxa, não proporciona uma grande fertilidade para a cultura cafeeira. A estrutura fundiária de Franca, não tão concentrada como em outros municípios de maior produção cafeeira, originou-se de duas circunstâncias: em primeiro lugar, da antiguidade do povoamento da região por entrantes de pequenas posses, o que a predispsô a uma maior fragmentação do solo; em segundo lugar, do fato de seus solos não se adequarem tão bem quanto os de terra roxa à cafeicultura, desencorajando os investidores interessados em se estabelecer em grandes fazendas, ao contrário do que ocorreu em Ribeirão Preto, no caso, por exemplo, de Martinho Prado Júnior. Também colaborou para essa fragmentação a inexistência ou o pequeno número de casamentos consanguíneos, comuns na vertente de povoamento que Lucila Brioschi e outros (1991, p. 72) chamaram de Rio Pardo. Nesta região, onde hoje se encontra, entre outros, o município de Ribeirão Preto, a união matrimonial entre parentes parece haver funcionado como uma estratégia para manter a propriedade no grupo familiar, favorecendo a concentração de terras ao longo do tempo<sup>38</sup>.

A corrida por terras de melhor qualidade, raras no interior paulista<sup>39</sup>, se iniciara cedo. Martinico, como era conhecido Prado Júnior, em 1868 possuía as fazendas Campo Alto e Santa Cruz, nas proximidades de Mogi Mirim. Pelo fim da década de 1870, estava a caminho de estabelecer sua fortuna, tornando-se um dos pioneiros a mover a fronteira do café para oeste. Explorou os municípios de São Simão e Ribeirão Preto, mandando de lá comentários que enalteciam o potencial da região para o plantio de café.

---

38 Este é um assunto muito complexo e exige estudos específicos e mais aprofundados.

39 A terra roxa, de excelente qualidade agrícola, ocupa áreas esparsas, as conhecidas “manchas de terra roxa”. Ocorre em de 2 % a 2,5 % do território paulista, ou seja, de 5 mil a 6 mil quilômetros quadrados e é o solo característico de Cravinhos, Ribeirão Preto e seus arredores, com terrenos que favorecem o desenvolvimento da cafeicultura.

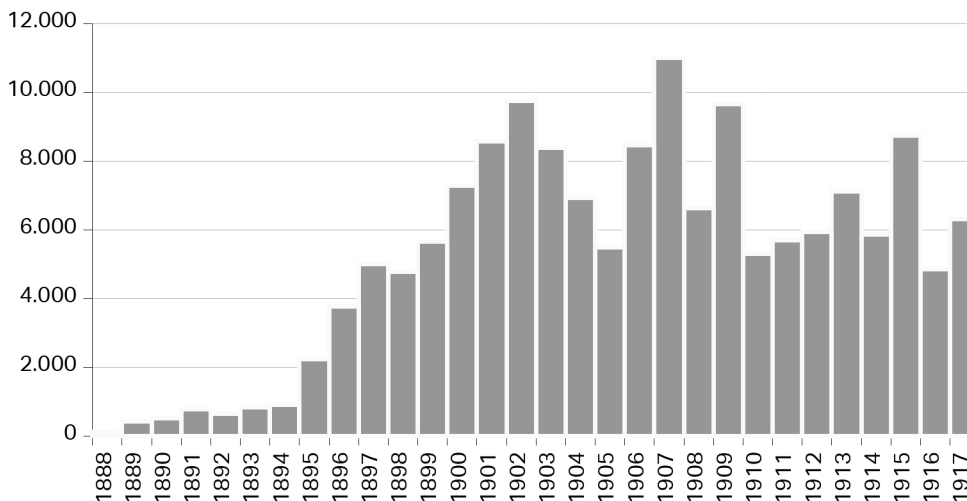
Pouco depois da exploração pelos municípios do “oeste”, Martinico adquiriu sua primeira fazenda em Ribeirão Preto, batizada Albertina, em homenagem a sua mulher. Em 1885, mais provavelmente com dinheiro emprestado por seu pai, Martinho Prado, e com os lucros da Albertina, comprou uma fazenda maior. Esta chamava-se Guatapar, media 6 mil alqueires e custara 70 milhões de réis (ou setenta contos de réis). Quinhentos mil pés de café foram plantados, número que cresceu gradualmente até chegar perto de 2 milhões de cafeeiros por volta da Primeira Guerra Mundial. Em 1889, os Prado adquiriram sua maior plantação na região de Ribeirão Preto: a Fazenda São Martinho, com cerca de 14 mil alqueires. A propriedade chegou a ter 3,4 milhões de pes de café e alcançou os postos de segunda maior plantação no Brasil e de maior plantação em um único bloco de terra. Era, pois, um mundo completo em si mesmo para seus 4 mil trabalhadores (LEVI, 1977, p. 165).

## **EXPANSÃO E CRISE: AS RELAOES DE TRABALHO**

Segundo dados de José Francisco de Camargo (1981), em 1905, enquanto em Franca a média de cafeeiros por propriedade era de 18.276, em Ribeirão Preto era de 84.324, em São Carlos 80.029, em Campinas 44.490, em Ju 29.973. Evidentemente existiam pequenas unidades produtoras de café em todos esses municípios, entretanto, nos casos de Ribeirão Preto, São Carlos e Campinas, as grandes propriedades puxavam a média de cafeeiros por estabelecimento para cima, o que não ocorria em Franca. Assim, a cafeicultura de Franca não repetiu o padrão de desenvolvimento verificado em alguns outros municípios e não havia grandes investidores  frente de sua produção.

A cidade constituía uma espécie de periferia no conjunto dos municípios paulistas produtores de café e nunca, na sua história, havia se destacado pelo volume de sacas produzidas. Veja-se que, em termos de produção, o número de cafeeiros cultivados em outros municípios do Oeste Paulista em 1905 foi bastante superior ao de Franca: 29.094.365 em Ribeirão Preto, 28.518.100 em Campinas, 24.049.365 em São Carlos, 22.749.494 em Ju e 7.380.988 em Franca (CAMARGO, 1981, p. 92-133). A cafeicultura francana, entretanto, atingiu escalas de produção capitalista na década de 1890 (Gráfico 1), após a cidade ter recebido uma ligação férrea. A inauguração da Estao Franca pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro em 1887 foi imprescindível, portanto, para viabilizar o aumento de sua escala produtiva.

Gráfico 1 – Toneladas de café embarcadas na Estação Franca (1888–1917)



Fonte: Adaptado de Tosi (2003, p. 303).

Também na década de 1890, atingiu maiores proporções a vinda de imigrantes para o município, destacando-se os italianos, que em grande medida se alocaram nas fazendas de café como colonos. Como Franca não se mostrou propícia ao surgimento de grandes lavouras cafeeiras, a cidade não atraiu grandes levas de imigrantes em comparação a outras regiões mais bem dotadas de recursos naturais; de fato, enumerar os municípios mais procurados pelos imigrantes seria simplesmente repetir a lista dos centros cafeeiros na ordem de sua importância. Entre 1901 e 1920, Franca recebeu 7.065 imigrantes, número que não se compara aos 22.987 imigrantes registrados em Jaú no mesmo período e muito menos aos 37.149 em Ribeirão Preto (CAMARGO, 1981), municípios onde a cafeicultura também se ampliou consideravelmente na mesma época.

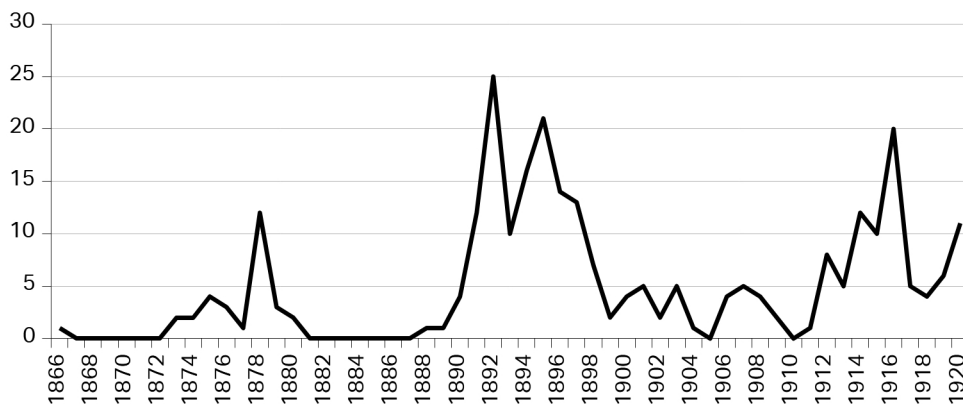
As relações de trabalho estabelecidas em Franca convergem com as estabelecidas em outras regiões, com a predominância do colonato. Mas o que é o colonato? A resposta de Verena Stolcke (1986), Thomas Holloway (1984), Brasília Sallum Jr. (1982) e José de Souza Martins (1979) é praticamente unânime; eles o definem como uma combinação de salário anual, ganhos por empreitada e acesso às lavouras de subsistência. Os dois primeiros componentes eram monetários, o segundo entrava como um paliativo para diminuir os gastos em dinheiro com os trabalhadores. Nas palavras de Sallum Jr. (1982, p. 145):



as pessoas se comprometiam, por contrato, a realizar certo número de tarefas pelas quais recebiam remuneração em dinheiro. Basicamente tais tarefas consistiam em: cultivo anual de certo número de pés de café, pelo qual recebiam uma remuneração em dinheiro, variável segundo o número de pés e paga em parcelas trimestrais, bimestrais ou mensais, participação na colheita, pela qual auferiam dinheiro conforme a quantidade apanhada e entregue; serviços extraordinários, à parte do cultivo do cafezal e da colheita, pelos quais recebiam segundo o tempo de trabalho — dias ou horas — ou, eventualmente, conforme as tarefas executadas.

Sob o colonato, dava-se a contratação de trabalhadores para tocarem o café nas fazendas. Os contratos de trabalho eram registrados nos cartórios de registro civil, quando se definiam a forma de remuneração, o acesso à terra, a autorização e a definição do local para o plantio de outras culturas, tais como o arroz, o milho e o feijão, o prazo de duração, os termos de garantia, adiantamentos. Na pesquisa realizada por Rogério Naques Faleiros (2002) foram analisadas 270 escrituras de contratos de café entre 1866 e 1920, das quais 128 foram registradas entre 1890 e 1900, período ápice da cafeicultura local (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Número de contratos de formação e/ou trato de café lavrados em Franca (1866–1920)



Fonte: Adaptado de Faleiros (2002, p. 24).

O sistema de colonato sempre se estabeleceu em áreas de fronteira, notadamente onde estavam em jogo a formação de novas lavouras. Ao decidir formar uma

nova lavoura, os fazendeiros reduziam seus gastos permitindo aos colonos o acesso à terra. Do ponto de vista do fazendeiro, ceder terras aos colonos significava certa autonomia em relação ao movimento dos preços, uma vez que se diminuía a composição monetária da renda do colono; em momentos de alta de preços da saca do café, a renda dos fazendeiros aumentava, em momentos de baixa, mesmo com a renda deprimida, eles poderiam continuar formando novas lavouras, pois, na base, os gastos monetários eram reduzidos. A sobrevivência e até mesmo a expansão das lavouras de café mesmo em cenários não satisfatórios era garantida pelo monopólio da terra.

Pensemos: qual é o custo do fazendeiro para formar uma nova lavoura de café? Na década de 1890 o governo paulista subsidiava as passagens transatlânticas, bem como a hospedagem inicial e o transporte ferroviário até as fazendas que demandavam trabalhadores. Lá chegando, os trabalhadores eram alocados nas casas de colônia; em alguns casos, os próprios trabalhadores construía as casas, arranchando-se em moradias precárias nas primeiras semanas. Cada núcleo familiar, por contrato, assumia um talhão, onde era responsável pela formação e trato de alguns milhares de cafeeiros. O plantio intercafeeiro era autorizado e, ao final de quatro ou cinco anos, o colono recebia uma determinada quantia por cada cova formada. Foi o caso de Jácomo Zulcarelli, contratado em 1896 por Luiz Pinto Bastos para formar 12 mil cafeeiros, a setecentos réis por cada cova formada ao final de quatro anos (FALEIROS, 2002, p. 189), ou seja, uma quantia total de 8,4 contos de réis ao término do contrato. Além disso, teoricamente, o colono dispunha de toda a produção dos cafeeiros no quarto ano e da totalidade da produção de alimentos. Assim, ao final de quatro anos, o fazendeiro teria uma lavoura adequadamente formada e em plena produção com um mínimo custo monetário.

Os 12 mil pés formados seriam produtivos por pelo menos quinze anos. A produtividade dos cafeeiros francanos estava estimada em 154,02 arrobas por mil pés em 1902 e a cotação em Santos, apontada por Thomas Holloway para o mesmo ano, era de 4.200 réis, então Luiz Pinto Bastos receberia 7.762.608 réis<sup>40</sup>. Em apenas

---

40 É necessário destacar que se trata apenas de uma grosseira inferência, pois não consideramos os gastos com transporte, ensacamento, armazenamento etc. Também não consideramos a atuação de intermediários, que reduziam drasticamente os valores recebidos pelos fazendeiros. Além disso, a cotação do ano de 1902 nos parece acentuadamente deprimida em relação ao passado, por conta da crise de superprodução. De qualquer forma, os cálculos feitos demonstram, ainda que de forma aproximada, a alta lucratividade proporcionada aos fazendeiros que estabeleciam o regime de colonato.

um ano de colheita, depois de arcar praticamente com todas as despesas de formação dos 12 mil pés, restaria para seu bolso toda a produção daqueles cafeeiros nos próximos quatorze anos. Não era necessário ser um grande proprietário para formar lavouras desse calibre.

Do ponto de vista do colono, e de sua família obviamente, dedicar-se a outras culturas significava garantir a subsistência, além de capacitá-lo para atuar no mercado vendendo os excedentes da produção alimentícia (milho, feijão, banha, toucinho e arroz) no meio urbano ou mesmo nas mercearias existentes no meio rural. Geralmente o colono também tinha direito à produção dos cafeeiros no último ano de contrato, o que pouco pesava nas suas contas, pois a produtividade de cafeeiros entre quatro e cinco anos de idade ainda não atingiu todo o seu potencial.

Parte da bibliografia sobre o tema associa as possibilidades de ascensão social dos colonos à mercantilização do excedente de alimentos por eles cultivados. Nas palavras de Thomas Holloway:

Em muitos casos, os cereais e animais *excedentes que o colono vendia* proporcionavam uma importante fonte adicional de dinheiro. Tal renda extra podia ser adicionada às economias ou usada para comprar os itens não produzidos na fazenda, tal como farinha de trigo, açúcar, querosene, roupas e ferramentas. Como exemplo da importância que os próprios trabalhadores atribuíam às porções não monetárias do contrato de trabalho, um Vice-Cônsul italiano em Ribeirão Preto constatava, em 1903, que os colonos preferiam uma fazenda onde os salários em dinheiro eram pequenos, mas onde os privilégios de lavoura de alimentos e criação de animais eram generosos, a uma fazenda onde os salários eram melhores, mas sendo restritos os privilégios não monetários. Um observador francês anotava em 1909: “o que realmente permite que os colonos acertem o dever e o haver são as plantações que eles têm o direito de fazer por sua própria conta... Eles muitas vezes se preocupam mais com as cláusulas do contrato relacionadas com essas plantações do que com aquelas que determinam seus salários em dinheiro” (HOLLOWAY, 1984, p. 122, grifos nossos).

Segundo Faleiros (2002), é um mito acreditar que os colonos dispunham livremente do café e dos alimentos por eles produzidos. O autor identifica o que poderíamos chamar de um *estreitamento de mercado* na comercialização dos excedentes

produzidos pelos colonos. Complexos mecanismos atuavam no sentido de impedi-los de praticar os preços vigentes na praça, pois os fazendeiros interpunham-se entre eles e os compradores estabelecendo nos contratos de café cláusulas que garantiam a preferência de venda dos gêneros alimentícios à fazenda. Estas cláusulas foram encontradas na maioria das quase trezentas escrituras pesquisadas por Faleiros. Como exemplo, há o caso de Manuel Alves de Souza, que em 1893 foi contratado por José Theodoro de Mello para formar 12 mil cafeeiros na Fazenda Palmital (FRANCA, 1º Ofício Civil, 1983, n. 56, fls. 84-86 *apud* FALEIROS, 2002, p. 184). Nos quatro anos de contrato o colono teria direito à prática do cultivo intercafeeiro, entretanto não poderia comercializar livremente a produção de alimentos, pois a escritura assinada com o contratante determinava a preferência de venda a José Theodoro de Mello. Numa sociedade hierarquizada em que o chefe da fazenda reunia em torno de si um grande número de agregados, entre eles os novos colonos, isso significava que o trabalhador necessariamente teria que vender sua produção de alimentos ao proprietário.

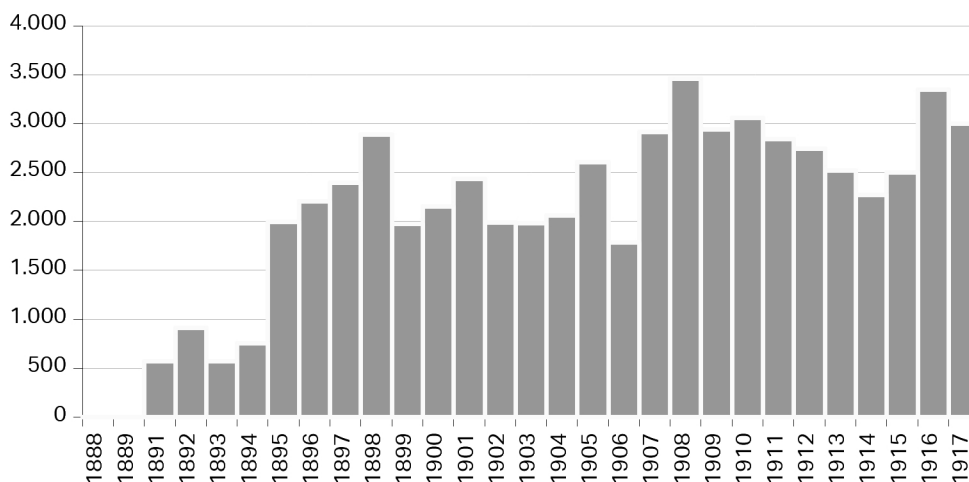
A relação entre ambos era lucrativa para o fazendeiro sob dois aspectos: por um lado, ele garantia a formação de uma nova lavoura de café e, por outro, concentrava a comercialização dos alimentos produzidos pelos colonos. Seu relacionamento baseava-se no monopólio do mercado e no estreitamento das relações de troca com a finalidade de enriquecimento do fazendeiro via intercâmbios desiguais. Impunha-se um mecanismo em que o colono, na terra intercafeeira, promovia sua subsistência, mas perdia o excedente, ou a maior parte deste, ao “negociá-lo” com o fazendeiro, que vendia os produtos no mercado e lucrava com a discrepância dos preços. Ao contrário de Holloway, é difícil para nós imaginar que os preços correntes no mercado orientassem as negociações estabelecidas entre fazendeiros e colonos.

Corrobora esse argumento o fato de que as quantidades de alimentos embarcadas na Estação Franca cresceram consideravelmente na medida em que a cafeicultura avançava no município. Se os colonos realmente se encarregassem da colocação de arroz, milho, feijão etc. no mercado, estaríamos diante de uma rede comercial pulverizada, em que múltiplos produtores participariam dos jogos das trocas. Contudo, observamos justamente o contrário.

As quantidades de alimentos exportadas pelo município foram crescentes a partir da década de 1890 (Gráfico 3). Certamente esses alimentos haviam sido cultivados por colonos nos espaços intercafeeiros, o que demonstra que o próprio crescimento

das lavouras de café proporcionava o incremento da produção de outras culturas. Chegou-se a exportar quase 3 mil toneladas de gêneros alimentícios em 1898. Tal volume de comércio não se realizaria se não fosse amparado e precedido por uma intensa concentração de redes mercantis. Os comerciantes e as casas comerciais sediadas na cidade constituíam o elo final de toda uma cadeia que se iniciava com a produção dos colonos, passava pelas mãos dos fazendeiros para, ao fim e ao cabo, chegarem aos agentes urbanos que escoavam a produção até centros consumidores de maior vulto.

Gráfico 3 – Quantidade em toneladas de gêneros alimentícios (exclusive café) embarcados na Estação Franca da Mogiana (1888–1917)



Fonte: Adaptado de Tosi (2003, p. 90).

Encontramos ainda um indício empírico da centralização do comércio de alimentos operada pelos fazendeiros de café. No inventário de Joaquim Garcia Lopes da Silva Júnior (FRANCA, Tabelionato, 1º Ofício Civil, cx. 139, 1911, v. 66 *apud* TEODORO, 2006, p. 234), datado de 1911, notamos que suas três fazendas — Santa Amélia, Jaguarão e dos Buritys — possuíam uma certa quantidade de cereais estocados; na Santa Amélia havia 500 sacos de arroz avaliados a 5,5 contos de réis, 25 carros de milho a 425 mil réis e 80 sacos de feijão a 160 mil réis; no Jaguarão, 8 carros de milho na roça a 200 mil réis, 7 carros de milho no paiol a 245 mil réis e 20 sacos de feijão ainda por colher a 40 mil réis; nos Buritys, 30 carros de milho no paiol a 1,05 conto de réis.

Wilson Cano afirma que a produção mercantil de alimentos é um componente prioritário na formação e consolidação do complexo cafeeiro. Segundo o autor, a agricultura de alimentos era totalmente dependente da atividade nuclear, o café, e, portanto, gozava de autonomia muito relativa. Estava vinculada, em síntese, às sobras de tempo e dos recursos semiutilizados pelo café. À medida que o complexo cafeeiro se desenvolveu e gerou um processo crescente de urbanização, o sistema passou a reclamar a expansão da agricultura independente da atividade nuclear, ou seja, aquela feita fora da propriedade cafeeira, com recursos físicos próprios (CANO, 1998, p. 72). Cano pressupõe que o crescimento das cidades demandaria indústrias agrícolas especializadas na produção de alimentos, notadamente pequenas propriedades que se dedicassem ao cultivo de milho, arroz e feijão. Essa realidade se verificou em municípios da Grande São Paulo, como Mogi das Cruzes e Santa Isabel, principais abastecedores de alimentos da capital, entretanto não acreditamos que tenha existido uma separação rígida entre unidades produtoras de café e unidades produtoras de alimentos no Oeste Paulista, tal como sugerido pelo autor. No caso de Franca, bem como de Campinas, Ribeirão Preto, Rio Claro, São José do Rio Preto e Catanduva, algumas pesquisas cartoriais realizadas por Faleiros (2007) demonstram, mesmo em um período mais avançado ao aqui tratado, o cultivo conjunto do café e outros gêneros alimentícios, notadamente na fronteira.

Mas, se colocamos em questão o que seria a principal possibilidade de acumulação dos colonos e, por conseguinte, de ascensão à condição de proprietário, como explicar o surgimento da pequena propriedade fundiária e mesmo daquela de dimensões diminutas? Em grande parte da bibliografia sobre o assunto (CAMARGO, 1981, v. 1), a origem destas propriedades é atribuída à frugalidade e à diligência pessoal dos trabalhadores do café, notadamente dos imigrantes. Essa origem se aclara, no entanto, se nos voltarmos para os impactos da conhecida crise de superprodução que se abateu sobre a lavoura cafeeira no final do século XIX.

Os impactos da crise de superprodução fizeram-se sentir nas relações de trabalho estabelecidas entre fazendeiros e colonos. Segundo Augusto Ramos, a situação financeira da lavoura paulista era mais difícil do que a dos demais produtores; em São Paulo predominava o colonato, enquanto nos demais estados predominava a parceria.

[...] em São Paulo o preço do trabalho do colono é ajustado por mil cafeeiros no tratamento dos mesmos, por alqueire de 50 litros de café no trabalho de apanha, e por

dia nos serviços avulsos [...] ele auferia também indiretamente vantagens de outra ordem e de maior valor. São as que resultam da cultura de cereais, feijão, etc., entre as filas dos cafeeiros. [...] Em outras regiões como a fluminense e Minas Gerais é frequente serem as lavouras confiadas às famílias de colonos pelo sistema de trabalho por porcentagem ou parceria das colheitas, em geral a *meias*, isto é, cabendo a cada família, como remuneração por cuidar dos cafeeiros e fazer a colheita, metade do que esta produzir (RAMOS, 1923, p. 204-205).

Essa diferença regional implica que os valores financeiros envolvidos eram previamente estabelecidos em uma forma de trabalho, e em outra não. Na parceria, dominante em Minas e no Rio de Janeiro, a remuneração do colono estava submetida à realização do valor mediante as condições do mercado; já os fazendeiros paulistas, por contratarem previamente as cláusulas envolvendo dinheiro, submetiam-se ao descompasso entre a quantia envolvida na relação com o colono e o preço de mercado. No contexto de superprodução, significava que os fazendeiros de São Paulo, como um todo, estavam acumulando prejuízos, fato atenuado nas terras de fronteira, onde a produtividade equilibrava um pouco mais as contas.

As relações de colonato também pressionavam os cafeicultores sob um outro aspecto. As terras para o plantio de outros alimentos eram fornecidas na proporção do cafezal envolvido na negociação. Uma vez que lavouras novas não fossem formadas, os fazendeiros não tinham condições de fornecer aos colonos novas terras para plantios. Por isso, o colonato é uma relação de trabalho própria de um contexto de expansão das lavouras. O colonato pressupõe o movimento da fronteira.

O mecanismo de acesso à terra, antes adotado para rebaixar os custos monetários, estava ficando engessado. Para os colonos, aumentava a importância das cláusulas envolvendo dinheiro, justamente o que faltava nos anos de Campos Salles como presidente (1898-1902). No colonato, a queda do preço do café recaía inteiramente sobre o fazendeiro-proprietário; na parceria, era dividida. Mesmo que não fosse lucrativo ficar com apenas metade da produção, era positivo não ter de assumir dívidas maiores com os colonos. Convenhamos, num momento de superprodução, efetuar pagamentos com café aos colonos (parceria) constituía uma estratégia funcional. Em consequência da crise, o número de contratos de formação e/ou trato de café em Franca diminuiu drasticamente (ver Gráfico 2). Por outro lado, os cafeeiros plantados

no início da década de 1890 atingiram o ápice de produtividade, com a exportação de quase 10 milhões de toneladas em 1902.

No auge da crise, em 1905, não foi lavrado nenhum contrato de trabalho. As exportações de café reduziram-se então a pouco menos de 6 milhões de toneladas. Era esse o ponto máximo da decadência iniciada em 1903. Em 1906, com a intervenção estatal, o número de contratos lavrados voltou a subir e a exportação de café acompanhou esse movimento, com a recuperação das lavouras prejudicadas durante a geada de 1902.

As consequências do período de retração (1898-1905) redimensionaram as propriedades em Franca. Múltiplas falências foram registradas no contexto da política deflacionária de Murinho, ministro de Campos Salles. As maiores plantações do município foram praticamente varridas do mapa. Custos elevados e preços cadentes resultaram no abandono e na desvalorização das propriedades, bem como em movimentação de trabalhadores em direção a outras zonas. Interessantes são os números apontados por Pedro G. Tosi (2003, p. 144):

No que concerne ao fracionamento e reconcentração das propriedades rurais no período em tela [1905-1920], interessa qualificar que houve um continuado decréscimo no tamanho médio das propriedades: de 159 alqueires em 1905 para 110 em 1920. [...] O número total de propriedades oscila de 384 em 1905 para 583 em 1920, enquanto o tamanho das propriedades foi sendo diminuído. Apesar disso, aumentava o número total de cafeeiros plantados, bem como a área cultivada, embora nem sempre fosse crescente a média de cafeeiros por estabelecimento.

O que esses dados evidenciam é um verdadeiro fenômeno de fragmentação da propriedade; os grandes cafeicultores, atingidos em cheio pela crise, desfizeram-se de porções de terras para saldar suas dívidas. Ainda, segundo o autor:

foi no período entre 1906 e 1915 que imigrantes, principalmente de origem espanhola e italiana, credores de dívidas para com os velhos cafeicultores, dotados de alguma economia e famílias numerosas, tiveram acesso à propriedade de terras de dimensões não muito elevadas. Começaram, então, a aparecer os sitiantes e pequenos fazendeiros de origem estrangeira. O produto, contudo, não



deixara de ser a base da economia local: já em 1915, em virtude da mudança na estrutura fundiária, era possível verificar o aumento do número de cafeeiros (TOSI, 2003, p. 138).

## CRÉDITO E ACUMULAÇÃO: O PAPEL DA PEQUENA CAFEICULTURA

Até aqui explicitamos a forma como operavam as médias propriedades e o contexto em que se dá o surgimento das pequenas, baseadas, em geral, no trabalho familiar. De imediato uma questão se coloca: qual a funcionalidade dessas pequenas propriedades no conjunto da economia cafeeira? Para chegar à raiz do problema, analisamos os movimentos próprios desta economia que privilegiavam o processo de acumulação *vis-à-vis* formas de financiamento dos produtores.

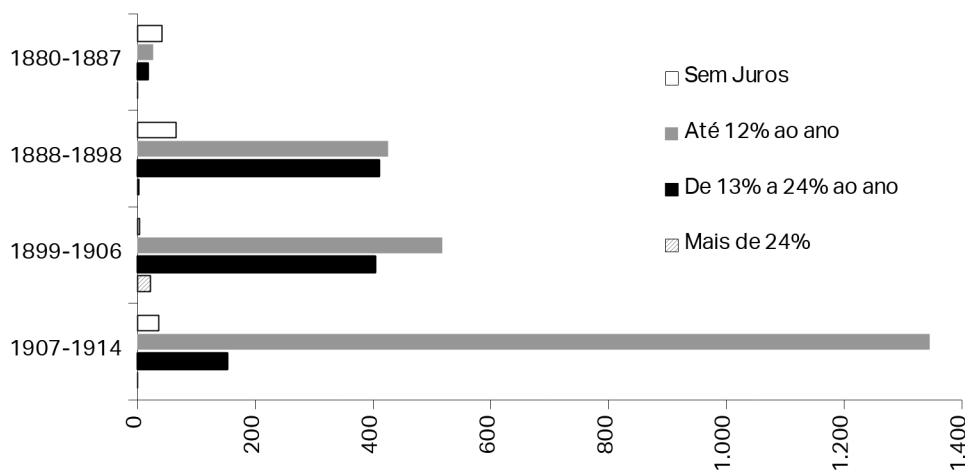
Os fluxos de crédito oriundos do sistema bancário paulistano na Primeira República dificilmente se dirigiam à lavoura. Os grandes bancos nacionais sediados na cidade de São Paulo preferiam concentrar suas operações de empréstimos nos empreendimentos comerciais de algum porte que atuavam na própria capital e em Santos, dada a maior lucratividade, a maior solvência e, consequentemente, o menor prazo de retorno do investimento que essas atividades ofereciam em comparação à produção de café (SAES, 1986, p. 112-123). Os bancos estrangeiros, por sua vez, dedicavam-se ao financiamento da dívida pública, aos investimentos ferroviários e industriais. Os bancos do interior, em geral, eram inexpressivos no que diz respeito a volume de capitais e, portanto, mais suscetíveis às intempéries próprias das flutuações da economia cafeeira, enquanto os bancos hipotecários eram poucos e privilegiavam suas carteiras comerciais em detrimento dos empréstimos garantidos por hipotecas, principal modalidade de crédito utilizada pelos lavradores.

Logo os cafeicultores deveriam ter acesso a alguma fonte de crédito não oriundo do sistema bancário, já que é difícil pensar num sistema de autofinanciamento dos fazendeiros, dada a natureza do cafeeiro, cujos frutos só aparecem após o quarto ou quinto ano de cultivo. A questão é: de onde provinha esse crédito? Para responder essa pergunta, devemos nos voltar agora para um personagem que a bibliografia tem apontado como fundamental para o financiamento da cafeicultura: o comissário.

O comissário surgiu como um intermediário entre o fazendeiro e o exportador na venda do café. Entretanto, ele não agia como um mero representante comercial, embora inicialmente suas atividades tenham se restringido a tal função. O comissário também fornecia a seus clientes vários artigos oriundos dos grandes centros urbanos, mas sua centralidade na economia cafeeira advinha da posição que ocupava no fornecimento de crédito para a lavoura. Essa incumbência se impôs ao comissário praticamente como uma exigência para a prosperidade de seus negócios, já que o fazendeiro, conforme ressaltamos, dificilmente disporia de condições para se autofinanciar (FRANCO, 1974, p. 160-171).

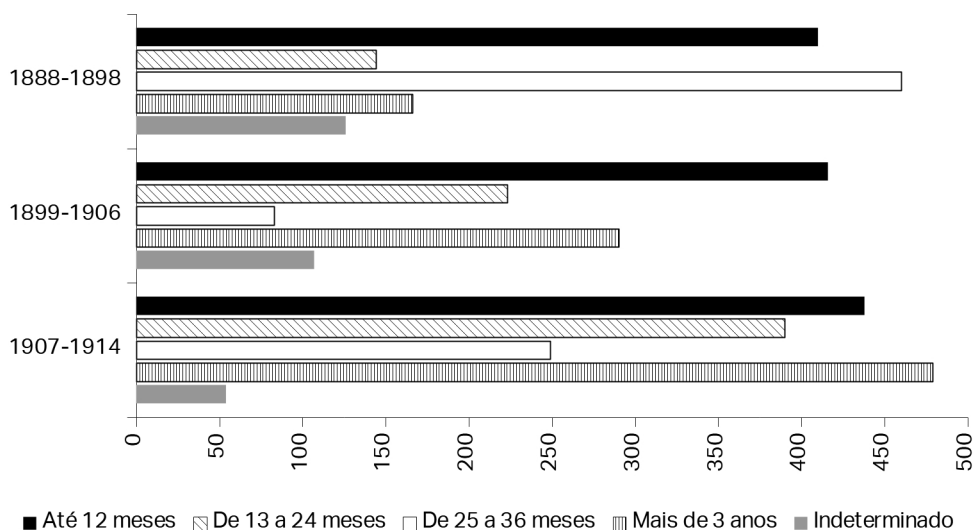
Além do comissariado, uma camada de financistas locais atuava nas cidades do interior; eles ficaram conhecidos como “capitalistas”, denominação que denotava, na verdade, a posse de dinheiro disponível para empréstimos. Apesar da atuação porventura diferenciada que comissários e capitalistas possam ter tido — e não cabe aqui discuti-la —, havia algo em comum entre ambos que trazia sérias consequências para a lavoura cafeeira: as altas taxas de juros cobradas (Gráfico 4) e o curto prazo praticado (Gráfico 5) nas operações de crédito.

Gráfico 4 – Taxas de juros (em contos de réis) praticadas nos empréstimos registrados em Franca por períodos selecionados (1880–1914)



Fonte: Livros de Notas do 2º Ofício Civil de Franca (1880-1914 *apud* TEODORO, 2006, p. 148). Adaptado.

Gráfico 5 – Prazos praticados nos empréstimos registrados em Franca por períodos selecionados (1888–1914)



Fonte: Livros de Notas do 2º Ofício Civil de Franca (1880-1914 *apud* TEODORO, 2006, p. 153). Adaptado.

O Banco de Crédito Real de São Paulo, fundado em 1882 e liquidado em 1906, por exemplo, emprestava a 8 % para prazos de cinco a dez anos e a 9 % de quinze a vinte anos. Além disso, fazia uma série de exigências na efetivação do crédito, o que desestimulava a captação por parte dos cafeicultores (SAES, 1986, p. 70-71). Em Lorena, no Vale do Paraíba, para os anos compreendidos entre 1850 e 1872, as taxas atingiam em média 16 % ao ano. Não obstante, o comportamento da taxa de juros, entre 1865 e 1887, parece apontar para uma progressiva redução, o que Renato Leite Marcondes (2002) atribui à penetração do capital bancário. O autor constata que durante a crise de 1874-1876<sup>41</sup> as taxas de juros diferem nos municípios

41 Conforme assinala Carlos Guilherme Guimarães (2003, p. 2-9): “bastou uma mudança na direção seguida pela política monetária para que todo o setor comercial e creditício da cidade do Rio sofresse sérios abalos. Visando valorizar o câmbio, o governo diminuiu a quantidade de papel-moeda emitido, cujo total (incluindo o papel-moeda posto em circulação pelos bancos), de um patamar de 192.527:000\$000 em 1870 passa a 181.868:000\$000 em 1875”.

de Lorena, onde aumentam, e de Guaratinguetá, onde se mantêm estáveis, e atribui essa diferença à chegada do capital bancário a esta localidade antes que em Lorena. Na segunda metade da década de 1860, a taxa de juros para o crédito hipotecário chega à casa dos 14 % ao ano nos dois municípios, oscila entre 11 % e 10 % entre 1879 e 1886 e atinge 9,5 % em 1887. Esse exemplo evidencia a discrepância das taxas de juros praticadas pelo setor institucionalizado (bancos) e pelo crédito informal (comissários e “capitalistas”).

Os cafeicultores, contudo, não apenas sofriam o efeito das altas taxas de juros em suas contas, mas também se encontravam, ainda que indiretamente, expostos a todo o tipo de crise do sistema financeiro. A inexistência de um banco de redescontos<sup>42</sup> implicava a manutenção, pelo sistema bancário, de uma elevada proporção de caixa para fazer frente às situações adversas, de modo que, segundo Saes, havia uma quantidade maior de dinheiro em poder do público que nas instituições bancárias. Essa estrutura, associada à centralidade do grande capital cafeeiro<sup>43</sup> na economia, conferia uma enorme fragilidade ao sistema bancário quando atuavam conjuntamente dificuldades de realização do café no mercado internacional, crise nas contas públicas e políticas contracionistas, muitas vezes derivadas da postura governamental perante a própria conjuntura econômica. Como havia a possibilidade de comissários e “capitalistas” captarem recursos no sistema bancário, uma carência de numerário das instituições poderia repercutir sobre a cafeicultura. É nesse sentido que uma política de enxugamento do meio circulante se espalhava pelo conjunto econômico.

É compreensível que a cafeicultura se expanda e mesmo encontre alguma facilidade em saldar seus débitos em uma conjuntura de abundante liquidez, inflação de preços e desvalorização cambial (câmbios menores facilitam a manutenção

---

42 Redesconto: “operação bancária em que uma instituição financeira desconta títulos (duplicatas, promissórias, etc.) que já foram anteriormente descontados por outra instituição. É uma operação que permite, à primeira casa bancária, fazer caixa para novos negócios, sem ficar imobilizada à espera do vencimento dos títulos” (SANDRONI, 1985, p. 363).

43 Conforme a definição de Renato M. Perissinotto (1994, p. 37): “o ‘Grande Capital Cafeeiro’ engloba os agentes econômicos que se caracterizavam por uma larga diversificação de seus investimentos: comércio de exportação e importação, atividade bancária, indústria, estradas de ferro, empresas de serviços públicos, etc.”.

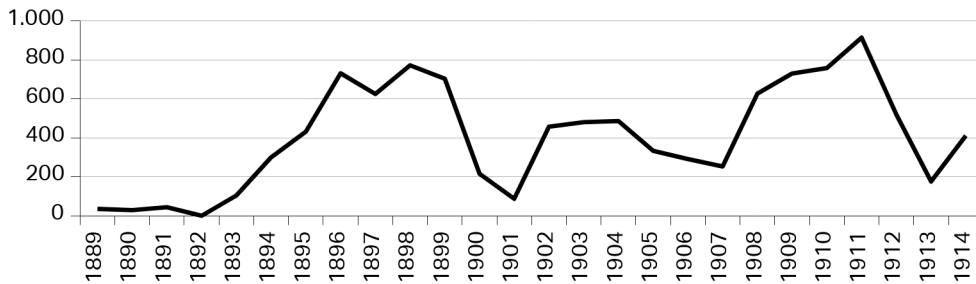
ou mesmo a ampliação da renda em moeda nacional dos agentes exportadores num contexto de queda dos preços internacionais). Foi o que ocorreu no período conhecido como *encilhamento*, cujos efeitos se estenderam pelo menos até 1898. O fazendeiro não apenas encontrava maior facilidade no acesso ao crédito como era auxiliado pela própria progressão da queda do câmbio e da depreciação do dinheiro. Entretanto, como a cafeicultura conseguiu absorver os impactos da crise?

Como observamos no Gráfico 1, a cafeicultura do município de Franca se ressentiu dessa crise de numerário. As quantidades de café embarcadas na Estação Franca reduziram-se drasticamente; passaram de um patamar de cerca de 9.700 toneladas em 1902 para cerca de 5.500 toneladas em 1905. Contudo, já em 1906, ano em que ainda não haviam se dissipado os efeitos da superprodução acrescida da premente escassez de moeda que caracterizou o início do século XX, as quantidades embarcadas subiram para cerca de 8.500 toneladas, atingindo o ápice em 1907: 11 mil toneladas de café. Ora, não podemos atribuir o aumento nas quantidades embarcadas nos anos de 1906 e 1907 simplesmente aos cafeeiros formados antes de 1898, pois nesse caso as quantidades produzidas nos anos imediatamente posteriores a 1902 seriam equiparáveis àquelas. Logo, a superioridade da quantidade de toneladas embarcadas em 1907 indica que cafeeiros foram formados durante a crise. Como explicar?

Disporiam os financistas locais de algum meio para escapar das consequências da falta de numerário promovida pelas políticas governamentais de teor contracionista e seguir fornecendo crédito à lavoura? Ou a escassez monetária atingiria também esta camada de usurários? O Gráfico 6 traz dados empíricos que demonstram como a crise afetava também esses credores.

Permanece então a questão: como foi possível a expansão da cafeicultura mesmo com uma severa restrição creditícia? A mudança no regime de trabalho do colonato para a parceria explica parcialmente a questão, mas, como podemos perceber pelo Gráfico 2, houve poucos contratos de trabalho lavrados em cartório entre 1899 e 1911. Portanto, essa mudança não foi a via, ou a principal via, de expansão da lavoura cafeeira naquele período. Talvez um olhar mais verticalizado sobre a estrutura do crédito elucide a questão. Observemos o Gráfico 7.

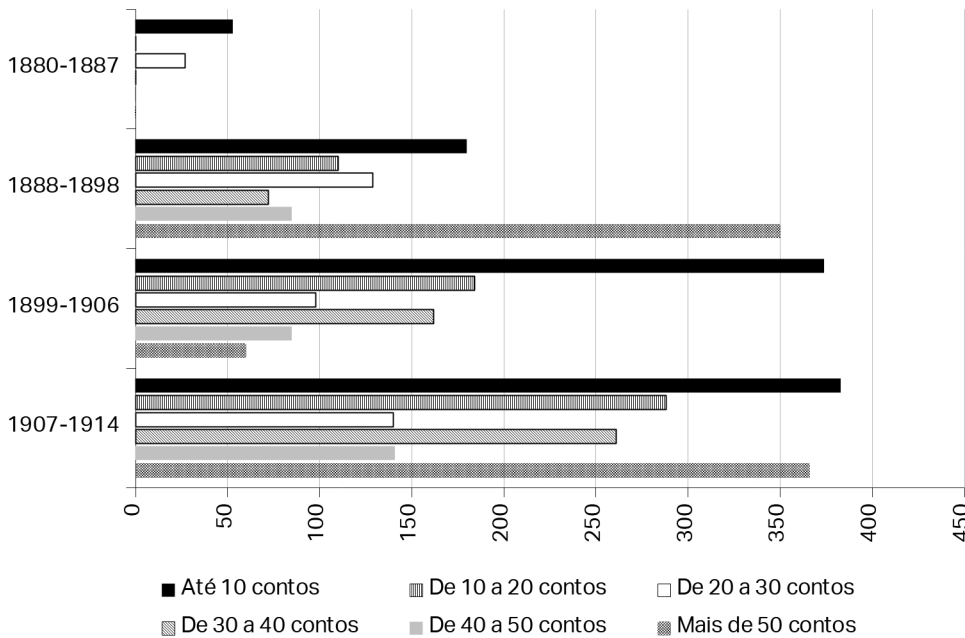
Gráfico 6 – Valor real em contos de réis\* do volume de empréstimos tomados em Franca (1889–1914)



Fonte: Livros de Notas do 2º Ofício Civil de Franca (1880-1914 *apud* TEODORO, p. 101). Adaptado.

\* Dados deflacionados com base em Villela e Suzigan (2001, p. 433).

Gráfico 7 – Valores em contos de réis dos créditos registrados em Franca por faixa de crédito concedido\* e períodos selecionados (1880–1914)



Fonte: Livros de Notas do 2º Ofício Civil de Franca (1880-1914 *apud* TEODORO, p. 192). Adaptado.

\* Somamos o valor de todas as escrituras em cada faixa.

O que salta aos olhos no período compreendido entre 1899 e 1906 é a abrupta elevação de empréstimos no valor de até dez contos de réis e sua participação no total das operações creditícias registradas no período. Seria direcionado esse fluxo para a cafeicultura? Segundo Rodrigo da Silva Teodoro (2006), de um total de empréstimos de 1.074.031.902 réis com valor de até dez contos de réis, efetuados entre 1880 e 1914, registrados no Tabelionato de 2º Ofício de Franca, 313.845.534 réis, ou 29 % das dívidas firmadas, correspondiam a dívidas de lavradores e 140.100.480 réis, ou 13 % do total, a empréstimos tomados por comerciantes. O restante se referia a devedores com ocupação indeterminada, um expressivo número de profissionais liberais e a elementos designados genericamente como proprietários (TEODORO, 2006, p. 223). É verdade que tanto os proprietários quanto os devedores cuja ocupação não é discriminada nas escrituras caberiam na classificação de comerciantes ou de lavradores. Mas como analisá-los na falta de informações mais precisas?

Para esses empréstimos com valor de até dez contos, a proporção de imóveis urbanos dados em garantia (34 %) praticamente se emparelha a de rurais (36 %). Nos empréstimos de pequenas quantias, cuja ocupação dos devedores fora definida como de lavradores, apenas 34.085.800 réis, ou 11 %, se firmaram com garantia hipotecária de imóveis urbanos. Concluímos que o tipo de bem dado em garantia é um bom índice da origem do tomador. Se já sabemos que a proporção de lavradores captando empréstimos era de 29 % e a de pequenos comerciantes 13 %, podemos dividir o restante entre as outras categorias de devedores e ter como resultado um montante de 58 % de pequenos proprietários rurais e 42 % de pequenos proprietários urbanos.

Esses dados indicariam uma maior lucratividade da pequena cafeicultura? Teodoro, a fim de tentar dar uma resposta à questão, analisou as condições de alguns desses empréstimos, como o contrato registrado no 2º Tabelionato de Notas de Franca no ano de 1900 entre o Dr. Marcílio Mourão, capitalista, e Joaquim Antonio de Andrade, lavrador. O primeiro efetuara um empréstimo ao segundo no valor de 2,1 contos de réis a 1,5 % de juros ao mês com capitalização semestral (os pagamentos deveriam ser feitos de seis em seis meses) e garantia de trezentas arrobas de café. Nessa escritura, o escrivão registrou que o credor receberia quinze quilos pelo preço de dez que vigorasse em Santos (FRANCA, 2º Ofício Civil, 1900, n. 36, fls. 14 *apud* TEODORO, 2006, p. 226). A mesma condição estava no contrato entre Olívio Alves Ferreira, capitalista, e José Urias do Nascimento, lavrador. Ferreira emprestara

a Nascimento a quantia de seis contos de réis com a garantia sobre novecentas arrobas de café, que deveriam ser entregues na estação Mogiana, limpas e beneficiadas; o devedor pagaria uma arroba por cada dez quilos, ou melhor, pagaria a dívida com cada arroba de café valendo dez quilos (FRANCA, 2º Ofício Civil, 1900, n. 36, fls. 16 *apud* TEODORO, 2006, p. 93). Analisando mais alguns contratos em que o beneficiamento do café ficava a cargo do devedor, Teodoro demonstra que, se os cafeicultores em geral se encontravam numa posição de subordinação aos usurários urbanos, em maior grau ainda estariam os pequenos proprietários (TEODORO, 2006, p. 29-102).

Como se explica então o vigor demonstrado pela pequena propriedade? Analisando o inventário do mesmo Joaquim Antonio de Andrade (FRANCA, Tabelionato, 2º Ofício Civil, 1902, cx. 138, v. 58 *apud* TEODORO, 2006, p. 225-228), que contratara empréstimo com Marcílio Mourão em 1900, Teodoro nota não apenas que o devedor realizara poucas despesas monetárias com o café (possuía 3 mil cafeeiros), já que não empregava nenhum trabalhador para seu trato, como também se dedicava à produção de animais, possuía um pomar, além de possivelmente cultivar outros gêneros alimentícios, de modo a, pelo menos no quesito subsistência, estar bem suprido. Ademais, pelos dados constantes do inventário, a dívida com Marcílio Mourão chegou a 608.620 réis em 1902, menos de um terço do valor original em apenas dois anos, sinal de que os herdeiros do devedor reuniam condições razoáveis de solvência (TEODORO, 2006, p. 227-228).

Portanto, as pequenas propriedades produtoras de café, em especial aquelas em que se utilizava apenas o trabalho familiar, ao contrário das médias e grandes propriedades, orientavam suas atividades primariamente para a subsistência e somente secundariamente para o mercado, decerto para conseguir acesso a alguns dos bens que não produziam, como ferraduras, utensílios agrícolas, peças de vestuário etc. Se, por um lado, a pequena cafeicultura se mostrava menos lucrativa que aquela de maiores proporções, por outro possuía um poder de sobrevivência muito maior, tanto que ela atravessou os anos de crise. A permanência de um expressivo número de operações de crédito com um valor de até dez contos de réis entre 1906 e 1914 denota que a pequena propriedade coexistia com as médias e quiçá com as grandes fazendas.

Sem a pequena cafeicultura e o pequeno comércio, provavelmente os grandes comerciantes-usurários<sup>44</sup> do meio urbano não poderiam manter um nível de

---

44 É difícil distinguir com clareza como se estruturavam ambas as atividades.



lucratividade mínimo. Nessa economia, esses credores certamente concentravam os resultados da acumulação de capital (TEODORO, 2006, cap. 1-2), sem a qual dificilmente se impediria a fuga de seus capitais, o deslocamento de suas atividades para outras regiões (talvez na fronteira?) e conseqüentemente a evasão de seus recursos. O papel da pequena cafeicultura era inclusive mais relevante nessa dinâmica, pois o pequeno comércio citadino poderia se sustentar em parte devido ao consumo de artigos por setores do próprio meio urbano (como a ferrovia, que demanda uma série de empregados para funcionar, e a produção de determinados artigos ainda realizada em base artesanal). Mas, embora os comerciantes desfrutassem de uma relativa autonomia em relação ao comportamento da lavoura cafeeira, eles também se beneficiavam do consumo dos pequenos lavradores e daquelas fazendas de café de maior porte que conseguiram sobreviver<sup>45</sup>.

Como os níveis de lucratividade dos agentes responsáveis pelo financiamento da lavoura cafeeira se mantiveram (ou ao menos não se reduziram drasticamente), as fazendas de maiores proporções, assim que o mercado cafeeiro acenou com uma conjuntura mais favorável a partir de 1907, puderam retomar suas atividades, impulsionadas seja por novos investidores, seja por alguns proprietários de maior porte que conseguiram resistir à crise. Como vimos, durante a crise, o sistema continuou funcionando devido às mudanças verificadas no circuito do crédito. Nossa análise documental evidencia a entrada do pequeno produtor e a prática do pequeno crédito nesse circuito. Contudo, isso não permite afirmar que todos os médios cafeicultores estivessem excluídos do sistema de crédito. Na medida em que as condições se tornaram favoráveis, especialmente a partir do plano de valorização, o circuito de crédito pôde ser redirecionado às unidades de maiores proporções e escalas de produção, a despeito da continuidade das operações creditícias envolvendo pequenos produtores.

Diante das condições adversas da crise, muitos cafeicultores sucumbiram, entretanto algumas estratégias de sobrevivência permitiram que certos fazendeiros

---

45 Em todo o complexo cafeeiro, a presença dos pequenos produtores de café foi significativa, de modo que os mecanismos que expusemos aqui para Franca atuam também em outros municípios. A diferença é que grandes cafeicultores (inexistentes em Franca) poderiam resistir de forma diversa na crise, seja porque encontrassem menores dificuldades para diversificar seus negócios, seja porque possuíssem maior patrimônio para queimar.

atravessassem o período compreendido entre 1898 e 1906. Existiam movimentos complexos. Nas fazendas de maior porte, numa conjuntura adversa, os custos geravam impactos extremamente negativos. Como alternativa de redução desses impactos, as formas de rebaixamento dos custos monetários na cafeicultura em crise foram sendo radicalizadas. “É o caso de João de Pádua Pedroso, que ao contratar em regime de parceria os italianos Santo Baptistoni e Pio Dionísio, cedeu aos ‘parceiros’ um alqueire de terra aonde poderiam plantar cereais, além de terras para a criação de gado e porcos” (FALEIROS, 2002, p. 192). Essa escritura, lavrada em 1902, num dos momentos mais críticos da superprodução, garantia aos colonos, além da produção de alimentos, o direito à metade da produção dos 13 mil cafeeiros durante quatro anos, ou seja, mesmo sob um regime de parceria, o trabalhador ainda poderia produzir outros gêneros alimentícios que não o café. De uma forma geral, os contratos de parceria versavam sobre lavouras já formadas, o que certamente reduzia a possibilidade de os colonos praticarem o cultivo de alimentos nos espaços intercafeeiros, entretanto, nesses casos, o fazendeiro cedia um terreno extra para compensar tal perda.

Nos contratos de colonato, mesmo existindo vários elementos para reduzir os gastos em dinheiro necessários à formação das lavouras, conforme vimos anteriormente, alguma quantia, ainda que diminuta, era gasta. Entretanto, na escritura firmada entre Pedroso e os imigrantes Baptistoni e Dionísio, o fazendeiro não desembolsaria nenhum dinheiro (exceto para eventuais adiantamentos e para a compra de ferramentas, remédios, produtos de armazém etc.). Além disso, liquidaria seus débitos com o colono com a metade da produção de café, produto com preços altamente deprimidos naquele contexto. Com a parceria, os cafeicultores desfaziam-se de dois problemas: reduziam seus gastos monetários necessários à manutenção da lavoura e livravam suas tulhas de estoques indesejáveis. Foram essas as estratégias utilizadas pelos cafeicultores para minimizar a perda patrimonial que se seguiu à superprodução do final do século XIX e às políticas contracionistas implementadas a partir do governo Campos Salles. Mesmo assim, após 1898, os cafeicultores de maior porte ainda deveriam saldar as dívidas firmadas no período anterior e, a fim de minimizarem a perda de patrimônio, tentar expandir a parcela dos lucros que lhes cabia. Além do monopólio na compra dos alimentos produzidos pelos trabalhadores, que outras formas haveria então de incrementar os ganhos do cafeicultor?

Em sua dissertação de mestrado sobre a atuação de Costa Machado, um eminente cafeicultor de São José do Rio Pardo, Fábio Augusto Missura nos mostra alguns casos em que o fazendeiro conseguia levar adiante suas atividades econômicas sem o uso ostensivo da moeda. Analisando 140 cadernetas de contas de colonos da Fazenda Vila Costina, entre 1891 e 1892, Missura depara-se com uma situação de endividamento de todos os colonos com o fazendeiro, endividamento oriundo principalmente dos gastos dos trabalhadores no armazém da fazenda. Mas o colono não poderia escapar a essa armadilha simplesmente adquirindo os artigos de que precisava de outras fontes, como com os comerciantes da cidade? Vejamos o que afirma Missura:

Os colonos tinham liberdade para fazerem suas compras onde preferissem. O fazendeiro, por sua vez, procurava controlar o monopólio de seu negócio, evitando que nenhum concorrente se estabelecesse na vizinhança. Na Fazenda Vila Costina desenvolveu-se um artifício bastante curioso como forma de manter o colono preso ao armazém e à farmácia (havia uma farmácia dentro da fazenda): criou-se uma espécie de moeda interna, que o colono recebia como vale; como esse vale dificilmente era aceito na cidade o trabalhador não tinha outra alternativa a não ser gastá-lo no armazém da própria fazenda (MISSURA, 2003, p. 46-47).

Nesse ponto, observamos duas formas de achatam os custos monetários das operações de uma fazenda de café: primeiro, superexplorar os colonos por meio do monopólio mercantil, que dava ao cafeicultor a possibilidade de elevar sobremaneira o preço dos produtos vendidos a seus empregados e impingia a estes uma situação de endividamento que dificilmente contornariam; segundo dispensar a utilização de moeda nas relações entre o fazendeiro e seus colonos. Entretanto, se pensarmos no conjunto das relações travadas pelo cafeicultor, devemos nos indagar sobre a forma como ele obtinha os produtos que vendia em seu armazém. Há apenas uma possibilidade: os produtos saíam diretamente dos estabelecimentos comerciais das cidades para a fazenda. Isso nos leva a mais uma pergunta: como o fazendeiro pagava pelos artigos que vendia? Certamente realizava compras a prazo. Mas até que ponto o comerciante poderia esperar pelos pagamentos em moeda? Na verdade, nessas transações havia mais uma forma de minimizar o uso da moeda, que consistia em trocar alguns gêneros produzidos pelos colonos, como arroz, feijão e milho, por outras mercadorias (TEODORO, 2006, p. 233).

O cenário revelado por Missura se refere a uma grande propriedade, situada em São José do Rio Pardo, contudo não sabemos se esses procedimentos de estreitamento monetário se efetivavam também nas fazendas de médio porte. É possível, por exemplo, que alguns vendeiros, ligados a fazendeiros ou não, organizassem o jogo das trocas num pequeno raio de ação que incluía médias e pequenas propriedades. Mas, mesmo havendo a possibilidade da efetivação desses estreitamentos monetários para os médios proprietários individualmente considerados, muitos, por não possuírem patrimônio para queimar, ou por já se encontrarem por demais onerados por dívidas contraídas no período anterior, não conseguiram escapar dos efeitos da crise. A partir de 1897-1898, a transição das relações de colonato para as de parceria já estava em curso (FALEIROS, 2002, p. 190-191), ainda que uma parcela dos fazendeiros optasse por dar continuidade às remunerações em dinheiro, talvez temendo as multas estabelecidas nos contratos de colonato. Portanto, a superação da crise, para cada cafeicultor dependeu de sua situação anterior de endividamento, da extensão de seu patrimônio e mesmo de suas decisões de investimento. Demonstremos.

Antonio de Moraes Ribeiro, falecido em 1902, é um exemplo de cafeicultor de pequeno para médio porte que não reuniu condições de sobrevivência ante a crise. Em seu inventário (FRANCA, Tabelionato, 1º Ofício Civil, 1902, cx. 35, v. 85 *apud* TEODORO, 2006, p. 230) constavam móveis no valor total de 3,91 contos de réis; benfeitorias em sua fazenda, denominada Japão, no montante de 8,1 contos, entre as quais 9 casas para colonos cobertas de zinco; mais 36 mil pés de café formados no valor de 32,4 contos; 100 alqueires de campos no valor de 6 contos; 37 alqueires de capoeirão grosso montando a 9,25 contos; 20 alqueires de culturas em pasto avaliados em 3 contos; 50 alqueires de culturas em inverno de capim-jaraguá e gordura de 7,5 contos; 5 mil covas com café plantado em 1902 avaliados em 250 mil réis (perceba-se que cafeeiros estavam sendo formados durante a crise); mais 15 alqueires de terras de culturas fechadas e ocupadas pelo café, avaliadas em 2,25 contos; além dos frutos pendentes do café, calculados em 800 arrobas e avaliados em 800 mil réis.

O número estimado de frutos a produzir-se, oitocentas arrobas, é bastante medíocre e muito aquém das potencialidades de 36 mil pés de café. Na verdade, segundo a produtividade estimada por Tosi (2003, p. 132) para Franca no ano de 1902, de 154,2 arrobas por mil pés, a fazenda Japão poderia produzir 5.551,2 arrobas naquele ano de 1902. Sendo assim, por que a estimativa de colher apenas oitocentas

arrobas? Ora, no inventário também se encontram referências a casas para colonos, mas nenhum indício de dívidas com eles ou com parceiros. Se havia trabalhadores na fazenda em 1902 ou nos anos anteriores, diante da crise provavelmente foram dispensados e não havia quem colhesse todos os frutos produzidos, de tal forma que estes apodreceriam nos pés. Observando as terras listadas no inventariado, verificamos que parte delas (quinze alqueires) já se encontrava ocupada pelo café, restando cerca de 207 alqueires a ocupar, entre terras de campos, capoeirão etc. Se a viúva conseguisse vender suas terras ao preço constante da avaliação feita no inventário, poderia angariar fundos para financiar as atividades em sua fazenda.

Apesar desse quadro adverso, Maria Lemes Ribeiro, viúva de Antonio de Moraes Ribeiro, poderia dar prosseguimento à produção de café em sua fazenda — já que os filhos eram menores de idade — e financiar suas atividades mediante a venda de parte de suas terras, não fosse a existência de dívidas mais antigas que seu marido não saldara. Três credores declararam ter dinheiro a receber do finado, o que foi prontamente confirmado pela viúva. O Coronel Joaquim Ferreira Ribeiro deveria receber 10,8 contos mais 11.159.000 réis de juros acumulados a uma taxa de 8 % ao ano; José Antonio Ribeiro, pai do finado, 9 contos, sem qualquer taxa de juros; e Dona Helena Nogueira da Silva Moraes 2,5 contos mais 3,9 contos de juros acumulados a uma taxa de 10 % ano. A dívida total para com esses três credores herdada por Maria Lemes Ribeiro montava, portanto, a 37.359.000 réis.

Aparentemente não havia nenhum documento comprobatório da dívida, já que o curador de órfãos exigiu o depoimento de algumas testemunhas que reconhecessem a existência dela (o que demonstra o peso dos laços de confiança nas relações creditícias). As testemunhas, de fato, foram arroladas e confirmaram inclusive o valor total apurado. As obrigações financeiras da viúva para com os credores, no entanto, foram recalculadas pelo contador Francisco Baldoíno de Moraes, que estabeleceu, incluindo algumas despesas de Maria Lemes Ribeiro com negociantes e médicos, em 32.525.250 réis o valor a ser pago.

Na partilha, o juiz destinou alguns bens para o pagamento dos compromissos herdados por Maria Lemes Ribeiro, entre os quais os 36 mil pés de café formados, que, segundo as declarações constantes do inventário, estavam em bom estado, e a terra onde estes se encontravam, que media quinze alqueires. Entretanto, Maria Lemes Ribeiro solicitou ao juízo a adjudicação da dívida. Pelo teor do documento,

provavelmente o pedido se referia à renovação do prazo. Os credores concordaram e, no dia 5 de maio de 1904, Maria Lemes Ribeiro e o Coronel Joaquim Ferreira Ribeiro, residente em São João Baptista do Arrozal do Pirahy, estado do Rio de Janeiro, lavraram escritura de dívida em favor deste último no valor de 32.525.250 réis, a ser paga no prazo de seis anos com uma taxa de juros de 6 % ao ano, condições favorabilíssimas, como podemos perceber. Nem assim Maria Lemes Ribeiro conseguiu reerguer os negócios de seu finado marido, tanto que, por ocasião do vencimento do empréstimo, no ano de 1910, requereu ao juiz de direito a expedição de edital para venda em hasta pública de todas as suas terras e as de seus filhos, segundo sua alegação, para arcar com o pagamento da dívida.

O grande problema enfrentado pareceu residir no financiamento, pois, além de a venda de café da safra de 1902 não ter dado lucro, estava vedada à viúva a obtenção de recursos por meio da venda das terras que lhe couberam por partilha, já que todas elas haviam sido hipotecadas. Ficou então impossibilitada de fazer frente aos compromissos assumidos com o Coronel Joaquim Ferreira Ribeiro e provavelmente de recorrer a novas fontes de crédito. Assim, ela não pôde obter meios materiais para prosseguir com a produção de café, mesmo após o plano de valorização de 1906.

## **PRODUÇÃO E PEQUENA PROPRIEDADE: SILÊNCIOS A SEREM SUPERADOS**

Ao final do percurso, esperamos ter logicamente explicitado o papel fundamental assumido pela pequena cafeicultura<sup>46</sup> na sustentação e viabilização do complexo cafeeiro, em especial nos momentos de adversidade na produção. Ao adotarmos uma visão que contemplava a produção, a circulação, a acumulação e o papel das pequenas propriedades na economia cafeeira, múltiplos desafios se colocaram. Entre eles, rastrear as dificuldades enfrentadas pelas propriedades de maior porte levou-nos diretamente a analisar o mundo da produção. Ao contrário da circulação, que provoca ruídos, em geral a produção oculta seus movimentos. Difícil enxergar com clareza as relações travadas entre fazendeiros e colonos no espaço circunscrito pela porteira,

---

<sup>46</sup> Notadamente naquelas pequenas propriedades em que se utilizava apenas o trabalho familiar e não possuíam mais que 15 mil cafeeiros.

uma vez que eram marcadas por complexos mecanismos de expropriação que extravasavam as cláusulas registradas em contrato.

Foi difícil também compreender a articulação dessas relações com um conjunto econômico mais amplo. Essa dificuldade, no entanto, pôde ser superada quando nos defrontamos com a acumulação de capital e a figura dos comissários e usurários urbanos. Assim como o fazendeiro fazia com os colonos em seu próprio espaço, esses agentes estabeleciam, na cidade, no processo de financiamento da lavoura, uma relação, em que agora o expropriado era o fazendeiro.

Outras dificuldades persistem em razão do silêncio da bibliografia em relação ao universo da pequena cafeicultura. Como era financiada? Como produzia? Esse silêncio precisa ser quebrado, já que a pequena propriedade esteve presente no cenário rural do complexo cafeeiro. Aqui elegemos apenas um espaço, entre outros que ainda podem ser estudados, onde a pequena cafeicultura foi preponderante, para observá-lo de forma mais minuciosa.

Geralmente a questão da pequena propriedade aparece na bibliografia relacionada à ascensão social dos imigrantes, notadamente italianos. O êxito dos imigrantes seria o marco inicial de uma estrutura fundiária mais fragmentada. Contrapomo-nos a essa associação, pois, pelas evidências coletadas no caso estudado, os imigrantes eram submetidos a desvantajosos contratos de trabalho e reuniam poucas possibilidades de angariar algum pecúlio, principalmente em momentos de crise.

Paradoxalmente, foi justamente na crise que se acelerou o processo de fragmentação da terra, ligado mais às dificuldades dos fazendeiros do que à frugalidade, ética ou capacidade de poupança dos colonos. Mesmo quando o colono imigrante (ou não) tornava-se proprietário, a pequena cafeicultura, como demonstramos, reunia poucas perspectivas de acumulação, pois se submetia ao jugo dos usurários num grau de exploração ainda mais elevado do que o praticado por eles com os grandes proprietários. É necessário, pois, distinguir acesso à terra de ascensão social; uma coisa não necessariamente implica outra. Pequenos proprietários, no que tange ao enriquecimento, talvez enfrentassem dificuldades maiores do que alguns colonos, notadamente aqueles situados na crista da fronteira, onde as condições de produtividade do café e do cultivo alimentício intercafeeiro eram superiores.

Há muitos desafios colocados por essa nova perspectiva, entretanto começá-  
mos bem se documentalmente abandonássemos a fixidez dos *inventários* e acolhêssemos a perspectiva dinâmica potencialmente presente em *livros cartoriais*.

## REFERÊNCIAS

BRIOSCHI, Lucila Reis *et al.* **Entrantes no sertão do Rio Pardo**: o povoamento da Freguesia de Batatais, século XVIII/XIX. São Paulo: Ceru, 1991.

CAMARGO, José Francisco de. **Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos**. São Paulo: IPE/USP, 1981. 3 v.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas: IE/Unicamp, 1998.

FALEIROS, Rogério Naques. **Fronteiras do café**: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937). 2007. Tese (Doutorado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

FALEIROS, Rogério Naques. **Homens do café**: Franca: 1880-1920. 2002. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FRANÇA, Ary. **A marcha do café e as frentes pioneiras**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1974.

GUIMARÃES, Carlos Guilherme. O Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e o pós-guerra do Paraguai, 1871-1875. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 6., 2003, Caxambu. **Anais [...]**. [S. l.]: ABPHE, 2003.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**: café e sociedade em São Paulo, 1866-1934. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.

LEVI, Darrell Erville. **A família Prado**. São Paulo: Cultura, 1977.

MARCONDES, Renato Leite. O financiamento hipotecário da cafeeira no Vale do Paraíba paulista (1867-87). **Revista Brasileira de Economia**, v. 56, n. 1, p. 147-170, 2002.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MISSURA, Fábio Augusto. **Costa Machado**: ação política e empresarial na sociedade do café em Rio Pardo (1877-1917). 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2003.



OLIVEIRA, Lélío Luiz de. **Economia e história**: Franca – século XIX. Franca: Unesp, 1997.

PERISSINOTTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

RAMOS, Augusto. **O café no Brasil e no estrangeiro**. Contribuição comemorativa do 1º centenário. Rio de Janeiro: Papelaria Santa Helena, 1923.

RIBEIRÃO PRETO. Arquivo Histórico Municipal de Ribeirão Preto. **Almanach ilustrado de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia., 1914. Não paginado. (Arquivo Histórico Municipal de Ribeirão Preto).

ROSSINI, Rosa Ester; OLIVEIRA, Raimunda Maria de. Sociedade e natureza. *In*: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis. **Na estrada do Anhanguera**: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 25-33.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista**: 1850-1930. São Paulo: IPE/USP, 1986.

SALLUM JR., Brasília. **Capitalismo e cafeicultura**: Oeste Paulista: 1888-1930. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura**: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

TEODORO, Rodrigo da Silva. **O crédito no mundo dos senhores do café**: Franca, 1885-1914. 2006. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

TOSI, Pedro Geraldo. **Capitais no interior**: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945). Franca: FHDSS/Unesp, 2003.

VILLELA, Annibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira**: 1889-1945. 3. ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.

# MODALIDADES E HIERARQUIAS DO CRÉDITO NA CAFEICULTURA<sup>47</sup>

Pedro Geraldo Saadi Tosi · Rogério Naques Faleiros ·  
Rodrigo Fontanari

## O PROBLEMA EM ANÁLISE VERTIDO À DINÂMICA DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

A questão das formas de crédito na história econômica brasileira vem chamando a atenção de inúmeros pesquisadores. Não que esta temática seja nova, porém, no atual estágio da mundialização do capital, a abordagem sobre o crédito está adquirindo uma nova feição. No que se refere ao complexo cafeeiro, as abordagens mais antigas sempre trataram a questão a partir da noção do crédito como um *capital-função*, entendido como o elo que promove o vazamento do capital cafeeiro para a indústria, como se esta forma de capital estivesse fadada a se tornar aquilo que se tornou. Essa é uma visão anacrônica. Tal viés se distancia de nossa perspectiva, uma vez que nos propomos, neste capítulo, a analisar o crédito por si mesmo e nos distanciamos da ótica café-financeira-indústria.

---

47 Versão deste texto foi publicada na *Revista Brasileira de Economia* (Rio de Janeiro, v. 65, n. 4, p. 401-412, 2011).

O ponto de nossa argumentação é que o crédito na economia cafeeira assumia funções muito diferenciadas. Entre elas a indústria era apenas uma das possibilidades de negócio que convivia com uma plêiade de situações em que os recursos advindos do café reproduziam a si mesmos. Prova disso era o contínuo avanço da fronteira agrícola, característica essencial desse complexo econômico.

O surgimento do capital industrial, nesses termos, não se explica como desiderato dialético dos negócios do café. Muitas variáveis devem ser articuladas para a explicação dos fenômenos de industrialização no interior e de concentração industrial na cidade de São Paulo.

Outra questão que exploramos se refere aos mecanismos de crédito existentes no interior, que desempenhava papel fundamentalmente subordinado na hierarquia e na cadeia do crédito. Os mecanismos de concentração da riqueza e das oportunidades se situavam na capital paulista, que, por sua vez, também ocupava posição subordinada em relação aos principais centros capitalistas. Em especial, Londres, Nova York e Hamburgo, nos primeiros anos da defesa do café, e apenas Nova York, após 1911-1914, exerciam o domínio absoluto na dinâmica cafeeira.

## **ALGUMAS MODALIDADES DE CRÉDITO: FAZENDEIROS VS. COLONOS**

A reprodução da vida de parcela significativa da população rural interiorana não incluía nenhum tipo de contato com as instituições oficiais de crédito. A população do interior, composta em sua maioria por pequenos produtores, submetia-se à captação de recursos com fazendeiros e financistas locais. Eram relações que se aproximavam da agiotagem ou de um certo tipo de crédito de vizinhança e algumas delas não eram necessariamente permeadas pelo dinheiro, mas simplesmente pela abertura de algum crédito em caderneta ou nas vendas das fazendas ou bairros rurais.

Iniciemos por baixo, pelas modalidades de crédito operadas entre fazendeiros e seus subordinados. Era comum nas próprias escrituras de formação e/ou trato de cafeeiros que algumas cláusulas contratuais envolvessem uma operação casada: parte para a formação de lavoura e parte como empréstimo, conhecido como adiantamento (FALEIROS, 2010, p. 307).

Estes adiantamentos eram apenas uma das tantas modalidades de crédito existentes entre fazendeiros e seus subordinados. A mais importante e amplamente

utilizada era o estabelecimento do conhecido crédito em caderneta, praticado nas vendas. Os trabalhadores paulatinamente se endividavam ao adquirir as mercadorias que não tinham condições de produzir, tais como pólvora, sal, ferramentas, óleos, velas, calçados, tecidos, fitas, roupas etc., e quitavam seus débitos com sua parcela de produção de café e/ou alimentos, numa transação evidentemente favorável ao vendeiro<sup>48</sup>.

Uma proporção muito pequena dessas transações era liquidada em dinheiro, como testemunham as cadernetas de colonos da cidade de Campinas entre 1927 e 1931; a maioria consistia na permuta entre a produção agrícola do colono e os produtos citados, pois os créditos eram lançados como ordens na contabilidade da fazenda.

Corroborar a hipótese da ausência de dinheiro nessas operações o fato de o próprio fazendeiro fornecer vales a seus subordinados que eram aceitos apenas nas vendas circunvizinhas. No caso do Major Claudiano, membro da elite cafeeira de Franca (SP), por exemplo, percebe-se, a partir do inventário de sua esposa, Maria Clara de Jesus, o mecanismo utilizado para liquidar débitos com os colonos: quando da ocasião do vencimento dos contratos, em vez de efetuar pagamentos em dinheiro ou em café, como era esperado nas relações de colonato, o major emitia bilhetes (vales), corrigidos anualmente entre 8 % e 12 %, e os repassava aos colonos (FRANCA, 1896). Os trabalhadores se utilizavam desses papéis para cobrir seus gastos cotidianos nas vendas da fazenda ou mesmo nas casas comerciais urbanas cujos proprietários figuravam no rol de relações do Major Claudiano.

Criava-se, assim, uma rede de créditos cruzados que seriam liquidados na colheita. Evidentemente, esse jogo de credibilidade ruiria ao primeiro sinal de insolvência, o que ocorreu com Major Claudiano na crise do final do século XIX. E seu processo de falência evidencia toda a cadeia do crédito local. As moedas locais, os vales, os bilhetes e as cartas de crédito revelam a existência de um complexo sistema de criação de sucedâneos monetários circunscritos à fazenda. Eles exerciam, naquele espaço, a função de *equivalente geral*. Com tais instrumentos, os fazendeiros criavam um sistema de circulação monetária entre os homens do café de uma determinada propriedade e liquidavam seus débitos sem contar necessariamente com mil-réis.

---

48 Os vendeiros (administradores das vendas) eram tanto pequenos comerciantes independentes que estabeleciam seus negócios em bairros rurais quanto empregados dos fazendeiros.

Um exemplo disso é visto na Fazenda Vila Costina, propriedade em São José do Rio Pardo pertencente ao importante cafeicultor Costa Machado, que conduzia seus negócios sem empregar sistematicamente dinheiro. Como mencionamos no capítulo anterior deste livro, entre 1891 e 1892, todos os 140 colonos cujas cadernetas de contas foram analisadas por Fábio Augusto Missura (2003) deviam ao fazendeiro em decorrência das compras que realizavam na venda da propriedade. Para vincular o gasto do colono ao armazém e à farmácia da fazenda, Costa Machado criou uma moeda interna, concedida como vale, que só era aceita na própria fazenda (MISSURA, 2003, p. 46-7).

Esse artifício utilizado pelos fazendeiros era uma importante fonte de renda, uma vez que eliminava a necessidade de contrapartidas monetárias, numa sociedade em que o dinheiro era muitas vezes *caro*, dadas determinadas conjunturas monetárias que ocasionavam baixa liquidez. Tal mecanismo foi utilizado até mesmo em fazendas de figuras pertencentes ao grande capital cafeeiro, como Veridiana da Silva Prado e Eduardo da Silva Prado, respectivamente mãe e irmão do conselheiro Antonio da Silva Prado. No ano de 1901, auge de uma das maiores crises do setor cafeeiro, eles abriram um negócio de compra e venda de “fazendas, secos, molhados, calçados e outros artigos” na Fazenda Brejão, situada no município paulista de Santa Cruz das Palmeiras, propriedade com mais de 730 mil pés de café (SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS, 1901).

## **O CRÉDITO PARA A PEQUENA CAFEICULTURA**

Subindo um degrau na hierarquia do complexo cafeeiro, tratemos agora da pequena cafeicultura, aquela inferior a 30 mil cafeeiros realizada por pequenos lavradores que detinham a posse da terra. Apesar de uma suposta superioridade dos padrões materiais desses pequenos proprietários e/ou posseiros em relação aos colonos, eles também viviam em condições financeiras muito adversas. Como salienta Pierre Monbeig (1984, p. 224), ao comprar a sua terra, o futuro sitiante esgotava seu capital. Ele não só deixava uma quantia grande nas mãos do loteador, como deveria fazer frente a toda espécie de despesas, como os gastos com a mudança e o custo das novas instalações.

A constatação de Monbeig se estende aos pequenos produtores em seu conjunto, e não apenas aos chamados pioneiros — aqueles alocados nas zonas de recente exploração e que, apesar de tocarem suas atividades com custos de produção reduzidos em função da utilização do trabalho familiar, necessitavam de alguma fonte de crédito, sobretudo de crédito pessoal.

Para isso, os pequenos cafeicultores se limitavam a um crédito de natureza local, que os fazia reféns de estratégias nada favoráveis do ponto de vista econômico, como o pagamento de juros altos, artifício visto, por exemplo, na região de Casa Branca (SP). Nessa comarca, em 1897, Tibúrcio Baptista do Prado, lavrador, hipotecou um sítio agrícola situado em Tambaú, com dezoito alqueires de terras e 16 mil pés de café (o que revela que ele era um pequeno lavrador), ao credor Manoel Honório de Oliveira, proprietário residente em Tambaú. A hipoteca compunha a garantia de um empréstimo no valor de quatro contos de réis, capitalizado com juros de 2 % ao mês, simplesmente o dobro das taxas praticadas usualmente naquela localidade.

Em geral, os pequenos lavradores não acessavam outras formas de financiamento, em razão da própria debilidade do sistema, que raramente cumpria seu papel de fornecer crédito agrícola aos fazendeiros de menor porte. O assunto não fazia parte da agenda das lideranças políticas locais, ligadas, muitas vezes, ao grande capital cafeeiro, notadamente nas regiões de grandes lavouras. Portanto, o governo não disponibilizava linhas de crédito especiais aos pequenos lavradores nos bancos e outras agências institucionalizadas existentes. Por outro lado, a própria mentalidade dos pequenos sítiantes e as ingerências da vida interiorana no meio rural os levava a preferir um crédito de caráter local, menos burocratizado (MONBEIG, 1984, p. 225).

E, apesar dos reduzidos custos monetários de produção praticados na pequena cafeicultura em função da utilização do trabalho familiar, em algum momento ela tocava no sistema de crédito, principalmente em anos de baixas colheitas ou em razão de alguma intempérie. A diferenciada taxa de juros, mencionada no caso de Tibúrcio Baptista do Prado, e outras condições nada aprazíveis contribuíram para a situação dolorosa em que viveram (e vivem) os pequenos lavradores, relegados, muitas vezes, a uma vida rústica e sem expressão política, uma vez que eram subordinados aos usurários locais.

## O CRÉDITO ENTRE A CIDADE E O CAMPO: O SUPORTE DO COMÉRCIO À LAVOURA

Os comerciantes locais e regionais foram agentes fundamentais na cadeia do crédito, com papel importante nas vendas a prazo. Os arranjos estabelecidos entre eles e os fazendeiros mantinham a baixa monetarização verificada entre os produtores de café, fossem eles grandes ou pequenos, durante boa parte do ano agrícola. As casas comerciais suportavam uma longa espera (por volta de um ano, ou pelo menos de safra a safra) até receberem o pagamento das mercadorias que os fazendeiros utilizavam ao longo do período para manter a produção e a subsistência da vida cotidiana (FONTANARI, 2011, p. 100).

Mais do que ter uma boa reputação, para que os negócios do comerciante prosperassem, era necessário que ele fosse capaz de fornecer crédito em dinheiro ou mercadorias para os fazendeiros. Esse arranjo concretizava-se na medida em que os varejistas locais estabeleciam vínculos com atacadistas que atuavam em São Paulo e no Rio de Janeiro. Nos grandes centros, os comerciantes de maior vulto desfrutavam de crédito bancário com taxas de juros mais baixas e prazos dilatados, necessários para subsidiar o longo período até o recebimento do dinheiro e das mercadorias concedidas. Em função desses ajustes em escala, partindo daqueles comerciantes de maior porte estabelecidos nos grandes centros e chegando aos comerciantes locais (e destes aos fazendeiros), as engrenagens do crédito tornavam-se suficientemente vigorosas para sustentar o funcionamento sazonal da produção de café.

Contratos de crédito hipotecário registrados no município de Casa Branca evidenciam uma situação favorável para os varejistas locais, uma vez que tinham acesso privilegiado ao crédito disponibilizado pelos atacadistas de maior vulto (FONTANARI, 2011, p. 100-101). Esses atacadistas, por seu turno, tentavam manter a lucratividade dos negócios através do escoamento de mercadorias de forma mais ágil e eficiente. Daí a necessidade de estabelecer laços com os pequenos comerciantes do interior.

O comerciante local dava vazão aos produtos manufaturados e semimanufaturados produzidos no mundo urbano, levava-os para o mundo rural, e, através de sua reputação e capacidade de segurar as vendas a prazo, grande parte do circuito mercantil cidade-campo pôde se realizar de forma eficaz. Dificilmente os distantes

atacadistas da capital obteriam franqueada entrada em circuitos de sociabilidade regionalizados. Surge daí a necessidade de eles construírem pontes com os varejistas locais.

O mundo social, mediado pelas relações de confiança, estava presente em sua totalidade em cada ação econômica. E tais multidimensionalidade e multifuncionalidade do sistema de crédito, como de qualquer outra forma de sociabilidade, demandam um olhar para além do meramente econômico.

Ocorria também, em via contrária, a venda de produtos rurais para a cidade. Talvez seja esse o ponto que mereça maior atenção e até mesmo justifique o favorecimento dado pelos atacadistas dos grandes centros aos comerciantes locais. Na verdade, eles objetivavam a monopolização da venda das mercadorias produzidas no campo, seja do café, seja de gêneros alimentícios em geral, nos promissores e frenéticos mercados das nascentes metrópoles (TOSI; FALEIROS, 2011). Para esse mecanismo funcionar de fato, a figura do comerciante local como intermediário era essencial, pois, através dos contratos de fornecimento estabelecidos com os fazendeiros, os atacadistas garantiam contrapartidas com vistas a adquirir a totalidade da produção rural dos fazendeiros por eles abastecidos.

Trata-se de um circuito de submissão iniciado com a produção de café e alimentos auferida pelos colonos, concentrada por vários mecanismos nas mãos dos fazendeiros (vendas, taxas e cláusulas contratuais) e posteriormente transacionada com os varejistas locais e regionais, que sustentavam o abastecimento e a existência cotidiana dos produtores de café por meio de “parcerias” com comerciantes de grosso calibre. Do outro lado, os atacadistas sediados na capital, em função da sustentação que ofereciam ao comércio local por meio da injeção de créditos, tinham acesso a uma oferta constante e crescente de café e gêneros alimentícios.

## **O CRÉDITO NO MUNDO DOS GRANDES FAZENDEIROS: O ACESSO AO BANCO É PARA POUCOS**

O complexo cafeeiro paulista não se caracterizava unicamente pelas grandes unidades produtoras. Sua formação econômica é representada por um mosaico (TOSI; FALEIROS, 2011), em que coexistiam, lado a lado, lavouras e fazendas de distintas dimensões, o que refletia uma capacidade produtiva diversa. Contudo, a “grande propriedade era a regra na franja pioneira e o grande senhor, o latifundiário, continuava



a ser o pioneiro do café, como já o havia sido no Vale do Paraíba, nos arredores de Campinas ou no relevo montanhoso de Amparo” (MONBEIG, 1984, p. 177).

Dada a centralidade da grande cafeicultura em São Paulo, depositamos aqui nossas atenções sobre as fazendas com quantidades superiores a 200 mil cafeeiros, a partir de duas vertentes que englobam a cadeia do crédito:

- a. as principais fontes de financiamento que possibilitavam a manutenção dessas notáveis empresas, ou seja, as fazendas de café; e
- b. o papel dessas fazendas como importantes fornecedoras de crédito local.

Para desenvolver tal tarefa, analisamos a forma como os grandes fazendeiros emprestavam seus rendimentos, com foco em duas figuras: Antonio da Silva Prado, eminente membro do *grande capital cafeeiro*, e Antonio José Correia, o Barão de Rio Pardo, agente ligado ao *médio capital cafeeiro*.

Começamos com o conselheiro Antonio da Silva Prado. Ele foi um dos principais representantes do grande capital e participava em vários setores do complexo cafeeiro, tais como: a produção (era dono da Fazenda Santa Veridiana, em Santa Cruz das Palmeiras); a comercialização (era um dos donos de umas das maiores casas exportadoras de café do país, a Prado, Chaves & Cia.); o transporte (tinha ações na Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e era um dos principais acionistas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro — da qual, por vários anos, esteve à frente como diretor); e o financiamento (era um dos fundadores do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo). Sendo assim, haja vista sua ação plural no conjunto da economia cafeeira, tinha facilidades no que se referia aos canais de financiamentos.

Descendo uma escala na hierarquia dos *fazendeiros*, encontramos o Barão de Rio Pardo. De extrema importância em âmbito local e regional, desempenhava importante papel na política imperial e republicana, mas, de acordo com suas forças econômicas, limitava-se a um raio de ação interiorano, vinculado ao lócus de seu poder rural, ou seja, não extravasou a espacialidade dos seus domínios territoriais. Atuava numa área de abrangência cujo centro era a fazenda onde residia e fazia parte de um estrato de segunda grandeza da elite cafeeira, embora fosse importante elemento na ordenação local do município de Casa Branca.

Examinemos o teor de uma escritura de hipoteca lavrada em 24 de setembro de 1889, envolvendo o Banco de Crédito Real de São Paulo, como credor, e o Barão de Rio Pardo, como devedor. De acordo com o documento, foi emprestada ao Barão uma quantia de 110 contos de réis, a uma taxa de juros de 6 % ao ano e prazo de quinze anos para amortização, com destaque para as características dos imóveis hipotecados:

Fazendas agrícolas de café [três fazendas no município de Casa Branca: Campo Alegre, Santana da Serra e Serrinha], com uma superfície de 1.410 hectares, dividindo com o conselheiro Antonio da Silva Prado [...] contendo 230.000 pés de café, uma casa de morada mobiliada, uma dita para administrador, uma tulha, uma estribaria, uma casa para negócio, doze casas para colonos, casa de machinas (descascador, despolpador, ventilador de aço, catador, separador, locomovel de força de oito cavallos, moinho americano), três tanques cimentados e quatro tulhas para café; um terreiro ladrilhado fechado de tijollos, uma casa com monjollo e moinho, dez casas para empregados, uma olaria, três carros, uma carroça, cinqüenta bois de carro, duas reses de criar, dois muares, oito cavallos, e vinte egoas de raça (CASA BRANCA, 1889).

Ou seja, os grandes fazendeiros especializados na produção de café, pertencentes aos estratos do *médio capital cafeeiro*, também obtinham acesso a fontes institucionalizadas de crédito, uma vez que eram proprietários de extensas posses e safras e mantinham relações com os membros do grande capital (no caso do barão, a relação de vizinhança com Antonio Prado). Em se tratando de uma escritura de crédito hipotecário, os juros eram menores do que os praticados no mercado, que ficavam em torno de 12 % ao ano, e fora dado prazo maior para a amortização, o que indica um bom trânsito e proximidade com as grandes fontes de crédito.

Nove anos mais tarde, em 28 de setembro de 1898, o Barão de Rio Pardo contraiu um crédito hipotecário de 250 contos de réis com a Casa Exportadora Neumann, Geep & Co. Ltda., com sede em Londres e filial em Santos, a juros de 12 % ao ano e com prazo de dois anos para o pagamento. Para garantir o crédito, o devedor hipotecou as fazendas Campo Alegre e Serrinha (agora com 350 mil pés de café).

Os empréstimos feitos pelo barão expõem a dependência dos grandes lavradores do interior paulista em relação aos comissários e às linhas de financiamento advindas dos grandes centros financeiros, que estabeleciam contrapartidas contratuais,

em muitos casos perniciosas, àqueles ligados exclusivamente à lavoura, pois redundavam na subordinação do capital agrário ao capital mercantil. Sobre essa subordinação Perissinotto (1994, p. 48) constata:

É inegável, portanto, que esse desamparo no qual vivia o fazendeiro deixava-o à mercê do capital comercial, dando, a este último, poderes para determinar o preço do café no nível mais baixo possível, apropriando-se da maior parte do excedente produzido pelos fazendeiros. É inegável também que o problema do crédito não recebeu nenhuma solução final durante o período, o que não deve ser visto como mero descuido por parte dos governantes, mas como indicação da força política do capital comercial.

Uma estratégia utilizada pelos membros do *médio capital cafeeiro* era repassar o crédito contraído nos grandes centros aos lavradores e a outros agentes de menores posses, valendo-se da inexistência de fontes de financiamentos estabelecidas no interior. O vácuo de capitais era preenchido por aqueles que tinham acesso a esses centros e repassavam o capital sob um regime mais sufocante ainda, o que podemos chamar de *divisão dos riscos*: captação de recursos financeiros com uma taxa de juros abaixo das de mercado e repasse de crédito a taxas mais elevadas a outros fazendeiros, comerciantes e profissionais liberais de sua região de influência. Nas duas escrituras de hipotecas do Barão de Rio Pardo, observamos o estabelecimento dessa ponte entre uma modalidade de crédito de âmbito restrito aos fazendeiros de maior porte, captado em agências institucionalizadas da capital paulista. Esse crédito era transferido em escala local, via crédito pessoal, com taxas de juros superiores (FONTANARI, 2011, p. 86-99).

## **SOCIEDADES AGRÍCOLAS: POTENCIALIZANDO A CAPTAÇÃO DE CRÉDITO**

A associação de capitais parece ter sido uma estratégia amplamente utilizada por produtores de café para potencializar seu acesso ao crédito e a motivação para a formação, em 26 de novembro de 1923, de uma sociedade anônima denominada Companhia Agrícola João Ribeiro, com sede em Jaú. Essa sociedade detinha

um capital de 3.800 contos de réis divididos em 19 mil ações. Figuravam entre os acionistas: Rita Olympio de Barros (9.500 ações), Abílio Ribeiro de Barros (5.657 ações), João de Barros Júnior (3.308 ações), Justino Ribeiro de Barros (500 ações), Joaquim Ribeiro de Barros (10 ações), Alcides Ribeiro de Barros (5 ações), Sebastião Sampaio de Almeida Prado (10 ações), João Rodrigues de Miranda Júnior (5 ações), Orozimbo de Moraes Navarro (5 ações). Ao todo, a Companhia Agrícola era dona de 700 mil cafeeiros aproximadamente, plantados nas fazendas São João, Brejão, Regato, Ponte Alta e Boraceia (JAÚ, 1923).

Essa sociedade durou vinte anos, com a finalidade principal de explorar o plantio e a cultura do café e, subsidiariamente, de outros produtos agrícolas e mesmo industriais. A parte mais substancial das ações pertencia à família Barros, cujo patrimônio deve ter sido dividido no passado, após a morte do pai da família, e reagrupado com a companhia. A presença de um membro da família Almeida Prado entre os acionistas provavelmente era uma estratégia para a maior inserção da companhia nos círculos do crédito.

Poderíamos pensar que se tratava de uma associação para aperfeiçoar e padronizar o cultivo de café e assim auferir ganhos de produtividade em função das maiores escalas. Ou que a concentração das sacas nas mãos da diretoria tinha o objetivo de aumentar o potencial de negociação no momento de venda da safra ou até mesmo de barganha no ato da classificação dos grãos. Entretanto, a maior motivação para a elaboração da Cia. João Ribeiro consta em alguns parágrafos da escritura de sua constituição (JAÚ, 1923):

[compete ao presidente] assinar todos os documentos que importem em responsabilidade para a sociedade, fazendo saques, aceitando títulos, descontando-os e realizando as demais operações de crédito necessárias para o custeio dos imóveis e realização dos fins sociais e que não dependam de autorização expressa da assembléia geral;

[...]

[compete à assembleia] autorizar os empréstimos e operações de crédito que exijam a garantia hipotecária dos bens sociais;

[...]

[prevê-se a] constituição de um fundo de reserva [...] que poderá perfazer até a metade do capital social, destinado às obras extraordinárias e despesas imprevistas.

Pelos artigos arrolados, percebe-se que a associação de capitais que dera origem à Cia. Agrícola João Ribeiro tinha interesses financeiros direcionados, evidentemente, para a modalidade de crédito predominante na economia cafeeira: a hipotecária. Uma vez que a sociedade concentrava nas mãos da diretoria uma quantidade significativa de terras e imóveis rurais, o potencial de captação foi catapultado, e ampliava-se sobremaneira a capacidade de endividamento. O próprio fundo de reserva parecia se destinar (ainda que a expressão “despesas imprevistas” seja muito vaga) para algum tipo de operação de natureza financeira, tais como o financiamento de outros cafeicultores, o financiamento de constituição de lavouras na fronteira ou mesmo o crédito a empreendimentos de outra natureza, notadamente a indústria e as ferrovias.

## **CASAS COMISSÁRIAS: MANANCIAL PECULIAR DO CRÉDITO PARA A CAFEICULTURA**

Na ausência de um sistema de crédito robusto e estruturado por políticas governamentais, prevaleceram arranjos alternativos com vistas à expansão da produção cafeeira. Justamente por isso, a historiografia do complexo cafeeiro sempre destacou o papel desempenhado pelas casas comissárias e a ligação delas com os cafeicultores. A figura do comissário era uma das principais fornecedoras de crédito nesta economia. Porém, em muitas situações, o comissariado lançava mão de estratégias indiretas de empréstimos à lavoura, associava-se aos chamados “capitalistas locais”, principalmente quando se tratava de crédito concedido à pequena cafeicultura.

Sessenta e seis por cento das operações de fornecimento de crédito registradas em inventários e livros cartoriais no município de Franca, entre 1885 e 1914, indicam a associação de comissários de outras localidades com os usuários locais. Essa situação sugere que, até certo ponto, o crédito advindo de outras praças não lograva estender sua influência ali sem o auxílio dos locais (TEODORO, 2006, p. 107).

Tal característica se explica pela predominância nesta região de uma cafeicultura praticada em pequenas escalas (lavouras de 30 mil cafeeiros). Dado o baixo potencial de rentabilidade numa situação de produção pulverizada, traduzida em empréstimos de valores miúdos, as casas comissárias (e mesmo os comissários) elegiam agentes locais para concentrar as atividades e administrar os investimentos. Muitas vezes, esses agentes já exerciam alguma atividade creditícia nas fazendolas, sítios e mesmo

na cidade e turbinavam seu potencial de realizar empréstimos na medida em que se associavam aos grandes tubarões do sistema financeiro de então (TEODORO, 2006).

Em suma, os “capitalistas” locais e/ou regionais praticamente exerciam funções de representação do grande capital, drenavam para o cume da elite mercantil parte da riqueza gerada pelas pequenas e médias unidades produtoras. Mas, a existência e a predominância de operações de intermediação localizada, evidentemente, não excluía a atuação direta das casas comissárias em regiões de pequenas cafeiculturas.

Em regiões onde predominavam lavouras de café de maiores dimensões, tais como Casa Branca e Santa Cruz das Palmeiras, as casas comissárias atuavam mais diretamente. Os principais cafeicultores dessas paragens tinham um perfil fundiário diferente: lavouras de aproximadamente 1 milhão de cafeeiros, como as de Antônio Álvares Penteado, ou mesmo de 500 mil cafeeiros, como as de Antonio da Silva Prado e as de João Carlos Leite. Em Casa Branca, o Cel. Christiano Ozório de Oliveira possuía uma lavoura composta por aproximadamente 2 milhões de cafeeiros, ou seja, tratava-se de região de predileção da grande cafeicultura. Mais do que isso, ali operavam alguns dos membros do alto escalão da elite paulista.

Dados coletados no Cartório de Casa Branca acerca da participação dos comissários na massa de escrituras de crédito hipotecário firmadas na região revelam as seguintes proporções: 8 % entre 1874-1884; 19 % entre 1885-1895; 13 % entre 1896-1906; e 28 % entre 1907-1914 (FONTANARI, 2011). Os números são muito superiores aos verificados na cidade de Franca, região de pequenos lavradores, o que comprova que a diferentes perfis de cafeicultura correspondem distintas formas de atuação das casas comissárias.

E de onde advinham os recursos das casas comissárias?

No final do século XIX, essas instituições já contavam com uma estrutura muito mais sofisticada do que aquela dos *simples comissários* do início da marcha do café no Vale do Paraíba. Enquanto estes não reuniam condições de entrar no jogo final da exportação, casas comissárias do porte da Prado, Chaves & Cia. associavam-se diretamente ao capital bancário. Observemos um exemplo bastante elucidativo da relação banco-comissário-capitalista-fazendeiro.

Em 1898, a Prado, Chaves & Cia. contraiu um empréstimo no valor de 2 mil contos de réis com o Banco de Comércio e Indústria de São Paulo. Na ocasião, a casa

comissária foi representada pelo Dr. Elias Fausto Pacheco Jordão, sócio-gerente, e pelo conselheiro Antonio da Silva Prado, que hipotecou a Fazenda Santa Veridiana para garantir o crédito. Os juros firmados foram de 10 % ao ano, porém a dívida não tinha prazo fixo de vencimento, condição muito aprazível e conveniente aos devedores. Evidenciam-se, mais uma vez, as “benevolentes” estratégias de atuação da *elite paulista* no que se referia a si própria e à manutenção de seu *status quo* de típica representante do *grande capital cafeeiro* (TEODORO, 2006, p. 103-104).

Nesses termos, é compreensível que a estruturação da cadeia do crédito tenha auferido grandes lucros para uns poucos participantes que se situavam no topo da cadeia mercantil. Os reflexos dessa acumulação e concentração de renda foram extremamente perniciosos para os produtores ligados exclusivamente à lavoura de café, bem como para os municípios onde residiam, que se limitavam ao papel de exportadores de riqueza, uma vez que não chegavam a ocupar espaços privilegiados no jogo das trocas em função de sua estreita especialização.

## AS MOEDAS FORTES SUSTENTAM O SISTEMA

Nossa trajetória de análise das distintas modalidades e hierarquias do crédito na cafeicultura paulista se iniciou pelo tipo de crédito mais elementar, ao rés do chão, aqueles mecanismos estabelecidos entre fazendeiros e colonos, em que, vagarosa e quase imutavelmente, a reprodução da vida e as soluções civilizacionais adquiriam notável solidez. É ali, nas estruturas do cotidiano, na realidade morosa do interior, que as moedas fracas sustentavam o cotidiano. Criavam-se vales, bilhetes, notas e sucedâneos monetários como estratégia para solucionar a falta de numerário na vida das fazendas.

Subindo os degraus, chegamos àquilo que Braudel denominou *economia de mercado*, o lócus de privilegiada observação, onde as trocas mais regulares se efetivavam. O barulho, a transparência, o comércio habitual, as cotações e o mercado de curto raio exigiam um tipo de moeda mais robusta e ativa, como o mil-réis, porém os homens que desses curtos-circuitos participavam tinham poucas possibilidades. Seus agentes eram altamente especializados e sofriam com isso o peso de uma concorrência que os privava de maiores chances de acumulação de riqueza. Estavam nesse nível os pequenos lavradores, e mesmo os maiores, os comerciantes e “capitalistas” locais, que apenas esporadicamente ampliavam o universo de suas possibilidades econômicas, ao sabor das conjunturas.

O terceiro andar era um clube de poucos participantes. Suas características marcantes são diversificação, monopólio, ampliada rentabilidade e controle direto sobre a moeda e a política. Estamos no raio do comércio internacional, dos longos percursos da mercadoria, do comércio de escala global. Essas operações não se realizariam sem instrumentos especializados de crédito, criados para assegurar a circulação e a consumação do circuito do capital, assentado em moedas fortes, o que equivale a dizer, em nosso contexto, a libra, o franco e, na sequência, o dólar. Os correligionários desse patamar controlavam o tempo e o espaço (fronteira) do complexo econômico cafeeiro, suprimiam a concorrência ordinária e auferiam lucros incalculáveis advindos dos desnivelamentos da sociedade. São os grã-finos, a elite que não se faz sem o prejuízo dos “de baixo”.

Mas a hierarquia não se encerrava no grande capital cafeeiro. Esse complexo econômico e seus agentes se atrelavam à economia mundial, desde um nítido lugar de pertencimento.

Recorramos mais uma vez às fontes documentais, para um último exemplo, encarregado de atrelar e dar sentido ao conjunto.

Em 1909, o Banco de Crédito Real de São Paulo contraiu um empréstimo com a *Société Financière et Commerciale Franco-Brésilienne*, sediada em Santos, que possuía um capital de 5 milhões de francos e atuava no comércio de importação e exportação. A rede de representantes da *Société* era a seguinte:

A sociedade tem agências em todos os centros principais do Brasil. A diretoria da sociedade acha-se à Rua Chauchat, 5, em Paris. São seus representantes em Londres, à Rua Cannon, 112, os srs. Fry Miers & Co., e em New York, William E. Peck & Co., Broad Street, 116. Compõe-se a diretoria dos srs. Pierre Girod, presidente, em Paris; Ch. Pairson, delegado-administrador; Allen C. Nathan (Londres), Samuel Fry (Londres), Edward W. Wysard (São Paulo), e William Smith Wilson (São Paulo). [...] O gerente em Santos é o sr. Ernest Strockmeyer, que reside no Brasil há 15 anos e é gerente em Santos desde a formação da Companhia. O sr. Strockmeyer é muito conhecido nos círculos comerciais e membro de várias instituições locais. Em 1908-1911, foi cônsul da Áustria (LLOYD, 1913, p. 39-F).

A escritura com as condições de empréstimo fora lavrada no 2º Tabelionato de Notas de São Paulo, computava juros de 10 % ao ano e um prazo de vencimento de um



ano. Para avaliar o crédito hipotecário, o Banco de Crédito Real de São Paulo ofereceu como garantia duas fazendas de café estabelecidas na comarca de Casa Branca, que haviam passado ao poder do banco mediante um processo de falência, ocorrido em 1906 (CASA BRANCA, 1909).

Em função de uma série de dívidas, as fazendas foram executadas pelo banco. Imaginemos a desarticulação dos sucedâneos monetários criados e dos arranjos locais lá estabelecidos, concebamos a série de perdas dos varejistas locais, como de resto a frustração dos atacadistas que abasteciam o circuito. Por outro lado, o revés dessas unidades produtoras se traduziu em altos lucros das casas comissárias, securitizadas pelas sacas de café penhoradas e adquiridas a preços ainda mais baixos, e o banco ainda conseguiu, ao oferecer garantias imobiliárias a uma sociedade financeira internacional, manter abertos os canais de financiamento amparados por um credor de última instância.

Essa última escritura cartorial apresentada constitui um documento-síntese, pois revela toda a hierarquia do crédito na qual se sustentou não só a cafeicultura mas todas as economias agroexportadoras. As moedas fortes, no limite, se incumbiram de azeitar as engrenagens do sistema e de sincronizar o complexo cafeeiro paulista ao tempo do mundo. Finalizando, reproduzamos as palavras de Braudel:

As técnicas do dinheiro, como todas as técnicas, correspondem pois a uma procura expressa, insistente, longamente repetida. Quanto mais um país é economicamente desenvolvido, mais ele amplia a gama dos seus instrumentos monetários e dos seus instrumentos de crédito. Com efeito, na unidade monetária internacional, as sociedades têm cada qual o seu lugar, umas privilegiadas, outras a reboque, outras pesadamente penalizadas. O dinheiro é a unidade, é também a injustiça do mundo (BRAUDEL, 1996, p. 437).

## REFERÊNCIAS

### *Fontes documentais*

CASA BRANCA (SP). Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca. **Hipoteca n. 236**. Registro em: 24 set. 1889. Registro no *Livro de inscrição especial n. 2*.

CASA BRANCA (SP). Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Casa Branca. **Hipoteca n. 1020**. Registro em: 1909. Registro feito no *Livro de inscrição especial n. 2D*.

FRANCA (SP). Arquivo Histórico Municipal de Franca. Tabelionato, 1º Ofício Civil. **Inventário de Maria Clara de Jesus**. Registro em: 1896. Inventário localizado no v. 110, da cx. 202 (1893 a 1896).

JAÚ (SP). 2º Tabelião de Notas de Jaú-SP. [**Escritura de constituição da Companhia Agrícola João Ribeiro**]. Registro em: 26 nov. 1923. Escritura registrada às fls. 1 a 19 do *Livro de notas n. 144*.

SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS (SP). Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Santa Cruz das Palmeiras. [**Registro de imóvel e/ou anexo de Veridiana da Silva Prado e Eduardo da Silva Prado**]. Registro em: 1901. *Registro feito no Livro de registro de firmas ou razões sociais de Santa Cruz das Palmeiras (03/10/1900 a 12/04/1957)*.

### *Referências bibliográficas*

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: século XV-XVIII. Tradução de Telma Costa. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. t. 1: As estruturas do cotidiano.

FALEIROS, Rogério Naques. **Fronteiras do café**: fazendeiros e colonos no interior paulista (1917-1937). Bauru: Edusc/Fapesp, 2010.

FONTANARI, Rodrigo. **O problema do financiamento**: uma análise histórica sobre crédito no complexo cafeeiro paulista. Casa Branca (1874-1914). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2011.

LLOYD, Reginald. **Impressões do Brasil no século vinte**. Inglaterra: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Ltd., 1913.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 11. ed. São Paulo: Editora Unesp; Campinas: Facamp, 2009.

MISSURA, Fábio Augusto. **Costa Machado**: ação política e empresarial na sociedade do café em Rio Pardo. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2003.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros em São Paulo**. São Paulo: Hucitec: Polis, 1984.

PERISSINOTO, Renato M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

TEODORO, Rodrigo da Silva. **O crédito no mundo dos senhores do café: Franca, 1885-1914**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

TOSI, Pedro Geraldo; FALEIROS, Rogério Naques. Domínios do café: ferrovias, exportação e mercado interno em São Paulo (1888-1917). **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 417-442, ago. 2011.

# ELITES E AS HESITAÇÕES DA URBANIZAÇÃO

diálogos entre a história econômica e a cultural<sup>49</sup>

Rodrigo Fontanari · Pedro Geraldo Saadi Tosi

Venho afirmando que o capitalismo [...] é o processo básico por trás da maior parte da história do campo e da cidade [...], seus impulsos econômicos abstratos, suas prioridades fundamentais no campo das relações sociais [...] vêm alterando nosso campo e criando os tipos de cidades que conhecemos.

Raymond Willians (1989, p. 404)

Os benefícios do progresso concentraram-se nos grandes centros que se modernizaram rapidamente, acentuando-se a diferença entre estes e os núcleos do interior.

Emília Viotti da Costa (1999, p. 257)

---

49 Distintas versões deste texto foram apresentadas no IV Congresso Internacional de História, em Maringá (PR), no ano de 2009, e no XX Encontro Regional de História – Anpuh-SP, em Franca, no ano 2010.

## POR UMA NOVA SÍNTESE HISTÓRICA

Os embates entre as linhas de força que marcaram o campo da historiografia ocidental no século XX asseguram que a trombeta de Clio ressoe determinadas correntes interpretativas no campo da história pertinentes ainda no século XXI. De forma sintética, situamos esses debates, uma vez que se refletem na produção intelectual dos historiadores, principalmente os latino-americanos, que estiveram e/ou estão atrelados a cânones importados, e averiguamos a situação da história econômica frente ao avanço das abordagens culturalistas da *nouvelle histoire*.

Os territórios historiográficos mais influentes no século XX podem ser caracterizados através de duas obras lapidares. Elas cristalizam e simbolizam as peculiaridades e ingerências de conjuntos arquitetônicos singulares no campo da história estabelecidos em diferentes momentos.

O primeiro momento, conhecido como *nova história* — em relação à escola positivista de fins do século XIX —, ou como *velha história* — em comparação à *nouvelle histoire* emergida na década de 1970 e mais vinculada ao campo cultural e à antropologia —, é representado pela obra *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*, de Fernand Braudel, cuja primeira edição é de 1949. Essa obra é fruto da renovação proposta pela escola francesa dos Annales.

O nome Escola dos Annales deriva da fundação da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, por Lucien Febvre e Marc Bloch, em 1929. A influência dos historiadores dos Annales foi, sem dúvida, extensa e profunda e contribuiu de forma significativa para uma renovação da historiografia. Eles recusavam toda forma de história simplista e factual que não fosse além da superfície dos acontecimentos e propunham uma *história-problema* em lugar de uma *história-relato*. O objetivo não de narrar episódios, mas de resolver problemas, aproximou o ofício do historiador daquele de outros cientistas sociais. Toda hipótese de trabalho estaria ancorada em questões do presente, que seriam solucionadas mediante incursões no passado. A proposta de uma historiografia aberta a todos os conhecimentos do homem é, definitivamente, uma grande contribuição da escola, bem como a formulação, com a primeira e a segunda geração dos Annales, de uma *história total* (BURKE, 1997).

A Escola dos Annales se posicionou em relação a uma anterior, de caráter positivista, factual e focada nos “grandes personagens” da história; uma história com

pouco poder explicativo, descritiva e que tinha na simples organização e encadeação das fontes documentais o ponto máximo do ofício do historiador. *O Mediterrâneo* de Braudel está alicerçado em um modelo de história totalizante, de cunho econômico e social, e sinaliza, portanto, uma ruptura com esse paradigma. Essa história braudeliiana tem como premissas: as macroabordagens, a ênfase no estrutural, o esforço de análise e reflexão, a necessidade de conceituação, a ideia de sentido, o foco na média duração (indo para a longa duração), a noção de ideologia, a busca de uma razão histórica e um homem coletivo, representante da pluralidade (ARRUDA, 2007, p. 26).

O segundo momento ou território historiográfico surgiu no seio dos próprios *Annales*; trata-se de sua terceira geração, que se contrapunha claramente às gerações anteriores e adotava uma clivagem muito mais culturalista, antropológica e literária do que, como seus predecessores, econômica e social. A obra que simboliza essa renovação é *Montaillou: cátaros e católicos numa aldeia occitana (1294-1324)*, de Emmanuel Le Roy Ladurie, publicada em 1975. A mudança de enfoques, de objetos e de métodos levou a história a veredas tão distintas das anteriores que se criou um clima de tensão e guerra entre os historiadores da *velha história* (econômica e social) e da *nova história* (cultural e antropológica). As características determinantes da nova linha historiográfica são o enfoque nos microrrecortes, a valorização do pontual, o rigor da descrição, a priorização da narração, o destaque nos símbolos, signos e mitos, a ênfase na representação, a concentração na dialética entre curta e longa duração na busca pelo imaginário cultural e a sensibilidade (ARRUDA, 2007, p. 27). O resultado é que o sujeito dessa história é um homem narcísico, desvanecido de si próprio.

Em que momento, contudo, se deu a emergência dessa *nouvelle histoire*? E em que situação ficou a velha história econômica e social? Não haveria mais espaço para o velho paradigma totalizante e racionalista? O enfoque restrito na esfera cultural seria capaz de abarcar o homem em suas diversas dimensões? Não seria possível uma simbiose entre esses dois territórios historiográficos?

Nas palavras do historiador espanhol Julio Aróstegui, a partir das décadas de 1960 e 1970, com o chamado *giro linguístico* surgiu a necessidade de reestruturar os modelos utilizados para explicar a sociedade, extremamente afetada pela crise geral do pós-guerra de 1945, depois pela crise do capitalismo dos anos setenta. A semiótica nos estudos da linguagem avançou, não cabia mais a modelos arcaicos explicar essa nova sociedade, eles não conseguiam dar conta dos fenômenos sociais,

cada vez mais flexíveis e pertencentes ao um “mundo distante da modernidade” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 178-185).

Por sua vez, Peter Burke denomina como *virada cultural* os anos de 1968 e 1989, dois momentos fortes do movimento de abandono dos modelos históricos de caráter holístico, em função de uma “crise de valores da sociedade ocidental”. Segundo ele, “um dos aspectos mais característicos da prática da história cultural entre as décadas de 1960 e 1990 foi a virada em direção à antropologia” (BURKE, 2005, p. 44).

É fato que os mencionados *giro linguístico* e *virada cultural* refletiam as vicissitudes da pós-modernidade. Essa corrente de pensamento decolou entre os anos de 1960 e 1970, trouxe consigo uma visão que nega o próprio sentido da história e a capacidade de ela gerar uma explicação que priorizasse a *totalidade*, apregoava que até mesmo o mundo não existe e, portanto, era impossível conhecê-lo de forma científica (ARÓSTEGUI, 2006, p. 38).

Peter Burke aponta um exemplo que demonstra a conexão entre a mudança de foco dos historiadores e as abordagens antropológicas, nessa sociedade cada vez mais *presenteísta*, permeada por novos meios de comunicação de massa:

Muito dos principais historiadores culturais do final do século XX — por exemplo, Emmanuel Le Roy Ladurie e Daniel Roche na França, Natalie Davis e Lynn Hunt nos Estados Unidos, Carlo Ginzburg na Itália, Hans Medick na Alemanha — originalmente se definiam como historiadores sociais e admiradores de Marx, quando não marxistas propriamente. Do final da década de 60 em diante, eles voltaram-se para a antropologia em busca de uma maneira alternativa de vincular cultura e sociedade, uma forma que não reduzisse a primeira a um reflexo da segunda ou a uma superestrutura, como o glacê do bolo (BURKE, 2005, p. 56).

O encontro íntimo entre história e antropologia, origem da *antropologia histórica*, e o conseqüente abandono dos modelos econômicos foram motivados por tendências antropológicas concentradas sobre o cotidiano e pelo uso do termo cultura em um sentido *lato*. Os “novos” historiadores, afetados pelos furacões pós-modernos, passaram a buscar por esse tipo de abordagem. É nesse contexto que, para Burke, nasceu a *nova história cultural*, que teve como forte elemento de distinção a preocupação com linhas teóricas ligadas à pós-modernidade. Segundo a análise de Burke (2005, p. 71), foram quatro os teóricos, nitidamente focados nas práticas,

nas representações e no aspecto simbólico da sociedade, que mais a influenciaram: Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault e Pierre Bourdieu.

Outro exemplo da crise dos paradigmas da disciplina dentro daquilo que Peter Burke considera como a fase da *nova história cultural* foi a fragmentação da história empreendida pelos Annales, principalmente os da terceira geração. A essa fragmentação François Dosse (2003) denomina uma *história em migalhas*.

Já a história econômica, em meados da década de 1990, foi julgada por alguns como agonizante (FRAGOSO; FLORENTINO, 1997, p. 27). Ela resiste, contudo, por ser uma matéria interdisciplinar, que alia elementos da cultura humanística e da cultura científica (CIPOLLA, 1993, p. 8). Em relação a outras correntes historiográficas, a história econômica se diferencia por privilegiar e enfatizar determinados fatores, por se pautar pelo diálogo com a teoria e por oferecer uma vertente explicativa dotada de sentido, como demonstrou Braudel (1996b, p. 9) em sua tentativa de escrever uma história econômica de âmbito mundial.

Diante dessas constantes flexões e inflexões da disciplina histórica na busca de melhor entender e compreender o mundo dos homens, o historiador tem como tarefa tentar dar conta do maior número de ângulos possíveis para recompor o passado dos homens, evitar uma ditadura do econômico ou do cultural. Pierre Vilar, “apesar de desejar a quantificação máxima dos fatores de crescimento, [...] tinha plena consciência de seus limites. Considerava indispensável a análise de fatores não quantificáveis, como os políticos, os sociais e os mentais” (PEREIRA, p. 232). Buscava, dessa maneira, forjar um conceito de *história total*.

Peter Burke avalia que em breve, possivelmente em uma idade *pós-pós-moderna*, a setorização da história ou das histórias dará lugar a novas abordagens holísticas, a uma história vista como um todo, a uma *história total*, em que a nova história cultural, mesmo com menor amplitude, contribuirá para demonstrar a importância do prisma cultural para a abordagem do social (BURKE, 2005).

Os caminhos da história não são retílineos, acompanham o próprio desenvolvimento da humanidade. Hoje é imperativo o conhecimento detalhado das trajetórias historiográficas para (re)afirmar o caráter científico da área, para passar então “da história em migalhas ao resgate do sentido” (DOSSE, 2001). Para alguns, “o pós-modernismo foi uma cultura de época mais do que a princípio pode parecer. Mas fez, para historiografia, com que não fosse possível manter a ‘desatenção com a teoria’” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 237).



A desatenção e o desdém com a teoria pode(ria)m ser extremamente prejudiciais para o futuro da *ciência histórica*. Arrisca(va)m transformar o produto de análise do historiador em um mero relato sem poder de explicação e privado de racionalidade. Pierre Vilar “vê a história como um ir-e-vir incessante, do episódio à teoria e da teoria ao episódio” (CONGOST, 2007, p. 58). Nas palavras de Eagleton (2005, p. 297):

Não podemos nunca estar “depois da teoria”, no sentido em que não pode haver vida humana reflexiva sem ela. Podemos simplesmente ir esgotando estilos de pensamento particulares à medida que muda nossa situação. Com o deslanchar de uma nova narrativa global do capitalismo, junto com a chamada guerra do terror, pode muito bem ser que o estilo de pensamento conhecido como pós-modernismo esteja agora se aproximando do fim. Foi, afinal, a teoria que nos assegurava que as grandes narrativas eram coisa do passado. Talvez sejamos capazes de vê-lo, em retrospectiva, como uma das pequenas narrativas que ele próprio tanto apreciava.

Entre outros aspectos positivos para história advindos do *giro linguístico*, podem-se mencionar: os novos estilos de abordagem, os novos modos de entender o objeto historiográfico, a ampliação dos temas explorados e estudados, a busca do individual, do subjetivo, do simbólico etc. A partir desse ponto de vista, foi significativa a renovação promovida na história mediante o enfoque das dimensões culturais “privilegiando o significado de construção simbólica e representação da realidade que toda ação revela” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 211).

Atualmente, apresenta-se uma tarefa imperativa no campo da história: a busca por uma nova síntese histórica entre *velha e nova história*, a fim de reforçar os instrumentos de análise social e melhor configurar o objeto histórico. Esse projeto vem sendo defendido e propagado pelo historiador José Jobson de Andrade Arruda nos seguintes termos:

Em suma, uma nova síntese, envolvendo elementos modernos e pós-modernos, que enlace micro e macro-história, gestando uma estrutura cognoscitiva que represente uma nova aproximação com a experiência histórica e que sintetize, ao mesmo tempo, a unidade do gênero humano e seu desenvolvimento temporal, ao lado da variedade de culturas. Uma nova hermenêutica que incorpore renovadas estratégias

de aproximação com o passado, assimilando o valor inextricável da subjetividade humana, sem perder de vista os fenômenos estruturais, as classes, os grupos, as formas coletivas de vida, integrando a descontinuidade, a quebra de relações entre auto-conhecimento e auto-interpretação das pessoas e das circunstâncias de suas vidas, ruptura esta que deveria ser observada e interpretada pelos historiadores, transcendendo o horizonte cultural do passado (ARRUDA; TENGARRINHA, 1999, p. 108).

## ESTUDOS SOBRE URBANIZAÇÃO EVOCAM TEMÁTICAS SUBJACENTES

A realidade brasileira é ímpar por congregar algumas características sociais singulares — a origem colonial, a permanência secular do trabalho escravo, a estrutura fundiária pautada no latifúndio, a dependência econômica e tecnológica em relação aos países centrais do capitalismo — derivadas em parte das metamorfoses e vicissitudes do capitalismo periférico. Para analisá-la, então, é válido lançar mão de modelos interpretativos que priorizem um tipo de urbanização que não segue, exclusivamente, as formas do modelo clássico das áreas centrais do sistema capitalista, ou seja, Europa e Estados Unidos (COSTA, 1999, p. 233). É preciso pensar a cidade e a urbanização à luz da realidade brasileira, amplamente marcada pela manutenção de uma *estrutura colonial* excludente, que *nos* modelou de forma peculiar e que ainda perdura.

O debate a respeito do fenômeno urbano era recorrente ao final do século XIX e início do século XX. Ele foi incorporado pelas interpretações da *Escola de Chicago*, dinamizado pela combinação de enfoques, como o da *Escola de Frankfurt*, e, neste século, ganhou acentuado espaço nos meios acadêmicos sob diferentes prismas e nas mais variadas esferas da vida pública e política. Sua importância se reforçou com a crescente urbanização ocorrida em função do *boom* populacional em escala mundial e a intensificação da dinâmica caótica da expansão urbana (FREITAG, 2007).

Na esteira desses debates, o presente capítulo traz algumas reflexões que articulam a vida urbana brasileira, os mecanismos de acumulação e as formas de atuação da elite paulista na órbita do *complexo cafeeiro*<sup>50</sup>. Avaliamos como esses elementos contribuíram para aquilo que denominamos *hesitações da urbanização*, no que se refere

---

50 Ver nota 37.

ao desenvolvimento urbano-industrial, sobretudo da cidade de Santa Cruz das Palmeiras, situada no interior do estado de São Paulo.

Nossa abordagem teórica se serve das conceituações elencadas pelo historiador francês Fernand Braudel. Seu esforço de elucidar as noções de *longa duração*, de *economia-mundo*, de *capitalismo*, de *hierarquia social* e de *circuitos urbanos*, entre outras, possibilita utilizá-las como ferramentas conceituais para analisar o objeto em questão. E isso sem perder o foco das singularidades que são próprias dos países periféricos, já que o esforço de Braudel foi, justamente, na direção de apreender as especificidades dos desdobramentos do(s) capitalismo(s) pelo mundo.

Voltamo-nos, com esse arsenal teórico e metodológico, às expansões cafeeira e ferroviária na passagem do século XIX para o XX, responsáveis pelo processo de urbanização e modernização, mesmo que incipiente, de algumas cidades interioranas. Lançamos mão de uma análise histórica do desenvolvimento econômico da cafeicultura paulista para estabelecer as relações entre as formas de acumulação de capitais — intimamente vinculada à atividade creditícia — e o processo de urbanização ou de modernização urbana. Pela lógica da acumulação e da modernização operante no capitalismo, e por sua reprodução no complexo cafeeiro, entendemos por que os “benefícios do progresso concentraram-se nos grandes centros que se modernizaram rapidamente, acentuando-se a diferença entre estes e os núcleos do interior” (COSTA, 1999, p. 257).

As cidades do complexo cafeeiro compõem um dos mais expressivos circuitos de interação e de complementaridade urbana do mundo contemporâneo. Refletir sobre a história urbana e sobre outras histórias que há nessas cidades e em seus ambientes ajuda a entender melhor a realidade da urbanização brasileira e de um dos fenômenos mais notáveis do capitalismo periférico no hemisfério sul: a constituição da mais saliente rede urbana existente nas regiões do centro-sul brasileiro, em uma conjuntura que permitiu o surgimento do complexo cafeeiro, entre 1820 e 1950.

Acreditamos, ao contrário do que dizem algumas linhas interpretativas, ser possível, e até certo ponto necessário, encontrar uma nova síntese histórica entre o *econômico* e o *cultural*. Os estudos das cidades tornam isso possível frente à complexidade do mundo urbano e de seus ambientes. E, para um debate mais amplo, é indispensável ao historiador lançar mão de uma aproximação entre os métodos da história econômica e da história cultural, na tentativa de abarcar com mais profundidade o tecido social.

Existem diferentes realidades a serem desvendadas no processo de urbanização, realidades estas que serão mais bem conhecidas se o historiador se debruçar sobre as pequenas cidades, como as do interior de São Paulo. Com esse *laboratorium*, abre-se um leque de análise soberbamente amplo para entender diversas facetas da história do Brasil, como: a especialização das cidades, a industrialização nacional, a formação do capital bancário, a constituição das redes urbanas regionais, a forma de atuação das elites, a relação entre memória e identidade, o simbolismo arquitetônico, as manifestações culturais e a sociabilidade dos grupos que compõem o tecido urbano-social.

## **A IMPORTÂNCIA DAS PEQUENAS CIDADES PARA A COMPREENSÃO DO CONJUNTO**

Uma pequena cidade — como Santa Cruz das Palmeiras — seria um bom campo de estudo na atualidade? De acordo com Braudel (2005, p. 228): “sim, sem dúvida, com a condição de que não seja estudada somente por si e em si mesma [...], mas como um testemunho que é preciso restabelecer em planos múltiplos de comparação, tanto no tempo quanto no espaço”. Assim, o foco analítico sobre as cidades é uma possibilidade ímpar de fundamentar interpretações, estudar a *parte* para tecer correlações com o *todo* da história econômica paulista e do avanço do capitalismo pelo mundo.

Com esse intuito, seguindo o estilo de uma história-problema de abordagem estrutural, aos moldes da primeira e da segunda geração dos Annales, mergulhamos no passado para tentar compreender o presente. Duas observações, no entanto, se fazem necessárias antes de prosseguir.

A primeira é quanto ao termo *estrutural*. Ele está aqui lançado de acordo com a concepção braudeliiana, já exposta no segundo capítulo deste livro: “o que, na massa de uma sociedade, resiste ao tempo, perdura, escapa das vicissitudes, sobrevive com obstinação e sucesso” (BRAUDEL, 2002, p. 356). Ainda segundo Braudel (2002), os historiadores não devem esquivar-se da busca de permanências existentes nas sociedades, pois, sendo histórico o que muda, também é histórico o que não muda.

A segunda observação diz respeito à história-problema, que concerne ao ofício do historiador, aos imperativos e implicâncias do presente. Caillé (1989), no rastro de Braudel, diz que “estamos diante de uma *história implicitamente retroditiva*, que decide sobre a importância relativa dos acontecimentos ou instituições em função do que

ela conhece de seu futuro posterior e de sua significação atual”. Sendo assim, a pesquisa histórica deve sempre forçar as portas do tempo presente (BRAUDEL, 2002).

Através de um breve exercício retrospectivo às raízes históricas da região em que se situa o município estudado, vê-se que ali estavam presentes os elementos necessários para promover (mesmo que não tenham promovido) a “glória do progresso”, ou seja, o desenvolvimento e a concentração urbanos e industriais, pois existia uma cafeicultura de grande escala, devido à boa qualidade do solo e clima, levada a cabo por famílias da elite paulista.

Havia duas ferrovias, a Paulista e a Mogiana, que conectavam Santa Cruz das Palmeiras aos grandes centros mundiais. Os imigrantes pipocavam de todos os cantos do mundo, atraídos pela cafeicultura e suas atividades complementares; enfim, parecia que tudo daria certo no futuro, porém não deu. A que se podem atribuir as causas que atravancaram o progresso?

Aparentemente, o que (não) aconteceu deve-se à localização periférica que a cidade ocupava em relação aos grandes centros regionais, como Campinas e Ribeirão Preto, e, principalmente, em relação à cidade de São Paulo, que era o centro dinâmico do complexo cafeeiro — na visão braudeliiana, Londres era o centro da economia-mundo nesse período. Com essa hierarquia existente entre as cidades, Santa Cruz das Palmeiras ficava sufocada e teve seu ritmo e fluxo condicionados pelos desnivelamentos decorrentes da pressão exercida pelos centros urbanos mais expressivos, que se antepunham como etapas a serem vencidas.

Essa hierarquização social e econômica esteve a favor da modernização das regiões centrais tanto em uma escala menor, diga-se Ribeirão Preto e Campinas, quanto em escala maior, no caso de São Paulo. Mesmo estando ancorado em uma análise fundada na história regional, o *Orfeu* de Nicolau Sevcenko (1992) não teria ficado extático na metrópole sem os capitais que foram gerados na periferia do complexo cafeeiro e transferidos para a cidade de São Paulo, promovendo seu amplo processo de modernização. Tampouco a intensa atividade de mecenato praticada pela elite paulistana, estudada por Maria Arminda do Nascimento Arruda (2001) no livro *Metrópole e cultura*, teria germinado sem a hierarquização dos capitais gerados no interior do estado, mas acumulados na metrópole.

Mas, se de fato as coisas aconteceram assim, como constatar tal hierarquização? Fernand Braudel constata a existência de um *capitalismo nas cidades*, principalmente

nas cidades ocidentais, onde comerciantes, cidades, fluxos, técnicas, redes, entre outros elementos, formam um conjunto robusto e indissolúvel (FOURQUET, 1989).

Consoante a isso, a ideia de economia-mundo coopta a favor de sistemas relativamente fechados e complexos de divisão internacional do trabalho, em que os centros canalizam a maior parte dos lucros e dos capitais gerados e se tornam os grandes beneficiados.

Essas desigualdades e diferenças de voltagem, observáveis em Santa Cruz das Palmeiras, são no fundo desnivelamentos de mercado que mantêm o circuito ativo e lucrativo para os centros e são resultantes das hierarquias sociais e da própria dinâmica do capitalismo.

Na concepção braudeliana a respeito da economia, o capitalismo está situado, como seus atores (elite), no alto da cadeia mercantil, ficando ações comerciais de maior vulto e vantagens mais elevadas nos negócios restritas a uma pequena parcela do tecido social. Assim, o capitalismo é essencialmente comercial, isto é, o comércio e as trocas numa economia-mundo garantem os capitais de maiores grandezas.

Levando-se em conta essa lógica do capitalismo comercial e o peso do capital gerado por ela, a *lucratividade especulativa*, gerada pelos intermediários ou negociantes de dinheiro, foi observada — e absorvida — na cafeicultura das pequenas cidades interioranas do estado de São Paulo. Na cadeia creditícia cafeeira, os grandes cafeicultores (membros da elite paulista, como Antonio da Silva Prado) concentravam os maiores volumes do crédito e, por meio de sua atuação nos negócios entrelaçados à comercialização e ao financiamento do café, subordinavam pequenos cafeicultores e demais tomadores de crédito.

Na hierarquia na cadeia mercantil do crédito, o topo era ocupado pelo grande capital, nacional ou estrangeiro, e tinha como fonte os grandes centros financeiros mundiais — onde a diversificação dos investimentos é uma realidade sedutora —, como Londres e São Paulo. Abaixo orbitava o complexo cafeeiro das cidades especializadas na produção do café, como Santa Cruz das Palmeiras.

## **RELAÇÕES DE CRÉDITO E RETENÇÕES MODELAM HIERARQUIAS SOCIAIS**

Em Santa Cruz das Palmeiras, mantinham-se as hierarquias. O grande capital, acessível aos fazendeiros de maior vulto, ativava transformações e a expansão

das atividades complementares. As mudanças traziam outros agentes para participar localmente, de forma mais modesta mas não menos importante, na reprodução e na acumulação do capital e no desenvolvimento dos serviços urbanos. A agricultura, porém, preservou sua importância na região, e a exclusividade de crédito fica mais perceptível quando se observa a natureza dos bens hipotecados, na sua maioria imóveis rurais destinados à cafeicultura — mais de 90 %.

Os grandes cafeicultores, como o conselheiro Antonio da Silva Prado, tomavam grandes empréstimos, principalmente nos momentos de piora dos preços do café no mercado, em agências especializadas — como bancos nacionais e internacionais. Pagavam juros mais baixos e com prazos mais flexíveis. Estendiam sua atuação para além da fazenda de café, monopolizando não só a produção, mas também o transporte, o financiamento e a comercialização do produto. Enquanto isso, os pequenos cafeicultores e comerciantes ficavam reféns de empréstimos com taxas de juros mais altas e com prazos mais rígidos, tendo que se sujeitar aos mecanismos impostos pelos membros da elite paulista que atuavam localmente.

Ademais, a elite paulista adotou formas de atuação que retiravam ainda mais a autonomia e as possibilidades de desenvolvimento de Santa Cruz das Palmeiras: o pagamento de divisas que poderiam ser retidas no município via cobrança de impostos era burlado, ou seja, muitas vezes os membros da elite paulista não pagavam os impostos locais sobre a produção de café.

Perante isso, viram-se reforçados os mecanismos que asseguram as desigualdades na modernização periférica; as bases de sustentação do grupo modernizante, que passa pela questão fundiária, dificilmente eram contestadas, o que impossibilitava uma modernidade *stricto sensu* (CAMPOS, 2002). Para piorar, um rápido panorama da realidade brasileira revela que somos amplamente marcados pela manutenção da estrutura colonial. Nem a Independência — pautada no latifúndio, na produção atrelada ao mercado externo e no trabalho escravo —, nem a República, e a modernização dela decorrente, foram capazes de quitar os resquícios e remanescentes sociais associados a outras formas de trabalho assemelhados ao do cativo. As consequências sociais do peso dessas instituições de longa duração foi a geração de uma massa de excluídos sob a batuta de uma política de moldes paternalista e clientelística.

Assim, a grande concentração de capital cafeeiro no município não gerou o desenvolvimento industrial local, embora a economia cafeeira tenha sido de extrema

importância para seu processo de modernização. Os capitais gerados no município não eram mantidos ou reinvestidos localmente; pelo contrário, subordinavam-se aos interesses da elite paulista, que atuava na região, mas diversificava seus negócios nos grandes centros urbanos, ou seja, no topo da cadeia mercantil. Enquanto isso, Santa Cruz das Palmeiras, na base da economia-mundo, com sua produção especializada, ficou privada da *glória do progresso* e configurada pelas *hesitações da urbanização*.

## **SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS NA ÓRBITA DA ECONOMIA-MUNDO**

Fundada em 1876 e atualmente com quase 35 mil habitantes, Santa Cruz das Palmeiras está situada no interior do estado de São Paulo, a nordeste, na Bacia do Rio Mogi-Guaçu, a trinta quilômetros da Rodovia Anhanguera. Tem uma área de cerca de trezentos quilômetros quadrados e altitude de 644 metros, com latossolo roxo. A temperatura média compensada é de 19,6 °C, com média máxima de aproximadamente 32 °C e mínima de 12 °C. Seu clima é subtropical e a topografia plana com suaves ondulações e amplos vales pluviais.

Embora tenha menor expressão em relação à sua vizinha Casa Branca, o município é um campo de estudo adequado, já que as fontes corroboram observações feitas em capítulos anteriores a respeito da concepção braudeliana da posição e função social da elite na economia do capitalismo. Segundo ele, os mercadores, ao se situarem no topo da cadeia mercantil, mantêm as ações de cunho superior e as vantagens de vulto como algo restrito a uma ínfima parcela do tecido social.

Tal concepção vê que o capitalismo, antes de relações de produção, trata da atividade comercial e financeira. As grandezas em termos de acumulação de riquezas decorrem das atividades mercantis associadas aos instrumentos de crédito e decorrem de barganhas realizadas no âmbito da economia-mundo. E a lucratividade especulativa, oriunda do ofício dos negociantes, em especial os negociantes de dinheiro, pode ser observada na cafeicultura de municípios pequenos do interior, como Santa Cruz das Palmeiras.

O município foi *locus* da grande lavoura cafeeira em termos de produção, com média de 93.458 cafeeiros por propriedade. Esse fato deve-se sobretudo às qualidades naturais da região e à excelente qualidade do solo, conhecido como terra roxa, consideradas ideais à cultura do café. Comparativamente, em Ribeirão Preto a média



de cafeeiros por propriedade era de 84.324; em São Carlos, 80.029; em Campinas, 44.490; em Jaú, 29.973; e em Franca, 18.276, como já se revelou no capítulo “Fragmentos de um modelo: pequenas lavouras de café e acumulação de capitais”.

A média de Santa Cruz das Palmeiras atinge tal magnitude devido à produção das grandes fazendas da elite paulista, possuidora de terras no município. Por exemplo, a Fazenda Palmares, do Conde Armando Álvares Leite Penteado, chegou a ter mais de 800 mil pés de café; as fazendas Brejão e Santa Veridiana, propriedades da família Silva Prado, possuíam juntas mais de 1,2 milhão de cafeeiros; a Fazenda São Carlos, da Condessa Monteiro de Barros, contava com cerca de 335 mil; a Fazenda Santa Eugenia, do Tenente-coronel Ignácio Gabriel Monteiro de Barros, aproximadamente 385 mil; a Fazenda Santa Maria, da Baronesa de Japy, por volta de 333 mil; as fazendas Aurora e Mattão, de João Carlos Leite Penteado, cerca de 550 mil; a Fazenda Santa Escolástica, de José Vicente Queirós Ferreira, perto de 300 mil pés de café (SIMONI, 1906).

Esses agentes sociais, na sua totalidade ligados à elite mercantil do estado de São Paulo e até mesmo do país, foram os responsáveis por implementar a cafeicultura de maiores proporções no município e reforçar ali a estrutura de diferenciação social. É evidente que existiam unidades produtoras de café de pequena e média proporção, porém elas acabavam subordinadas a ações desses agentes, que ocupavam o cume da hierarquia mercantil por meio da monopolização da produção, do comércio e do financiamento. Para Faleiros (2008, p. 45):

A base pela qual operavam os homens do café era calcada num estreitamento das relações de mercado, ou seja, transferiam aos meios de troca a conformação social existente, o que na prática, significava deter o monopólio da circulação monetária de primeira instância (FALEIROS, 2008, p. 45).

## **O CRÉDITO COMO REFORÇO DAS HIERARQUIAS SOCIAIS E MERCANTIS**

Hipotecas e penhores agrícolas registrados nos livros cartoriais da cidade de Santa Cruz das Palmeiras contêm importantes dados para captar a realidade local e fazer a devida articulação/justaposição com a teoria. Essas fontes primárias,

analisadas em suas dimensões econômicas e sociais, se constituem com as seguintes informações: a data em que foi efetivada a hipoteca ou penhor; o valor da transação; os juros praticados; o nome, a profissão e a residência dos credores e dos devedores; o prazo para quitação; e o imóvel ou bem hipotecado ou penhorado, descrito, muitas vezes, com minúcia.

Para o período analisado, levantamos 287 inscrições de hipotecas e 59 contratos de penhores agrícolas (todos esses documentos se encontram no Oficial de Registro de Imóveis e Anexos de Santa Cruz das Palmeiras). Consultamos também um documento, uma procuração, salvaguardada no Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso de Taunay de Casa Branca — cidade da qual Santa Cruz das Palmeiras se desmembrou. Dado o conteúdo político dessa fonte, ela foi empregada na averiguação da ideologia e das formas de atuação da elite paulista que se fez representar na região.

Um das principais casas comissárias que atuou em Santa Cruz das Palmeiras foi a *Prado, Chaves & Cia.*, sobre a qual já discorreremos em outros capítulos. Ela era uma das maiores do setor, estava estabelecida na cidade de São Paulo e entre seus principais acionistas estava Antonio da Silva Prado.

No ano de 1895, essa casa comissária emprestou a considerável quantia de 1,145 bilhão de réis, com juros de 12 % ao ano, aos proprietários da Fazenda Brejão, Dona Veridiana Valéria da Silva Prado e Doutor Eduardo Paulo da Silva Prado, com a garantia hipotecária da fazenda e de todas suas benfeitorias, como o cafezal com 700 mil pés, máquinas de beneficiar, casas de moradia e de colonos. O prazo do contrato era de um ano e os devedores deveriam entregar todo o café ao estabelecimento comercial da firma credora. Esse contrato disponibilizou uma grande cifra aos devedores, mas eles tiveram que se sujeitar à entrega de toda sua produção à casa comissária, o que os impedia de ganhar com a comercialização do produto (SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS, 1985).

Como nesse caso a transação financeira se deu entrefamília, os Prado ganharam tanto na produção quanto na comercialização desse café. Todavia, em outros casos, era comum um produtor de café ficar refém de mecanismos de estreitamento de mercado e perder, assim, parte de sua autonomia para esses agentes do dinheiro, pois tinha que se submeter a cláusulas contratuais que restringiam a comercialização de seu café para ter acesso ao crédito.

Em outra negociação com a casa comissária *Prado, Chaves & Cia.*, no ano de 1904, o Tenente-coronel Ignácio Gabriel Monteiro de Barros, proprietário da Fazenda Santa Eugenia, recebeu crédito no valor de cinquenta contos de réis, a juros de 12 % ao ano. Ao conceder o crédito ao fazendeiro através de um penhor agrícola de 12 mil arrobas de café, a empresa impôs ao devedor severas cláusulas contratuais, como “entregar a fazenda a um administrador da confiança do devedor, mas indicado pelo credor, ficando esse administrador com poderes conferidos, pela atual escritura, para agir com interna liberdade na dita fazenda” (SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS, 1904).

A época em que ocorreram essas duas negociações — uma no período que antecedeu a acentuada crise entre os anos de 1898 e 1906, e a outra no momento da crise — indica que as relações de crédito de então eram intimamente marcadas pelo contexto nacional e internacional. Outro ponto importante a ser considerado é que o Tenente-coronel Monteiro de Barros tinha certo grau de parentesco com os Prado. Mesmo com as severas imposições feitas para a aprovação do empréstimo, com o penhor da safra de café da Fazenda Santa Eugenia, o fazendeiro não ficou sem acesso à fonte de crédito no auge da crise, embora tenha perdido o controle sobre a administração da fazenda. Nesse caso, mais uma vez, a balança pendeu para o lado daquele que se situa no alto da hierarquia mercantil.

Quanto aos comerciantes e negociantes, principalmente locais, percebe-se que participaram de forma decisiva dentro da cadeia do crédito ao longo do período estudado, sendo fundamental sua atuação nos empréstimos menos vultosos, principalmente para a diversificação das atividades urbanas e para a pequena lavoura, seja de café, seja de alimentos.

Quanto à natureza dos devedores, os dados apontaram que o maior montante do crédito era destinado a pessoas ligadas à atividade agrícola, principalmente do café. Entre os 59 contratos com penhor analisados, somente um não envolvia diretamente o café, o que demonstra a importância e a magnitude que a atividade cafeeira assumiu no município.

Ou seja, a elite paulista foi responsável pela extração do capital cafeeiro da cidade mediante não apenas o controle das formas de produção, mas também através do fornecimento de crédito, para o qual impunha cláusulas contratuais que lhe possibilitavam se apropriar das safras cafeeiras de outros atores.

Além disso, outro caminho pelo qual se evadiam os capitais do município era a já mencionada sonegação de impostos. Em uma procuração feita pela Intendência

da cidade de Casa Branca — que era o centro administrativo da região e situa-se a cerca de vinte quilômetros de Santa Cruz das Palmeiras —, o município recorreu aos impostos atrasados do Doutor Martinho da Silva Prado:

Aos quatorze dias do mez de fevereiro de 1890, nesta cidade de Casa Branca, em o paço Municipal presente Seus Intendentes [...] foi dito que pela presente nomeam seu bastante procurador na cidade de São Paulo, ao advogado Dr. João Mendes d’Almeida, especialmente para tractar de receber amigável ou judicialmente do Dr. Martinho da Silva Prado, a quantia de 2:000\$000 de imposto sobre café nos exercícios de 1883 á 1884 e de 1884 á 1885, creado pela Lei Provincial nº 143 de 18 de julho de 1881 (CASA BRANCA, 1890).

Assim, juntamente com a transferência dos membros do capital cafeeiro para São Paulo, foi-se também a riqueza gerada no município, o que fez com que as cidades do interior perdessem um importante elemento para o desenvolvimento de sua vida econômica e social (PERISSINOTTO, 1999). “Se as cidades do interior perderam essa importante variável de sua vida, a capital do estado, por sua vez, recebeu daqueles elementos as suas maiores influências” (p. 86).

## REFERÊNCIAS

### *Fontes documentais*

CASA BRANCA (SP). Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso de Tau-nay de Casa Branca. [**Procuração ao Dr. João Mendes d’Almeida**]. Registro em 1890. Procuração registrada no *Livro de registros de ofícios, editais e mais papéis n. 2*.

SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS (SP). Oficial de Registro de Imóveis e Ane-xos de Santa Cruz das Palmeiras. [**Contrato de empréstimo firmado entre, de um lado, a casa comissária Prado, Chaves & Cia. e, de outro, Dona Veridiana Valéria da Silva Prado e Doutor Eduardo Paulo da Silva Prado**]. Registro em: 1895. Hipoteca registrada no *Livro de inscrição especial n. 2*.

SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS (SP). Oficial de Registro de Imóveis e Ane-xos de Santa Cruz das Palmeiras. [**Contrato de empréstimo firmado entre, de**

**um lado, a casa comissária Prado, Chaves & Cia. e, de outro, Tenente Coronel Ignácio Gabriel Monteiro de Barros]**. Registro em: 1904. Registro feito no *Livro de transcrição especial de penhor agrícola n. 5*.

SIMONI, João de. **Almanach Ilustrado de Santa Cruz das Palmeiras: 1905-1906**. Santa Cruz das Palmeiras: Typografia do Correio Palmeirense, 1906.

### *Referências bibliográficas*

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: Edusc, 2006.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Cultura histórica: territórios e temporalidades historiográficas. **Saeculum**: revista de história, João Pessoa, n. 16, p. 25-32, jan./jun. 2007.

ARRUDA, José Jobson de Andrade; TENGARRINHA, João Manuel. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru: Edusc, 1999.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX**. Bauru: Edusc, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII**. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996a. t. 2: Os jogos da troca.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: século XV-XVIII**. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996b. t. 3: O tempo do mundo.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Tradução de J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a história**. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Unesp, 1997.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAILLÉ, Alain. A dominância do mercado. *In*: AYMARD, Maurice *et al.* **Ler Braudel**. Tradução de Beatriz Sidou. Campinas: Papirus, 1989. p. 97-135.

CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo**. São Paulo: Editora Senac, 2002.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CIPOLLA, Carlo M. **Introdução ao estudo da história econômica**. Lisboa: Edições 70, 1993.

COHEN, Arón; CONGOST, Rosa; LUNA, Pablo F. (org.). **Pierre Vilar: uma história total, uma história em construção**. Bauru: Edusc, 2007.

CONGOST, Rosa. Pierre Vilar e a análise histórica: algumas reflexões. *In*: COHEN, Arón; CONGOST, Rosa; LUNA, Pablo F. (org.). **Pierre Vilar: uma história total, uma história em construção**. Bauru: Edusc, 2007. p. 53-69.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 7. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

DOSSE, François. **A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos Annales à nova história**. Bauru: Edusc, 2003.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

EAGLETON, Terry. **Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FALEIROS, Rogério Naques. **Homens do café: França, 1880-1920**. Ribeirão Preto: Holos, 2008.

FOURQUET, François. Um novo espaço-tempo. *In*: AYMARD, Maurice *et al.* **Ler Braudel**. Tradução de Beatriz Sidou. Campinas: Papirus, 1989. p. 79-96.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História econômica. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 25-40.

FREITAG, Barbara. **Teorias da cidade**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2007.

LEVI, Darrell Erville. **A família Prado**. Tradução de José Eduardo Mendonça. São Paulo: Cultura 70, 1977.

PEREIRA, Miriam Halpern. História e teoria econômica na obra de Pierre Vilar. *In*: COHEN, Arón; CONGOST, Rosa; LUNA, Pablo F. (org.). **Pierre Vilar: uma história total, uma história em construção**. Bauru: Edusc, 2007. p. 221-236.

PERISSINOTTO, Renato M. **Estado e capital cafeeiro em São Paulo: 1889-1930**. São Paulo: Fapesp; Campinas: Unicamp, 1999. 2 v.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Análisis de sistemas-mundo: una introducción**. México: Siglo XXI, 2005.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

# COLONOS E A CRISE DE 1929

a vida e o trabalho numa fazenda de café<sup>51</sup>

Rogério Naques Faleiros

## FONTES DOCUMENTAIS, FONTES DE APROXIMAÇÃO AO PASSADO

A utilização das cadernetas como forma de controle da contabilidade dos colonos nas fazendas foi regularizada por uma lei que, teoricamente, defendia os interesses dos trabalhadores, criada em função da pressão internacional, sobretudo da Itália e da Espanha, em favor de melhores condições de vida aos imigrantes. Após os registros dos débitos e créditos dos colonos, as cadernetas eram registradas em cartório, e as anotações lá contidas transformadas em documento público reconhecido pelo tabelião.

A partir de pesquisa realizada no Centro de Memória da Unicamp (CMU), discutimos neste capítulo as condições de trabalho e as formas de remuneração de vinte colonos que trabalharam na Fazenda Pau d'Alho, em Campinas (SP), entre 1927 e 1931. Destacamos ainda os arranjos efetivados por ocasião da grande crise mundial e promovemos assim um debate com a bibliografia sobre o tema.

---

51 Versão deste texto foi publicada na revista *História e Economia* (São Paulo, v. 8, n. 1, p. 79-94, 2011), da Brazilian Business School.



A documentação que examinamos é muito importante para o conhecimento sobre as condições de trabalho e de remuneração dos colonos nas fazendas de café e, portanto, sobre a reprodução ampliada de capitais no âmbito das periferias do sistema mundial. Ela nos forneceu valiosas informações a respeito das condições de trabalho, da composição da remuneração, do total recebido, dos gastos e dos saldos — o que nos permitiu ter uma melhor visão sobre as possibilidades de ascensão social a partir do trabalho nas lavouras de café naquela região.

Nem todas as cadernetas pesquisadas eram de colonos; algumas eram de camarradas (trabalhadores sazonais) que prestaram serviço por um ano ou alguns meses e não necessariamente na lavoura de café.

As cadernetas pesquisadas cobrem o período entre setembro de 1929 e setembro de 1931, com exceção de uma delas, cuja contabilidade cobre um período de quatro anos, prazo geralmente praticado nos contratos lavrados.

As cadernetas custavam aos colonos 1.500 réis<sup>52</sup>, e, na parte inicial da brochura de capa dura, constava obrigatoriamente a lei que regulava a utilização dessa forma de controle dos haveres e deveres da relação fazendeiro-colono. Trata-se da Lei n. 1.299, de 27 de dezembro de 1911<sup>53</sup>, a Lei do Patronato Agrícola, aprovada por Manoel Joaquim de Albuquerque Lins, presidente do estado de São Paulo naquela data. O Patronato Agrícola, órgão fundado em 1911, tinha como finalidade “tornar efetivas as leis decretadas pela União Federal e pelo Estado de São Paulo em favor do imigrante e outros operários agrícolas” e era subordinado ao secretário da Agricultura. Entre suas atribuições, destacamos:

- I. Promover por todos os meios ao seu alcance a fiel execução do Decreto Federal n. 6.437, de 27 de março de 1907, e mais disposições sobre colonização e imigração do Estado, procurando, além disso, resolver, por meios suavisos quaisquer dúvidas que por ventura surjam entre os operários agrícolas e seus patrões;

---

52 Segundo a Lei n. 1.299, as cadernetas deveriam ser fornecidas gratuitamente pela “Agência Oficial de Colocação” aos imigrantes em seu primeiro estabelecimento, o que demonstra que os colonos por nós pesquisados já estavam há algum tempo trabalhando na lavoura, já que para todos eles consta o débito do valor de 1.500 réis sob a rubrica “caderneta”.

53 A Lei n. 1.299 visava cumprir em âmbito estadual o Decreto Federal n. 6.437, de 27 de março de 1907, assinado pelo então presidente Affonso Penna, para ordenar a execução de duas outras leis, referentes a dívidas provenientes de salários de trabalhadores agrícolas.

- II. Intentar e patrocinar as causas para cobrança de salários agrícolas e para o fiel cumprimento dos contratos nos termos da legislação vigente;
- III. Fiscalizar as cadernetas dos operários agrícolas, afim de verificar si estas se revestem das formalidades prescritas pela lei federal n. 6437, de 27 de março de 1907; [...]
- V. Fiscalizar as agências e subagências de venda de passagens e de câmbio aos operários agrícolas;
- VI. Levar ao conhecimento das autoridades competentes as queixas dos operários agrícolas relativamente a atentados contra sua pessoa, família e bens;
- VII. Promover a organização e fiscalizar o funcionamento de cooperativas entre os operários agrícolas para assistência médica, farmacêutica e ensino primário.

(SÃO PAULO, 1911).

Como documentos civis, as cadernetas só tinham validade jurídica após o registro nas notas do tabelião, o que, segundo a Lei n. 6.437, deveria ser feito gratuitamente.

As cadernetas da Fazenda Pau d'Alho eram registradas nas notas do 4º Ofício Civil de Campinas; o registro era feito no Termo de Abertura, após o lançamento dos débitos e créditos dos trabalhadores, formalizando-se os números exibidos na contabilidade. Caso existissem saldos a serem liquidados futuramente, a própria caderneta se apresentava como um título de dívida, segundo o artigo quarto da lei mencionada. Era o tabelião, no final das contas, quem sacramentava a oficialidade do documento.

## **A LEI ANTE A FRONTEIRA: FIXAR O COLONO**

Acreditamos que a legislação que regulava as cadernetas tinha um duplo objetivo. Deve-se lembrar que, em 26 de março de 1902, o governo italiano publicou o Decreto *Prinetti*, proibindo a imigração subsidiada de trabalhadores italianos para as lavouras do Brasil, mediante as inúmeras denúncias das péssimas condições de vida que esses trabalhadores encontravam nas colônias. Com o mesmo fim, publicou-se na Espanha o Real Decreto, de 26 de agosto de 1910, o que significa dizer que, dadas as condições, o governo brasileiro e o paulista encontrariam obstáculos cada vez maiores para angariar as massas de trabalhadores necessárias ao complexo cafeeiro.

Talvez com o intuito de reverter este cenário e garantir a continuidade da imigração em grande escala, uma melhor regulamentação das relações de trabalho na lavoura foi buscada pelos governos federal e estaduais. Com as novas legislações nacionais citadas, objetivava-se ter um controle mais cerrado das condições de remuneração a partir da emissão das cadernetas e de sua aceitação como comprovante básico da contabilidade dos colonos para evitar ou pelo menos minimizar os desmandos que certamente ocorriam em uma sociedade cujo passado sempre desvalorizara o trabalho, atitude que fazia ecos no exterior.

Com os incrementos na legislação, os trabalhadores muniam-se de um documento público, necessariamente registrado em cartório, que comprovava o real andamento de seus deveres e haveres (débitos e créditos). Em 1906, já havia sido criada a Agência Oficial de Colocação, desde então responsável pelos destinos das pessoas que chegavam à Hospedaria do Imigrante (localizada em São Paulo) e lá passavam sua primeira semana no Brasil. Existia também a Lei n. 673, de 9 de setembro de 1899, que garantia o transporte da hospedaria até a estação de trem mais próxima à fazenda, e em 1907 se criara a Inspeção da Imigração do Porto de Santos, cuja finalidade era receber os imigrantes recém-chegados da viagem. Assistia-se no início do século XX à consolidação de todo um aparato institucional para receber, distribuir e transportar os trabalhadores do porto de Santos às lavouras de café, num grande esforço do poder público para viabilizar a cafeicultura<sup>54</sup>. É nesse contexto que se insere a adoção das cadernetas, precioso retrato da situação do trabalho em São Paulo.

Evidentemente, tais medidas, além de uma resposta das autoridades federal e estaduais ante os abusos cometidos, tinham como objetivo garantir um fluxo contínuo e significativo de mão de obra para a economia cafeeira e, mais do que isso, manter os níveis de oferta de trabalho superiores aos da demanda. Assim se impediria a prática de salários mais elevados, como poderíamos esperar em um contexto de escassez de trabalhadores.

Chiara Vangelista (1991), no entanto, ao fazer uma série de exercícios quantitativos sobre a oferta, a demanda e os salários no estado de São Paulo no final do século XIX e

---

54 Em 1911, as tentativas de institucionalizar os serviços de imigração e de trabalho culminaram com a criação do Departamento Estadual do Trabalho (DET), que englobava a Inspeção de Imigração no porto de Santos, a Hospedaria dos Imigrantes e a Agência Oficial de Colocação (PETRONE, 1978, p. 113-114).

início do XX, conclui ser impossível estabelecer uma relação direta e proporcional entre o número de entradas de imigrantes e os níveis salariais praticados. Segundo a autora:

o incremento da mão-de-obra não parece corresponder a uma queda proporcional do salário nominal das ocupações mais ligadas à organização da fazenda; do mesmo modo, o incremento da oferta não apresenta relações significativas com o aumento dos salários nominais (VANGELISTA, 1991, p. 155).

Os arranjos institucionais do início do século XX, entre os quais as cadernetas, desempenhavam então uma dupla função: melhorar as formas de gerenciamento e alocação da mão de obra para angariar o reconhecimento internacional das boas condições de trabalho nas lavouras de café; e manter os fluxos populacionais necessários para a viabilidade do café, fluxos estes consumidos em grande parte pelo avanço da fronteira agrícola. Do ponto de vista do trabalhador, esse esforço de legislação parecia garantir um conjunto de direitos até então inexistentes, já para os fazendeiros fornecia garantias de uma relação de trabalho mais estável, pois, com a abertura das cadernetas e o registro em cartório, criavam-se instrumentos que coíbiam a migração dos colonos para as sempre mais atrativas regiões de fronteira (FALEIROS, 2010).

Além dos artigos das legislações federal e estadual, as cadernetas continham um contrato de trabalho, elaborado pela Agência de Colocação. Segue um modelo desse contrato:

*Agência Official de Collocação*

*Contracto*

Caderneta n .....

Do colono ....., precedente de ....., chegado em ..... de ..... de 19..... contractado com o Snr ..... proprietário da fazenda ..... Município de ..... Estação de ..... os quais, na qualidade de contractado e contractante, declaram nesta Agência Official acceitar todas as condições abaixo transcriptas, quer geraes, quer particulares, comprometendo-se ao fiel cumprimento de suas disposições.

### *Condições geraes*

*Art. 1º* – Será fornecido gratuitamente ao colono, pelo proprietario da fazenda, meios de transporte para si, sua familia e bagagens da estação proxima á fazenda, casa de moradia pasto para um ou mais animaes, segundo o numero de pos de cafeeiros, que o mesmo tratar o terrenos para plantação de mantimentos, em quantidade relativa com o mesmo numer de cafeeiros.

*Art. 2º* – O colono se obriga a tratar dos cafeeiros a seu cargo de modo a conserval-os sempre no limpo, a replantar as faltas que porventura houver, tratar muito bem das replantas, tirar todos os brotos, cipós ou trepadeiras que forem sahindo dos cafeeiros, fazer a varredura, colheita, espalhamento do cisco e montes de terra, do modo e na occasião que lhe forem indicados pelo proprietario ou pelo administrador.

*Art. 3º* – O proprietario não fará adeantamento algum salvo o que for directamente necessario para alimentação dos recém-chegados ou no caso de molestias.

*Art. 4º* – O colono fará, sem remuneração, o roçamento do pasto da colônia, concerto da cerca do mesmo, a factura, uma vez por ano, do caminho para a próxima estação da estrada de ferro, carregadores, e a extinção de incêndios nas matas, cercas ou casas da fazenda devendo os referidos serviços ser feitos quando e como o determinar o proprietario ou o administrador.

*Art. 5º* – Si o colono deixar de fazer qualquer dos serviços enumerados no art. 2º, o proprietario poderá mandal-os fazer por quem lhe convier, cobrando do colono a importância assim despendida.

*Art. 6º* – O colono só poderá ter porcos ou cabras em pastos apropriados, por elle feitos e conservados, em lugar que para isso lhe fôr indicado pelo proprietario, ficando responsável pelos danos que possam por ventura esses animaes causar.

*Art. 7º* – Si o proprietario faltar ao cumprimento das disposições do presente contracto, ou si, antes de findar-se o serviço do anno agrário, que termina pelo espalhamento

das varreduras, despedir o colono sem causa justificada, pagará a este o dobro de que tinha elle de ganhar nesse anno pelo serviço de tratamento de enlegal a seu cargo.

São consideradas causas para despedida:

1. Doença prolongada;
2. Malandrice ou continuada negligência no serviço;
3. Embriaguez habitual;
4. Insubordinação;
5. Falta de cumprimento das cláusulas do presente contracto.

*Art. 8º* – O colono que, sem causa justificada, se retirar da fazenda antes de terminar o serviço do anno, perderá a metade do que houver ganho nesse anno.

São consideradas causas justificadas para a retorada:

1. Enfermidade que o prive do trabalho;
2. Maus tratos da parte do proprietário ou administrador;
3. Falta de cumprimento, por parte do proprietário, das cláusulas do presente contracto.

*Art. 9º* – O proprietario que quizer dispensar os serviços do colono ao terminar o anno agrario, deverá avisal-o com trinta dia deantedecência : caso não avise, serão esses mesmos serviços consideradis contractos para o anno seguinte e o colono ficará em direito á indemnização capitulada no artigo 7.º, do presente contracto, si fôr dispensado sem o aviso previo acima referido.

*Art. 10*– O colono que quizer retirar-se ao findar o anno agrário, fica obrigado a participal-o ao proprietário ou ao administrador, com trinta dias de antecedência, por falta do que será considerado como sujeito à prorrogção do mesmo contracto durante o anno seguinte, e caso se retire, incorrerá no disposto no artigo 8º, do presente contracto.

*Art. 11* – Os animaes, mantimentos e roças do colono são garantias do seu débito para com o proprietário, tendo este o direito de havel-os, ainda mesmo quando em mão de terceiros.

*Art. 12* – O proprietário mandará lançar, mensalmente, na presente caderneta, que é propriedade do colono, com exactidão e clareza, todos os fornecimentos a este feitos, com sua importância, assim como a importância dos serviços por elle prestados na fazenda.

*Art. 13* – O colono poderá comprar os gêneros de que precisar onde lhe convier.

*Art. 14* – Todas as questões que se suscitarem na interpretação, ou execução deste contracto, serão resolvidas pelo juizo arbitral, que será formado do modo seguinte: Cada uma das partes nomeará um árbitro e si estes não forem nomeados ou não concordarem, será a questão resolvida pelo Presidente da Comissão Municipal de Agricultura do Município a que pertencer a fazenda.

*Condições particulares*

*Art. 15* – O proprietário se obriga a creditar ao colono, na presente caderneta:

1. *Pelo tratamento de cada 1.000 pés de caféeiro por anno:*  
.....
2. *Por cada 50 litros de café colhido:*  
.....
3. *Por dia de serviço pl estado pelo colono:*  
.....

*Art. 16* – Os fornecimentos de dinheiro por conta dos serviços prestados serão feitos pelo proprietario em ..... na razão de ..... por cada 1.000 pés de café tratados.

*Art. 17* – O pagamento final do anno e da colheita será feito pelo proprietario em .....

*Art. 18* – Será permitido ao colono plantar:  
.....

Certifico que todas as condições do contracto acima, tanto geraes como particulares, com excepção das que vão por mim cancelladas, foram acceitas pelo contractante e contractado, conforme consta da «Procura de colonns» n ..... e do recibo de caderneta n ....., documentos estes archivados nesta Agencia.

São Paulo, ..... de ..... de .....

Selo Federal: 1\$100

Selo Estadual: 1\$000

Ajudante do director.

(SÃO PAULO, 1907).

O modelo de contrato de trabalho da caderneta homogeneizava as relações submetidas a suas cláusulas e, em linhas gerais, pouco diferia dos contratos encontrados em outros registros. Nos cartórios de notas, os documentos existentes também definiam as formas de acesso a partes da terra destinadas ao plantio de alimentos, o pasto para animais, a remuneração pelo trato de cada mil pés, quais culturas poderiam ser cultivadas intercaladamente, as multas rescisórias e a forma tanto de divisão do produto, no caso de parcerias, quanto de fornecimento da produção de café dos últimos anos ao colono, no caso de empregadas (FALEIROS, 2010).

Embora o artigo terceiro vedasse os empréstimos de dinheiro aos colonos — com exceção apenas do “estritamente necessário para a alimentação dos recém-chegados ou no caso de moléstia” —, evidentemente, ao longo dos quatro anos de trabalho do colono, os endividamentos ainda eram contraídos, e mesmo de forma recorrente, mas, após a imigração subsidiada e a publicação de todo o conjunto de leis citadas, as dívidas diminuíram. A bibliografia sobre o colonato, em especial a obra *Da senzala à colônia*, da historiadora Emília Viotti da Costa (1979), destaca que o endividamento com o fazendeiro onerava tanto os colonos que criava mecanismos que mais incentivavam a desistência – ou até mesmo a fuga – do trabalho do que a fixação da mão de obra na fazenda. Nas primeiras experiências com o trabalhador livre, as despesas iniciais com transporte, alugueis, médicos e farmácia criavam débitos impossíveis de serem saldados e comprometiam a futura renda dos colonos. O endividamento dos trabalhadores abria espaço para os desmandos dos fazendeiros e o não reconhecimento de uma relação trabalhista estabelecida entre iguais, o que aproximava as



condições do trabalho livre à escravidão. Contudo, a função primordial da proibição de empréstimos de grande monta aos colonos era fixar a mão de obra e garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos, e não necessariamente melhorar as condições de trabalho no campo. Mesmo o fazendeiro, ao ter limitada a possibilidade de realizar empréstimos aos colonos, se protegia. Se o colono debandasse, as perdas eram minimizadas. Sobretudo nas regiões de mais antigo desenvolvimento do café, a legislação buscava formas de proteger os fazendeiros contra a temível escassez de trabalhadores, já que se vivia um contexto de grande mobilidade de mão de obra. Nesse sentido, o artigo oitavo dos contratos de trabalho das cadernetas previa punições ao trabalhador que não cumprisse os prazos estipulados, no caso, a perda de metade de tudo o que houvesse recebido em determinado ano agrícola. A mesma sanção se aplicava ao trabalhador que rompesse unilateralmente o contrato. O artigo onze legava aos fazendeiros, como garantia das dívidas do colono, os animais, mantimentos e roças que estes tivessem cultivado, ou seja, o colono em débito podia ser alienado de quaisquer direitos sobre a *remuneração invisível* — aquela composta pela produção de subsistência — e sua eventual mercantilização.

A existência do artigo treze, que assegurava ao colono o direito de comprar os gêneros de que precisasse onde lhe conviesse, indica que o monopólio era recorrente nas fazendas de café. De fato, os fazendeiros estreitavam o mercado dos colonos e impunham-lhes a obrigatoriedade de consumir nas mercearias existentes na propriedade (FALEIROS, 2002, p. 38 e p. 244). Ademais, firmavam-se como compradores exclusivos dos gêneros produzidos pelos trabalhadores, tais como arroz, milho, feijão e o próprio café.

Ainda que o contrato da caderneta desse embasamento legal para o rompimento desse sistema de monopólio e monopsonio integrados, duvidamos que ele tenha se extinguido na prática, pois muitas vezes o mercado mais próximo estava muito distante dos colonos, que teriam que se deslocar para arraiais vizinhos ou mesmo para a cidade a fim de encontrarem preços mais satisfatórios. Em muitos casos ainda, os débitos do fazendeiro para com o colono não eram liquidados em dinheiro, mas em contas correntes nas mercearias, onde as dívidas se transformavam em créditos, o que obstruía o direito de escolha pressuposto no artigo treze.

Havia, pois, um complexo sistema de moedas locais, tais como vales, bilhetes e cartas de crédito assinadas pelos fazendeiros que exerciam a função de equivalente

geral, circunscritas ao espaço da fazenda. Com essas moedas, lançadas e depois retiradas de circulação via mercearia da fazenda, os fazendeiros liquidavam débitos sem contar com o mil-réis. Muito provavelmente os débitos existentes entre os trabalhadores de uma mesma fazenda também eram liquidados com os “vales do Coronel”, o que alimentava todo um sistema de circulação “monetária” entre os homens do café de uma determinada propriedade. Evidentemente, nos momentos de crise, o valor dos vales se deteriorava, já que, no fundo, a sustentação de todo o sistema de liquidação de créditos e débitos estava embasado na credibilidade do emissor: o fazendeiro de café. O sistema, com certeza, extravasava as fronteiras da fazenda e atingia as vizinhanças habitadas por pequenos sitiantes e agregados (FRANCO, 1983) que também tinham a mercearia da fazenda como principal fornecedor. Concluímos que a sociedade clânica — conceito de Oliveira Vianna (1987) — se manifestava também na dimensão monetária, com a amplitude da circulação de vales e bilhetes definida pela extensão da influência do fazendeiro.

Só à sombra patriarcal deste grande senhor de engenhos, de estâncias, de cafezais vivem o pobre e o fraco com segurança e tranqüilidade. Pela sua riqueza, pelo seu poder, pelo seu prestígio, mesmo pela sua força material, só ele é capaz, neste regime de pilhagem e prevaricação gerais, de reagir contra as arbitrariedades e as injustiças. Só ele, no mundo rural, tem meios para dar à sua patronagem uma eficiência prática que nem a patronagem do cura, ou do médico, ou do advogado, ou mesmo da autoridade local possui (OLIVEIRA VIANNA, 1987, p. 142).

## **RECEITAS, DESPESAS. A VIDA.**

Passemos agora para a análise das receitas e dos gastos dos colonos da fazenda de café Pau d’Alho.

Como dissemos anteriormente, pesquisamos vinte cadernetas, entre as quais existiam vínculos de colonos e de camaradas. A partir das cadernetas, elaboramos gráficos constituídos pelas curvas de receita total, gastos totais e saldos. Com essa documentação, desenvolvemos uma noção mais clara das reais possibilidades de ascensão social dos colonos. Não temos, infelizmente, condições de realizar apontamentos aprofundados sobre a renda oriunda das lavouras de outras culturas. É impossível inferir delas alguma coisa, seja sobre

as quantidades produzidas, seja sobre os preços praticados, pois as cadernetas não fornecem qualquer pista nesse sentido. Contudo, é bem provável que as rendas provenientes das lavouras de alimentos não fossem muito dilatadas, já que todos os contratos de cadernetas registrados entre 1927 e 1931 versavam sobre lavouras já formadas. Cabia aos colonos o plantio de apenas uma fileira de milho e quatro de feijão em cada rua do café e uma roça por fora, cuja extensão era definida proporcionalmente ao número de cafeeiros contratados. Mediante essas condições, a produção excedente de alimentos — relevante em contratos cujo objeto era a formação de novas lavouras, notadamente nas fronteiras de expansão (FALEIROS, 2010) — deveria ser diminuta e pouco somaria às contas dos colonos.

Na seção que tratava das “condições específicas” dos contratos da Agência Oficial de Colocação, definiam-se quais seriam as remunerações dos colonos. No caso das cadernetas que pesquisamos, a remuneração era sempre a mesma: 37 mil réis pelo trato de mil pés de café localizados na parte de terras denominada Palmeiras e 32 mil réis pelo trato de mil pés de café na parte de terras denominada Terra Roxa. Os colonos receberiam também 1.500 réis por cada alqueire de cinquenta litros colhido e 4.500 réis por diárias de serviços extras executados. Como o período abrangido pela documentação engloba uma crise de grande magnitude, a remuneração previamente definida foi rebaixada em quase todos os casos. O valor pago pelos alqueires colhidos após 1929 reduziu-se em um terço, assim como reduziu-se consideravelmente o valor das diárias de serviço.

Eram essas as principais remunerações dos colonos, acertadas bimestralmente. Os gastos principais referiam-se a adiantamentos, médico, farmácia e principalmente às chamadas *ordens*, gasto que não era discriminado separadamente, mas que acreditamos ser composto pelos débitos acumulados nas mercearias das fazendas. Nas cadernetas, a palavra “ordem” vinha seguida de um número, muito provavelmente o número da folha do registro dos gastos do colono no livro do estabelecimento. Conseguimos saber tão somente qual era o montante gasto, e o que se verifica é que essas ordens oneravam pesadamente as contas do colono, de 80 % a 100 % de seus gastos totais.

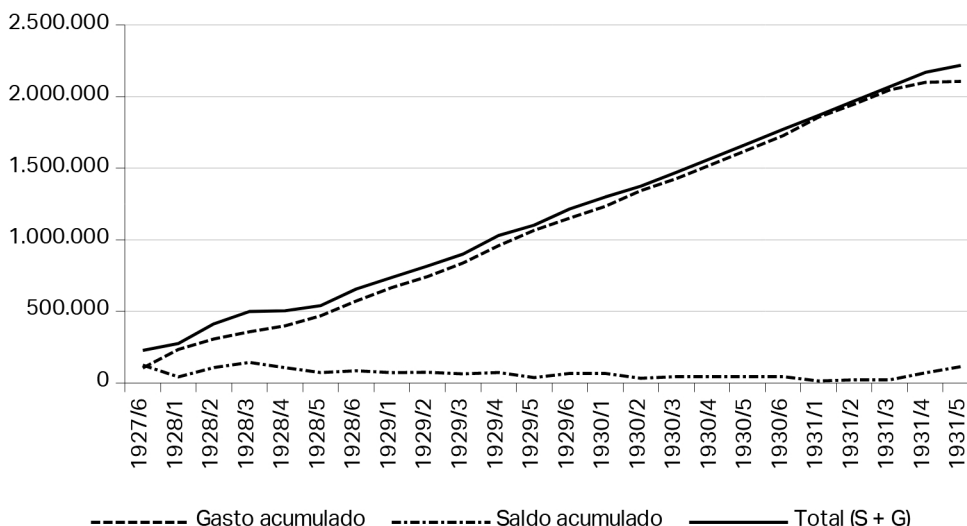
As despesas médicas faziam-se presentes em todos os bimestres, no valor de 10 mil réis; as despesas com farmácia eram variáveis, mas não oneravam muito o orçamento, girando em torno de 5 mil a 10 mil réis por bimestre. Como o artigo quinze do contrato da Agência Oficial de Colocação previa a formação de uma cooperativa médica e farmacêutica, acreditamos que os valores debitados com o serviço médico eram fixos por conta da existência de alguma forma de convênio que previa o abatimento

bimestral de um determinado valor das contas dos colonos, eles precisando ou não do atendimento. Por certo, tal sistema constituía mais uma fonte de renda ao fazendeiro.

Os contratos também não explicitavam a quantidade de cafeeiros contratados, mas inferimos esse dado a partir das receitas dos colonos. Aliás, a forma de acerto com os colonos era muito variada, já que alguns recebiam por dias de serviço, outros pelo trato de mil pés e outros por ambos.

Observemos o caso do colono Aurélio Benedicto, italiano, que entre 1927 e 1931 trabalhou na Fazenda Pau d’Alho (ver Apêndice A). No seu acerto bimestral contava a discriminação de “dias de serviço” que variavam entre 3 mil e 4 mil réis antes da crise e entre 1.670 e 3.500 réis após abril de 1930 (CAMPINAS, 1927-1931). Em média, o colono trabalhava cinquenta dias por bimestre, ou reunia sob seu comando esta capacidade de trabalho bimestral, já que a expressão “colono” designava toda a família, e a remuneração referia-se ao potencial de trabalho do grupo familiar. No caso dele, o acúmulo de diárias compunha a base da sua remuneração. Vejamos no Gráfico 1 a evolução de seus saldos pessoais/familiares entre 1927 e 1931:

Gráfico 1 – Evolução dos saldos e gastos acumulados do colono Aurélio Benedicto na Fazenda Pau d’Alho (Campinas, 1927–1931)



Fonte: Elaborado com base em Campinas (1927-1931).

De dezembro de 1927 a fevereiro de 1930, Benedicto recebia os saldos bimestrais em dinheiro. A partir desta data, em função da crise, o colono, em vez de receber os valores que lhe cabiam, passou a acumular saldos que eram transportados de um bimestre a outro. Isso mostra que, no contexto de dificuldades econômicas, as estratégias de contabilidade foram alteradas e outras formas de remuneração se estabeleceram. Muito provavelmente, as ordens estavam sendo abatidas desses saldos, e a relação de trabalho deixou de pressupor a existência real do dinheiro, que, naquele momento, exercia apenas a função de medida de valor para referenciar débitos e créditos, mas sem ser utilizado como meio de pagamento. A engenhosa contabilidade da fazenda se adaptara às condições, estreitando a circulação do dinheiro no espaço dos cafezais.

Como mostra o Gráfico 1, os saldos desse colono dificilmente ultrapassavam a casa dos 150 mil réis. Entre dezembro de 1927 e abril de 1930 (quatorze bimestres), Benedicto recebeu 1.111.750 réis, numa média de 79.410 réis por bimestre. Depois disso, os saldos passaram a ser acumulados, aumentando ou diminuindo bimestralmente. Seu saldo final contabilizava 112.685 réis. Se pensarmos que essa remuneração se referia a toda a mão de obra familiar, os valores dos saldos eram muito reduzidos em relação aos valores totais recebidos. Os gastos de reprodução da vida então praticamente esterilizavam possibilidades de maior acúmulo de dinheiro, em que pese o fato de os colonos não terem despesas com moradia ou gastos iniciais com deslocamento para a fazenda (já que eram subsidiados pelo governo) e de os gastos com alimentação serem reduzidos, já que tinham direito à produção de alimentos e à criação de alguns animais (galinhas, porcos e uma ou outra vaca). É bastante difícil, senão impossível, mensurar esses elementos, que certamente compunham a base de sustentação das relações de trabalho no campo. Em termos de remuneração em dinheiro, o que se conclui da observação é que colonos como Aurélio Benedicto tinham mínimas possibilidades de auferir alguma poupança. Em quatro anos de trabalho, toda sua família recebeu aproximadamente 1,2 conto de réis<sup>55</sup>, apenas o necessário para a reprodução dos meios de vida e a manutenção como colono.

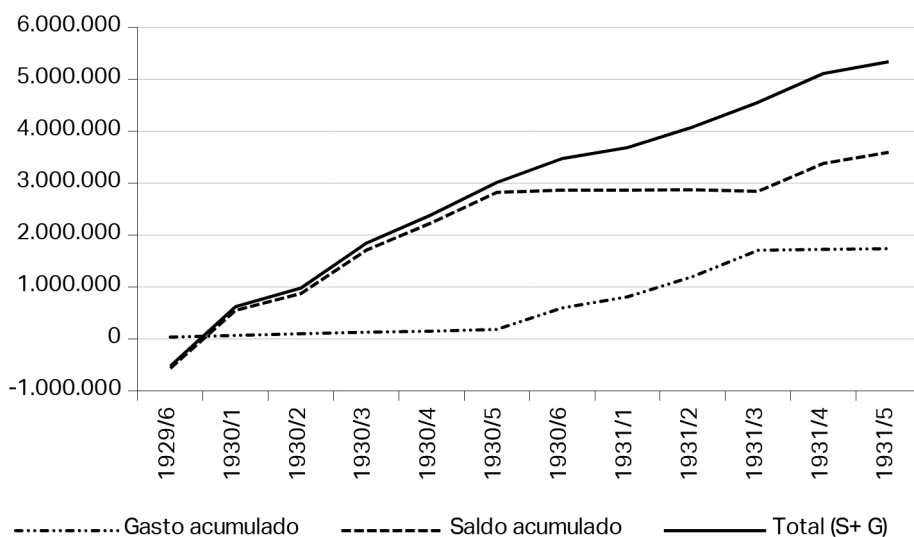
A pesquisa com as cadernetas evidenciou um caso distinto, em que um colono conseguiu, ao longo de dois anos, acumular valores em dinheiro bem superiores aos de Benedicto. Trata-se de Ceccato José, também italiano, contratado para cuidar de 8 mil a 9 mil cafeeiros, conforme deduzimos da remuneração obtida pelas carpas no

---

55 Cerca de 84 dólares pelo câmbio de 1931.

cafezal. Entre todas as contabilidades pesquisadas, esta foi a que apresentou os saldos mais consideráveis, ainda que os valores definidos para o trato, a colheita e as diárias fossem literalmente iguais aos dos demais colonos da fazenda. O que determinou então a diferença dos saldos de Ceccato José e dos saldos das outras contabilidades, já que as remunerações eram iguais? Ora, a diferença básica parece residir na dimensão do *grupo familiar*. Chegaram-se a registrar em nome de Ceccato quase oitenta dias de serviço por bimestre e quantidades muito grandes de alqueires colhidos<sup>56</sup>, além dos valores fixos estabelecidos pelo trato dos cafeeiros. Vejamos o Gráfico 2:

Gráfico 2 – Evolução dos saldos e gastos acumulados do colono Ceccato José na Fazenda Pau d’Alho (Campinas, 1929–1931)



Fonte: Elaborado com base em Campinas (1929-1931f).

No caso desse colono, as despesas com as chamadas ordens só passam a vigorar a partir de dezembro de 1930. Até esta data, por conta do número de braços na lavoura, a unidade familiar conseguia minimizar as despesas na mercearia<sup>57</sup>. Daí em

56 Em agosto de 1930, registrou-se a colheita de 263 alqueires a mil réis.

57 Ceccato José registra gastos com o pagamento de nove carretos de milho; isso quer dizer que a produção de alimentos desta família era considerável.

diante, registram-se ordens de até 460 mil réis, avultada quantia que corrobora a hipótese de que se tratava de uma família numerosa. Assim como os demais colonos, Ceccato, no contexto da crise, se submeteu paulatinamente a uma diminuição do preço das tarefas: a diária foi reduzida de 4.500 para 4 mil réis e depois para 3 mil réis; o valor pago pela colheita do alqueire de cinquenta litros diminuiu dos 1.500 réis estabelecidos em contrato para mil réis; e o trato por mil pés, de 37 mil réis na Palmeiras e 32 mil réis na Terra Roxa para 23 mil e 20 mil réis respectivamente. Após abril de 1930, o colono deixou de receber pagamentos por bimestre e passou a acumular saldos com o fazendeiro, que perfizeram 3.595.519 réis ao final do contrato. Desse valor se excetuam 558.829 réis mais 533.339 réis recebidos nos dois primeiros bimestres de trabalho. Também há em sua caderneta o registro de serviços de salaria, o que demonstra que o núcleo familiar de Ceccato José exercia funções fora do cafezal, notadamente serviços que exigiam certa qualificação.

O caso desse colono constitui uma exceção num universo de observação em que os saldos obtidos através do trabalho no café eram muito reduzidos, conforme se pode verificar dos gráficos incluídos no Apêndice B, ao final deste capítulo. Sua contabilidade, em comparação com as outras, demonstra a exatidão da tese de Verena Stolcke, segundo a qual as melhores possibilidades de acúmulo de dinheiro concentravam-se nas famílias mais extensas. E era justamente esse maior potencial de força de trabalho que garantia ao chefe do grupo quantias mais significativas, conforme se deduz da Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Rendimentos de três famílias de imigrantes em 1922

	FAMÍLIA COM 10 ELEMENTOS	FAMÍLIA COM 5 ELEMENTOS	FAMÍLIA COM 4 ELEMENTOS
Número de trabalhadores	6	2	1
Relação consumidores/produtores	1,66	2,5	4
Cafeeiros por família	16.000	7.000	3.000
Rendimento das carpas anuais*	2.400.000	1.050.000	450.000
Ganhos com a colheita*	480.000	240.000	70.000
Trabalho extraordinário*	600.000	460.000	120.000
Gastos anuais*	2.350.000	1.130.000	780.000

Fonte: Stolcke (1986, p. 46).

\* Valores em réis.

Conforme assinala Chiara Vangelista (1991), a economia cafeeira caracterizava-se por uma alta demanda de mão de obra e múltiplos tipos de oferta de trabalho. Colonos, camaradas, trabalhadores individuais, imigrantes ou nacionais, ocupavam distintas funções na fazenda e na cidade. Isso se revela também nas cadernetas pesquisadas, nas quais encontramos contratos estabelecidos com os camaradas, mão de obra extremamente fugidia, instável e incerta utilizada durante poucos dias ou meses para específicas necessidades da fazenda. São os casos de Ectore Campagnole, Francisco Braz, Manoel Pedro e Marculino Moraes, que foram contratados pela Fazenda Pau d'Alho por períodos não superiores a cinco meses (CAMPINAS, 1931a, 1931b, 1931c, 1931d).

É difícil dizer se os camaradas exerciam tarefas diretamente ligadas à lavoura de café, pois as cadernetas registram apenas os dias de serviço e não discriminam a atividade. Eles tanto poderiam estar alocados na colheita quanto em alguma etapa do beneficiamento (secagem, cata, ensacamento etc.); poderiam ainda, eventualmente, realizar a carpa ou derrubar as matas, empilhar as madeiras, enfim, uma série de atividades de colocação não duradoura definidas a partir das necessidades imediatas. Em comum com os colonos, eles acumulavam pequenos saldos durante o período de trabalho (*vide* gráficos 1, 2, 3, 4 e 5 do Apêndice B).

Embora as cadernetas pareçam denunciar que as possibilidades de acúmulo de dinheiro por parte dos colonos eram diminutas, tal afirmação deve ser relativizada por três motivos:

- a. em caso de famílias numerosas, o pai poderia gerenciar uma quantidade maior de mão de obra de modo a auferir mais diárias, mais alqueires colhidos de café e a capacidade de tratar de um número maior de cafeeiros;
- b. as cadernetas aqui pesquisadas cobriram justamente o momento mais agudo da crise cafeeira, contexto de visível redução das remunerações dos colonos e dos camaradas;
- c. não havia contratos de formação de novos cafeeiros, e sim do trato de lavouras já consolidadas, justamente por não estar a Fazenda Pau d'Alho, naquele momento, situada em uma região de fronteira.



O conjunto desses fatores nos leva a concluir que as remunerações dos colonos naquele período não eram as mais atrativas, o que explica a recorrência de saldos quase insignificantes registrados nas cadernetas. Nas regiões de fronteira de expansão da cafeicultura, por outro lado, os contratos de formação de lavouras eram mais atrativos em função da grande produtividade dos cafeeiros e da disponibilidade de espaço para o chamado plantio intercafeeiro, recorrente naquele contexto, o que potencializava a capacidade de trabalho das famílias de colonos (FALEIROS, 2010). Dado que, sob o ponto de vista da remuneração em dinheiro, as diferenças dos valores pagos pelo trato, pela colheita e pelas diárias não eram muito discrepantes entre as regiões de cafeicultura mais antigas e as mais novas (FALEIROS, 2010), parece ser sim a disponibilidade de terra o grande atrativo para os trabalhadores que se dirigiam à fronteira. A essa situação, as regiões de cafeicultura mais antiga respondiam com a criação de instrumentos jurídicos e contábeis (cadernetas) que visavam coibir o afluxo de mão de obra para as fronteiras.

## REFERÊNCIAS

### *Fontes documentais*

CAMPINAS (SP). Centro de Memória da Unicamp. **Caderneta do camarada Ectore Campagnole na Fazenda Pau d'Alho**. 1931a. Localização em: Arquivos Históricos, Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas, cx. 01, livros 01 a 20.

CAMPINAS (SP). Centro de Memória da Unicamp. **Caderneta do camarada Francisco Braz na Fazenda Pau d'Alho**. 1931b. Localização em: Arquivos Históricos, Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas, cx. 01, livros 01 a 20.

CAMPINAS (SP). Centro de Memória da Unicamp. **Caderneta do camarada Manoel Pedro na Fazenda Pau d'Alho**. 1931c. Localização em: Arquivos Históricos, Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas, cx. 01, livros 01 a 20.

CAMPINAS (SP). Centro de Memória da Unicamp. **Caderneta do camarada Marculino Moraes na Fazenda Pau d'Alho**. 1931d. Localização em: Arquivos Históricos, Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas, cx. 01, livros 01 a 20.

CAMPINAS (SP). Centro de Memória da Unicamp. **Caderneta do camarada Moysés Gatiliu na Fazenda Pau d'Alho**. 1930-1931. Localização em: Arquivos Históricos, Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas, cx. 01, livros 01 a 20.

CAMPINAS (SP). Centro de Memória da Unicamp. **Caderneta do colono Albino Bonesso na Fazenda Pau d'Alho**. 1929-1931a. Localização em: Arquivos Históricos, Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas, cx. 01, livros 01 a 20.

CAMPINAS (SP). Centro de Memória da Unicamp. **Caderneta do colono Alésio David na Fazenda Pau d'Alho**. 1929-1931b. Localização em: Arquivos Históricos, Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas, cx. 01, livros 01 a 20.

CAMPINAS (SP). Centro de Memória da Unicamp. **Caderneta do colono Antonio Eustachio na Fazenda Pau d'Alho**. 1929-1931c. Localização em: Arquivos Históricos, Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas, cx. 01, livros 01 a 20.

CAMPINAS (SP). Centro de Memória da Unicamp. **Caderneta do colono Atreu Conceição na Fazenda Pau d'Alho**. 1929-1931d. Localização em: Arquivos Históricos, Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas, cx. 01, livros 01 a 20.

CAMPINAS (SP). Centro de Memória da Unicamp. **Caderneta do colono Aurélio Benedicto na Fazenda Pau d'Alho**. 1927-1931. Localização em: Arquivos Históricos, Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas, cx. 01, livros 01 a 20.

CAMPINAS (SP). Centro de Memória da Unicamp. **Caderneta do colono Benedito dos Santos na Fazenda Pau d'Alho**. 1929-1931e. Localização em: Arquivos Históricos, Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas, Cx. 01, livros 01 a 20.

CAMPINAS (SP). Centro de Memória da Unicamp. **Caderneta do colono Ceccato José na Fazenda Pau d'Alho**. 1929-1931f. Localização em: Arquivos Históricos, Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas, cx. 01, livros 01 a 20.

CAMPINAS (SP). Centro de Memória da Unicamp. **Caderneta do colono Ernesto Campagnole na Fazenda Pau d'Alho**. 1929-1931g. Localização em: Arquivos Históricos, Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas, cx. 01, livros 01 a 20.

CAMPINAS (SP). Centro de Memória da Unicamp. **Caderneta do colono Francisco Maggioli na Fazenda Pau d'Alho**. 1928-1931. Localização em: Arquivos Históricos, Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas, cx. 01, livros 01 a 20.

CAMPINAS (SP). Centro de Memória da Unicamp. **Caderneta do colono Guido Capelone na Fazenda Pau d'Alho**. 1929-1931h. Localização em: Arquivos Históricos, Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas, cx. 01, livros 01 a 20.

CAMPINAS (SP). Centro de Memória da Unicamp. **Caderneta do colono Hermógenes Sacchis na Fazenda Pau d'Alho**. 1929-1931i. Localização em: Arquivos Históricos, Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas, cx. 01, livros 01 a 20.

CAMPINAS (SP). Centro de Memória da Unicamp. **Caderneta do colono Lavino Moraes na Fazenda Pau d'Alho**. 1929-1931j. Localização em: Arquivos Históricos, Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas, cx. 01, livros 01 a 20.

CAMPINAS (SP). Centro de Memória da Unicamp. **Caderneta do colono Lourenço Bonardo na Fazenda Pau d'Alho**. 1929-1931k. Localização em: Arquivos Históricos, Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas, cx. 01, livros 01 a 20.

CAMPINAS (SP). Centro de Memória da Unicamp. **Caderneta do colono Tibúrcio Ceccato na Fazenda Pau d'Alho**. 1929-1931l. Localização em: Arquivos Históricos, Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas, cx. 01, livros 01 a 20.

CAMPINAS (SP). Centro de Memória da Unicamp. **Caderneta do colono Victório Maffei na Fazenda Pau d'Alho**. 1929-1931m. Localização em: Arquivos Históricos, Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas, cx. 01, livros 01 a 20.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 1.458, de 10 de abril de 1907. Dá regulamento para execução da lei n. 1045 C, de 27 de dezembro de 1906, que dispõe sobre a imigração e colonização no território do Estado. [**Modelo de contrato constante nas cadernetas dos colonos**]. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, de 10 de abril de 1907.

SÃO PAULO (Estado). **Lei n. 1.299-A, de 27 de dezembro de 1911**. Cria o Patronato Agrícola. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1911.

### *Referências bibliográficas*

COSTA, Emília Viotti. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Difel, 1979.

FALEIROS, Rogério Naques. **Homens do café: Franca 1880-1920**. Ribeirão Preto: Holos, 2008.

FALEIROS, Rogério Naques. **Fronteiras do café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista**. São Paulo: Fapesp; Bauru: Edusc, 2010.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. **Populações meridionais do Brasil:** populações rurais do centro-sul. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. v. 1.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. Imigração. *In*: FAUSTO, Boris (dir.). **História geral da civilização brasileira.** São Paulo: Difel, 1978. t. 3: O Brasil republicano; v. 9: Sociedade e instituições (1889-1930), p. 113-114.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura:** homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

VANGELISTA, Chiara. **Os braços da lavoura:** imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930). São Paulo: Hucitec, 1991.

# APÊNDICE A

## Contabilidade do colono Aurélio Benedicto na Fazenda Pau d'Alho

ANO	MÊS	DIA	DISCRIMINAÇÃO	RÉIS	
				Deve	Haver
1927	12	31	56½ dias de serviço a 4.000 réis		226.000
			3 quilos de café	3.000	
			adiantamento	100.000	
			<b>total</b>	<b>103.000</b>	<b>226.000</b>
			<b>recebeu</b>		<b>123.000</b>
1928	2	28	42¾ dias de serviço a 4.000 réis		171.000
			15 quilos de café	15.000	
			adiantamento	100.000	
			1 leitoa	15.000	
			<b>total</b>	<b>130.000</b>	<b>171.000</b>
<b>recebeu</b>		<b>41.000</b>			
1928	4	30	44¾ dias de serviço a 4.000 réis		179.000
			1 carroto	2.000	
			farmácia	1.000	
			adiantamento	70.000	
			<b>total</b>	<b>73.000</b>	<b>179.000</b>
<b>recebeu</b>		<b>106.000</b>			
1928	6	30	48 dias de serviço a 4.000 réis		192.000
			médico	10.000	
			adiantamento	40.000	
			<b>total</b>	<b>50.000</b>	<b>192.000</b>
<b>recebeu</b>		<b>142.000</b>			

CONTINUA →

ANO	MÊS	DIA	DISCRIMINAÇÃO	RÉIS	
1928	8	31	13½ quilos de café	13.500	
			médico	10.000	
			49 dias de serviço a 3.000 réis		147.000
			adiantamento	15.000	
			farmácia	3.000	
			<b>total</b>	<b>41.500</b>	<b>147.000</b>
			<b>recebeu</b>		<b>105.500</b>
1928	10	31	médico	10.000	
			adiantamento	50.000	
			10 quilos de café	10.000	
			47 dias de serviço a 3.000 réis		141.000
			<b>total</b>	<b>70.000</b>	<b>141.000</b>
			<b>recebeu</b>		<b>71.000</b>
1928	12	31	53½ dias de serviço a 3.500 réis		187.250
			um litro e duas garrafas de leite	1.100	
			14½ quilos de café	14.500	
			adiantamento	70.000	
			médico	10.000	
			conserto de um machado	2.000	
			farmácia	6.000	
			<b>total</b>	<b>103.600</b>	<b>187.250</b>
			<b>recebeu</b>		<b>83.650</b>
1929	2	28	médico	10.000	
			3 garrafas de leite a 200 réis	600	
			adiantamento	70.000	
			47 dias de serviço a 3.500 réis		164.500
			11 quilos de café	11.000	
			farmácia	2.000	
			<b>total</b>	<b>93.600</b>	<b>164.500</b>
			<b>recebeu</b>		<b>70.900</b>
1929	4	30	médico	10.000	
			adiantamento	65.000	
			43 dias de serviço a 3.500 réis		150.500
			farmácia	2.000	
			<b>total</b>	<b>77.000</b>	<b>150.500</b>
			<b>recebeu</b>		<b>73.500</b>

CONTINUA →

ANO	MÊS	DIA	DISCRIMINAÇÃO	RÉIS	
1929	6	30	médico	10.000	
			45 dias de serviço a 3.500 réis		157.500
			adiantamento	85.000	
			1 garrafa de leite	300	
			<b>total</b>	<b>95.300</b>	<b>157.500</b>
			<b>recebeu</b>		<b>62.200</b>
1929	8	31	médico	10.000	
			55 dias de serviço a 3.500 réis		192.500
			5 quilos de café	5.000	
			adiantamento	100.000	
			farmácia	6.000	
			<b>total</b>	<b>121.000</b>	<b>192.500</b>
<b>recebeu</b>		<b>71.500</b>			
1929	10	31	médico	10.000	
			41 dias de serviço a 3.500 réis		143.500
			7½ quilos de café	7.500	
			adiantamento	85.500	
			farmácia	4.500	
			<b>total</b>	<b>107.500</b>	<b>143.500</b>
<b>recebeu</b>		<b>36.000</b>			
1929	12	31	22 dias de serviço a 3.500 réis		77.000
			29 dias de serviço a 2.500 réis		72.500
			médico	10.000	
			5 quilos de café a 1.000 réis	5.000	
			adiantamento	70.000	
			<b>total</b>	<b>85.000</b>	<b>149.500</b>
<b>recebeu</b>		<b>64.500</b>			
1930	2	28	59 dias de serviço a 2.500 réis		147.500
			4 quilos de café a 1.000 réis	4.000	
			adiantamento	65.000	
			médico	10.000	
			farmácia	3.000	
			<b>total</b>	<b>82.000</b>	<b>147.500</b>
<b>recebeu</b>		<b>65.500</b>			

CONTINUA →

ANO	MÊS	DIA	DISCRIMINAÇÃO	RÉIS	
1930	4	30	56½ dias de serviço a 2.500 réis		141.250
			ordens	100.000	
			médico	10.000	
			<b>total</b>	<b>110.000</b>	<b>141.250</b>
			<b>saldo acumulado</b>		<b>31.250</b>
			<b>saldo do bimestre</b>		<b>31.250</b>
1930	6	30	saldo transportado		31.250
			58 dias de serviço a 1.670 réis		96.760 <sup>1</sup>
			ordens	70.000	
			médico	10.000	
			4 quilos de café	4.000	
			<b>total</b>	<b>84.000</b>	<b>128.010</b>
			<b>saldo acumulado</b>		<b>44.010</b>
			<b>saldo do bimestre</b>		<b>12.760</b>
1930	8	31	saldo transportado		44.010
			60 dias de serviço a 1.670 réis		100.000 <sup>2</sup>
			médico	10.000	
			ordens	90.000	
			<b>total</b>	<b>100.000</b>	<b>144.010</b>
			<b>saldo acumulado</b>		<b>44.010</b>
			<b>saldo do bimestre</b>		-
1930	10	31	saldo transportado		44.010
			2 meses de serviço a 50.000 réis		100.000
			médico	10.000	
			ordens	90.000	
			<b>total</b>	<b>100.000</b>	<b>144.010</b>
			<b>saldo acumulado</b>		<b>44.010</b>
			<b>saldo do bimestre</b>		-
1930	12	31	saldo transportado		44.010
			2 meses de serviço		100.000
			médico	10.000	
			ordens	90.000	
			<b>total</b>	<b>100.000</b>	<b>144.010</b>
			<b>saldo acumulado</b>		<b>44.010</b>
			<b>saldo do bimestre</b>		-

CONTINUA →



ANO	MÊS	DIA	DISCRIMINAÇÃO	RÉIS
1931	2	28	saldo transportado	44.010
			59 dias de serviço a 1.670 réis	98.300 <sup>3</sup>
			ordens	120.000
			médico	10.000
			<b>total</b>	<b>130.000</b>
			<b>saldo acumulado</b>	<b>12.310</b>
			<b>saldo do bimestre</b>	<b>-31.700</b>
1931	4	30	saldo transportado	12.310
			2 meses de serviços a 50.000 réis	100.000
			médico	10.000
			ordens	80.000
			<b>total</b>	<b>90.000</b>
			<b>saldo acumulado</b>	<b>22.310</b>
			<b>saldo do bimestre</b>	<b>10.000</b>
1931	6	30	saldo transportado	22.310
			2 meses de serviços a 50.000 réis	100.000
			ordens	100.000
			<b>total</b>	<b>100.000</b>
			<b>saldo acumulado</b>	<b>22.310</b>
			<b>saldo do bimestre</b>	<b>-</b>
			1931	8
2 meses de serviços a 50.000 réis	100.000			
ordens	50.000			
6 quilos de café	3.000			
<b>total</b>	<b>53.000</b>			
<b>saldo acumulado</b>	<b>69.310</b>			
<b>saldo do bimestre</b>	<b>47.000</b>			
1931	9	30	saldo transportado	69.310
			1 mês de serviço a 50.000 réis	50.000
			2½ quilos de toucinho a 2.500 réis	6.625
			<b>total</b>	<b>6.625</b>
			<b>saldo acumulado</b>	<b>112.685</b>
			<b>saldo do bimestre</b>	<b>43.375</b>

Fonte: Elaborado com base em Campinas (1927-1931).

<sup>1</sup> O valor exato desta multiplicação seria 96860 réis, contudo optamos por manter o valor tal como registrado na caderneta.

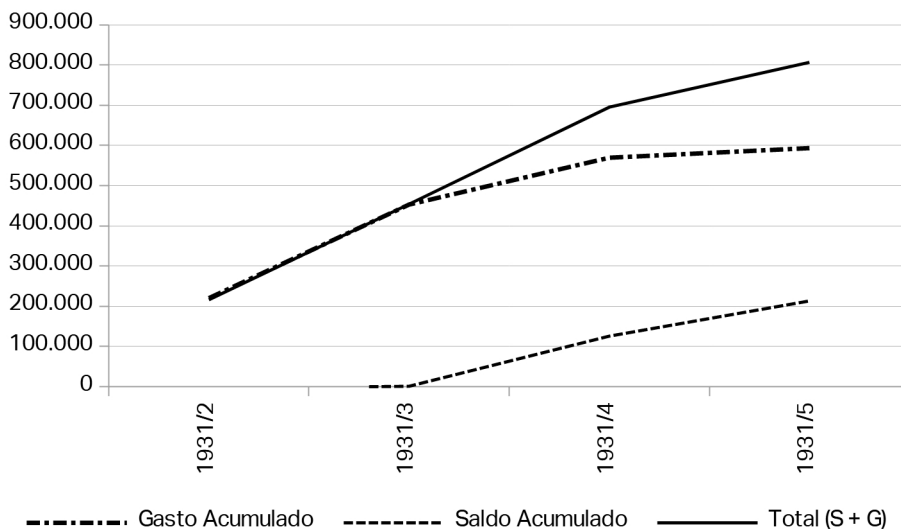
<sup>2</sup> O valor exato desta multiplicação seria 100.200 réis, contudo optamos por manter o valor tal como registrado na caderneta.

<sup>3</sup> O valor exato desta multiplicação seria 96.530 réis, contudo optamos por manter o valor tal como registrado na caderneta.

# APÊNDICE B

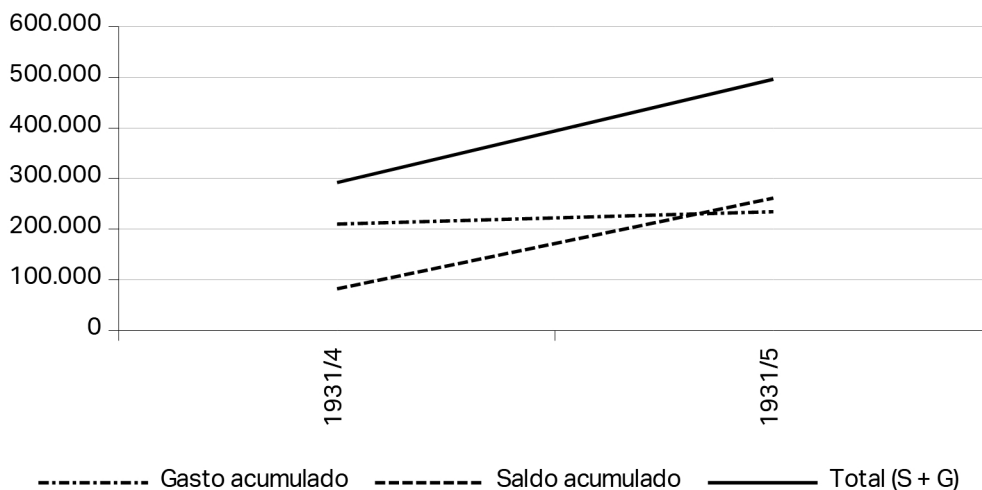
## Gráficos da evolução dos saldos e gastos acumulados de colonos diversos na Fazenda Pau d'Alho (Campinas, 1927-1931)

Gráfico 1 – Evolução dos saldos e gastos acumulados em réis por bimestre do colono Ectore Campagnole na Fazenda Pau d'Alho (Campinas, 1931)



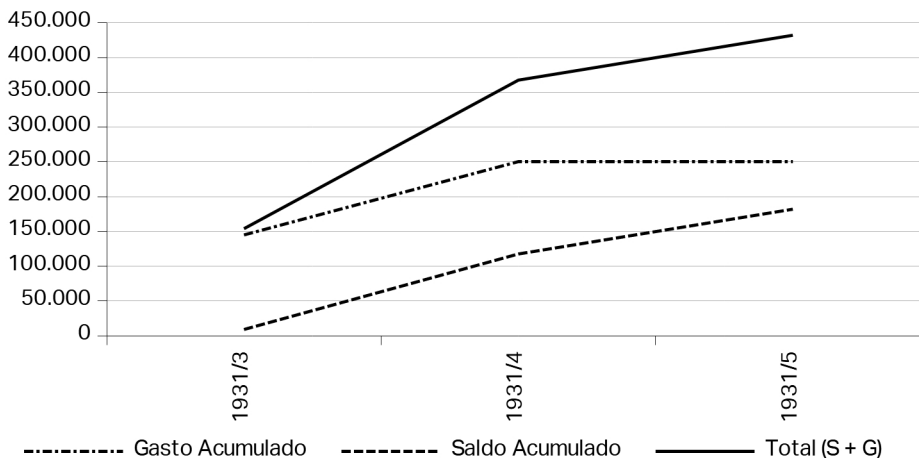
Fonte: Elaborado com base em Campinas (1931d).

Gráfico 2 – Evolução dos saldos e gastos acumulados em réis por bimestre do camarada Francisco Braz na Fazenda Pau d’Alho (Campinas, 1931)



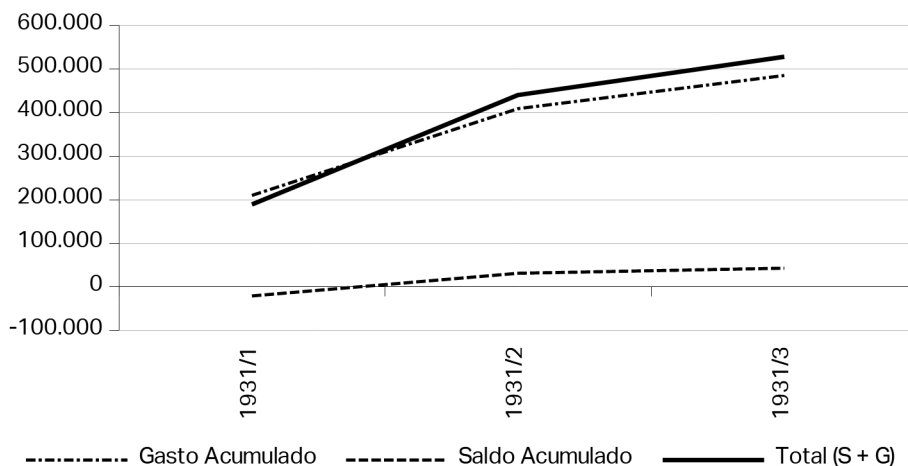
Fonte: Elaborado com base em Campinas (1931c).

Gráfico 3 – Evolução dos saldos e gastos acumulados em réis por bimestre do camarada Manoel Pedro na Fazenda Pau d’Alho (Campinas, 1931)



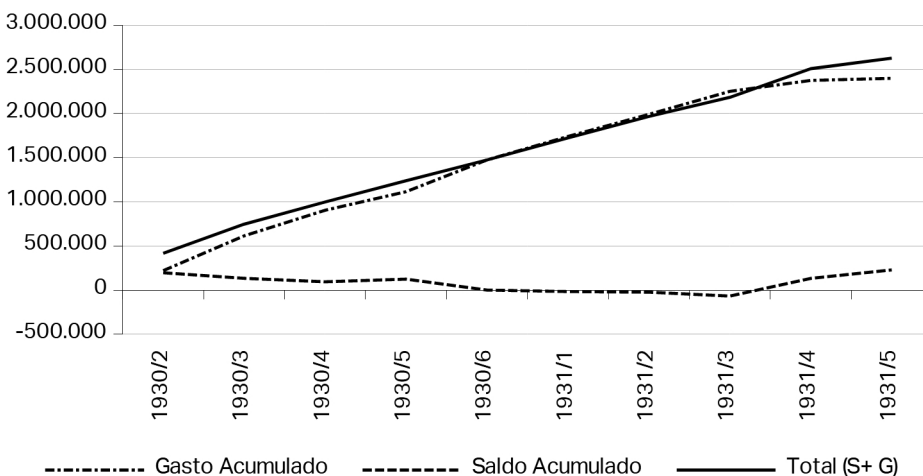
Fonte: Elaborado com base em Campinas (1931b).

Gráfico 4 – Evolução dos saldos e gastos acumulados em réis por bimestre do camarada Marculino Morais na Fazenda Pau d’Alho (Campinas, 1931)



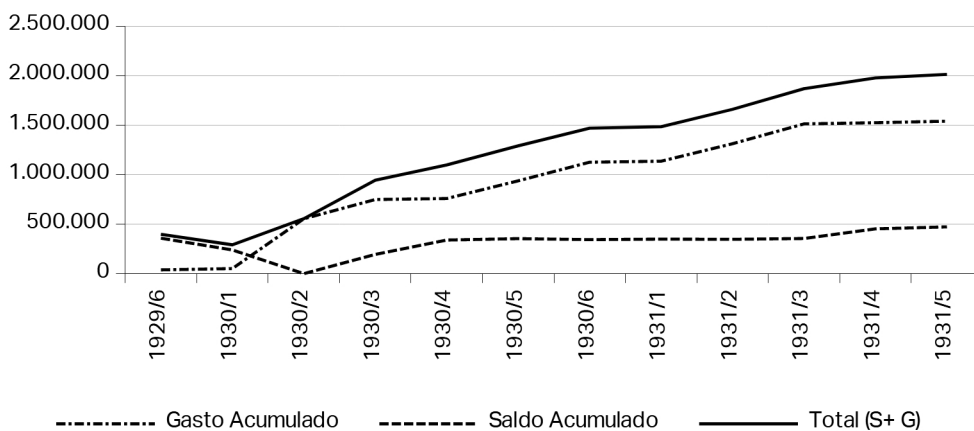
Fonte: Elaborado com base em Campinas (1931c).

Gráfico 5 – Evolução dos saldos e gastos acumulados em réis por bimestre do camarada Moysés Gatiliu na Fazenda Pau d’Alho (Campinas, 1930–1931)



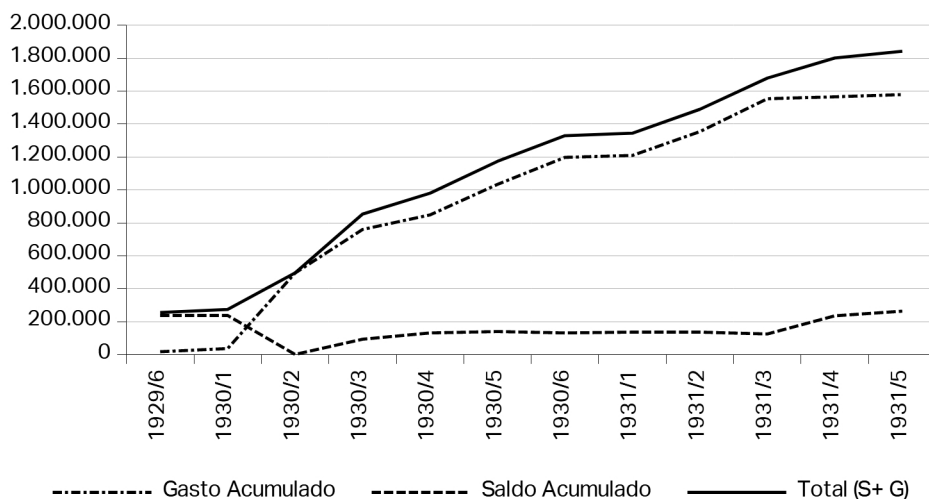
Fonte: Elaborado com base em Campinas (1930-1931).

Gráfico 6 – Evolução dos saldos e gastos acumulados em réis por bimestre do colono Albino Bonesso na Fazenda Pau d’Alho (Campinas, 1929–1931)



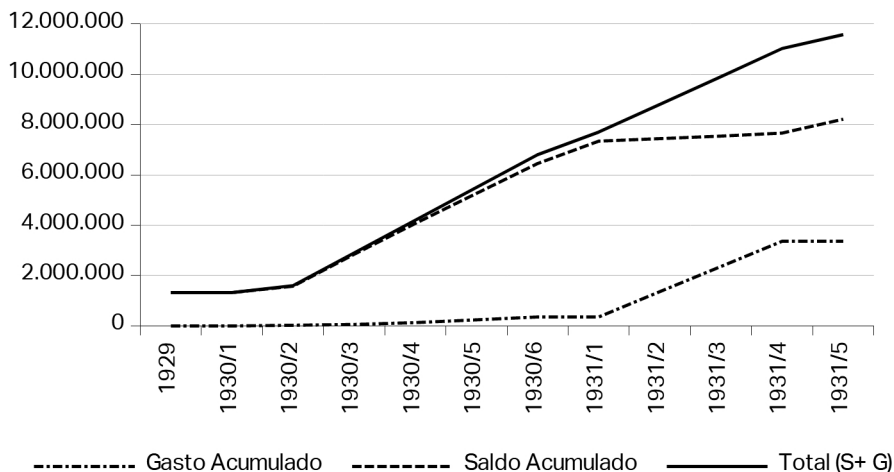
Fonte: Elaborado com base em Campinas (1929-1931a).

Gráfico 7 – Evolução dos saldos e gastos acumulados em réis por bimestre do colono Alésio David na Fazenda Pau d’Alho (Campinas, 1929–1931)



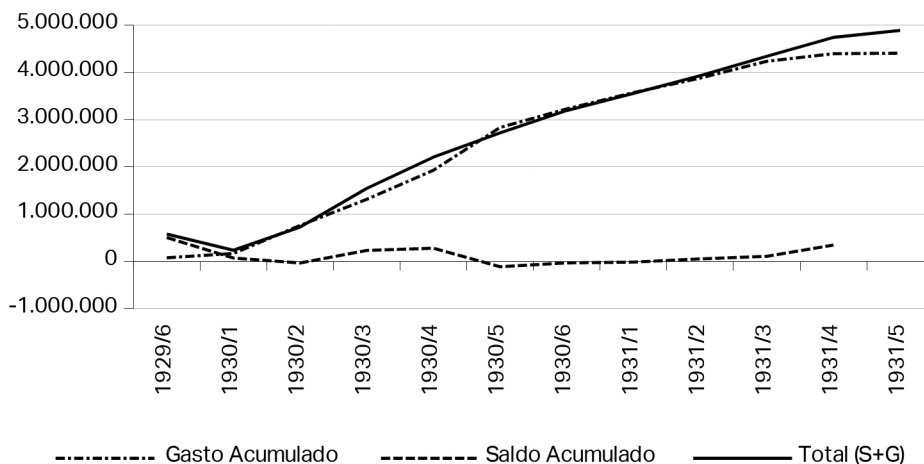
Fonte: Elaborado com base em Campinas (1929-1931b).

Gráfico 8 – Evolução dos saldos e gastos acumulados em réis por bimestre do colono Antônio Eustachio na Fazenda Pau d’Alho (Campinas, 1929–1931)



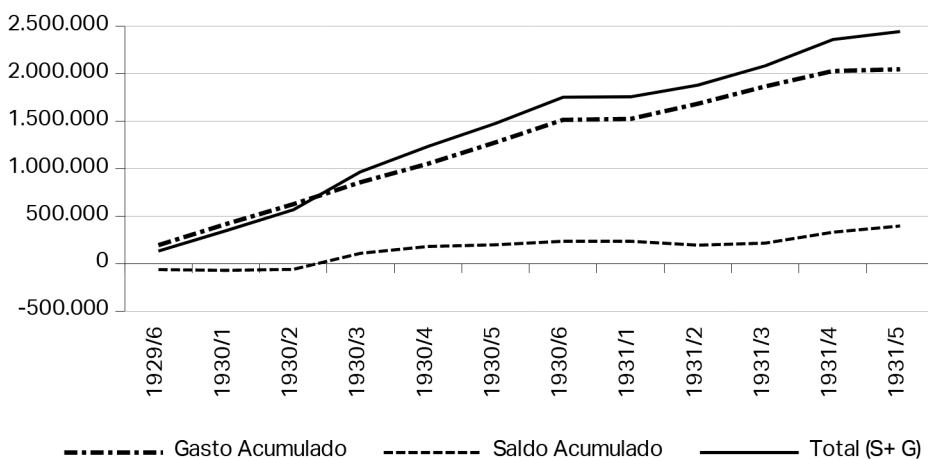
Fonte: Elaborado com base em Campinas (1929-1931c).

Gráfico 9 – Evolução dos saldos e gastos acumulados em réis por bimestre do colono Atreu Conceição na Fazenda Pau d’Alho (Campinas, 1929–1931)



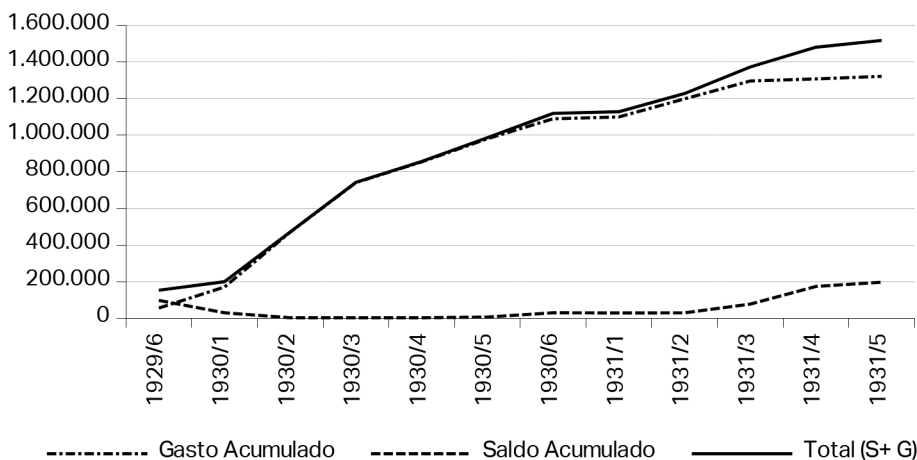
Fonte: Elaborado com base em Campinas (1929-1931v).

Gráfico 10 – Evolução dos saldos e gastos acumulados em réis por bimestre do colono Benedicto dos Santos na Fazenda Pau d’Alho (Campinas, 1929–1931)



Fonte: Elaborado com base em Campinas (1929-1931e).

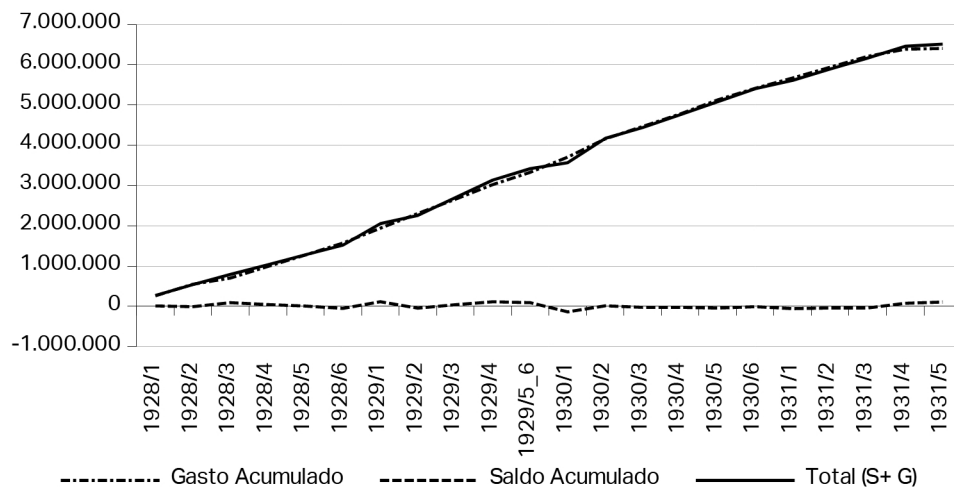
Gráfico 11 – Evolução dos saldos e gastos acumulados em réis por bimestre do colono Ernesto Campagnole na Fazenda Pau d’Alho (Campinas, 1929–1931)



Fonte: Elaborado com base em Campinas (1929-1931g).

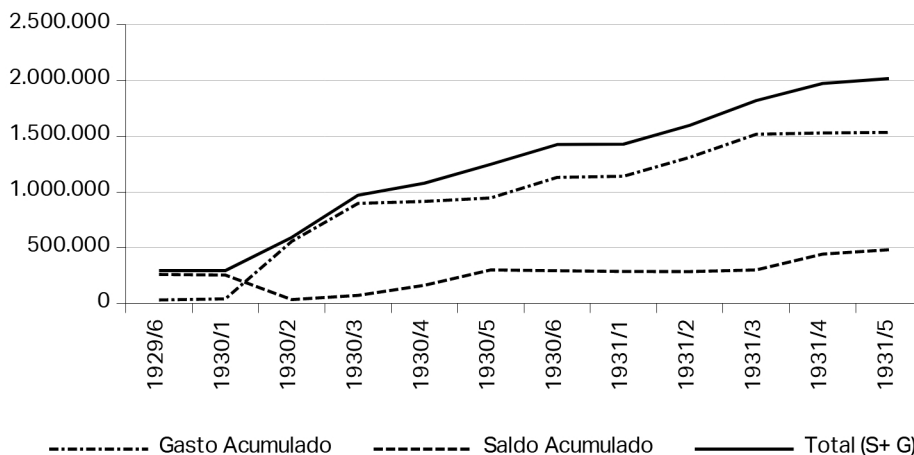


Gráfico 12 – Evolução dos saldos e gastos acumulados em réis por bimestre do colono Francisco Maggioli na Fazenda Pau d’Alho (Campinas, 1928–1931)



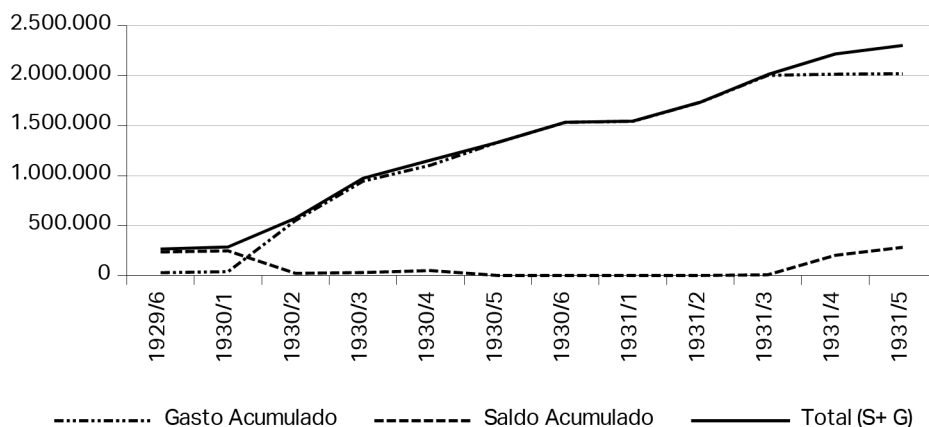
Fonte: Elaborado com base em Campinas (1928-1931b).

Gráfico 13 – Evolução dos saldos e gastos acumulados em réis por bimestre do colono Guido Capelone na Fazenda Pau d’Alho (Campinas, 1929–1931)



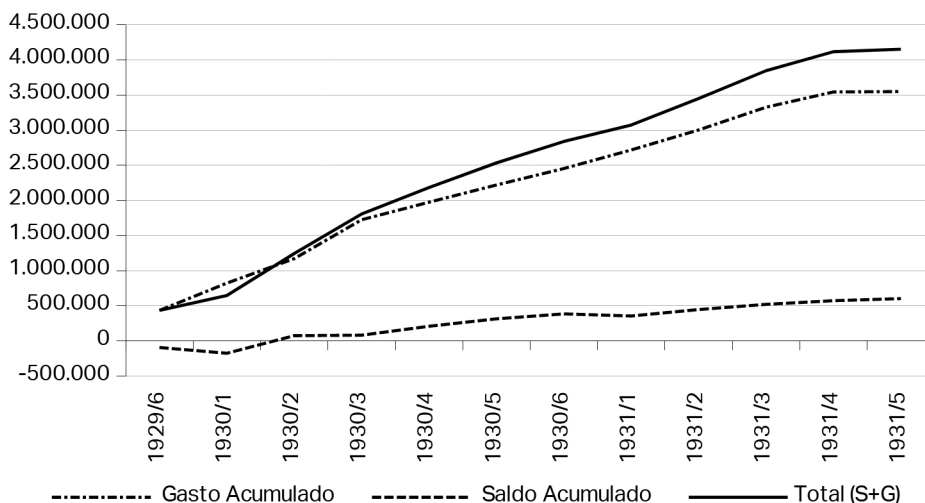
Fonte: Elaborado com base em Campinas (1929-1931h).

Gráfico 14 – Evolução dos saldos e gastos acumulados em réis por bimestre do colono Hermógenes Sacchis na Fazenda Pau d’Alho (Campinas, 1929–1931)



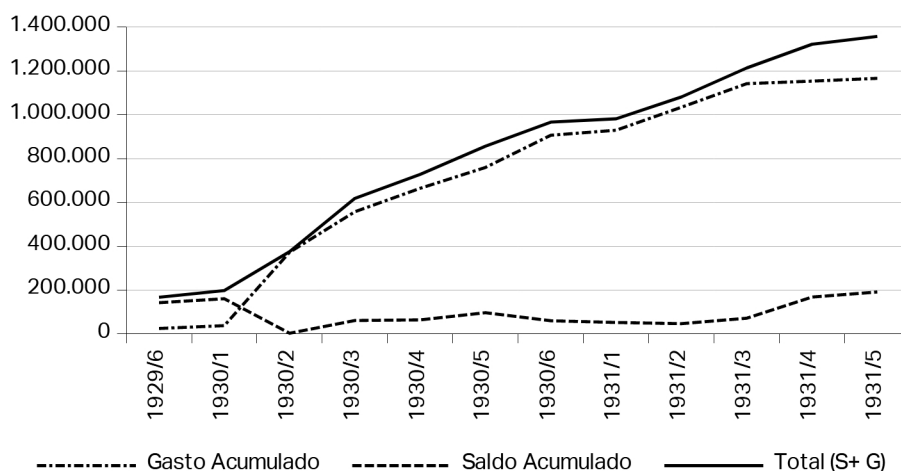
Fonte: Elaborado com base em Campinas (1929-1931i).

Gráfico 15 – Evolução dos saldos e gastos acumulados em réis por bimestre do colono Lavino Moraes na Fazenda Pau d’Alho (Campinas, 1929–1931)



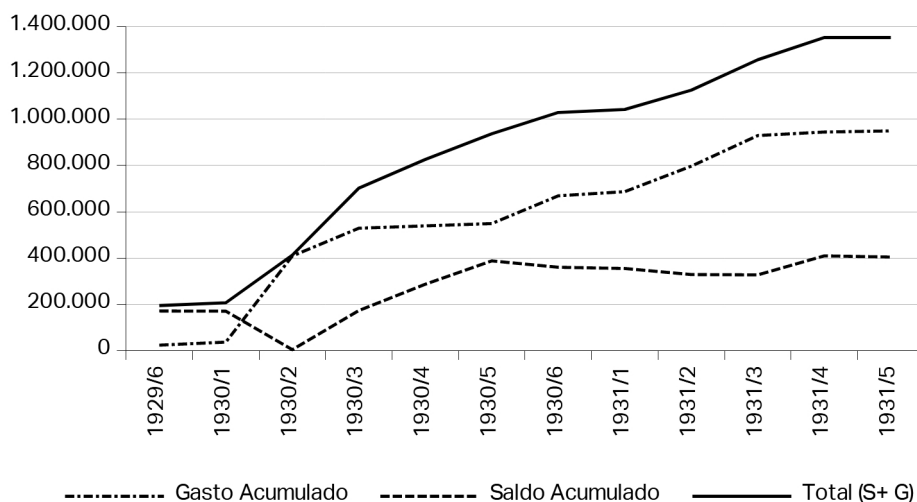
Fonte: Elaborado com base em Campinas (1929-1931j).

Gráfico 16 – Evolução dos saldos e gastos acumulados em réis por bimestre do colono Lourenço Bonardo na Fazenda Pau d’Alho (Campinas, 1929–1931)



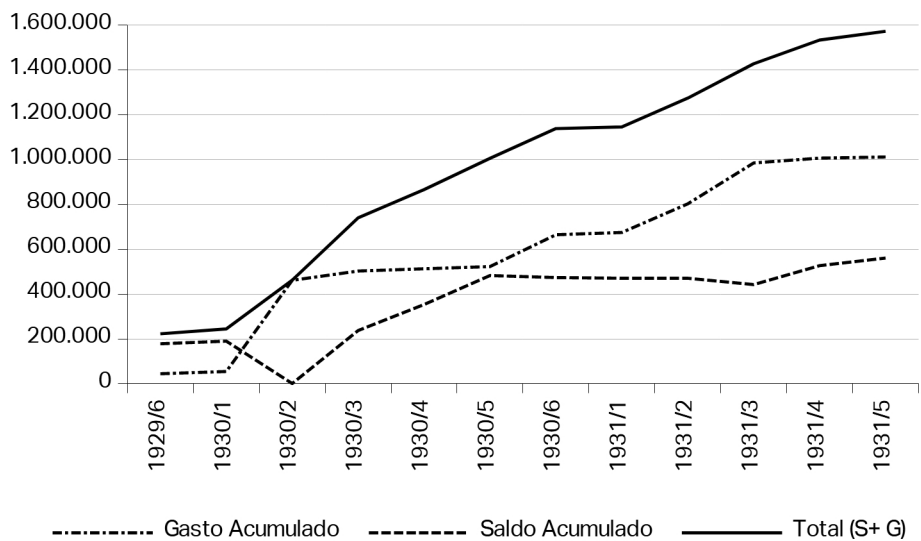
Fonte: Elaborado com base em Campinas (1929-1931k).

Gráfico 17 – Evolução dos saldos e gastos acumulados em réis por bimestre do colono Tibúrcio Ceccato na Fazenda Pau d’Alho (Campinas, 1929–1931)



Fonte: Elaborado com base em Campinas (1929-1931l).

Gráfico 18 – Evolução dos saldos e gastos acumulados em réis por bimestre do colono Victório Maffei na Fazenda Pau d'Alho (Campinas, 1929–1931)



Fonte: Elaborado com base em Campinas (1929-1931m).

# LISTA DE ASSUNTOS

## A

acumulação do capital  
Agência Oficial de Colocação  
ARRIGHI, Giovanni

## B

BLOCH, Marc  
Brasil  
BRAUDEL, Fernand

## C

caderneta  
cafeicultor  
Campos Salles  
CANO, Wilson  
capitalismo  
    conceito  
casa  
    comercial  
    comissária  
    de exportação  
    de importação  
Casa Branca  
ciclo sistêmico de acumulação  
cidades  
    pequenas  
Colômbia  
colonato *ver* colono  
colono  
contrato  
comerciante

complexo cafeeiro  
Convênio de Taubaté  
crédito  
crise  
    da cafeicultura  
    da história econômica  
    de 1929

## D

defesa do café  
    permanente  
duração  
    curta  
    longa  
    média

## E

economia-mundo  
elite  
empréstimo *ver* crédito  
Escola dos Annales  
Espírito Santo  
Estados Unidos  
Europa  
exportação

## F

fazenda *ver* propriedade  
fazendeiro *ver* cafeicultor  
FEBVRE, Lucien  
financiamento

fontes documentais

Franca

fronteira

agrícola

## G

grande capital cafeeiro

Grande Depressão *ver* crise de 1929

guerra

de Secessão

dos Mil Dias

Fria

Primeira

Segunda

## H

hierarquia

história

cultural

econômica

nova

política

quantitativa

serial

total

## I

imigrante

industrialização

brasileira

## J

juros

## L

LE GOFF, Jacques

Lei do Patronato Agrícola

livros cartoriais

## M

Minas Gerais

modernização

moeda

forte

interna *ver* moeda local

local

monopólio

monopsônio

## O

Oeste Paulista

## P

padrão-ouro

parceria

periferia

Prado

Antonio da Silva

empresa

família

propriedade

grande

média

pequena

## R

relações de trabalho

Revolução Francesa

Revolução Industrial

Ribeirão Preto

Rio de Janeiro

## S

Santa Cruz das Palmeiras

São Paulo

sociedades agrícolas

**T**

TEODORO, Rodrigo da Silva

Theodor Wille

empresa

transição hegemônica

**U**

urbanização

**V**

venda

VILAR, Pierre

**W**

WALLERSTEIN, Immanuel

**Rogério Naques Faleiros** é graduado em História, mestre em História Econômica e doutor em Economia Aplicada. É professor da Universidade Federal do Espírito Santo, no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Publicou livros e artigos relacionados à história econômica do Brasil, ao desenvolvimento econômico e ao pensamento social brasileiro.

**Rodrigo Fontanari** é graduado em História, mestre em História e Cultura Social e doutor em História Econômica. Tem experiência na área de história econômica, história urbana, história do Brasil, história regional e formação econômica do Brasil, com ênfase nos temas do capitalismo, do crédito e da urbanização na economia cafeeira.

**Pedro Geraldo Saadi Tosi** é graduado em Administração Pública, mestre em História e doutor em Ciência Econômica. Realizou pós-doutorado em Pedagogia na Université Paris-Nord. Atualmente é professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, em Franca.



História econômica e cafeicultura na periferia do capitalismo aborda o papel exercido pela cafeicultura no desenvolvimento agrícola, urbano e industrial do Brasil. Por meio da análise teórica, de um método consistente e de fontes documentais, o livro revela especificidades, limites e possibilidades de desenvolvimento econômico na periferia do capitalismo.

Os sete capítulos demonstram em qual ponto da hierarquia de um circuito de valorização da riqueza o Brasil se encontra e apontam para as causas dessa sua posição. Para isso, os autores recorreram ao estudo das economias regionais e de suas diversificadas interações com o sistema mundial moderno. Tais como o deus romano Janus, são ao mesmo tempo antigas e atuais as questões que daí emergem: como estabelecer uma compreensão sólida acerca dos obstáculos ao desenvolvimento econômico brasileiro? E como justificar a recorrente procrastinação da economia brasileira frente aos movimentos e desdobramentos da economia internacional?

A obra trata, portanto, de um debate inacabado e com um longo caminho ainda por ser trilhado.

 EDUFES

